

**Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147):  
Fontes, História e Vestígios**

**Hélio Fernando Vitorino Pires**

**Tese de Doutoramento em  
História Medieval**

**Março 2012**



Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História Medieval, realizada sob a orientação científica de João Luís de Lima e Silva de Sousa e Maria da Graça Videira Lopes

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio



*Aos meus Antepassados, em particular ao meu avô paterno,  
que faleceu quando eu estava na Galiza*



## AGRADECIMENTOS

A presente tese é fruto não só do trabalho individual do seu autor, mas também do contributo essencial de várias pessoas. A elas devo, por isso, a minha homenagem e profundo agradecimento.

Em primeiro lugar, aos meus pais, que sempre me apoiaram e tornaram possível a minha ida para a Suécia, onde, pela primeira vez, estudei o tema das incursões nórdicas no ocidente ibérico. Ao meu querido amigo Ricardo Ferro, que, de Coimbra para Uppsala, forneceu-me informação vital para esse trabalho, assim como a Alexandra Sanmark, que foi cordenadora do meu Mestrado e tutora no estudo de vikingues. A ela agradeço também por me ter enviado cópias de documentos vitais para a presente tese e que não se encontram disponíveis em Portugal. O meu obrigado a Bernardo Vasconcelos e Sousa, que foi a primeira pessoa com quem contactei para elaborar o meu projecto de Doutoramento, e ainda aos meus dois orientadores, João Silva de Sousa e Graça Videira Lopes, cuja supervisão foi inestimável.

Os meus agradecimentos vão também para os que, ao longo dos três anos de pesquisa, puseram ao meu dispor as suas bibliotecas pessoais, confirmaram referências bibliográficas em bibliotecas estrangeiras ou enviaram cópias de excertos de obras a que, de outra forma, eu não teria tido acesso célere. Obrigado, por isso, ao Mário Gouveia, ao Edmundo Rosa, ao Sérgio Folgueira e ao José Santos, que foi ainda o ombro amigo que se espera de um irmão afectivo. Obrigado ao Fernando Rodrigues, que não me deixou partir para a Galiza sem levar uma lista de conselhos, ao Angelo Meraio, que me acolheu na chegada a Santiago de Compostela, e à Maria Filomena Borja de Melo, que foi minha tutora em paleografia. E aos muitos funcionários de bibliotecas e arquivos documentais que foram meus guias por entre os catálogos, em Lisboa, Coimbra, Ourense e Compostela.

Por último, ao Alexandre Vicente, que me aturou nos momentos mais chatos e partilhou comigo as gargalhadas saídas das aventuras de um terceiro calhau a contar do sol ou de um extraterrestre chamado Roger.





# **Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147):**

## **Fontes, História e Vestígios**

**Hélio Pires**

### **RESUMO**

A Idade Vikingue, que teve início no final do século VIII, atingiu, inevitavelmente, a faixa ocidental da Península Ibérica, onde o primeiro ataque registado ocorreu em 844. O que se seguiu foram mais de duzentos anos de incursões, primeiro por piratas nórdicos e, a seu tempo, por cruzados do norte da Europa que viajavam rumo à Palestina. O presente trabalho analisa esse período da História no contexto maior da Idade Vikingue e das mutações ocorridas na Escandinávia da época. Começa por apresentar as fontes essenciais para o estudo do tema, incluindo aspectos críticos a ter conta na sua leitura, antes de entrar nos vários séculos de ataques e, no final, fazer uma recolha dos vestígios deixados pelos nórdicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Portugal, Galiza, Escandinávia, nórdicos, vikingues, ataques, literatura, lendas, fortificações, cristianização, cruzados.

# **Norse Incursions in Western Iberia (844-1147):**

## **Sources, History, and Traces**

**Hélio Pires**

### **ABSTRACT**

The Viking Age, which started at the end of the 8th century, inevitably reached the western part of the Iberian Peninsula, where the first recorded attack took place in 844. What followed were more than two hundred years of incursions, first by Norse pirates and, in time, by northern European crusaders who travelled to Palestine. The present work analyses that period of History in the greater context of the Viking Age and the changes that took place in Scandinavia at the time. It starts by presenting the essential sources for the study of the topic, including critical aspects that need to be taken into consideration when reading them, before entering the several centuries of attacks and, in the end, recording traces left by the Norse.

**KEYWORDS:** Portugal, Galicia, Scandinavia, Norse, Vikings, attacks, literature, legends, fortifications, Christianization, crusaders.

# Índice

## Introdução

1. Terminologia	
1.1. Vikingue	1
1.2. Normandos	5
1.3. Nórdicos	5
1.4. Dinamarca, Noruega e Suécia	6
2. A Idade Vikingue	7
3. Parâmetros geográficos e cronológicos	9
4. Estado da Arte	11
5. Estrutura e notas	16

## I. Fontes

### Capítulo 1: Fontes norte-ibéricas

1.1. Origens e ideologia	21
1.2. Crónica Albeldense	25
1.3. Crónica Profética	26
1.4. Crónica de Alfonso III	27
1.5. Crónica de Sampiro	29
1.6. História Silense	30
1.7. Cronicão Iriense	31
1.8. Historia Compostelana	32
1.9. <i>Chronica Gothorum</i>	34
1.10. Outras Fontes	
Annales Complutenses	36
<i>Vita et miracula Sancti Rudesindi</i>	36
<i>De expugnatione lyxbonensi</i>	37
Espanha Sagrada	38

Cartulários e colectâneas de documentos	39
Capítulo 2: Fontes árabes	
2.1. Contexto histórico	40
2.2. Ta'rikh ibn al-Qutiya	42
2.3. Al-Muqtabis	44
2.4. Al-Bayan al-Mughrib	45
Capítulo 3: Fontes nórdicas	
3.1. Origem e aspectos críticos	47
3.2. Morkinskinna	54
3.3. Fagrskinna	56
3.4. Heimskringla	58
3.5. Outras Fontes	
<i>Historia Norwegie</i>	60
Ágrip af Nóregskonungasögum	61
Orkneyinga saga	62
Knýtlinga saga	63
Capítulo 4: Fontes francas e britânicas	
4.1. Anais de São Bertino	64
4.2. História dos Normandos	65
4.3. Fragmentos dos Anais da Irlanda	66
II. História	
Capítulo 5: Terras vikingues	69
5.1. Território e comunidades	71
5.2. Embarcações	74
5.3. Comércio	77
5.4. Religião	81
5.5. Causas das incursões	85

Capítulo 6: Os vikings na Península Ibérica	
6.1. Os motivos	90
6.2. Vikings na Península no século VIII?	92
Capítulo 7: As incursões do século IX	95
7.1. Corunha, 844	99
7.2. Lisboa, 844	104
7.3. Galiza, 858	111
7.4. Lisboa, 858	114
7.5. Costa de Beja, 859	114
7.6. Costa ocidental, década de 860?	117
Capítulo 8: As incursões do século X	120
8.1. Tui, antes de 912 ou 934	127
8.2. Lisboa, Alcácer do Sal e Algarve, 966	129
8.3. Lugo, entre 951 e 985?	131
8.4. Expedição de Eiríkr blóðøx, depois de 954?	132
8.5. Guimarães, c. 968?	134
8.6. Galiza, 968-9	136
8.7. Rio Douro, Julho de 971	148
8.8. Sul do Douro, 971	151
8.9. Norte do Mondego, 972?	154
8.10. São João de Cova, antes de 974 ou 978?	155
8.11. São Estevão de Boiro, antes de 990	156
8.12. Bonimento e Colina, antes de 992?	157
8.13. Santa Eulália de Curtis, antes de 995	159
Capítulo 9: As incursões do século XI	161
9.1. Condado Portucalense, 1008?	168
9.2. Entre Douro e Ave, de Julho de 1015 a Abril de 1016	170

9.3. Vermoim, 6 de Setembro de 1016	175
9.4. Tui, antes de 1022 ou 1024	177
9.5. Santa Maria da Feira, c. 1026	187
9.6. Galiza, antes de 1032	190
9.7. Galiza, c.1055?	193
9.8. Galiza, antes de 1066	195
9.9. Sada, antes de 1086	197
Capítulo 10: As incursões do século XII	199
10.1. Galiza, c. 1108	206
10.2. Sintra, c. 1109	213
10.3. Lisboa, c. 1109	216
10.4. Alcácer do Sal, c. 1109	219
10.5. Galiza, c. 1112	222
10.6. Lisboa, 1147	225
III. Vestígios	
Capítulo 11: Lendas e festas	231
11.1. Batalha em Chantada	232
11.2. Ataque ao Cálogo	234
11.3. A ponte e o general Arnelas	236
11.4. A Torre de São Saturnino	236
11.5. A Pastorinha	237
11.6. A casa do normando	238
11.7. O milagre de São Gonçalo	239
11.8. A Romaria Vikingue de Catoira	241
Capítulo 12: Fortificações	243
12.1. Torre do Oeste, Catoira	245
12.2. A Lanzada, Sanxenxo	248

12.3. Muralhas de Santiago de Compostela	250
12.4. Castelo de São Mamede, Guimarães	251
12.5. Castelo de Citofacta, Pontevedra?	253
Capítulo 13: Colonos?	257
13.1. Os Gunderedos	258
13.2. A aldeia de Lordemão	260
13.3. Influência naval	261
Conclusão	265
Bibliografia	275
Anexos	297





# Introdução

## 1. Terminologia

As palavras têm os seus significados e, frequentemente, também ideias feitas e preconceitos associados. Isto é uma verdade que tem originado mal entendidos, erros de persistência variável e incontáveis recursos a dicionários. E é também o motivo pelo qual o presente trabalho deve abrir com uma explicação sobre o significado de termos essenciais da pesquisa. Caso contrário, corria-se o risco de a leitura ser, desde o início, enfiada pelos pressupostos populares sobre vikingues e ter como vítima final a compreensão dos dados aqui apresentados.

### Vikingue

As enciclopédias e dicionários de Língua Portuguesa são um bom ponto de partida por constituírem depósitos óbvios de definições, etimologias e sentidos. Por exemplo, a *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* da Verbo contém o termo *viking*, que define como um “povo cuja vida, mais do que a de qualquer outro do seu tempo, estava ligada ao mar”, desenvolvendo “técnicas de construção naval, de navegação e de guerra marítima altamente eficientes” (Machado 2003, 516). A *Focus - Enciclopédia Internacional* da Livraria Sá da Costa remete para *Normandos*, que diz ser o “nome dos vikings a quem o rei de França cedeu em 911 a região francesa que passou a ser chamada *Normandia*” (Rocha et al. 1964, 614), enquanto o *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa define um *viking* como um “indivíduo pertencente aos Vikings, povo de navegadores escandinavos, que entre os séculos VIII e X, efectuou diversas incursões em regiões litorais do ocidente europeu” (2001, 3750). O *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* mantém a definição de povo de navegadores, acrescentando guerreiros e mercadores e estendendo a sua actividade ao século XII, e fornece uma grafia portuguesa para o termo: víkingues (Machado 1981, 540). O mesmo faz o *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, que indica também o nórdico antigo *víkingr* como etimologia da palavra (Houaiss & Villar 2003, 3713). Numa nota ligeiramente diferente, mas relevante, o *Grande Dicionário Enciclopédico* oferece o significado de “nome dado aos navegantes escandinavos que,

entre os séculos IX e XI, realizaram incursões e depredações nas ilhas do Atlântico e em quase toda a Europa ocidental”, remetendo para *Normandos* (Martins Soares & Wladimiro Ferreira 2002, 6332). A definição pode ser vaga, mais ainda num dicionário no qual colaboraram trinta prémios Nobel, mas tem o mérito de restringir o termo ao sentido de navegadores. Se quiséssemos resumir o conteúdo dos restantes exemplos a um mínimo unânime, diríamos que os vikingues eram um povo marítimo de origem escandinava, eventualmente equivalente aos Normandos. É, de uma forma ou outra, o que dizem estes e outros dicionários e enciclopédias de Língua Portuguesa, mas é também uma definição incorrecta.

O debate sobre a origem do termo nórdico *víking* é longo, estendendo-se, pelo menos, desde as primeiras décadas do século XX até aos nossos dias, mas sem que, por isso, se tenha chegado a uma conclusão. Uma variante anglo-saxónica do termo – *wiceng* - já estaria em uso em Inglaterra antes dos primeiros ataques, cujos agentes as fontes inglesas depois chamaram de *wicingas*, com o sentido de piratas (Christiansen 2006, 2). No entanto, a escassez de fontes escritas escandinavas para o período anterior ao século X não permite determinar quem originou o termo, se os nórdicos que depois o emprestaram aos anglo-saxões, se vice-versa. Entre os defensores da primeira possibilidade estão os que propõem uma origem geográfica para a palavra, fazendo derivar *víking* de Viken, nome de um território perto de Oslo e que seria, no final do século VIII ou início do IX, uma zona de expansão dinamarquesa. Note-se, por exemplo, que os *Anais Reais Francos* referem, sob o ano de 813, que os filhos de Godofredo da Dinamarca partiram em campanha para submeterem Vestfold, no sul da Noruega. Segundo os proponentes da teoria, os conflitos assim gerados originaram uma vaga de exilados, antigos chefes e reis locais depostos pelos Dinamarqueses que rumaram a Inglaterra em actividade pirata. Seriam, portanto, os vikingues originais ou piratas oriundos de Viken, que depois emprestaram o nome aos que lhes sucederam na actividade (Sawyer 1997, 8). Ainda assim, a explicação não recolhe unanimidade e as hipóteses têm-se multiplicado: do Anglo-Frísio *wicing* ou *wítsing* (o que acampa ou estabelece um campo) ou ainda uma raiz germânica comum para os termos ingleses e nórdicos, hipoteticamente com o significado de partir ou iniciar viagem (Christiansen 2006, 2, n. 3).

As inscrições rúnicas e a poesia do norte da Europa permitem algumas impressões sobre o uso do termo pelos próprios nórdicos entre os séculos X a XII, mas não se consegue uma conclusão segura. *Víkingr* ocorre possivelmente como nome próprio masculino em pelo menos quinze inscrições e em três como substantivo plural (*víkingar*) sem um significado claro, mas aparentemente positivo. Pelo contrário, nas fontes poéticas, o termo pode ter um sentido negativo, atribuível aos inimigos ou adversários militares de reis e heróis nórdicos (Jesch 2001, 44-54). Como substantivo feminino, no entanto, a palavra ocorre no contexto de viagens, como numa inscrição rúnica sueca (Vg 61) que inclui a frase: *sa varð dauðr a vestrvegum í víkingu* (ele morreu no caminho ocidental **em actividade viking**). O termo é normalmente traduzido por pirataria, mas o contexto original não permite determinar se era uma expedição militar, comercial ou ambas; uma outra inscrição (D 330), assumindo a reconstrução do texto, parece ter um carácter laudatório, talvez militar (Jesch 2001, 234). Mais clara é a ocorrência num poema datado de pouco depois de 1100, onde o Rei Eiríkr da Dinamarca é elogiado por ter posto fim a *víking*, mencionada em conjunto com criminosos e rebeldes (Jesch 2001, 56), o que faz dela uma actividade pouco recomendável.

Qualquer que tenha sido a origem da palavra, o uso do termo na Escandinávia permite pôr já de parte o sentido que lhe é atribuído nos dicionários e enciclopédias de Língua Portuguesa: *víking* não denominava um povo, mas sim uma actividade ou grupos dos que a ela se dedicavam (*víkingar*) e, talvez por associação com a ocupação, nomes próprios (*Víkingr*). E a prática que mais ficou associada ao termo, das fontes anglo-saxónicas às islandesas, foi a pirataria, que é, no presente trabalho, o que deve entender-se pela palavra *vikingue*, escrita, conscientemente, com uma grafia mista: um ou uma pirata nórdico/a.

É possível estabelecer uma comparação com a expansão dos países ibéricos no século XVI. A Língua Inglesa recolheu o termo castelhano *conquistador* e usa-o para se referir aos exploradores e líderes militares espanhóis que tomaram a América central e do sul. Mas atrás deles seguiram missionários, construtores, artistas, comerciantes e colonos. O termo que, no sentido mais estrito, quer apenas dizer aquele que conquista, tem então implícita uma conotação cultural espanhola com associações comerciais, religiosas e coloniais. Da mesma forma, fala-se dos navegadores

portugueses que, partindo de Lisboa ou do Algarve, contornaram África, chegaram à Índia, Brasil, Indonésia, China e Japão, mas sem que o sentido do termo se fique pelo acto de navegar. Pelo contrário, a dada altura implica também missionários, comerciantes, conquistadores e colonizadores; vindos directamente de Portugal ou de uma das suas colónias ou postos comerciais, mas, em todo o caso, com uma conotação portuguesa. Vasco da Gama foi o navegador que contornou África até à Índia, mas foi também um líder militar e um emissário régio enviado para abrir o comércio oriental aos Portugueses. É de uma forma semelhante que devemos entender o termo vikingue: estritamente falando, quer dizer pirata, mas com as suas acções vieram também dinâmicas de conquista, comércio e colonização nórdica. Por vezes, estes três fenómenos ocorrem quase em simultâneo com a pirataria, como no caso de Dublin, que começou por ser uma base de Inverno e evoluiu para posto comercial permanente e centro de poder militar, de onde continuaram a partir expedições de saque ou de conquista. E nunca houve um povo vikingue, tal como nunca houve um povo *conquistador* ou *navegador*, que mais não eram do que Espanhóis e Portugueses.

O problema para o caso dos piratas nórdicos é a ausência de uma entidade nacional única que agregue todo o conjunto de actividades sob uma só etiqueta, como Portugal ou Espanha. Numa primeira fase, os vikingues partiram daquilo que viria ser a Dinamarca, a Noruega e a Suécia, mas depois vieram também de territórios como as Orkney, as Hébridas, a Irlanda, o leste de Inglaterra, a Normandia e até o oriente europeu. Com bases espalhadas por uma área tão vasta e sem uma entidade política comum que forneça uma etiqueta agregadora, o termo *viking* preencheu o vazio e passou a identificar os mais variados aspectos associados às acções de saque ou à consequente expansão nórdica: a arte, o comércio, a religião, as povoações e as populações, de Kiev a Dublin e até ao outro lado do Atlântico. E é assim que, com um impulso romântico, nasce a ilusão de um único povo quando, na realidade, os vikingues tinham diferentes origens, ainda que, na vertente cultural, fossem predominantemente nórdicos. De certo modo, um exemplo do mesmo processo é o termo *bárbaro*, de origem grega e usado para identificar um conjunto diverso de povos germânicos e não um único que, numa dada época, invadiu a Península.

## **Normandos**

Normando é um termo associado a vikingue, aparecendo frequentemente nas fontes latinas (*normannus*) com o significado óbvio de *homem do norte*; nas crónicas e documentos do norte da Península Ibérica, surgem variantes como Lordemanos ou Leordemanos. Até ao final do século X, é possível usá-lo como sinónimo de vikingue, mas, dado que os nórdicos que se estabeleceram na Normandia terão sido assimilados no espaço de poucas gerações, a partir do ano 1000 está-se perante um sentido novo do termo: o de alguém de cultura latina, afrancesado ainda que com vestígios escandinavos e oriundo da Normandia. Território esse, aliás, assim denominado por ter sido, em parte, doado a um vikingue por volta de 911 e parcialmente colonizado por nórdicos, o que viria a dar ao termo um valor gentílico específico de uma região de França, mas sem que tivesse eliminado o sentido mais geral de alguém vindo do norte, nomeadamente um pirata. Isto pode tornar o uso do vocábulo confuso a partir do século XI, principalmente se não se conseguir identificar a origem dos normandos em causa. Por exemplo, tanto quanto o relato medieval permite perceber, os que participaram na conquista de Lisboa em 1147 terão vindo de Inglaterra, o que quer dizer, com toda a probabilidade, que está a falar-se de cruzados oriundos da Normandia ou dos territórios por ela conquistados (como Inglaterra em 1066) e não de vikingues.

Assim, os dois termos não são necessariamente sinónimos e, dessa forma, por poder ser confuso – mais ainda do que já o é nas próprias fontes medievais - é desaconselhável o seu uso como um equivalente puro e simples de vikingue.

## **Nórdicos**

Este termo significa, em português, alguém de raiz germânica oriundo do norte da Europa. É, por isso, mais apropriado do que escandinavo, que poderia, na acepção actual, incluir a Finlândia, que é de matriz fino-úgrica, e excluir os territórios nas Ilhas Britânicas que foram colonizados ou conquistados por vikingues e de onde partiram vários bandos de piratas. Além disso, porque o parâmetro cronológico deste trabalho vai para lá de 1100, exige-se um termo que permita mencionar a matriz cultural dos atacantes sem cometer o anacronismo de vikingue, cuja Idade terminou no século XI,

ou cair nos problemas de escandinavo. Daí, portanto, que o título refira *incursões nórdicas*.

### **Dinamarca, Noruega e Suécia**

A questão das comunidades políticas que antecederam os actuais Estados escandinavos será referida em espaço próprio, no capítulo 5, e o seu processo de formação, nomeadamente o da Noruega, irá sendo apresentado ao longo dos capítulos 7 a 10. Mas, de forma a evitar anacronismos, convém, desde já, deixar claros alguns dados básicos.

No início da Idade Vikingue, no final do século VIII, os países escandinavos modernos não existiam ainda. Quando muito, haveria já uma pretensão ao título de Rei da Dinamarca, mas essa indicação vem de fontes francas, que podem estar a simplificar uma realidade política mais complexa. A primeira referência dinamarquesa que aponta para uma unificação do país é uma inscrição em runas em Jelling (DR 42), datada da cerca de 970 e onde Haraldr blátönn (Dente Azul) reclama para si o domínio de toda a Dinamarca e Noruega. Claro que uma coisa é a ostentação política e outra, por vezes bem diferente, é a realidade política de facto. Veja-se, por exemplo, o caso de Alfonso VI de Leão e Castela que, no século XI, reclamou para si o título de Imperador de toda a Hispânia. Se, para o conhecimento da época, tivéssemos apenas um documento régio e nada mais, talvez fossemos levados a acreditar que esse monarca foi, de facto, senhor de toda a Península Ibérica. Mas, graças a outras fontes, sabemos que Alfonso VI foi rei de apenas parte do território e que reclamava alguma forma de influência sobre os restantes Estados peninsulares. Da mesma forma, Haraldr blátönn poderá ter governado somente parte do actual território dinamarquês, a que podia juntar alguma forma de autoridade política sobre os restantes domínios que reclamava como seus. Quão complexa era a realidade da época é algo que pode estar escondido por textos laudatórios e pela escassez de fontes escandinavas alternativas.

Ainda assim, a inscrição de Jelling demonstra que, a partir da segunda metade do século X, já é possível falar de um Reino da Dinamarca, mesmo que com limites territoriais diferentes dos actuais. De igual forma, a tradição histórica atribui a outro Haraldr, chamado de hárfagri (Belo Cabelo), a responsabilidade pela criação de um primeiro Reino da Noruega unificado, ainda no século IX, e embora correspondesse

apenas a parte do actual território norueguês. Quanto à Suécia, já existiam os Svear como povo ou conjunto de comunidades, mas o processo de unificação do país foi moroso e apenas em 1164 há notícia do título de Rei dos Svear e Götar (Lindkvist 2008, 671), dando a entender que se tinha atingido uma unidade que englobava o centro e parte do sul do actual território sueco.

Queremos, desta forma, deixar claro que, ao mencionarmos a Noruega, Suécia e Dinamarca no presente trabalho, deverá entender-se por isso espaços políticos diferentes dos actuais ou um recurso às fronteiras modernas para melhor precisarmos a localização de alguns sítios. O mesmo pode ser dito a respeito da Inglaterra, da Irlanda, França, Espanha e Portugal.

## **2. A Idade Vikingue**

A divisão clara da História em períodos tem o seu quê de artificial. É uma simplificação da realidade nascida da consciência de padrões ou de fenómenos dominantes que, dessa forma, baptizam uma dada época. Se, por um lado, facilita a compreensão, por outro, pode ofuscar diferentes realidades e acarreta o risco de tomarmos os limites de um período como momentos de mudança brusca, quando a História é algo mais fluido e diverso.

No caso da Idade Vikingue, o fenómeno dominante é o da pirataria nórdica, cuja eclosão, tradicionalmente, é datada de 793, quando o mosteiro inglês de Lindisfarne foi saqueado. O acontecimento chocou clérigos como Alcuíno que, numa carta escrita a partir da corte carolíngia, interpretou o sucedido como um castigo divino pelo desleixo moral do Rei da Northumbria e do seu povo. No entanto, há registo de um outro ataque alguns anos antes, em 789, no sul de Inglaterra, onde um grupo de nórdicos foi confundido com comerciantes e acabou por matar o representante régio local. Um dos manuscritos da *Crónica Anglo-Saxónica* acrescenta mesmo que eles eram oriundos de Hörthaland, na Noruega (*Crónica de Laud*; Garmonsway 1953, 55). E, antes de 789, é possível que já existissem piratas nórdicos no Báltico. Não estamos, portanto, a falar de um fenómeno que tenha surgido de um dia para o outro em 793, nem do aparecimento de povos desconhecidos na costa inglesa: entre as críticas feitas por Alcuíno aos cristãos da Northumbria está a imitação do corte de cabelo e barba de pagãos ou, nas palavras da própria carta, “não sois vós

agora ameaçados por aqueles cujos modos vós quisesteis seguir?” (Whitelock 2010, 233). Isto deixa no ar a possibilidade de ter havido contactos entre nórdicos e Ingleses, por ventura comerciais, antes de 793. Pelo menos, os Francos terão tido essa experiência, dada a sua expansão para norte e a conseqüente proximidade geográfica com a Escandinávia. Por estes motivos, e por muito grande que possa ter sido a surpresa de Alcuíno, a Idade Vikingue não nasce do nada, mas vem no seguimento de uma expansão comercial nórdica no Báltico, mais ou menos agressiva, e de contactos entre a Europa ocidental e o norte. E esse período marcado pela pirataria terá começado por volta de 789, quando os assaltantes nórdicos entram no registo cronístico da Europa ocidental.

Mais difícil é datar o final da Idade Vikingue. Uma das últimas grandes campanhas nórdicas contra a Inglaterra teve lugar em 1066, quando o monarca norueguês Haraldr harðráði (Governante Rígido) tentou, sem sucesso, conquistar o trono inglês, abrindo, no entanto, caminho para a vitória de Guilherme, Duque da Normandia, nesse mesmo ano. Duas décadas depois, esteve em preparação uma expedição dinamarquesa que não chegou a destino e regista-se ainda uma campanha de saque em 1153, liderada pelo rei norueguês Eysteinn Haraldsson. Ao mesmo tempo, a pirataria nórdica persistiu na Escócia até ao último quartel do século XII. É a continuidade própria dos fenómenos históricos que não começam de um dia para o outro nem estacam no momento em que se diz ter terminado uma época. E é por isso que a divisão em períodos assenta, muitas vezes, em datas simbólicas que anunciam uma nova realidade sem, contudo, equivalerem a uma ruptura plena com o passado. A conquista de Ceuta em 1415 pode ter sido o primeiro passo da Expansão Portuguesa, mas não significou o fim imediato da realidade medieval. Há práticas ou padrões que persistem e que só muito lentamente desaparecem e foi assim com a pirataria nórdica, que teve um longo crepúsculo até às últimas décadas do século XII.

Qual, então, o momento que anuncia o fim da Idade Vikingue? Para o presente trabalho, optou-se pelo *terminus* marcado pela expedição dinamarquesa que nunca chegou ao seu destino, em 1086. O fenómeno da pirataria nórdica pode ter persistido, mas o contexto era já outro: tinham acabado as grandes vagas de incursões, que passaram a ser fenómenos largamente regionais, afirmava-se o ideal de cruzada cristã e começavam a surgir, na Escandinávia, “Estados” monárquicos fortes. O que é



também indicativo de como outros elementos que não a pirataria marcaram a Idade Vikingue na Escandinávia: a unificação política, a cristianização e o desenvolvimento do fenómeno urbano, que tinha já dado os primeiros passos pouco antes das vagas de piratas caírem sobre a Europa ocidental. Como já se disse, um período histórico é caracterizado por mais realidades para lá daquela que lhe dá o nome e os fenómenos são mais fluidos do que a rígida divisão em períodos.

### **3. Parâmetros geográficos e cronológicos**

Conforme indicado pelo título, o presente trabalho analisa as incursões nórdicas no ocidente da Península Ibérica, entre os anos de 844 e 1147. Importa, por isso, justificar o porquê dos parâmetros geográficos e cronológicos da pesquisa.

Escolhido que estava o tema pelo pouco trabalho que sobre ele se tinha feito, era necessário estabelecer o objecto de estudo, espacial e temporalmente. E, tratando-se de um trabalho para a obtenção do grau de Doutor, havia que corresponder simultaneamente ao limite de páginas requerido e à desejável profundidade de um projecto de pesquisa. Por conseguinte, analisar as incursões nórdicas em toda a Península Ibérica seria correr o risco de se tornar num estudo demasiado vasto, passível de se dispersar ou de não ser exequível no prazo de três anos. Havia, por isso, que escolher uma região em particular do território ibérico que fornecesse a soma ideal de dados – menos do que toda a Península – mas, ainda assim, o suficiente para justificar o nosso empenho. A opção imediata era a Galiza, onde os registos de incursões nórdicas são relativamente ricos e contam já com uma longa tradição de estudo, o que proporcionava uma quantidade significativa de material académico. No entanto, a hipótese soava a oportunidade perdida, por deixar passar a possibilidade de analisar a presença vikingue no território nativo do autor, isto é, Portugal. Tendo ainda em conta o quão pouco estudado estava o tema, tanto pelos próprios Portugueses, como pelos que, noutras partes do mundo, se dedicam à investigação e ensino sobre a actividade do período vikingue, a solução era, então, óbvia: analisar as incursões nórdicas em toda a extensão da costa galego-portuguesa. E foi uma opção com a sua dose de virtudes.

Em primeiro lugar, porque se refere a um contínuo geográfico natural que é a faixa ocidental da Península Ibérica, da costa norte da Galiza até ao Algarve. É certo

que, não se tratando de uma ilha, o oeste ibérico está ligado ao resto da linha costeira, mas, dada a necessidade de se limitar o espaço de análise, optou-se por um dado quadrante em toda a sua extensão que, porventura, será um dos mais relevantes da Península: afinal, é ponto de passagem obrigatório nas viagens marítimas entre o Golfo da Biscaia e Gibraltar e, nesse sentido, com hipóteses de abranger um maior número de incursões. Em segundo lugar, porque a continuidade geográfica é complementada pela histórica e cultural. Não é errado afirmar que aquilo que viria a ser o Reino de Portugal foi, de origem, parte integrante do território da Galiza e que, mesmo depois de consagrada a separação política das duas entidades, permaneceu uma unidade linguística e cultural galaico-portuguesa, ricamente expressa na literatura medieval e constatável ainda hoje, nomeadamente no idioma, não obstante as mutações de séculos e o melindre político da questão. Alguns dirão que, no período dos ataques vikingues, o espaço galego-português não chegava ainda ao Algarve. É um facto! Mas também é verdade que a linha de fronteira entre o norte cristão e o sul muçulmano no ocidente ibérico esteve em mutação entre os séculos IX e XII: estava no Douro em 868, no Mondego em 878 antes de recuar para norte em 987, quando Almançor tomou Coimbra, e depois no Tejo em 1147. Limitar o parâmetro geográfico da pesquisa até este último rio era uma hipótese, mas, a incluir território sob o domínio árabe entre o Douro e o Tejo, porquê excluir o resto da faixa ocidental peninsular só porque, à época, não fazia parte do espaço galego-português? Mais valia analisar todo o quadrante oeste.

Assim, o presente trabalho é resultado do estudo das incursões nórdicas no ocidente da Península Ibérica e, de forma a determinar onde acaba o território sob análise, tomaram-se por referência as actuais fronteiras orientais da Galiza e de Portugal. Não se entenda por isto que serão ignorados os acontecimentos a leste de Ribadeo ou da foz do Guadiana: a Idade Vikingue não nasceu nem se limitou aos actuais territórios galego e português, pelo que, naturalmente, serão referidos momentos como o saque de Sevilha de 844 ou a dinâmica das incursões nas Ilhas Britânicas e em França. Nem de outra forma poderia ser se quisermos colocar em contexto ou entender melhor o sucedido no ocidente ibérico.

Quanto ao parâmetro cronológico, era óbvio que teríamos que incluir a Idade Vikingue em toda a sua extensão ou, mais concretamente, a partir da primeira

investida de que há registo na faixa ocidental da Península Ibérica, em 844. No entanto, conforme já se disse, os fenómenos humanos não estacam quando se dá o final de uma época segundo a divisão da História. Ninguém na Escandinávia, Normandia ou Ilhas Britânicas arrumou os barcos e as armas chegados os anos de 1066 ou 1086 e se reformou, de um dia para o outro, da actividade pirata. Pelo contrário, a acção continuou para quem tinha a possibilidade de a levar a cabo e visse lucro na sua prossecução e ainda que as condicionantes tivessem mudado. Havendo, por isso, uma continuidade de práticas num contexto diferente, houve nórdicos que seguiram caminho pela costa ocidental da Península Ibérica, já não como piratas pagãos, mas como piratas cruzados, motivados (ou justificados) pelo sentimento proselitista de uma religião exclusivista e dispostos a perpetuar as mesmas práticas militares em nome da fé: ataques costeiros e pilhagem de povoações. Por isso mesmo, interessava encontrar um momento simbólico posterior aos que marcam o fim da Idade Vikingue, de forma a incluir a continuidade de práticas, mas que fosse igualmente capaz de representar a assimilação dos antigos vikingues e a sua integração na Europa cristã. E a escolha recaiu sobre a conquista de Lisboa em 1147, na qual participaram cruzados Normandos, no sentido de oriundos da Normandia, cristianizados e integrados na cultura francesa.

Eis, então, os parâmetros geográficos e cronológicos do presente trabalho: todo o território galego e português, usando-se as fronteiras actuais como referência, mas sem deixar de colocar os acontecimentos no contexto maior da Idade Vikingue e, sempre que necessário, dando atenção ao sucedido no resto da Península Ibérica. E entre os anos de 844 e 1147, apesar de se poder ir para lá desses limites, tanto na apresentação do contexto maior da Idade Vikingue, como na análise de possíveis casos de presença nórdica no oeste ibérico antes e depois dos referidos anos.

#### **4. Estado da Arte**

Não obstante ser um tema pouco tratado em Portugal, o estudo das incursões nórdicas no oeste ibérico conta já com alguns séculos de História, principalmente sob a forma de pequenos artigos ou referências dispersas e subordinadas a outros tópicos.

Uma das primeiras abordagens ao assunto encontra-se no primeiro volume da *Corografia Portuguesa* de António Carvalho da Costa, que sugere uma origem nórdica

para o nome de uma povoação minhota (1706, 218) e, ainda no século XVIII, o *Portugal Renascido* de Manoel da Rocha ocupa parte do capítulo 13 com a questão dos “gentios” que motivaram a construção do Castelo de Guimarães (1730, 337-40). Mais de cem anos depois, a presença de vikingues no actual território português voltaria a ser objecto de análise num trabalho intitulado *Invasões dos Normandos na Península Ibérica*, cuja autoria original pertence a Ernest Mooyer, mas que foi publicado entre nós graças a Gabriel Pereira (1876). Terá sido a primeira obra inteiramente dedicada ao tema a circular em Portugal, pese embora a dimensão reduzida de cerca de vinte páginas. Teófilo Braga tocara no assunto na sua *História do Direito Portuguez* (1868) e, pouco mais de duas décadas depois, as acções dos homens do norte seriam novamente analisadas, desta vez por Adam Kristoffer Fabricius, cuja pesquisa seria acolhida pela Sociedade de Geografia de Lisboa e publicada em 1892 pela Imprensa Nacional. Ainda no século XIX português, de realçar a publicação, a partir de 1856, dos *Portugaliae Monumenta Historica* por Alexandre Herculano, que tornou mais acessíveis algumas das fontes documentais essenciais para o tema, e o estudo de Alberto Sampaio sobre as Póvoas Marítimas do Norte de Portugal, incorporado numa única publicação com outros trabalhos seus já no século XX (1979).

A centúria seguinte traria mais estudos e referências aos vikingues entre os estudiosos portugueses, mas sem que tivesse surgido um trabalho detalhado sobre o tema. Em 1922, o primeiro volume da *História de Portugal* de Fortunato de Almeida incluiu uma breve referência à investida nórdica de 844 (1922, 109), enquanto, uns anos mais tarde, António Aguiar Cardoso publicou um pequeno trabalho intitulado *Terras de Santa Maria*, onde dedicou algumas páginas à notícia medieval do pagamento de um resgate e a hipóteses de assentamento nórdico no actual território português (1929, 53-6 e 75). Terá sido também pela mesma altura que José Leite de Vasconcelos começou a dar forma à sua *Etnografia Portuguesa*, que só seria publicada após a sua morte, mas cujo quarto volume contém algumas referências aos homens do norte (1982, 19-27). Ainda em 1928, outra *História de Portugal*, desta vez dirigida por Damião Peres, voltava a fazer menção breve aos ataques dos homens do norte (1928, 441-2, 456 e 460). Três anos depois, do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra saiu uma recolha e breve análise das fontes sobre o tema, pela mão de Luís Saavedra Machado (1931). A mesma década traria ainda referências aos vikingues no segundo

volume da *História de Portugal* de Luís Gonzaga de Azevedo, nomeadamente a teoria de que Mendo Gonçalves, Conde de Portucale, morreu às mãos dos piratas nórdicos em 1008 (1939, 165). Seguiu-se António Henrique de Oliveira Marques, cuja obra *Hansa e Portugal na Idade Média* ocupa parte das primeiras páginas com a passagem de vikingues, reis e cruzados escandinavos pela actual costa portuguesa (1959, 29-43). Nos anos 60, a questão das origens de embarcações tradicionais do norte português levou Octávio Lixa Filgueiras a publicar um artigo em que pesava as possíveis influências nórdicas e árabes (1963) e, dez anos depois, a *Revista Portuguesa de História* trouxe a público o estudo de Rui Pinto de Azevedo sobre dois documentos medievais, um dos quais regista os esforços de um homem para libertar as suas três filhas, que tinham sido capturadas pelos vikingues (Tomo XIV, 1973). Ainda nos anos 70, a *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão não deixa de referir o tema (1977, 65-6), colocando a hipótese de os ataques nórdicos terem contribuído para o sentimento de autonomia portugalense. As últimas décadas do século XX não trouxeram avanços significativos no estudo da temática, sendo apenas de registar a brevíssima abordagem feita por Henrique Barrilaro Ruas no *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão (1992b, 398-9). De resto, há referências curtas subordinadas a outros tópicos, como na *História de Portugal* coordenada por José Mattoso (1992b), *O castelo e as muralhas de Guimarães* de Fernando José Teixeira (2001) e, mais recentemente, *Lisboa Medieval* de Carlos Guardado da Silva (2008).

Se, em Portugal, o estudo do tema tem sido limitado, em Espanha têm surgido sucessivos trabalhos sobre os ataques nórdicos na Península Ibérica e, nas últimas décadas, obras inteiras dedicadas ao assunto. São disso exemplo a *Historia de los vikingos en España* de Eduardo Morales Romero (2004) e outra publicação do mesmo autor dada à estampa em 1997. Foi sucedido no mesmo esforço por Jaime Ferreiro Alemparte (1999), Araceli Otero Fernández (2002) e Jorge Izquierdo Díaz (2009), mas, antes de todos eles, já tinha vindo a público a *Gallaecia Scandinavia* de Vicente Almazán (1986), que analisa os laços históricos da Galiza com a Escandinávia. O trabalho deste último autor não nasceu no vazio, dado que a passagem dos nórdicos pelo território galego marcou a memória e tradições populares, como pode ver-se ainda hoje na Romaria Vikingue de Catoira ou nas festas do Bispo Santo em Foz. Este último caso foi, aliás, relatado em 1611 ao monarca espanhol, conforme referiremos

no capítulo 11, e diversos trabalhos de História de Espanha ou da Galiza, do século XVII em diante, fizeram referências mais ou menos breves aos piratas nórdicos: é o caso de *El cisne occidental canta las palmas y triunfos eclesiásticos de Galicia* de Felipe de la Gandara (1678), os *Anales del Reyno de Galicia* de Francisco Huerta y Veja (1736), em vários volumes da *España Sagrada* de Enrique Flórez (e.g. 23, em 1767), o tomo 2 da *Historia de España* de Castro Romey (1839), a *Historia y descripción de la ciudad de La Coruña* de Enrique de Vedia y Goossens (1845), a *Crónica de la Provincia de Lugo* de José Villaamil y Castro (1866), o volume 4 da *Historia de Galicia* de Benito Vicetto (1871), o segundo tomo da *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela* de António López Ferreiro (1899) ou a *Historia de Chantada y su comarca* de Avelino Seijas Vázquez (1979), para darmos apenas alguns casos. A estas obras juntam-se vários contributos sob a forma de capítulos ou artigos, como dois de Almazán (2002 e 2004) ou *Los vikingos en Galicia* de Xosé Fernández Romero (2000), tal como referências breves em estudos subordinados a outros temas, de que são exemplo *Los Montes del Pindo* de José Barreiro Barral (1987) ou a análise de Fernando López Alsina sobre a cidade de Tui na Idade Média (2004). E há ainda trabalhos de natureza mais comercial ou mesmo turística que não deixam de fazer menção aos vikingues, como os *Monasterios de Galicia* de Hipólito Sá Bravo (1983), o *Guía Histórico del Monte Lobeira* de Xosé Lois Vila Fariña (1996) e a *Ría de Arousa*, editada por Bieito Ledo Cabido (2005).

Fora da Península Ibérica, por uma questão de geografia ou de barreira linguística, relacionada ou não com dificuldades de acesso às fontes, o tema tem sido muito menos estudado, mas nem por isso ignorado. No século XIX, foram vários os autores que se dedicaram ao estudo da passagem de nórdicos pela Península Ibérica, tendo já sido mencionados dois exemplos – o de Mooyer e o de Fabricius. A eles podemos juntar Paul Didier Riant (1865) e Reinhart Dozy, cujo trabalho sobre os vikingues na Galiza foi editado em castelhano já no século XX (1987). De destacar ainda a tese de Arne Melvinger (1955), que pretendeu demonstrar a presença de piratas nórdicos na Península Ibérica logo no século VIII e que originou um contraditório do académico espanhol Cláudio Sánchez-Albornoz (1957). A este conjunto juntam-se pequenos artigos, como o que foi publicado já no século XXI sob a autoria de Neil Price (2008b), referências em publicações como o *The Penguin Historical Atlas of the Vikings*

(Haywood 1995) ou as obras de Christophe Picard sobre o domínio islâmico da Península Ibérica (1997 e 2000). E ainda as notas ocasionais em edições modernas de fontes medievais, como a do *Heimskringla* por Bjarni Aðalbjarnarson (1951) ou o *Morkinskinna* por Theodore Andersson e Kali Ellen Gade (2000).

A qualidade do que tem sido publicado é variável. Algo que é verdade para a generalidade dos tópicos de análise em História e não é, por isso, motivo de surpresa. Em Portugal, a falta de pesquisa e a fragmentação do pouco que tem sido escrito sobre o tema são problemas evidentes que levaram, por exemplo, José Mattoso a descurar o possível papel do rei norueguês Sigurðr jórsalafri na conquista de Sintra, por volta de 1109, como iremos referir. Já em Espanha, o mal é antes o excesso de trabalhos com escassez de referências a fontes primárias ou, dito de outra forma, obras em que se fala de ataques vikingues sem indicar qualquer base documental. O que, a dada altura, nos deixou com uma enorme lista de investidas nórdicas, mas com poucas fontes medievais correspondentes. Por vezes, conseguimos detectar a origem das notícias em trabalhos datados do século XVIII em diante, mas apenas para concluirmos que aquilo que autores como Eduardo Morales Romero ou Vicente Almazán apresentam como facto não passa, em alguns casos, de má pesquisa que tem sido sistematicamente citada e tomada como certa.

O que aqui dissemos será referido ou analisado com mais detalhe no momento próprio. Mas, numa apresentação do estado da arte, não podíamos deixar de referir aquilo que, pela pesquisa que fizemos, nos parece ser o principal problema do estudo das incursões nórdicas no ocidente da Península Ibérica: os autores que se citam uns aos outros sem darem a devida atenção às fontes medievais e com a conseqüente falta de rigor. Por esse motivo, na análise que fizemos dos ataques vikingues, procurámos sustentar-nos e manter-nos próximos de bases documentais, muitas vezes citando-as quase frase a frase, e evitando a tentação de apresentar certezas quando as fontes não o permitem. Em vez disso, preferimos elencar hipóteses, indicar argumentos a favor de cada uma delas e deixar, por assim dizer, o jogo em aberto, visto que os dados existentes não permitem fechá-lo de forma sustentada.

## 5. Estrutura e notas

Por uma questão de clareza e de comodidade de leitura, convém ainda acrescentar alguns dados sobre a estrutura básica das páginas que se seguem e o modelo de referências bibliográficas pelo qual optámos.

Assim, a primeira parte deste trabalho é inteiramente dedicada à apresentação e análise das principais fontes escritas, organizadas de acordo com a sua origem: norte-ibéricas, árabes, nórdicas e outras da Europa ocidental além-Pirinéus. Os três primeiros grupos abrem com uma contextualização histórica e literária antes da abordagem individual das fontes, na qual se procede à análise das questões de autoria, datação e transmissão manuscrita de cada uma. Algo que pensamos ser relevante, porque todos esses aspectos pesam no valor dos textos enquanto fonte histórica. É necessário saber quando e por quem foram redigidos, com que motivação e como é que foram preservados para se perceber se são muito ou pouco fidedignos e em que aspectos. Correndo o risco de dizer o óbvio, o facto de algo estar escrito não quer dizer que seja necessariamente verdadeiro, porque o autor pode ter adulterado a informação, moldado os acontecimentos de acordo com as suas motivações e a transmissão – oral ou escrita – pode ter adicionado ou retirado conteúdo. E, por esse motivo, é necessário fazer uma análise crítica de cada uma das fontes. Não que tudo o que dizemos a respeito da autoria e datação de crónicas e outras narrativas tenha implicações na análise dos acontecimentos históricos que elas transmitem, mas, em alguns casos, as considerações críticas fazem a diferença. Por exemplo, Ibn al-Qutiya diz que os vikingues chegaram a Alexandria antes de voltarem ao Estreito de Gibraltar e, se não tivéssemos em conta que o seu trabalho incorporou tradições populares, talvez fôssemos levados a acreditar nele. Da mesma forma, podíamos pensar que São Rosendo lutou activamente contra os vikingues, não fosse o facto de o único texto que o refere ser a sua própria hagiografia, cuja narrativa está longe de ser rigorosa. Ou assumir que o norueguês Óláfr Haraldsson passou pela costa galega-portuguesa por haver sagas nórdicas que o colocam perto de Gibraltar, quando a referência mais antiga a essa viagem se encontra num poema cuja transmissão oral pode ter acrescentado elementos em prosa. Nenhuma destas considerações poderia ser feita sem um olhar crítico sobre as fontes, motivo pelo qual começamos por analisá-las.



A segunda parte ocupa-se da História das incursões, organizadas pelos quatro séculos em que ocorreram, do IX ao XII. Antes disso, porque nada acontece no vazio, apresentamos a Escandinávia antiga e analisamos os vários motivos que terão originado a Idade Vikingue, seguindo-se uma consideração idêntica, mas específica para a Península Ibérica. Cada capítulo sobre as diversas incursões abre com um apanhado histórico da actividade nórdica noutras partes da Europa, pondo em contexto os ataques na costa galego-portuguesa, que são listados por local e data. Por último, na terceira parte abordamos os vestígios materiais e imateriais da passagem dos vikingues pelo oeste ibérico, recolhendo referências a lendas, festas populares, fortificações e analisando as possibilidades de colonização, incluindo hipotéticas influências nórdicas sobre a construção naval.

A esta organização que apresentámos subjaz um processo lógico, na medida em que primeiro analisamos criticamente a origem e o valor dos documentos que contêm as notícias dos ataques para apenas depois nos concentrarmos neles. Por isso mesmo, o presente trabalho tem incorporado no título os termos *Fontes, História e Vestígios*.

A escolha do modelo de referências bibliográficas teve as suas vicissitudes, em parte porque, pelo menos em Portugal, o investimento na publicação de fontes primárias não foi acompanhado de uma alteração na forma como elas são referenciadas nos trabalhos de pesquisa. Isto é, o convencional seria a indicação do capítulo ou parágrafos originais e a listagem na bibliografia pelo título da obra ou o respectivo autor. Algo que faz perfeito sentido quando a pesquisa historiográfica passa pela consulta directa dos manuscritos ou de transcrições dos mesmos. Mas, nos últimos anos, têm surgido edições detalhadas de fontes medievais, providas de extensas introduções críticas que são de valor para a análise dos textos e da informação neles contida. O que nos levantou o problema de como listar na bibliografia uma publicação que foi consultada não apenas por ser uma fonte primária, mas também pelas notas e introdução modernas. E, ao fazer referência às páginas introdutórias, como seria esse facto referido na bibliografia? Listando pelo editor, que não escreveu a fonte primária, ou pelo autor da mesma, que não redigiu a introdução crítica?

A solução do problema passou pela adopção do modelo de referenciação em que, ao longo do texto, as obras são indicadas por apelido(s), data e número de página(s) e as fontes primárias são listadas na bibliografia por editor e não por título ou autor. No entanto, dado que existem diferentes edições de vários textos medievais, introduzimos alterações ao modelo, nomeadamente a referenciação mista no corpo do texto, indicando não só a paginação da edição moderna por nós usada, mas também o capítulo ou parágrafos originais. Dessa forma, consegue-se uma correspondência entre as notas e a bibliografia final, possibilitando, em simultâneo, a consulta de edições alternativas de uma mesma fonte primária. Para o caso de, querendo confirmar-se a análise que fazemos dos textos medievais, o leitor não se veja obrigado a consultar a mesma publicação que nós.

Na bibliografia final, por uma questão de organização, distinguimos entre fontes primárias por publicar, as que utilizámos em formato virtual e as publicadas. Chamamos ainda a atenção para o facto de diferentes volumes da mesma obra poderem estar listadas em secções diferentes consoante o uso que lhe demos. É o caso da *España Sagrada*, editada por Rafael Lazcano: alguns tomos foram usados como fonte secundária, mas outros como primária. Por último, atendamos à referenciação de inscrições rúnicas que, embora não forneçam informação para a análise das incursões no oeste ibérico, foram usadas na presente introdução e nas partes iniciais de vários capítulos de História. Para tal, recorreremos ao formato digital da *Samnordisk runtextdatabas*<sup>1</sup>, onde os diferentes textos em runas são referenciados por um número precedido por um conjunto de letras que indicam a região de origem. Por exemplo, Vg 61 corresponde à inscrição 61 da Västergötland.

---

<sup>1</sup> Disponível na internet: <http://www.nordiska.uu.se/forskn/samnord.htm>

I.  
FONTES



# Capítulo 1

## Fontes norte-ibéricas

### 1. Origens e ideologia

Para perceber o valor de uma obra como fonte de informação histórica, assim como o contexto que moldou o seu conteúdo, por vezes é preciso recuar no tempo para analisarmos a origem e orientação de alguns textos. No caso das crónicas asturianas e das suas sucessoras imediatas, essa raiz distante encontra-se na Hispânica suevo-goda.

Chegados à Península Ibérica no século V, os Visigodos assumiram o controlo do território mais ocidental da Europa cerca de cem anos depois. Atingida a unidade religiosa com a conversão de Recaredo ao catolicismo, em 589 (García Moreno 1998, 136-8), seguiu-se a territorial em 625 e a unificação legislativa com o *Liber Iudicorum* de Recesvindo em 654 (García Moreno 1998, 168-9). A Hispânia ganhava também um sentido de identidade, processo para o qual contribuiu a *Historia de regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum* de Isidoro de Sevilha, que foi terminada entre os anos de 620 e 624<sup>2</sup>. Apresenta uma narrativa que vai do Génesis até aos reis do seu tempo, passando pelos imperadores romanos e organizada à luz do conceito de idades do mundo e, nesse sentido, é uma obra universalista. Mas o ênfase final nos monarcas visigodos dá-lhe um carácter nacional que anuncia o nascimento da *Hispania* enquanto realidade política e territorial, provida de uma identidade e destino providencial (Rodríguez Alonso 1975, 18-9). As próprias referências cronológicas manifestam esse ideal pelo uso da Era Hispânica, cujo ano zero marca a pacificação do território pelos Romanos em 38 a.C. (Oliveira Marques 1992, 411).

No início do século VIII, o Reino Visigótico encontrava-se imerso em conflitos internos. Nunca esteve totalmente livre deles, motivados que foram por um clero interventivo, uma nobreza ambiciosa e um sistema monárquico electivo, mas a situação agravou-se após a saída de cena do rei Vamba em 680, numa abdicação assombrada por suspeitas de um golpe palaciano (García Moreno 1998, 175-6). Em

---

<sup>2</sup> Existem duas redacções da obra, uma breve e outra mais extensa. Terão sido concluídas por volta de 620 e 624, respectivamente. Cf. Rodríguez Alonso 1975, 25-30.

702, sobe ao trono Vitiza, que ainda tentou uma pacificação da nobreza à custa de novas concessões à classe nobiliárquica e em prejuízo dos cofres da Coroa (García Moreno 1998, 188). Conseguiu, no entanto, associar ao trono um favorito seu chamado Áquila, a quem o monarca confiou o governo das províncias Tarraconense e Narbonense. Falecido o rei por volta de 709, o seu herdeiro putativo permaneceu nos territórios por ele administrados, sem ir a Toledo reclamar a coroa, enquanto as intrigas palacianas obrigaram alguns membros da sua família a abandonarem a capital e a procurarem refúgio na Galiza. Reunidas em Toledo, as elites secular e religiosa que se opunham a Áquila elegeram, então, Rodrigo, Governador da Bética, proclamando-o rei em 710. O favorito de Vitiza ainda reagiu, mas sem sucesso.

O contexto de guerra civil e de ressentimentos internos apresentava-se como uma oportunidade para as autoridades islâmicas no norte de África, que fizeram desembarcar no sul da Península uma pequena força, em Julho de 710. No Verão do ano seguinte, chegou à Ibéria um novo exército muçulmano com o objectivo de conquistar o território, apresentando-se diante das tropas de Rodrigo junto às margens do rio Guadalete. O rei visigodo foi derrotado e abandonado e o que se seguiu foi o rápido colapso da Hispânia, com Toledo a render-se sem combate. Em 712, desembarca outro exército islâmico que toma Medina Sidonia, Sevilha e põe cerco a Mérida, onde os partidários de Rodrigo ofereceram resistência até Junho de 713 (Lévi-Provençal 1950a, 15-6). Em 714, é tomada Évora, Santarém e Coimbra (Mattoso 1992a, 321), a que se junta Saragoça, Burgos, Leão, Astorga, Lugo e talvez Viseu. Em apenas três anos, quase toda a Península Ibérica ficou sob domínio muçulmano e a ascensão de uma elite islâmica de língua árabe ditou o desaparecimento das condições políticas e sociais que deram azo à *História* de Isidoro de Sevilha. O desaire visigótico não ficou, no entanto, sem resposta.

Sem que se saiba ao certo como e por quem, por volta de 718, na cadeia montanhosa das Astúrias, um grupo de habitantes revoltou-se contra os novos senhores muçulmanos. Eram liderados, reza a lenda, por um homem chamado Pelágio, a quem tradições posteriores e politicamente motivadas atribuem uma genealogia entroncada nos monarcas de Toledo (Mattoso 1992b, 442). No ano de 722, em Covadonga (uma vez mais, segundo a lenda), os revoltosos derrotaram um exército muçulmano, abrindo caminho à fundação do Reino das Astúrias e ao início do que

ficaria conhecido como a “Reconquista Cristã”. Seria uma lenta guerra de conquista da Península aos muçulmanos que duraria até à queda de Granada em 1492, mas que em Portugal estaria concluída em 1249, quando se dá a tomada de Faro.

Cerca de um século depois desse momento fundacional, a historiografia hispânica é resgatada da sua dormência. Terá sido Alfonso II, chamado o Casto, quem tomou a iniciativa e ordenou a recolha de textos isidorianos, assim como memórias e tradições sobre os últimos reis visigodos. O jovem Reino das Astúrias vivia então o seu primeiro renascimento cultural e procurava, não sem surpresa, afirmar o seu prestígio. Assim, em 791, o Rei Casto fixou a capital em Oviedo e iniciou um projecto de construção monumental com vista à organização administrativa e glorificação do reino. Terá sido também nesta época que começou a ganhar forma o ideal hispanogodo, que procurava fazer da monarquia asturiana a herdeira legítima e directa do Reino Visigótico: sintomaticamente, segundo a *Crónica Albeldense* (XV:9; Gil Fernandez et al. 1985, 249), Alfonso II instituiu, na Igreja como no palácio real, os costumes e sistema de governo que os Godos tinham em Toledo. E, como parte desse projecto político, surgem os primeiros passos na recuperação da tradição historiográfica de Isidoro de Sevilha. Como já outros mencionaram, mais do que mera influência literária, estava presente o desejo de dar continuidade a uma mundividência e em fazer reflectir sobre o Reino das Astúrias o esplendor da Hispânica visigótica (Gil Fernandez et al. 1985, 16). As crónicas asturianas, tal como, depois delas, as leonesas, são produto dessa ideologia e, ainda que com hesitações iniciais, reflectem o desejo de ligar directamente o trono asturiano ao godo.

Numa época de profunda religiosidade socialmente transversal, os registos históricos são também moldados por uma perspectiva teocêntrica. A História desenrola-se sob o olhar atento de Deus e a vontade divina manifesta-se em acontecimentos fulcrais que recompensam, salvam ou punem os homens. Assim, por exemplo, para os autores das crónicas asturianas foram os actos de Vitiza e os pecados cometidos no reinado de Rodrigo que levaram à queda do Reino Visigótico (*Rotense* 5 e 7; Gil Fernandez et al. 1985, 198 e 200) e é a Providência que permite a fundação do Reino das Astúrias (*Crónica Albeldense* XV:1; Gil Fernandez et al. 1985, 247). Neste aspecto, o relato segue de perto o modelo bíblico, evidenciado pelo próprio autor da versão *Rotense* da *Crónica de Alfonso III*, que cita passagens do *Evangelho segundo S.*

*Mateus, Números, Levítico e Êxodo*. Na mente do cronista, Deus permitiu a queda do Reino Visigótico como punição pelos seus pecados, mas salvá-lo-ia no derradeiro momento. E esta crença, segundo a tradição, terá incutido a Pelágio o desejo de enfrentar os muçulmanos que se apresentavam diante dele com um exército numeroso. A versão *Ad Sebastianum* desenvolve o discurso e põe mesmo o mítico líder rebelde a afirmar que a queda da Hispânica foi a morte necessária do decadente e pecaminoso, para dar lugar a uma entidade revigorada e santa. E, acrescenta o texto, a partir daquele monte rústico que é Covadonga restaurar-se-á o exército e a nação dos Godos (*Ad Sebastianum* 9; Gil Fernandez et al. 1985, 205). Esta mundividência que, para o cristão da Ibéria medieval, dava sentido às derrotas passadas e à luta penosa do seu tempo, continuará a ser usada na interpretação de desaires posteriores ao início da “Reconquista”: conforme veremos, é significativo que o relato cronístico do norte da Península apenas mencione claramente uma vitória dos piratas nórdicos e que esse caso ocorra no contexto de um golpe interno e da ascensão de um bispo de Compostela retratado como pérfido. Seguindo a tradição visigótica, as crónicas medievais do norte ibérico fazem também uso da Era Hispânica, o que torna necessário subtrair trinta e oito anos às referências cronológicas.

Para efeitos da análise das incursões nórdicas do ocidente peninsular, optámos, sempre que possível, pelas fontes primárias mais antigas. Isto quer dizer que, por exemplo, preferimos usar a *Crónica de Sampiro* em detrimento do *Chronicon Mundi* de Lucas de Tui, por a primeira ser do século XI e a segunda duzentos anos posterior. Embora não o garanta, a proximidade cronológica com os acontecimentos relatados contribui para a credibilidade de um texto enquanto fonte e para o conseqüente rigor da análise dos episódios históricos. Veja-se o caso do ataque vikingue de 968<sup>3</sup>, referido tanto no trabalho de Sampiro, como no de Lucas de Tui: este último fala da intervenção de um Gonçalo Sanches, nome sucessivamente repetido por estudiosos modernos, mas Sampiro refere-se à mesma personagem pelo nome de Guilherme Sanches. A consulta da fonte mais antiga pode, por isso, fazer a diferença na identificação da figura histórica. É claro que um texto está sujeito a interpolações ou alterações nas cópias que dele se vão fazendo, algo que é relevante se o exemplar mais antigo que tenha chegado aos nossos dias for cronologicamente afastado dos

---

<sup>3</sup> Analisado no ponto 6 do Capítulo 8.



acontecimentos. Por esse motivo, não deixámos, também, de referir a questão da preservação manuscrita sempre que ela seja pertinente.

No presente capítulo, listamos um total de oito crónicas, que, de entre as que se escreveram no norte da Península Ibérica, são as de maior relevo e as mais antigas para o estudo das incursões nórdicas. A elas juntamos outras cinco de importância menor, incluindo uma obra de século XVIII que preservou um conjunto de documentos medievais.

## **2. Crónica Albeldense**

Das crónicas norte-ibéricas relevantes para o tema das investidas nórdicas, a de *Albelda* é a mais antiga e a primeira das três grandes que foram redigidas no Reino das Astúrias, se contarmos separadamente as duas versões da *Crónica de Alfonso III*.

A versão manuscrita original não chegou aos nossos dias, embora, nesse aspecto, a *Albeldense* não seja dos piores casos, dado que sobreviveu num códice do Mosteiro de Albelda, datado de cerca de 976 (Gil Fernandez et al. 1985, 81). O título com que hoje a conhecemos deriva, portanto, do nome do documento que preservou a crónica. O ano em que foi terminada é indicado pelas últimas linhas do próprio texto como tendo sido o de 883, embora já se tenha proposto que foi inicialmente concluída dois anos antes. Só depois teria sido acrescentada uma parte final, encerrando a crónica tal como a conhecemos no referido ano (Gil Fernandez et al. 1985, 34).

Já a autoria é uma questão menos clara e, até à data, sem nome. Gómez-Moreno sugeriu que tivesse sido escrita por um monge do Mosteiro do Monte Laturce (Gil Fernandez et al. 1985, 33-4), hipótese recusada por Cláudio Sánchez-Albornoz (1967, 72-9), que propõe, em alternativa, uma autoria ovatense. De resto, o próprio texto denuncia alguma familiaridade com a cidade de Oviedo, enunciando igrejas e o interior de edifícios, incluindo o próprio palácio real (*Albeldense* XV:9; Gil Fernandez et al. 1985, 248-9). Por isso e pelo seu conteúdo, tanto narrativo como ideológico, alinhado com o ideal hispano-godo, é possível que o autor tivesse sido alguém da corte de Oviedo ou, pelo menos, familiarizado com os círculos de poder do Reino das Astúrias. No final do capítulo 11, a crónica inclui mesmo a nota de que Alfonso II “jaz aqui” entre os altares que mandou edificar.

Entre as fontes utilizadas pelo autor, reconhece-se a utilização de cópias dos trabalhos de Isidoro de Sevilha, Julião de Toledo, do *Comentário do Apocalipse* de 833 e, provavelmente, da chamada *Crónica Profética*<sup>4</sup>. A influência da tradição visigótica está, aliás, patente na própria organização da narrativa, que alterna entre os acontecimentos universais e o enfoque na realidade ibérica, e na datação pela Era Hispânica. Entre as fontes consultadas pelo autor da *Albeldense* estaria também um registo primitivo dos primeiros reis das Astúrias, composto durante o reinado de Alfonso II e no seguimento do seu projecto cultural. Mas, para os ataques vikingues, desconhecemos ao certo de onde terá vindo a informação. Dada a proximidade cronológica com os acontecimentos, é possível que derive de relatos orais transmitidos por testemunhas dos episódios, mais ainda se considerarmos a ligação do autor à capital asturiana, onde a informação poderia estar disponível para quem tivesse contacto com os círculos político e cultural. Nesse sentido, não é de negar a hipótese de terem existido pequenos registos escritos actualmente perdidos e dos quais poderão ter sido extraídas as notícias de ataques.

Seja qual for o caso, a *Crónica Albeldense* menciona as investidas do século IX, as mesmas que abrem a Idade Vikingue na Península Ibérica. As referências são breves, mas, tanto quanto podemos dizer, seguras, quanto mais não seja porque são quase contemporâneas dos acontecimentos e confirmadas por outros textos.

### **3. Crónica Profética**

Trata-se de uma crónica do final do século IX, contemporânea da *Albeldense*, em cujo texto foi incorporada em dado momento da preservação manuscrita. Enrique Flórez publicá-las-ia em conjunto na sua *España Sagrada*, mas, em 1932, Gómez-Moreno deu à narrativa o nome de *Crónica Profética* (Gil Fernandez et al. 1985, 37).

O título deve-se ao conteúdo do texto que, após abrir com uma genealogia mítica dos Árabes, relata a sua entrada na Península Ibérica, a queda dos Visigodos e lista os primeiros governantes muçulmanos da Hispânia com o objectivo confesso de prever a sua expulsão eminente do território. A base da previsão era uma profecia bíblica e, por esse motivo, a crónica foi apelidada de profética.

---

<sup>4</sup> Veja-se o ponto seguinte.

Conforme indicado, a preservação manuscrita fez-se em boa medida por associação à *Albeldense*, à qual foi unida, a dada altura, no processo de transmissão. Os dois textos encontram-se como um só no Códice do Mosteiro de Albelda, mas o de Roda, que terá sido terminado no século XI, contém uma versão completa ou, pelo menos, mais completa, e foi a ela que Gómez-Moreno recorreu para a sua edição separada da *Crónica Profética*. Desconhece-se o nome do autor, embora o conhecimento do mundo muçulmano peninsular denuncie alguém com acesso a fontes árabes. Talvez tenha sido um clérigo moçárabe ou, como já foi proposto, um diácono de nome Dulcino, que integrou uma embaixada que Alfonso III enviou a Córdova em 883 (Gil Fernandez et al. 1985, 36). Quanto à datação, a própria crónica resolve a questão ao dar-nos uma referência cronológica, assinalando que faltavam sete meses para o dia de São Martinho, altura em que se completariam cento e sessenta e nove anos sobre a invasão muçulmana (contada desde 714, por erro do autor). E isto diz-nos que o texto estaria a ser terminado a 11 Abril de 883.

A profecia que deu o nome moderno à crónica não se concretizou, mas a exposição escrita permitiu a preservação de informação sobre o período, com referências precisas à presença de vikingues na Península Ibérica. É, aliás, uma das poucas fontes que indicam não só o ano, mas também o mês e dias nos quais ocorreram investidas nórdicas. A sua credibilidade é reforçada pela proximidade cronológica com os acontecimentos.

#### **4. Crónica de Alfonso III**

Contemporânea da *Albeldense*, conhecem-se duas versões desta crónica, diferentes em estilo e conteúdo: a *Rotense* e a *Ad Sebastianum* (também conhecida como *Chronicon Sebastiani*). Entre os séculos XVIII e XX, o texto foi conhecido como *Crónica de Sebastião de Salamanca*, título atribuído por Flórez com base na carta no início da *Ad Sebastianum*. Só em 1910, com a publicação da *Rotense*, foi aberto o debate sobre a origem e história da narrativa.

A preservação manuscrita das duas versões é distinta. Da *Ad Sebastianum* não sobreviveu qualquer exemplar medieval, restando cópias posteriores de avaliação difícil dadas as interpolações. Encontra-se, por exemplo, no Códice de Segorte, datado do século XVI e, felizmente, microfilmado antes de ser destruído durante a Guerra Civil

Espanhola. Mas a versão de Sergote é, por sua vez, cópia de outra obra, doada à Biblioteca do Escorial em 1578 e destruída num incêndio em 1671. Igualmente complexo é caso do chamado Códice Ovatense de Morales, que é uma reprodução de século XVI de um texto do Bispo de Oviedo que, supostamente e por sua vez, reproduziu parte de uma obra da época de Alfonso III (Gil Fernandez et al. 1985, 45-8). Melhor sorte teve a versão *Rotense*, assim denominada por ter sido preservada no Códice de Roda, datado, o mais tardar, do século XI (Gil Fernandez et al. 1985, 54).

A publicação desta última versão em 1910 abriu o debate sobre qual das duas seria a mais antiga. De início, a tese dominante defendia a anterioridade da *Ad Sebastianum*, mas foram vários os estudiosos que acabaram por propor o oposto. Entre eles esteve Cláudio Sánchez-Albornoz, que baseou a sua teoria no carácter mais popular de alguns episódios e nas diferenças de estilo e de conteúdo, como o uso de um latim menos cuidado na composição da *Rotense*, característico de um leigo ou clérigo pouco culto (Sánchez-Albornoz 1967, 97-8). O mesmo estudioso sugere até que o autor tenha sido o próprio Alfonso III ou um grupo sob a sua orientação (1967, 102-3). Curiosamente, a *Rotense* não faz de Pelágio um descendente dos reis de Toledo, o que talvez indique que o desejo de fazer do trono asturiano um sucessor directo do visigodo tenha tido origem não nos círculos políticos, mas antes no meio religioso. E terá sido a um clérigo que o texto foi depois enviado para revisão, originando a versão *Ad Sebastianum*, que denuncia uma autoria erudita e está plenamente integrada no ideal hispano-godo. A data de composição da *Rotense* não é certa: a ser posterior à *Crónica de Albelda*, pode estabelecer-se o ano de 883 ou 884 como *terminus post quem*, conforme sugere Ruiz de la Peña (Gil Fernandez et al. 1985, 39). E, se tomarmos igualmente como certa a autoria de Alfonso III, seja ela literal ou apenas orientação do monarca, então a crónica teria sido terminada o mais tardar em 910, ano da morte do rei. A data de conclusão da *Ad Sebastianum* deverá encontrar-se também nessa janela temporal de cerca de vinte e cinco anos.

A respeito das incursões nórdicas, ambas as versões da *Crónica de Alfonso III* referem os mesmos acontecimentos que a *Albeldense*, se bem que, como veremos, possa fazer-se uma leitura diferente dos que ocorreram por volta de 860. Uma vez mais, a proximidade cronológica com os acontecimentos favorece a sua credibilidade enquanto fonte histórica, embora se possa questionar a validade da *Ad Sebastianum*

dados os problemas de preservação manuscrita. Felizmente, a *Rotense* permite confirmar os dados contidos na narrativa.

## 5. Crónica de Sampiro

Editada, pela primeira vez, em 1615 por Prudêncio de Sandoval, é uma crónica reconstruída, dado que chegou aos nossos dias através da sua inclusão noutros dois textos: a *História Silense*<sup>5</sup> e o trabalho de Pelágio de Oviedo. São ambas versões do século XII, mas a primeira é tida como a mais fiel e a segunda como estando carregada de interpolações e alterações.

Tal como o texto que nos legou, também o que hoje se diz sobre a identidade do autor é uma reconstrução. Pelágio de Oviedo identificou Sampiro como o Bispo de Astorga e houve de facto um prelado com esse nome e cargo, tal como se conhece a existência de um notário da corte de Leão também ele chamado Sampiro. Já no século XX, Pérez de Urbel seguiu a teoria de Pelágio e fez uma reconstrução biográfica com base em documentos da época, traçando a vida de Sampiro desde o seu nascimento em Bierzo, nos actuais limites de Leão com a Galiza, até à sua morte como Bispo de Astorga, por volta de 1042. Pelo meio, terá sido notário na corte de Bermudo II, que o acolheu, e ainda de Alfonso V, por vezes exercendo, julga-se, o papel de conselheiro da família real (1952, 129-30).

A preservação manuscrita da crónica está ligada à da *História Silense*, dado a inclusão da primeira nesta última. Sem ela, restar-nos-ia apenas a versão interpolada de Pelágio de Oviedo, que moldou o texto ao seu gosto e chegou mesmo a adulterar a narrativa. Uma diferença entre as duas versões é a forma como Bermudo II é retratado: Pelágio tinha uma opinião negativa do monarca, mas o autor original da crónica teria a posição oposta, dado que foi acolhido e protegido por esse rei. Assim, Sampiro descreve Bermudo II como um bom governante, estimando igualmente familiares do soberano. Quanto a fontes, terá usado a *Albeldense* e já se colocou a hipótese de ter recorrido a um texto hoje perdido sobre o reinado de Ramiro III, dado o grau de detalhe da narrativa (Pérez de Urbel 1952, 44). A proximidade cronológica também pode ter permitido o recurso a testemunhos orais da época e, a esse respeito,

---

<sup>5</sup> Apresentada no ponto seguinte.

Pérez de Urbel não põe de parte a possibilidade de terem sido usadas tradições populares (1952, 257-9).

Em termos de conteúdo, a *Crónica de Sampiro* é relevante por se tratar de uma das poucas fontes para o período que vai do final do século IX até ao ano 1000. De vikingues fala apenas uma vez no reinado de Ramiro III, ao mencionar a vinda da uma grande frota liderada por um homem chamado Gunderedo. Se Sampiro não esconde a sua estima por Bermudo II, também não oculta a sua oposição declarada ao monarca anterior, Ramiro III, cuja deposição recebe a aprovação do autor. Assim sendo, é justo perguntar se a descrição catastrófica da expedição de Gunderedo não se ficou a dever a um desejo de Sampiro em denegrir o reinado de um rei ao qual se opunha. Mas, quando se deu esse ataque, Ramiro III era ainda menor e sujeito à regência de Elvira, irmã de Bermudo II e uma mulher retratada como uma figura respeitável. Por isso, dificilmente se pode acreditar que Sampiro denegrisse propositadamente o período de governo de uma pessoa por ele estimada, o que favorece a credibilidade histórica do relato que o autor faz da incursão de Gunderedo. E, em qualquer caso, esse episódio é parcialmente referida noutros textos.

## 6. História Silense

É uma narrativa incompleta e de autor parcialmente desconhecido: eis duas características desta crónica que, no que se refere às incursões nórdicas, pouco mais faz do que repetir as suas antecessoras.

Foi publicada, pela primeira vez, em 1721 nas *Antiguidades de España* de Francisco Berganza, que indicava como autor um monge do Mosteiro de São Domingos de Silos. A tese foi seguida por Flórez em 1763, quando também ele publicou a narrativa no tomo XVI da sua *España Sagrada*, com o título de *Cronicão do monge de Silos* (Pérez de Urbel & Gonzalez Ruiz-Zorrilla 1959, 10). Desse modo, o texto passou a ter a denominação de *Silense*. Não terá sido composto antes de 1109, dado que o autor indica ter iniciado o trabalho depois da morte de Alfonso VI, que ocorreu nesse ano. Pérez de Urbel e Gonzalez Ruiz-Zorrilla acreditam, por isso, que a *História* terá sido escrita algures durante a segunda década do século XII (1959, 69). O referido monarca é, aliás, o tema da crónica, mas a narrativa termina sem cumprir o objectivo a que o autor se propôs.

A preservação manuscrita da *História Silense* é relativamente tardia, encontrando-se em manuscritos do século XV em diante. Na análise das incursões nórdicas no ocidente peninsular, servirá para o ataque de 844, com um detalhe que contribui para a questão do percurso exacto dessa incursão, e faz ainda referência à construção de uma fortificação na região de Oviedo, o que poderá ser útil na análise dos vestígios das investidas nórdicas.

## 7. Cronicão Iriense

Foi durante muito tempo menosprezado, confundido com um texto de século XV intitulado *Crónica de Santa Maria de Iria* ou considerado um apêndice à *Historia Compostelana*. Mas, de acordo com Manuel García Alvarez, o *Cronicão Iriense* é uma obra anterior e de algum valor histórico (1963, 70-2).

Desde o século XVI que diversos textos aludem a uma história antiga dos Bispos de Iria e Compostela (García Alvarez 1963, 25), mas a crónica só seria publicada na *Synopsis histórica chronológica de España* de Juan de Ferreras, em 1702. De entre os manuscritos que contêm o *Cronicão Iriense*, o mais antigo data do final do século XII, existindo ainda uma cópia idêntica do mesmo período (García Alvarez 1963, 31-2).

As teorias sobre a datação reflectiram durante muito tempo a posição de Flórez, que considerou o *Cronicão* um trabalho intimamente ligado à *Historia Compostelana*. García Alvarez menciona que também chegou a ser proposta a data da última entrada, que é o ano de 984, e ainda o final do século XI (1963, 80-2). O mesmo estudioso focou-se numa série de detalhes para propor um período aproximado para a composição do *Cronicão*: refere, por exemplo, o uso do topónimo Compostela, que é comum apenas a partir do século XI, e a referência à igreja compostelana de São Martinho, cuja construção começou no final do século X, tornando plausível que o autor escrevesse numa altura em que o templo já estaria concluído. Se a isto juntarmos a distinção clara entre o *Cronicão* e a *Historia Compostelana*, que García Alvarez defende com base na ideia de que os autores não usaram os trabalhos um do outro, então torna-se possível datar o texto da segunda metade do século XI, talvez mesmo dos anos em redor de 1080 (García Alvarez 1963, 85-90). A autoria é uma questão de resolução muito mais difícil: é possível sustentar a hipótese de a obra ter

sido composta por um clérigo de Santiago de Compostela, mas sem certezas quanto à sua identidade.

O relato do *Cronicão* é, por vezes, fragmentário, como se construído a partir da junção de peças de origens diferentes. Algumas delas são conhecidas, como os trabalhos de Hidácio e Isidoro de Sevilha, mas García Alvarez chama-lhe uma refundição de textos e até de tradições populares (1963, 98). Actualmente, tem o valor de conservar informação de fontes hoje perdidas, enquanto na Idade Média, com a proliferação de outros trabalhos que abordavam os mesmos temas, teria falhado nessa mais-valia. Desse modo, terá acabado por cair no esquecimento até ao século XV, altura em que dela se fez uma versão galega intitulada *Crónica de Santa Maria de Iria*. Esta última nem sempre concorda com o *Cronicão*, devendo encarar-se mais como uma reescritura e não apenas uma tradução para galego.

O valor do texto para o estudo das incursões nórdicas no ocidente peninsular é variável. Se, por um lado e conforme veremos, o recurso a tradições populares arrisca a confusão ou exagero de episódios históricos, por outro, o *Cronicão Iriense* contém um relato da grande incursão de 968 que merece uma leitura atenta, nomeadamente em conjunto com a *História Compostelana*.

## **8. Historia Compostelana**

Publicada, pela primeira, em 1765 no volume XX da *España Sagrada* de Flórez, a quem se deve o título de *Historia Compostelana*, trata-se de uma obra composta aproximadamente entre 1107 e 1149. De início, foi planeada como um registo documental e narrativo dos sucessos da Igreja de Compostela, que passou de diocese a arquidiocese durante o governo eclesiástico de Diego Gelmírez.

Tanto a autoria como a datação exactas da obra são em parte incertas. Foi certamente composta por mais do que uma mão ao longo de várias décadas e a identidade de alguns dos autores é geralmente aceite. Nuno ou Munio Afonso é tido como o primeiro deles e quem concebeu a obra como um registo documental com um relato narrativo e acompanhado pela transcrição de documentos oficiais. No fundo, uma combinação da *gesta* de uma crónica com o registo próprio de um cartulário, preservando a memória de feitos e privilégios. A data de início da composição é difícil de precisar: Emma Falque Rey, tradutora e editora da obra em 1994, recua até 1107,



apontando para referências documentais a Nuno Afonso como tesoureiro da igreja (1994, 19); López Alsina argumenta a favor de 1109, data da morte de Alfonso VI (1988, 49), e propõe o ano de 1110 para o fim da contribuição de Nuno Afonso, enquanto Reilly apresenta a hipótese de 1113. Sem certezas quanto a datas, portanto, cerca de quarenta capítulos da *Historia Compostelana* terão sido redigidos pelo tesoureiro da Igreja de Compostela algures entre 1107 e 1113.

A pena terá depois sido tomada por Giraldo, clérigo provavelmente de origem francesa que López Alsina diz ter chegado a Santiago no final da primeira década do século XII (1988, 66). O período em que esteve à frente da composição da obra terá decorrido, aproximadamente, entre 1120 e 1124. Há um terceiro autor conhecido, um clérigo chamado Hugo, que terá escrito o conteúdo do capítulo XV do Livro I, a que se soma a notícia do contributo de um Pedro, cuja identificação não é unânime, e ainda a questão da autoria final da *Historia Compostelana*, que é complicada pela perda dos últimos capítulos da obra. O nome de Raineiro, clérigo de Pistoia, foi sugerido no início do século XX, mas a ideia foi posta em causa por López Alsina em 1988, que argumenta a favor de Pedro Marcio - cónego, subdiácono e notário compostelano. Quanto a datas, aponta para o período que vai de 1145 a 1149, já durante o pontificado do Arcebispo Pedro Elias (1988, 78-93).

Este cenário complexo de diferentes autores em períodos diversos tem como elemento agregador a figura de Diego Gelmírez, primeiro arcebispo de Santiago de Compostela a partir de 1120. Foi ele o patrono e incentivador da *Historia Compostelana* e, conseqüentemente, aos autores interessava fazer a apologia do prelado, realçar-lhe os traços de glória, de escolhido e filho devoto da Igreja e engrandecer as conquistas da sua sede. López Alsina nota uma diferença entre o trabalho de Nuno Afonso e o de Giraldo que, ao ser contemporâneo da ascensão de Gelmírez, terá reduzido a inserção de fontes documentais no texto, possivelmente porque os diplomas poderiam conter dados contrários ao relato laudatório (1988, 76). No mesmo sentido, acresce ainda uma falta de referências cronológicas precisas que dificulta a utilização da *Historia Compostelana* como fonte de informação, por ingenuidade dos autores ou por interesse em diluir determinados episódios na narrativa. E tudo isto aconselha cautela no que respeita aos feitos de Diego Gelmírez e às motivações que terão moldado o texto.

Na análise das incursões nórdicas, esse aspecto crítico será essencial, nomeadamente no episódio da viagem do rei Sigurðr jórsalafari e na evolução das Torres do Oeste. A *Historia Compostelana* incorpora, em parte, informação já contida em fontes anteriores, mas contém também dados únicos, nomeadamente para os séculos XI e XII, cuja validade será discutida em lugar próprio.

## **9. *Chronica Gothorum***

Foi com este título que, parcialmente, apareceu publicada, pela primeira vez, em 1632, na terceira parte da *Monarquia Lusitana* de António Brandão. Flórez, que a incluiu na sua *España Sagrada*, chamou-lhe *Chronicon Lusitanum*, com base no critério de que se referia mais a Portugal do que aos Godos. Existe ainda um texto bastante próximo chamado *Brevis Historia Gothorum*.

Na realidade, à semelhança de outras fontes coevas ou anteriores do norte da Península Ibérica, a *Chronica* começa com a presença visigótica no território e a invasão muçulmana, para depois se deter em acontecimentos de 987 a 1184 e, essencialmente, no actual território português. Faz, por isso, uma verdadeira contextualização da “reconquista” na faixa ocidental da Península.

A história interna da crónica é complexa. António Brandão terá tido acesso a um documento em tempos propriedade de André de Resende, que o datou do século XIII, mas que Pierre David não dá como mais antigo do que o século XIV (1947, 280-1). Dessa fonte, hoje perdida, terá transcrito a versão da *Chronica Gothorum* que se encontra nos apêndices da *Monarquia Lusitana*. Mas Brandão diz ter encontrado também um texto semelhante, mais resumido e que refere ter retirado de documentos dos mosteiros de Alcobaça e Santa Cruz de Coimbra, versão a que se deu o nome de *Brevis Historia Gothorum*. A complexidade do tema adensa-se se tivermos em conta as dúvidas sobre António Brandão, cujo trabalho é, muitas vezes, dado a falsidades e exageros.

No século XX, o estudioso Pierre David focou-se nos primórdios da historiografia portuguesa e naqueles primeiros textos a que deu o nome de *Annales Portucalenses Veteres*. Originários de Santo Tirso, onde terão sido escritos antes de 1079, os *Annales* foram, mais tarde, copiados em Santa Cruz de Coimbra, algures depois de 1131 (Mattoso 1993a, 50), e servido de fonte para a *Chronica Gothorum*.

Assim, segundo Pierre David, aquilo que Brandão afirmava ter encontrado em documentos de Alcobaça e Coimbra foram, na realidade, fragmentos dos *Veteres* (1947, 283). Os *Annales* registariam acontecimentos de 987 a 1079, de Almançor a Alfonso VI, até serem expandidos primeiro até ao ano de 1111 e depois até 1168 (David 1947, 288-9). Ambas as expansões teriam deixado vestígios em documentos de Coimbra, mas também na *Chronica Gothorum* e na *Brevis Historia*, onde terão sido incorporadas as notícias de acontecimentos até 1122. Os restantes quarenta e seis anos do relato cronístico dos *Annales* também acabaram por ser utilizados, mas com acrescentos e transformações dado o enfoque no primeiro rei português, que ocupa um lugar central no texto da *Chronica Gothorum* de 1125 a 1184. Este último ano marca, aliás, o limite cronológico da narrativa, embora Pierre David considere que a derradeira notícia está incompleta e propôs, por isso, que ou o autor não terminou o trabalho ou a última página encontra-se perdida. Autor esse que, acrescente-se, é desconhecido, podendo-se apenas sugerir tratar-se de um clérigo de Santa Cruz de Coimbra.

Sobre a datação, a questão é complicada pela possibilidade de diferentes partes terem sido redigidas em diferentes períodos. Alexandre Herculano que, em 1856, editou a *Brevis Historia Gothorum* e a *Chronica Gothorum* nos seus *Portugaliae Monumenta Historica* (Scriptores I, 5-17), defendeu a existência de dois autores, um que se ocupou da parte inicial nos últimos anos do século XI e outro que, já depois de 1212, trabalhou essencialmente as notícias referentes ao reinado de Afonso Henriques (David 1947, 285). Pierre David, no entanto, não crê que a *Chronica Gothorum* tenha sido redigida para lá de 1200 (1947, 284).

O valor da *Chronica* e da *Brevis Historia* para o estudo das incursões nórdicas prende-se com episódios que tiveram lugar no território português nos séculos XI e XII, incluindo o ataque a Sintra pelo rei norueguês Sigurðr jórsalafari, que analisaremos em conjunto com o conteúdo de textos nórdicos. O registo escrito pode ser cronologicamente próximo dos acontecimentos, ainda que indirectamente preservado por ter sido copiado dos *Anales Veteres* para a *Chronica* e a *Brevis Historia*. Talvez se possa atribuir a isso algumas diferenças entre estes dois últimos textos ou, conforme veremos, a aparente continuidade entre ambos no que diz respeito a Sintra.

## 10. Outras fontes

Para além das principais fontes do norte da Península Ibérica, que são essencialmente as apresentadas nas páginas anteriores, há ainda outras de dimensão menor, tanto ao nível do conteúdo como da própria natureza do texto, e que nos ocupam na parte final deste capítulo.

### **Annales Complutenses**

Também chamados de *Anales Castellanos Segundos*, são um trabalho de autoria desconhecida. Foram sugeridas datas de composição como 980, mas Sánchez-Albornoz não põe de parte um período posterior (1980, 704). Provavelmente, terão sido escritos à medida que se davam os acontecimentos. A sua conservação fez-se graças à inclusão num códice escrito nas Astúrias, talvez no Mosteiro de San Juan de Corias, e os *Annales* seriam publicados em 1762 no volume 23 da *España Sagrada*. São relevantes para o estudo das incursões nórdicas devido a uma referência que poderá estar relacionada com o ataque de 968.

### ***Vita et miracula Sancti Rudesindi***

Trata-se de um texto do século XII que narra a vida e milagres de São Rosendo, santo galego que viveu no século X e que foi protagonista de, pelo menos, um episódio histórico que envolve piratas nórdicos. Publicada, pela primeira vez, em 1667, encontra-se traduzida em castelhano desde 1990 com o título *Vida y milagros de San Rosendo* (Díaz y Díaz et al. 1990).

De acordo com as primeiras linhas do próprio texto, o autor foi um homem chamado Ordonho, monge no Mosteiro de Celanova, fundado pelo próprio São Rosendo em terras doadas pelo seu irmão Froila em 936. No entanto, a hipótese de um segundo autor tem sido colocada desde o século XVI, altura em que um enviado de Filipe II de Espanha diz ter encontrado, em Celanova, uma vida de São Rosendo escrita trezentos e cinquenta anos antes por um monge chamado Ordonho e enriquecido por um outro membro da comunidade monástica de nome Estêvão. A opinião de Manuel Díaz y Díaz, Maria Gómez e Daria Pintos, editores da *Vita* em 1990, é a de que o primeiro foi o autor da biografia e da maior parte dos livros de milagres, não negando,

no entanto, que o segundo possa ter tido um trabalho preliminar de recolha de informação (1990, 44-5 e 54).

A respeito da data de composição, a *Vita* propriamente dita, isto é, o relato da vida do santo e não a lista dos acontecimentos milagrosos a ele atribuídos, terá sido redigida por volta de 1172, ano da canonização de São Rosendo. Respondia, portanto, a um momento alto para o Mosteiro de Celanova e terá sido o culminar de um projecto de preservação da memória do seu fundador. Ordonho terá recorrido a documentos e tradições orais, resultando num texto por vezes dúbio. Por exemplo, há referência a um rei Ordonho, filho de Ramiro, aquando da nomeação de Rosendo para bispo com 18 anos de idade. Mas esse episódio, a ser verdade, teria acontecido por volta de 925, altura em que não se conhece nenhum monarca com o nome e laços familiares mencionados. Se juntarmos a isso o facto de o autor ser um membro da comunidade fundada pelo biografado e, conseqüentemente, interessado no seu engrandecimento, então o recomendável será cautela na utilização da *Vita* como fonte de informação sobre as investidas nórdicas.

### ***De expugnatione lyxbonensi***

Quando, em 1147, o primeiro rei português atacou e tomou Lisboa, fê-lo com o auxílio de cruzados que viajavam pela costa ocidental da Península Ibérica a caminho da Palestina. O episódio ficou registado por escrito por um cruzado inglês, que nos legou um relato detalhado da viagem e cerco da cidade.

O único manuscrito completo actualmente existente encontra-se, desde a primeira metade do século XVI, no Colégio de *Corpus Christi* da Universidade de Cambridge, podendo ser datado da segunda metade do século XII à primeira década da centúria seguinte (Nascimento 2007, 9). Conforme indicado pela abertura do próprio texto, o autor terá sido um cruzado cujo nome começava pela letra R. Não se conhece, no entanto, o antropónimo completo, o que deu origem a diversas teorias sobre a sua identidade. Uma das hipóteses sugere um deão Roberto, cónego da Sé de Lisboa desde 1147 até às últimas décadas do mesmo século. Outra aponta antes para um presbítero Raul que, numa doação ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra com a data de 1148, descreve a conquista de Lisboa e a construção de um ermitério dedicado à Virgem, junto do qual tinham sido sepultados cruzados ingleses. Quanto ao

destinatário do relato, que se apresenta como uma carta, apenas temos a abreviatura de Osb. de Bawdsey, correspondendo talvez a um Osberno ou Osberto.

Sem surpresa, a descrição da tomada da cidade não deve ser entendida como um texto neutro, mas como um trabalho que respondeu a um objectivo. O autor terá sido sensível ao seu próprio contexto pessoal, ao do destinatário e à realidade peninsular, onde o primeiro rei português pugnava pelo reconhecimento da independência de Portugal junto da Santa Sé. Nesse sentido, a conquista de Lisboa e a divulgação escrita do feito juntavam elementos importantes para a construção de uma opinião favorável em Roma: a exaltação de uma vitória militar que manifestava o favor divino do monarca português contra o “infiel”; a consagração internacional do episódio por via do seu registo e transmissão documental; e a influência de movimentos religiosos em ascensão junto do Papado, nomeadamente os cistercienses.

Precisamente por ser um texto que responde a objectivos concretos, é difícil pensar nele como uma carta espontânea de um cruzado em viagem. Pelo contrário, deverá ter sido uma narrativa planeada e para a qual o autor terá tido acesso a documentação da chancelaria régia. Quanto a nórdicos, o relato da conquista de Lisboa menciona a presença de Normandos na expedição de cruzados, embora, conforme já dissemos, não estejamos perante vikingues, mas sim nativos do Ducado da Normandia, assimilados pela cultura francesa e próximos dos Ingleses. E o texto será também útil pela descrição que faz de Lisboa e das suas muralhas, aspectos que são relevantes na análise do ataque de 844 e da expedição de Sigurðr jórsalafari, já no século XII.

### **España Sagrada**

É uma obra monumental que conta actualmente com cinquenta e seis volumes e cuja autoria original é de Enrique Flórez, um clérigo agostiniano espanhol do século XVIII. O primeiro tomo foi publicado em 1747 e, dois anos depois, eram já cinco os que tinham vindo a público. Após a morte de Flórez, em 1773, o trabalho foi continuado por Manuel Risco (Javier Campos & Sevilla 2000, lxiii).

Em termos de conteúdo, é uma obra com falhas e lacunas próprias da historiografia do seu tempo e com transcrições aquém dos padrões críticos actuais. Mas é também verdade que a sua monumentalidade permitiu a preservação de

informação que, caso contrário, teria sido perdida e, fruto da sua abrangência e da pesquisa intensa do autor, a *España Sagrada* é actualmente um instrumento de trabalho importante, muitas vezes incontornável, no estudo da Idade Média da Península Ibérica. Tanto ao nível das fontes primárias como da análise das mesmas. É disso sinal as referências frequentes a Flórez neste e noutros capítulos, dado que pelas suas mãos passou a generalidade das fontes cronísticas dos primeiros séculos da “Reconquista”.

Dessas mesmas fontes há, no entanto, edições críticas modernas, que foram as utilizadas neste trabalho. Da *España Sagrada* retiramos, por isso, apenas documentos de menor dimensão, como contratos ou doações contidas nos apêndices de diferentes volumes, justificando, assim, a inclusão da obra neste capítulo.

### **Cartulários e colectâneas de documentos**

Para além das fontes acima mencionadas, é ainda possível encontrar informação sobre ataques nórdicos no ocidente ibérico em documentos provenientes de cartulários peninsulares. É o caso do Tombo A da Catedral de Santiago de Compostela, assim como de edições que reúnem textos de origem diversa subordinados um único tema (cidade, período histórico, reinado, entre outros) e ainda artigos que analisam documentos específicos.

O conteúdo destas fontes corresponde essencialmente a contratos de venda e doações onde, para além da localização e limites das propriedades, é normal encontrar pequenas narrativas históricas que contextualizam as transacções. É nesses relatos introdutórios que surgem referências a incursões nórdicas e, por vezes, com detalhe considerável. Dado que o valor crítico de cada um dos documentos é variável, a sua análise será feita oportuna e individualmente, sempre que necessário.

## Capítulo 2

### Fontes árabes

#### 1. Contexto histórico

Enquanto, no norte cristão da Península Ibérica, o Reino das Astúrias retomava a tradição isidoriana e criava os seus primeiros registos cronísticos, a sul, na parte do território tomada por exércitos muçulmanos, sucediam-se as convulsões e os projectos políticos que formaram o cenário das incursões nórdicas e a realidade presente de alguns dos autores que as registaram.

À época da conquista árabe da Península Ibérica, o mundo muçulmano era liderado pela dinastia dos Omíadas, cujo califado tinha a sua capital em Damasco. Mas, em 750, incapaz de lidar com as divisões crescentes, a família reinante é derrubada pela revolta dos Abássidas e o Califado de Damasco chega ao fim. Ao massacre dos Omíadas sobrevive um príncipe – Abd al-Rahman – que, após um périplo de alguns anos pelo Médio Oriente e norte de África, desembarca no Andalus em 755. No ano seguinte, entrou em guerra com o governador peninsular de então e, após conquistar algumas das grandes cidades do sul, proclamou-se emir (Lévi-Provençal 1950a, 67-9). Era o início do Emirado Omíada de Córdova.

A subida ao poder de Abd al-Rahman significou a independência do Andalus do resto do império islâmico, ao mesmo tempo que operavam as mudanças culturais geradas pela conquista da Península Ibérica. A língua da nova elite espalhou-se pelas massas à medida que se sucediam as vagas de imigrantes e aumentam os convertidos ao Islão. Multiplicaram-se as escolas corânicas e, mesmo entre os que permaneciam adeptos do cristianismo, o idioma dos novos senhores ganhava terreno: no século IX, dois cristãos de Córdova queixavam-se de que os membros da sua comunidade não sabiam escrever latim, mas sim árabe (Rubiera Mata 1992, 17).

O Emirado Omíada de Córdova persistiu até 929, não porque tenha sido derrubado, mas porque passou a Califado quando um dos seus monarcas, Abd al-Rahman III, foi proclamado califa (Lévi-Provençal 1950b, 321-3). A curva descendente dos Omíadas inicia-se apenas nas últimas décadas do século X, depois da subida ao trono de Hisam II em 976. Ainda uma criança, ficou sujeito à regência da sua mãe por



interesse de dois homens: al-Mushafi e Muhammad ibn Abi Amir, esta último *hajib* ou perfeito do palácio e que ficaria para a História como Almançor (o Vitorioso) (Lévi-Provençal 1950b, 397 e 402-4). Em 978, um golpe palaciano afasta al-Mushafi do poder e é Abi Amir, entretanto já popular entre as massas e o exército, quem ascende ao cargo de primeiro-ministro de Hisam II sob a protecção da rainha-mãe (Lévi-Provençal 1950b, 407). Deste ponto em diante, e principalmente a partir de 981, Almançor seria o senhor de facto do Califado de Córdoba, arredando o califa para uma posição cerimonial e secundária. E, para ajudar a assegurar o poder, liderou campanhas militares vitoriosas contra o norte, chegando mesmo a saquear Santiago de Compostela em 997. Dir-se-ia que foram tempos de glória para o Andalus, mas vieram a um preço: ao reorganizar o exército, Almançor recrutou berberes e mercenários cristãos que requeriam pagamentos constantes e arredou da cena política os Omíadas, cujo prestígio foi desgastado. Quando morreu, em 1002, deixou um califado que parecia forte, mas que não tardou a caminhar para a desagregação (Torres 1992, 423).

A Almançor sucedeu o seu filho, Abd al-Malik al-Muzaffar, que faleceu logo em 1008. Hisam II era ainda vivo e califa de poderes reduzidos, mas acabou por ser deposto por um primo seu, iniciando um período de profunda instabilidade e fragmentação políticas. Porque, à medida que o clima de guerra civil esvaziava de poder a autoridade central omíada, surgiam autoridades regionais, a seu tempo reinos independentes ou taifas, lideradas por aristocratas, mercenários e até antigos funcionários do palácio real. Apareciam um pouco por todo o lado, como em Toledo, Badajoz, Sevilha ou Silves, e com durabilidade variável, dado que depois ainda lutavam entre elas. À guerra entre Estados muçulmanos juntava-se a pressão dos reinos cristãos a norte, que não deixaram de aproveitar a fragmentação a sul para conseguirem ganhos territoriais. Ou, então, impunham tributos às taifas e agiam como mediadores dos conflitos entre elas, qual lobo a guardar o rebanho. Inevitavelmente, teria de haver uma ovelha cuja morte desse o sinal de alarme e foi o que sucedeu em 1085, quando Toledo foi tomada por Alfonso VI de Leão e Castela. Alarmadas, as taifas viraram-se para os Almorávidas, africanos recém-convertidos ao Islão que tinham já conquistado Marrocos e instalado a sua capital em Marraquexe (Rubiera Mata 1992,

23). Após atravessarem o Estreito de Gibraltar, derrotaram Alfonso VI em Zalaca, em 1086 (Torres 1992, 426), mas não tomaram Toledo.

Ironia da História, era a vez dos muçulmanos da Península Ibérica caírem às mãos dos seus salvadores. Tendo como credenciais as suas vitórias sobre os cristãos, os Almorávidas foram vistos por parte da população andaluza como protectores contra o norte e potenciais restauradores da unidade perdida, levando a que, uma a uma, as taifas caíssem perante os novos senhores muçulmanos. Em consequência disso, o Andalus tornou-se num território satélite do norte de África, sujeito a uma versão rigorosa do Islão e a uma carga fiscal pesada. Acabaram por surgir sinais de insatisfação e estalaram revoltas, logo a partir da década de 1120, seguidas de um novo pedido de ajuda a um grupo exterior. Desta feita foram os Almóadas, uma nova força religiosa e militar oriunda do norte de África e em guerra com os Almorávidas, cuja capital, Marraquexe, tomaram em 1147. Uma vez dominado o Magrebe, entraram na Península Ibérica e, tal como os seus inimigos cem anos antes, asseguraram o controlo do Andalus (Mendo Carmona 1995, 40-1).

É este contexto histórico da presença muçulmana na Península Ibérica, de maior ou menor estabilidade política, dos Omíadas aos Almoadas, que preside à composição das fontes árabes que referem a presença nórdica na costa peninsular. Essencialmente, há três autores islâmicos a ter em conta: Ibn al-Qutiya, Ibn Hayyan e Ibn Idhari al-Marrakushi. O mais antigo deles é o primeiro, que viveu no século X, e o mais recente o terceiro, que escreveu no século XIV. O valor histórico dos seus trabalhos é igualmente diverso, indo do rigor no tratamento de fontes à inclusão de lendas e narrativas populares. Por isso mesmo, cada um deles merece um breve olhar específico.

## **2. Ta'rikh ibn al-Qutiya**

A *História de Ibn al-Qutiya* é o título dado à obra contida no manuscrito MS 187 da Biblioteca Nacional Francesa e que é também o único actualmente existente que preserva o trabalho (James 2009, 1).

A data de nascimento de al-Qutiya não é conhecida, mas julga-se que foi em Sevilha e sabe-se que foi filho de uma mulher goda, morrendo por volta de 977 (Armistead 2003b, 418). Gramático, poeta e historiador, acresce ao seu percurso de

estudioso o estatuto de descendente da nobreza visigótica por via de uma neta do rei Vitiza. Era, portanto, um exemplo de integração da aristocracia pré-árabe na realidade peninsular pós-711, julgando-se, aliás, que na sua obra se encontram conservados vestígios de narrativas épicas moçárabes, hoje perdidas (Armistead 2003b, 418). Al-Qutiya iniciou os estudos na sua cidade natal, tendo eventualmente partido para Córdoba, onde ensinou Gramática, Lei e Estudos Religiosos.

A datação do manuscrito preservado em Paris não é certa, suspeitando-se, pelas marcas de água no papel, que tenha sido escrito algures entre 1350 e 1450 (James 2009, 2 e 8). Um período de cem anos que dista bastante do tempo de vida de al-Qutiya e que obriga a considerar a transmissão da obra desde o século X. Neste sentido, David James, editor moderno da *História*, chamou a atenção para a diferença entre o texto actualmente existente e as citações que autores árabes fazem de al-Qutiya, um deles, Ibn Hayyan, cronologicamente bastante próximo. O editor nota, por exemplo, que este último cita passagens mais extensas do que as contidas na versão actual da *Ta'rikh*, o que coloca a hipótese de Ibn Hayyan ter recorrido às tradições orais que o próprio al-Qutiya transmitia e que nunca chegou a incluir no seu trabalho; ou, em alternativa, que a versão actualmente existente seja um resumo do trabalho original do autor sevilhano (2009, 16 e 18). A mesma possibilidade tinha já sido avançada por Armistead, que sugeriu ainda que a *Ta'rikh* poderá ter sido ditada por al-Qutiya a alunos seus ou, pelo menos, editada por eles (2003b, 418). Em qualquer caso, e David James conclui nesse sentido, é possível que tenham existido diferentes versões da *História* logo a partir do século X, das quais o texto preservado em Paris será um exemplo, e, conseqüentemente, que a obra de al-Qutiya nunca tenha tido um formato final (2009, 19).

O valor histórico da *Ta'rikh* pode, por isso, ser variável e é justo perguntar até que ponto é uma fonte fidedigna para um tema tão específico como as incursões nórdicas no ocidente da Península Ibérica. Certamente que o recurso a tradições orais e a falta de indicações explícitas nas citações não favorece a credibilidade de al-Qutiya, mas também é verdade que as suas referências a vikingues são limitadas. Isso permite que, uma vez cruzadas com outras fontes, possamos fazer uma avaliação crítica de forma a distinguir o que terá base histórica do que foi objecto de desenvolvimentos fantasiosos. Além disso, é preciso ter em mente que al-Qutiya foi um autor

contemporâneo de parte do período das incursões, o que é uma característica relevante e não obstante o facto de se ter apenas uma versão tardia do seu trabalho.

### 3. Al-Muqtabis

Da autoria de Ibn Hayyan, este texto não seria tanto uma obra original, mas antes uma recolha de informação sobre o Califado Omíada de Córdoba, muitas vezes retirada de trabalhos anteriores hoje total ou parcialmente perdidos. Uma antologia, por outras palavras, e com detalhes próximos de uma edição crítica moderna, na medida em que Ibn Hayyan teve o cuidado de indicar lacunas e acrescentar notas clarificadoras sobre as suas fontes.

Apesar da reputação de grande ou o maior historiador da Península Ibérica islâmica, pouco se sabe da vida do autor. Terá nascido em Córdoba por volta de 987, filho de um secretário de Almançor, e teve o privilégio de uma educação cuidada. A nomeação para o cargo de escrivão do governador da sua cidade natal trouxe-lhe mais do que vantagens monetárias: permitiu-lhe juntar aos relatos do seu próprio pai o acesso a documentação útil para os seus escritos históricos, além de que aprofundou o contacto próximo com os conflitos políticos do seu tempo (Antuñá 1946, 11-2). Isso e uma consciência erudita do passado áureo do Califado terão ajudado a formar os ideais pró-Omíadas de Ibn Hayyan, que foi um crítico da fragmentação do Andalus e do nascimento das taifas. Constata-se isso mesmo no *Matin*, uma obra de sete volumes hoje preservada apenas indirecta e parcialmente, mas onde analisava e criticava a realidade política dos seus dias. Os últimos anos da sua vida terão sido passados em recolhimento, afectado que estava pela perda de visão, morrendo em 1076 (Armistead 2003a, 413).

Se o *Matin* não chegou aos nossos dias, a sorte do *Muqtabis* não foi muito melhor. Dos dez volumes que teria, apenas sobreviveram partes do segundo e terceiro, este último guardado em Oxford (Antuñá 1946, 25), assim como excertos preservados em autores posteriores que usaram a obra como fonte. São disso exemplo Ibn al-Athir (1116-1233), al-Nuwari (1278-1332) e Ibn Jaldun (1332-1406). Acresce ainda um manuscrito descoberto na cidade argelina de Constantina por volta de 1886 e do qual se fez uma cópia guardada na Biblioteca da Real Academia de História, em Madrid. Não é, no entanto, um original de Ibn Hayyan, mas uma reprodução feita a

partir de outra cópia de Ceuta que, segundo o texto, estaria datada de 1249 (García Gómez 1967, 26). Já o manuscrito que conserva parte do segundo volume do *Muqtabis* foi descoberto por Lévi-Provençal na década de 1930, dado como perdido por algum tempo e, finalmente, redescoberto e entregue à guarda da Real Academia de História em Madrid. Pelo rigor que se atribui a Ibn Hayyan e pela riqueza das fontes por ele consultadas, muitas delas hoje perdidas, o seu trabalho é tido como fidedigno e uma peça essencial para o estudo da Ibéria islâmica. É certo que, ao tratar-se de uma antologia e não de uma obra original, o rigor do compilador não assegura necessariamente o valor histórico dos textos compilados, mas também é verdade que Ibn Hayyan recolhe, por vezes, vários relatos do mesmo episódio, o que permite, em alguns casos, colocar em confronto as diferentes narrativas e fazer uma comparação crítica.

Interessa-nos, neste caso, a crónica sobre os reinados dos emires al-Hakam I e Abd al-Rahman II, contida na porção sobrevivente do segundo volume do *Muqtabis*, e o registo das notícias e ordens que chegavam ou saíam do palácio dos senhores do Andalus, retirado do manuscrito de Constantina. Em ambos os textos, encontramos referências a ataques ou avistamento de grupos de piratas nórdicos.

#### **4. Al-Bayan al-Mughrib**

Trata-se de uma obra tardia, mas, ainda assim, de valor por conter informação que, de outra forma, estaria hoje perdida. E se pouco se conhece da vida de Ibn Hayyan, para a do autor da *História do Andalus*, Ibn Idhari al-Marrakusi, a informação é ainda mais escassa.

Sabe-se que viveu entre a segunda metade do século XIII e a primeira da centúria seguinte, encontrando-se a escrever a sua crónica em 1312-13. Desempenharia um papel de liderança em Fez, onde era *ka'id*, e estaria bem informado sobre a História dos territórios islâmicos no Mediterrâneo ocidental e oriental (Bosh-Vilá 1971, 805). A sua obra sobre a História do Andalus e do Magreb está dividida em três partes, sendo a segunda a que nos interessa para o estudo das incursões nórdicas, já que se refere à Ibéria islâmica até ao século XII. Desde o século XIX que se conhecem manuscritos que contêm a obra, com a excepção da terceira parte, que só veio a ser encontrada e publicada por Levi-Provençal no século XX (e,

ainda assim, com lacunas). Quanto ao valor do seu trabalho, Ibn Idhari não ignorou a realidade política dos seus dias e demonstra parcialidade em favor dos Almóadas e Almorávidas. Este aspecto não é necessariamente prejudicial para o presente estudo, dado que os relatos de interesse referem-se ao período Omíada e, mesmo que se queira ver nisso uma possibilidade para denegrir o Califado, a comparação do relato de Ibn Idhari com outras fontes permite alguma avaliação do seu valor histórico.

Não sendo um *Muqtabis*, rico e diverso nas fontes citadas, a *História do Andalus* consegue ser, ainda assim, um trabalho de algum valor.

# Capítulo 3

## Fontes nórdicas

### 1. Origem e aspectos críticos

As fontes nórdicas de interesse para o estudo dos ataques vikingues no oeste ibérico foram compostas, quase todas, em nórdico antigo e na sua maioria na Islândia ou por Islandeses. E parte da informação foi preservada sob a forma de poesia transmitida oralmente, até à sua integração em trabalhos de prosa do século XII em diante.

Até à introdução do alfabeto latino, as runas eram usadas para um registo escrito limitado, regra geral, a pequenas informações, inscrições memorialistas e algumas práticas mágico-religiosas. A transmissão de memória e conhecimento seria feita, na sua maioria, por via de tradições orais: poesia eddica e skáldica, *þættir* (pequenas narrativas) e os *þulur*, que consistiam em listas métricas de informação temática, como genealogia, sinónimos ou geografia mitológica (Quinn, 2000, 51-4). São estas tradições que, no século XII, começaram a ser utilizadas na composição de trabalhos escritos e preservadas, muitas vezes, de forma fragmentada.

Por volta do ano de 1117, a Assembleia Geral islandesa – a *Alþingi* – determinou a redacção dos primeiros códigos legais do País. Até então, as leis tinham sido preservadas oralmente, em particular pelo Orador da Lei que, todos os anos, por altura do Solstício de Verão, devia recitá-las numa sessão da Assembleia. A passagem para o registo escrito acontecia cerca de cem anos depois da conversão oficial ao cristianismo e representava a primeira grande utilização secular do modelo literário latino. Poucos anos mais tarde, algures entre 1122 e 1135, surge o *Libellus Islandorum* ou *Íslendingabók* de Ari Þorgilsson, o primeiro livro de História da Islândia de que se tem conhecimento e cuja primeira versão, infelizmente, não chegou aos nossos dias. O título, simultaneamente em latim e em nórdico antigo, denuncia a conjugação do modelo erudito trazido pela Igreja, de que o autor era clérigo, com a base popular e oral da informação contida na obra. O mesmo Ari terá sido ainda responsável pelo *Landnámabók*, que consiste num registo da colonização da ilha, de 870 a 930, com referências a cerca de mil e quinhentas propriedades e narrativas sobre mais de

quatrocentos colonos. É um trabalho extenso e valioso, mas evidente na parcialidade do material nele contido, uma vez que liga os primeiros Islandeses e o território por eles reclamado às elites insulares do século XII. Desse modo, é demonstrativo do valor da genealogia, dado que permite somar ao estatuto de se ser descendente de figuras fundadoras a possibilidade de reclamar direitos sobre terras tomadas por antepassados (Christiansen 2006, 224).

A partir de meados da mesma centúria, assiste-se ao aparecimento de narrativas sobre monarcas. Uma vez mais, na origem, surge-nos o nome de Ari Þorgilsson, já que é dele um dos dois exemplos mais antigos de genealogias régias de que temos notícia; o outro é de um conterrâneo seu chamado Sæmundr Sigfússon, que viveu na segunda metade do século XI e primeira do seguinte. Mas ambos os trabalhos não sobreviveram até aos nossos dias. Do de Sæmundr restam algumas linhas, que não permitem ter mais do que uma ideia geral do conteúdo, e do de Ari conhece-se uma referência feita pelo próprio no seu *Íslendingabók*, onde diz tratar-se de uma segunda versão desprovida de genealogias e vidas de reis (Andersson 2005, 199-200). Ainda no século XII, surgem resumos noruegueses de biografias régias: a *Historia Norwegie*<sup>6</sup>, redigida talvez entre 1150 e 1175 (Ekrem & Boje Mortensen 2003, 11-24); a *Historia de Antiquitate Regum Norwagiensium*, composta provavelmente entre 1177 e 1187 (Foote & McDougall 1998, xi-xiii); e o *Ágrip af Nóregskonungasögum*<sup>7</sup> ou *Resumo das histórias dos reis da Noruega*, datado de cerca de 1190 (Driscoll 1995, xii-xiii). Este último cita excertos de alguns poemas, enquanto Theodoricus monachus, autor da *Historia de Antiquitate Regum Norwagiensium*, refere no respectivo prólogo que usou informações transmitidas por pessoas tidas como bem informadas sobre o tema, em particular os Islandeses, que ele diz preservarem memórias do passado em poemas antigos.

Não é clara a relação dos trabalhos perdidos de Ari Þorgilsson e de Sæmundr Sigfússon com as sinopses norueguesas. Já se propôs que os primeiros serviram de modelo, mas também já se defendeu a existência de uma tradição norueguesa que, embora tendo feito uso de informação oriunda da Islândia, teria tido um desenvolvimento separado (Andersson 2005, 202-11). Menos claro ainda é o

---

<sup>6</sup> Ponto 5 do presente capítulo.

<sup>7</sup> Veja-se também o ponto 5 do presente capítulo.



aparecimento das sagas de reis e por muito tentadora que seja a ideia de uma evolução organizada, começando com as genealogias compostas por Ari e Sæmundr, passando pelas breves biografias da Noruega e terminando nas histórias islandesas sobre monarcas. Não é seguro que este modelo corresponda ao que de facto sucedeu (Andersson 2005, 221), até porque as primeiras sagas de reis surgem no mesmo período em que terão sido redigidas as sinopses norueguesas, senão mesmo um pouco antes. A teoria de que foram as biografias de Óláfr Tryggvason e São Óláfr a impulsionar o processo também não é consensual, tal como não é certo qual foi a primeira saga do género: a *Hryggjarstykki*, a *Orkneyinga saga*, a *Hladðajarla saga* e outras já foram propostas para essa posição pioneira (Andersson 2005, 213-5).

As informações vindas da Islândia que Theodoricus monachus refere estariam na forma de poesia skáldica, a julgar pela importância que lhe foi atribuída enquanto fonte histórica nas sagas e compêndios do século XIII. Do termo islandês para poeta – *skáld* – os seus temas são, com frequência, confrontos violentos, expedições marítimas e feitos heróicos, juntamente com referências a corvos, lobos e águias, alusões a deuses e gigantes, assim como episódios e locais mitológicos. Mas também teve os seus poemas de amor e de escárnio e adaptou-se aos novos tempos após a conversão ao cristianismo, integrando temas da nova religião e simplificando as regras de composição (Ellen Gade 2000, 75). No fundo, foi uma tradição fluida à semelhança de todas as que são vivas.

Actualmente, conhecem-se apenas dois casos de poesia skáldica cujo registo escrito é contemporâneo da Idade Vikingue, ambos em runas: um encontra-se na Pedra de Rök (Ög 136), na Suécia, e está datado do século IX (Ellen Gade 2000, 66); o outro surge na Pedra de Karlevi (Öl 1), na ilha sueca de Öland, e data de cerca do ano 1000, contendo uma estrofe composta em *dróttkvætt* ou métrica de corte (Jansson 1987, 134). E o *skáld* mais antigo de que se tem notícia será do século IX, um norueguês chamado Bragi Boddason inn gamli (o Velho), a quem são atribuídos versos preservados no século XIII, nomeadamente na *Edda* de Snorri Sturluson.

A métrica conhecida como *dróttkvætt* é um dos motivos para a complexidade da poesia skáldica, regendo a estrutura de cerca de cinco sextos dos poemas conhecidos (Poole 2005, 269). Caracteriza-se por uma construção tipicamente organizada em estrofes de oito versos de seis sílabas cada, ligados por aliteração e

rima interna (Jesch 2008, 296). As regras de composição complexas, conjugadas com o uso de perífrases – conhecidas como *kenningar* – podem originar um resultado críptico e difícil de interpretar, mas também asseguram que uma estrofe não possa ser facilmente alterada sem causar o seu colapso estrutural. E isto, por sua vez, abre caminho a uma preservação na oralidade e à perpetuação da memória das personagens dos poemas. O que seria particularmente importante no uso da *dróttkvætt*, cujo nome – métrica de corte, de *drótt* (séquito) e *kveða* (recitar) (Poole 2005, 269) – sugere um meio ligado aos centros de poder político e militar.

Muita da poesia skáldica caracteriza-se pela proximidade cronológica aos acontecimentos relatados e o facto de os autores, na sua maioria, serem conhecidos. Não que não haja casos de anonimato ou de poemas sobre temas mitológicos, mas, mesmo quando o tópico são deuses e gigantes, os versos podem incluir dados sobre o contexto da composição e o autor. De tal forma que se conhecem os nomes de quase quatrocentos *skálds*, dos séculos IX ao XIV<sup>8</sup>, e que parte do *corpus* sobrevivente inclui informação histórica que permite a sua datação. Estamos, afinal, a falar de um tipo de poesia com uma forte componente panegírica, destinada a preservar a memória de acontecimentos contemporâneos, nomeadamente a de feitos militares, ou a engrandecer o passado de líderes, em versos que se queriam informativos nos detalhes e tão duradoiros quanto pedra<sup>9</sup>. O poeta, por sua vez, esperava reconhecimento e recompensas pelo serviço prestado, estando, por isso mesmo, interessado em “assinar” o seu trabalho. São conhecidas histórias de *skálds* que ascenderam em estatuto social ou riqueza pela composição de poemas, exibindo anéis de ouro, mantos vermelhos e armas oferecidas por reis e chefes. E há até o caso de uma composição que recebeu o nome de *Vellekla* (Escassez de Ouro), provavelmente porque o poeta achou que o seu patrono deixava algo a desejar em termos de retribuição material.

Foi com base nos interesses de quem compunha e de quem era agraciado, assim como nas complexidades métricas, que a poesia skáldica recebeu o estatuto de fonte histórica na Idade Média. O próprio Snorri Sturluson, no século XIII, fez uma

---

<sup>8</sup> Veja-se a lista contida na base de dados do *Skaldic Poetry Project*: <http://skaldic.arts.usyd.edu.au/db.php?if=default&table=skalds&view=>

<sup>9</sup> Nas palavras de um *skáld*, poesia tão resistente quanto uma ponte de pedra. Cf. Ellen Gade 2000, 70-1.

defesa dos poemas que citou e usou para a composição do seu trabalho, considerando-os válidos enquanto fonte desde que correctamente compostos e cuidadosamente interpretados. Nas linhas com que abre a sua *Saga Separada de São Óláfr*, o mesmo autor diz o seguinte:

En þó þykki mér þat merkiligast til sannenda, er berum orðum er sagt í kvæðum eða öðrum kveðskap, þeim er svá var ort um konnunga eða aðra höfðingja, at þeir sjálfir heyrðu, eða í erfikvæðum þeim, er skáldin færðu sonum þeira. Þau orð, er í kveðskap standa, eru in sömu sem í fyrstu váru, ef rétt er kveðit, þótt at hverr maðr hafi síðan numit af öðrum, ok má því ekki breyta (Ap. Ellen Gade 2000, 67).

E, ainda assim, parece-me muito importante para a verdade aquilo que é dito em palavras directas em poemas ou outra poesia que tenha sido composta sobre reis ou outros chefes que eles mesmos ouviram ou naquelas elegias que os poetas traziam aos filhos deles. Aquelas palavras que estão em poesia são as mesmas que foram no início, se estão correctamente recitadas, apesar de depois cada pessoa as ter aprendido por outra [oralmente] e não podem, assim, ser alteradas.

Não obstante a confiança de Snorri, é necessária cautela na utilização da poesia skáldica como fonte histórica, porque o intuito do autor – panegírico ou outro – molda a narrativa poética. Ou, nas palavras de Judith Jesch, “o poeta é, de alguma forma, o criador daquela informação” (2008, 296). E há uma preponderância de *skálds* Islandeses, não obstante o facto de a poesia skáldica não ter nascido na Islândia e parte dela ter sido composta fora da ilha.

Haraldr hárfagri (Belo Cabelo) que, segundo a tradição, no final do século IX foi o primeiro rei de uma Noruega unificada (mas geograficamente mais pequena que a actual), terá sido também um patrono popular entre poetas noruegueses, que lhe dedicaram diversas composições panegíricas. É preciso esperar pela década de 920 para se ter notícia de um poeta islandês a compor trabalhos em honra de líderes estrangeiros (Ellen Gade 2000, 76), exemplo que parece ter frutificado ao longo do século X, em particular durante o reinado do *jarl* Hákon. A sua corte terá acolhido, então, vários Islandeses, atraídos pela possibilidade de recompensas materiais em

troca da composição de peças que servissem os projectos de Hákon. E o cenário ter-se-á repetido em reinados posteriores: Óláfr Tryggvason, Óláfr Haraldsson e Haraldr Sigurðarson parecem ter estado conscientes do potencial político da poesia panegírica e, dessa forma, recorrido ao serviço de *skálds*, numa oportunidade dourada agarrada por dezenas de Islandeses. Para o fenómeno contribuiu também a estrutura política e social da ilha.

O sistema saído do processo de colonização da Islândia caracterizava-se, essencialmente, pela ausência de uma autoridade executiva central, régia ou outra, a organização em assembleias e a preponderância de chefes locais – os *goðar*. Estes seriam, em teoria, *primus inter pares* com quem os proprietários rurais entravam em relações de fidelidade e a quem recorriam para a sua representação e defesa legais. De início, o sistema terá funcionado de uma forma minimamente equilibrada, mas o tempo trouxe uma competição feroz entre diferentes famílias, à medida que elas concentravam números crescentes de chefias. À semelhança de outras classes aristocráticas, aos *goðar* interessava a preservação ou engrandecimento da sua linhagem, o que equivale ao reconhecimento do valor das tradições pré-cristãs como fonte de informação e base de trabalho para novas composições. Por exemplo, no final do século XII, o *goði* Jón Loptsson foi objecto de um poema que traçava a sua ascendência até ao rei Haraldr hárfagri da Noruega (Ellen Gade 2000, 85). Daí também a figura do bom pagão, que corresponde a uma integração dos avoengos pré-cristãos na linhagem ilustre de uma família cristã, ou mesmo a inclusão de deuses tidos como antigos reis divinizados pelo povo após a sua morte: numa de duas listas genealógicas contidas no *Íslendingabók*, o próprio Ari Þorgilsson, que era oriundo de uma das famílias de chefes, apresenta-se como descendente de Njörðr e Freyr (Whaley 2000, 171). No início do século XIII, o interesse pela poesia skáldica conjuga-se com as lutas entre as principais famílias islandesas, quando alguns dos seus membros seguiram o exemplo de *skálds* anteriores e compuseram poemas em honra de líderes estrangeiros, principalmente Noruegueses, recebendo deles recompensas que elevavam o seu estatuto na Islândia. Snorri Sturluson foi um desses casos.

Foi neste contexto que os Islandeses adquiriram um estatuto especial na preservação de poesia skáldica e na sua incorporação em obras escritas. Para os ilhéus comuns, era uma oportunidade de trabalho; para as elites, uma maneira de reforçar

ou obter de estatuto. E, para a generalidade da Islândia, era uma forma de preservação da sua memória e identidade colectivas. Afinal, a migração tinha tido lugar há poucos séculos e os países a sul, nomeadamente a Noruega, não eram apenas parceiros comerciais, mas também a terra de origem de antepassados. Contar-se-iam histórias sobre as vidas que levavam, as batalhas em que tomaram parte ao serviço de ou contra reis, sobre as viagens que fizeram rumo à Islândia, onde desembarcaram e que terras reclamaram. Por outras palavras, um recordar constante das origens, retirando-se daí um sentido de identidade e um sistema de regras e valores baseados na consciência do passado. O que não era de importância menor para um país jovem e, principalmente, quando estava em causa a possibilidade de absorção da Islândia por uma potência estrangeira (Würth 2005, 157).

Muita dessa memória estaria contida em poemas skáldicos, preservados oralmente até ao seu registo escrito ou inclusão nas sagas. No seu prólogo ao *Heimskringla*, Snorri Sturluson indica que algumas das suas fontes de informação foram contos e poemas que, à época, serviam de entretenimento (Hollander 1964, 3). O que poderá ser um raro vislumbre coevo da forma como a poesia skáldica sobreviveu durante o período que decorreu entre a sua composição e seu registo escrito, período esse que, em vários casos, é de um ou mais séculos. Mas o formato exacto em que os poemas sobreviveram na tradição oral não é claro. Uma teoria propõe a preservação de excertos em conjunto com pequenas narrativas em prosa, formando uma espécie de *prosimetra* populares que antecederam um formato idêntico na tradição literária. Outra hipótese supõe a conservação integral dos poemas até à sua fragmentação pelos autores das sagas, que tomaram estrofes individuais e usaram-nas para comprovar ou desenvolver uma narrativa em prosa (Frank 2005, 176-7). Em ambos os casos, estamos perante um processo de fragmentação das composições poéticas e, mesmo que tenham permanecido inalteradas, a sua interpretação ou desenvolvimento em prosa pode ter elaborado ou discordar do conteúdo original. De resto, já foi notada a discrepância que por vezes existe entre o que diz o poema e o que é referido nos textos que acompanham diferentes estrofes. E isso, nas palavras de Roberta Frank, é útil de duas formas: pode sugerir uma antiguidade maior da poesia e indicar a forma nem sempre imutável como ela foi

preservada (2005, 172). O que obriga a alguma cautela quando, na análise das incursões nórdicas no oeste ibérico, fizermos uso das sagas de reis.

Contrariamente às sinopses norueguesas, a narrativa dessas sagas é geograficamente abrangente. A diversidade talvez tenha sido inspirada pelo trabalho original de Ari Þorgilsson, uma vez que, segundo o Prólogo de Snorri Sturluson ao seu *Heimskringla*, aquele incluiria vidas de monarcas escandinavos e ingleses. Assim, para além da Noruega, entre os cenários centrais de uma ou mais sagas de reis encontram-se as ilhas Orkney, as Faroe, a Dinamarca e ainda a Suécia, ficando a Islândia de fora e não obstante ser essa a origem da generalidade dos seus autores. Nas primeiras décadas do século XIII, à composição de sagas individuais junta-se a sua apresentação colectiva em grandes compêndios, que iremos analisar de seguida. E é provável que o primeiro deles também tenha ficado a dever uma parte significativa do seu conteúdo aos *prosimetra* e *þættir* (pequenas narrativas).

## 2. Morkinskinna

Na forma actual, cobre o período que vai de 1030 a 1157 e terá sido a primeira obra a atingir uma dimensão que, na Escandinávia, assinala o início de um período literariamente marcado pelas grandes colectâneas em vernáculo.

O mais antigo manuscrito actualmente existente foi enviado da Islândia para a Dinamarca em 1662 e usado duas décadas depois como fonte para a *Historia Rerum Norvegicarum* de Þormóður Torfason. Foi ele quem lhe deu o nome de *Morkinskinna*, que quer dizer “pergaminho apodrecido”, provavelmente em referência ao seu estado de conservação. Estão, aliás, em falta diversas partes do manuscrito (Andersson & Ellen Gade, 2000, 5) e o próprio final do texto é abrupto, especulando-se que cobriria um período mais extenso, possivelmente até 1177 (Andersson 2005, 216). Terá sido redigido na Islândia na segunda metade do século XIII, talvez por volta 1275, por duas pessoas que, suspeita-se, terão copiado de uma versão mais antiga, actualmente perdida (Andersson & Ellen Gade 2000, 5-6). O ano de 1220 tem sido, de resto, apontado por diversos académicos como a data aproximada para a composição original do *Morkinskinna*<sup>10</sup>, cujo autor é desconhecido.

---

<sup>10</sup> Por exemplo, Kalinke 1984, 152; Sawyer 1993, 219-20; Ellen Gade 2000, 69; Andersson 2005, 217. Veja-se neste último a nota de rodapé número 34 para a discussão sobre a datação.

Porque este compêndio é o mais antigo de que se tem conhecimento, a questão das suas origens tem sido encarada, essencialmente, de duas formas: de um lado, os que defendem o recurso a sagas individuais que estão hoje perdidas; do outro, os que sugerem a utilização em larga escala de poesia e tradições orais. Note-se que o estudo do tema partiu, historicamente, de uma base filológica que procura entender a relação entre diferentes textos, algo possível quando se tem manuscritos para comparar, mas que é difícil no caso do *Morkinskinna*. Há uma escassez de material escrito que permita uma comparação e estabelecimento de uma origem textual e isto levou alguns a refugiarem-se na suposição de fontes que terão existido, mas que simplesmente não sobreviveram até aos nossos dias. Contudo, embora haja notícia de algumas histórias de reis anteriores ao “pergaminho apodrecido” (Andersson 2005, 217-8.), talvez seja ingénuo acreditar na existência de sagas escritas antes do *Morkinskinna* para a maioria dos reis noruegueses de 1035 a 1157. Em vez disso, Theodore Andersson sugeriu que as fontes literárias resumem-se à *Hryggjarstykki*, uma versão da *Knýtlinga saga*, talvez a *Orkneyinga saga* (cuja relação com a *Morkinskinna* ele considera problemática) e ainda uma “*pinga saga*”, de existência suposta em parte por referências no compêndio (Andersson & Ellen Gade, 2000, 14-21). Se retirarmos interpolações posteriores, nomeadamente a inclusão de *þættir*, Andersson admite um largo recurso a tradições orais e a poesia skáldica para a redacção do *Morkinskinna*. E isto terá dado à obra um carácter menos estruturado, assente, essencialmente, numa organização cronológica e aberto ao que parecem ser interpolações recorrentes.

Para a análise das incursões nórdicas no ocidente da Península Ibérica, interessa-nos o capítulo 61 do “pergaminho apodrecido”, onde são citadas estrofes de trabalhos como o *Útfarardrápa* de Halldórr skvaldri, poeta islandês de século XII. Nelas encontram-se referências a Sintra, Lisboa e ainda a um local denominado apenas como *Alkasse*<sup>11</sup>. Antes disso, o(s) autor(es) citam ainda outros dois poemas, enquanto a narrativa em prosa menciona Compostela e um aristocrata sem nome. A utilização destas fontes exige cautela devido ao processo de transmissão da poesia e à eventual tendência para a hiperbolização, nomeadamente quando estão em causa figuras régias como o rei Sigurðr Magnússon jórsalafari (O que foi a Jerusalém). Aliás, já Marianne

---

<sup>11</sup> Ponto 4 do capítulo 10.

Kalinke, em 1982, alertava para o gosto dos autores do *Morkinskinna* pelo episódico e dramático e para o enfoque dado às qualidades guerreiras de um Sigurðr aventureiro que complementam as de bom governante do seu irmão e co-monarca norueguês, Eysteinn Magnússon (Kalinke 1984, 154-7 e 159-60).

### 3. Fagrskinna

Trata-se do segundo dos grandes compêndios nórdicos medievais e o primeiro a incluir informação sobre a passagem de São Óláfr pela costa galego-portuguesa. Cobre o período que vai de Hálfðan svarti (o Negro), chefe de um dos reinos noruegueses no século IX, até à guerra civil e ascensão ao trono de Sverrir, em 1177.

O mesmo Þormóður Torfason que baptizou o *Morkinskinna* é também o responsável pela denominação de *Fagrskinna*, que quer dizer “pergaminho belo”, distinguindo, assim, as duas obras pelo estado de conservação dos respectivos manuscritos. Infelizmente e com a excepção de uma folha hoje preservada em Oslo, não chegou até aos nossos dias qualquer exemplar medieval. A Biblioteca Real de Copenhaga terá tido dois, um mais longo que o outro, mas ambos foram destruídos no incêndio de 1728, restando cópias das décadas anteriores. Com base na folha sobrevivente, supõe-se que o manuscrito mais curto datava de meados do século XIII, enquanto o mais extenso seria posterior em cerca de cem anos (Finlay 2004, 35-6).

Perante estes dados, a questão que se levanta é a da data de composição do *Fagrskinna*. A ser correcta a datação da versão mais breve, não terá sido depois de 1250. Se juntarmos a isto o uso provável do *Morkinskinna* como fonte e, por sua vez, a utilização do *Fagrskinna* na redacção do grande compêndio seguinte, o *Heimskringla*, tradicionalmente datado cerca de 1230<sup>12</sup>, então será possível avançar com a década de 1220 para o período de composição original da obra; segundo alguns, mais precisamente por volta de 1225 (Andersson 2005, 217). À semelhança do “pergaminho apodrecido”, desconhece-se a identidade do autor, embora já tenha sido proposto que seria norueguês ou islandês e que teria redigido a obra na região de Trondheim, na Noruega (Einarsson 1993b, 177). Alison Finlay prefere chamar a atenção para os laços

---

<sup>12</sup> Veja-se o ponto seguinte.



culturais profundos entre a Islândia e a Noruega da época, o que pode dificultar ou mesmo tornar irrelevante a questão da origem do autor (Finlay 2004, 16-7).

Entre as fontes usadas na composição do *Fagrskinna* encontra-se, como já referimos, o *Morkinskinna*, mas uma versão diferente, mais antiga e actualmente perdida (Andersson & Ellen Gade 2000, 10-11). Depreende-se isso das semelhanças entre os dois compêndios, mas também pelas diferenças, nomeadamente a ausência de muitos dos *þættir* (pequenos contos) e de algumas estrofes skáldicas no “pergaminho belo”. Outra fonte, também numa versão mais antiga, terá sido o *Ágrip af Nóregskonungasögum*, mas menos segura é a questão dos textos utilizados para a vida de São Óláfr. Existem fragmentos de uma saga antiga sobre o rei santo, datada de cerca de 1200, e ainda uma narrativa lendária do mesmo período, mas não é certo que o autor do *Fagrskinna* tenha recorrido a qualquer uma das duas (Finlay 2004, 7-9). Há a acrescentar ainda uma versão em latim da *Saga de Óláfr Tryggvason* de Oddr Snorrason e a *Orkneyinga saga*, embora sem certezas sobre se foi de facto usada como fonte ou se a informação foi extraída do *Morkinskinna* (Finlay 2004, 10-4).

A nível literário, a grande diferença entre os pergaminhos “apodrecido” e “belo” encontra-se na escolha e tratamento das fontes. Já referimos que o autor do segundo não incluiu muitas das pequenas narrativas do primeiro, construindo um texto mais estruturado. Isto pode querer dizer que, enquanto para a composição do *Morkinskinna* houve um recurso elevado a fontes orais, o autor do *Fagrskinna* redigiu o seu compêndio principalmente com base em informação transmitida por escrito. A hipótese foi avançada em 1917 por Gustav Indrebø (Andersson 2005, 217) e pela mais recente tradutora do compêndio, que argumenta ainda a favor da natureza equilibrada do texto, distanciando-se do episódico e do hagiográfico (Finlay 2004, 2 e 13).

No estudo das incursões nórdicas na faixa ocidental da Península Ibérica, o *Fagrskinna* destaca-se por ser o primeiro compêndio a referir as viagens de Óláfr Haraldsson, cujo suposto itinerário ibérico surge no capítulo 27. Nele é indicado um conjunto de localidades atacadas antes do estreito de Gibraltar, mas não há qualquer citação de estrofes skáldicas que sustentem a narrativa e os topónimos não são claros. A ausência de fontes poéticas repete-se no capítulo 86 com a expedição de Sigurðr jórsalafari, havendo *inclusive* discrepâncias em relação ao relato do *Morkinskinna*. Comparado com o compêndio que o antecedeu e o que o procedeu, o *Fagrskinna*

surge como uma versão resumida, mas que reforça, ainda assim, a narrativa transmitida por outras fontes.

#### 4. Heimskringla

É o terceiro grande compêndio nórdico medieval e o único cuja autoria é conhecida ou, pelo menos, tradicionalmente atribuída a uma figura histórica. É também o mais extenso dos três, iniciando a narrativa num passado mítico e terminando no ano de 1177. Pelo meio, surge o relato da passagem de dois reis noruegueses pela costa ocidental da Península Ibérica.

O mais antigo manuscrito que chegou aos nossos dias dá pelo nome de *Kringla* e está datado de meados do século XIII ou, pelo menos, anterior a 1270. É, por isso, cronologicamente próximo do que terá sido a data da composição original, mas, porque subsiste apenas uma folha, muito do texto é conhecido por cópias como as que foram feitas no século XVII pelo islandês Ásgeir Jónsson. Os restantes exemplares existentes datam do século XIV e encontram-se mais ou menos incompletos, nomeadamente o *Codex Frisianus* e o *Jöfraskinna* (Whaley 1993, 276). No final do século XVII, uma primeira edição do texto original com uma tradução em sueco, preparada pelo antiquário Johan Peringskjöld, foi publicada sob a designação de *Heimskringla*, que se tornou, desde então, o título comum da obra. O termo deriva das duas primeiras palavras do manuscrito *Kringla - kringla heimsins* ou o “círculo da Terra” (Hollander 1964, xxv).

O islandês Snorri Sturluson é tido como o autor do compêndio, embora nenhum dos manuscritos o mencione como tal. Já se tentou prová-lo a partir de referências noutros textos, mas nem sempre com muito sucesso, e o académico sueco Lars Lönnroth colocou a questão ao nível da autoria pessoal ou, em alternativa, a mera condução dos trabalhos de composição (Andersson 2005, 219; também Clover 2005, 246). Apesar das dúvidas, Snorri Sturluson persiste como autor do *Heimskringla* em edições da obra e em estudos literários.

Nasceu em 1178 ou 1179 na Islândia ocidental, no seio da família Sturla, mas mudou-se para o sul do País após a morte do seu pai, escassos três anos depois. Foi acolhido por Jón Loptsson, diácono e, à época, um dos mais influentes chefes islandeses. Educado em Oddi, a sede da família do seu tutor e um centro cultural na

Islândia de então, Snorri terá tido acesso a um repositório de conhecimento que mais tarde verteria nas obras que deixou. Especula-se sobre a existência de uma escola naquele local, mas certa apenas parece ser a de uma biblioteca da família onde teria sido possível encontrar poesia em vernáculo, registos históricos e talvez até traduções islandesas de obras latinas (Faulkes 2008, 311).

Não obstante o facto de Jón Loptsson ter sido diácono, Snorri Sturluson não foi um autor clerical, mas seguiu uma vida secular e profundamente envolvida nas lutas pelo poder na Islândia de então. Aos vinte anos, casou-se com a filha de Bersi Vermundarson, proprietário rico do sul da Islândia, e acumulou diversos cargos de chefe. De 1215 a 1218 e de 1222 a 1231, foi ainda Orador da Lei na *Alþingi* e estendeu as suas jogadas políticas até à Noruega, para onde partiu em 1218. Snorri conheceu o jovem rei Hákon IV e o respectivo sogro e regente, o *jarl* Skúli, recebendo deles presentes e títulos honoríficos, em parte por serviços prestados - incluindo a composição de poesia panegírica - mas também porque o monarca pretendia somar a Islândia aos seus domínios. A generosidade régia vinha, por isso, com o desejo de auxílio na anexação da ilha, uma expectativa a que Snorri terá anuído, mas que acabou por não concretizar. Em 1224, iniciou uma relação com Hallveig Ormsdóttir (Faulkes 2008, 312), que tinha a fama de ser a mulher mais rica da Islândia, e uma das filhas de Snorri casou-se com o chefe Gizurr Þorvaldsson.

Em 1237, está de volta a território norueguês, arriscando-se a ser repreendido por promessas quebradas e, talvez por isso, passa mais tempo com o sogro do monarca. Regressa à Islândia em 1239, mas foi precedido por boatos de conluio político com o *jarl* Skúli, que acabaria por perder a vida numa revolta contra o rei Hákon IV, em 1240. A situação de Snorri foi agravada pela ascensão de Gizurr Þorvaldsson, que era seu cunhado, mas, nem por isso, deixava de ser um rival: era, aliás, um dos principais chefes islandeses e o novo veículo dos planos noruegueses. É Gizurr quem, em 1241, recebe de Hákon IV uma comissão para obrigar o autor islandês a voltar à Noruega ou matá-lo sob a acusação de traição. Snorri morre, a 23 de Setembro de 1241, na sua casa em Reykholt.

O *Heimskringla* terá sido escrito entre os anos de 1225 e 1235 e com recurso a muitas das fontes dos compêndios anteriores (Andersson 2005, 217). Nelas inclui-se a saga separada de São Óláfr, do mesmo autor, embora seja mais rica em *þættir* do que

a versão do *Heimskringla*, o que leva à conclusão de que Snorri simplificou a história aquando da sua inclusão no compêndio. A primeira versão do *Morkinskinna* e o *Fagrskinna* terão sido outras duas fontes, a que se juntam poemas skáldicos, cuja credibilidade é defendida no prólogo, e um trabalho de Ari Þorgilsson, que seria a primeira versão do *Íslendingabók*. É possível que alguns destes textos estivessem ao dispor de Snorri em Oddi.

O carácter literário do *Heimskringla* já foi descrito como o produto de um Snorri mais rígido e académico, que preferiu pôr de parte muitos dos *þættir* de outras fontes (Andersson 2005, 220). Há um lado didáctico da obra, na medida em que o autor oferece lições práticas de política (Whaley 2000, 176), e a sua perspectiva não será inteiramente imparcial. Além disso, como referiu Diana Whaley, convém lembrar que, por muito boas que fossem as intenções de Snorri, a sua declarada imparcialidade estava limitada pela qualidade das suas fontes, que eram muitas vezes narrativas já por si trabalhadas e interpretadas, além de que a informação transmitida pelo *Heimskringla* nem sempre é corroborada por outras fontes europeias (1993, 278).

Os episódios do *Heimskringla* com interesse para o estudo das incursões nórdicas na actual costa galego-portuguesa são os mesmos que no *Fagrskinna* - as aventuras de Óláfr Haraldsson e a cruzada de Sigurðr jórsalafari – incluindo algumas estrofes skáldicas que sustentam ou servem de base ao texto em prosa. E, em ambos os casos, devemos ter cautela quanto à qualidade das fontes poéticas ou das narrativas que se desenvolveram em torno delas.

## 5. Outras fontes

Às três colectâneas acima apresentadas juntam-se ainda quatro obras de algum valor para o estudo das incursões nórdicas, por conterem referências breves ao ocidente peninsular.

### ***Historia Norwegie***

Trata-se de um trabalho escrito em latim por um autor desconhecido e que foi publicado pela primeira vez em Oslo em 1918. Encontra-se maioritariamente preservado num manuscrito escocês datado de cerca de 1500, mas há outros mais antigos com excertos da obra (Ekrem & Boje Mortensen 2003, 28-32).

O ambicioso projecto do autor seria o de um texto extenso sobre a História da Noruega, começando com a apresentação dos seus territórios e habitantes (capítulos I a VIII) antes de passar à narrativa dos sucessivos reis noruegueses. No capítulo XI, surge Haraldr háfragi e depois a narrativa prossegue até à viagem de São Óláfr de regresso à Noruega, em 1015. A *Historia Norwegie* termina neste ponto e inesperadamente, já que não se conhece mais nenhum excerto da obra. Mas o autor afirma no Prólogo querer escrever não só sobre a sua região e a genealogia régia, mas também narrar a chegada do cristianismo, a submissão do paganismo e a situação religiosa à época. E esse período, segundo alguns, terá sido o terceiro quartel do século XII, entre 1150 e 1175, a avaliar pelas referências contidas no próprio texto (Ekrem & Boje Mortensen 2003, 11-5 e 18). Também já foi proposto um período mais alargado, de 1160 a 1210 (Würth 2005, 159).

A *Historia Norwegie* terá sido escrita na Noruega (Santini 1993, 284-5), provavelmente na região de Oslo (Ekrem & Boje Mortensen 2003, 23). O seu valor para o estudo das incursões nórdicas na Península Ibérica é, como veremos, limitado, mas de alguma relevância.

### **Ágrip af Nóregskonungasögum**

Já o referimos várias vezes no presente capítulo, mas o uso que, mais à frente, daremos ao *Resumo das histórias dos Reis da Noruega* aconselha a que se faça uma breve apresentação da obra.

Preservado num manuscrito islandês da primeira metade do século XIII, o *Ágrip* é uma pequena narrativa sobre os monarcas noruegueses, dos séculos IX ao XII (Driscoll 1995, ix). O título pelo qual a obra é actualmente conhecida data apenas do século XVII e, não obstante o ser breve por comparação com as sagas de reis, contém episódios detalhados. O manuscrito existente terá várias páginas em falta (Einarsson 1993a, 5) e será ainda uma cópia de um original mais antigo, também ele maior e, julga-se, oriundo da Noruega. Este último aspecto é indiciado por elementos linguísticos e por um enfoque em Niðaróss (na actual região de Trondheim). O seu autor terá sido um clérigo e a data de composição aproximada é 1190, por se julgar que terá sido antes de 1200, mas depois de 1188 (Driscoll 1995, xiii). Quanto a fontes, o *Ágrip* terá recebido informação da *Historia de antiquitate regum Norwagiensium* de

Theodoricus e da *Historia Norwegie* ou, pelo menos, de uma fonte comum às duas obras<sup>13</sup>. Mas o autor terá também recorrido a tradições orais, nomeadamente poesia skáldica, com sete versos a serem citados no texto.

O interesse do *Ágrip* para o estudo das incursões nórdicas no ocidente ibérico resume-se ao episódio da expedição de Óláfr Haraldsson, o episódio hipotético de um deposto rei de York e ainda a datação da cruzada do rei Sigurðr jórsalafari.

### **Orkneyinga saga**

A *Saga dos Chefes das Orkney* é, como o título indica, uma obra sobre os líderes das Ilhas Orkney. Abre com três breves capítulos sobre um passado mitológico, antes de saltar para o século IX e encerrar a narrativa com acontecimentos do final do século XII e começo da centúria seguinte. O autor terá sido um islandês, possivelmente ligado a Oddi, o mesmo centro cultural e político onde Snorri foi educado e que mantinha laços próximos com as Orkney (Pálsson & Edwards 1981, 9-10).

A datação da obra é um tema complexo, agravado pelos problemas relacionados com a preservação da saga. Pálsson e Edwards sugeriram que a narrativa teria sido originalmente escrita pouco depois de 1192, ano da canonização de Rögnvaldr Kali, Chefe das Orkney e um dos heróis da obra, e que a versão actualmente existente teria sido terminada por volta de 1235. Mas já foi proposta uma hipótese alternativa que sugere antes os anos de 1165 a 1189 para a composição original e atribui a Snorri a responsabilidade pelo texto que conhecemos, que teria sido reescrito (Andersson 2005, 214). Nesse sentido, há ainda uma terceira hipótese que atribuiu a autoria a um islandês entre 1200 e 1210 (Würth 2005, 162). A preservação relativamente tardia num manuscrito do final do século XIV não ajuda ao estabelecimento de uma data de composição precisa.

À semelhança de outras sagas, a *Orkneyinga saga* não pode ser considerada uma narrativa histórica de acordo com critérios modernos, mesmo tendo preservado informação que, de outra forma, se teria perdido. É antes História romanceada, com todos os problemas críticos que isso implica, mas passível de ter transmitido ou

---

<sup>13</sup> A discussão sobre qual ou quais as fontes comuns pode ser lida na introdução crítica à obra em Driscoll 1995, xv-xvii.

recebido elementos narrativos de outros textos, nomeadamente um episódio que decorre em território galego.

### **Knýtlinga saga**

A *Saga dos Descendentes de Knútr* é uma obra de meados do século XIII que tem como elemento central da narrativa a vida de São Knútr, Rei da Dinamarca de 1080 e 1086. Encontra-se preservada numa cópia de 1700, feita a partir de um manuscrito de cerca de 1300, hoje perdido, e ainda num códice do século XVI.

Em boa medida, é uma obra baseada no *Heimskringla*. O autor da *Knýtlinga saga* terá usado a lista régia de Ari Þorgilsson, uma biografia de São Óláfr e poesia skáldica; e o compêndio escrito por Snorri terá mesmo servido de modelo, com São Knútr a ocupar o lugar central em vez de São Óláfr. De resto, o enfoque na monarquia dinamarquesa e, ao que parece, o tratamento que dá às relações com a Noruega, indicam uma composição na Dinamarca depois de 1257 (Malmros 1993, 359-60). O seu valor como fonte para o nosso tema resume-se à referência enigmática a uma personagem que recebe a alcunha de “o Galego”.

## Capítulo 4

### Fontes francas e britânicas

Se, para um tema que incide sobre nórdicos na Península Ibérica, o recurso a fontes ibéricas e nórdicas é, mais do que óbvio, fundamental, já sobre o uso de textos britânicos e francos poderá perguntar-se até que ponto se justifica um capítulo próprio. Mas as investidas que atingiram o ocidente peninsular foram parte de uma dinâmica maior que deu o nome à Idade Vikingue e, por entre as referências a ataques nos territórios franco e britânico, surgem, por vezes, menções à sua propagação para a Península Ibérica. São casos raros de informação textual, é certo, mas justificam, ainda assim, uma apresentação das fontes onde podem ser encontrados. E elas são três: os *Anais de São Bertino*, a *História dos Normandos* e os *Anais da Irlanda*. Há uma quarta – a *Crónica Anglo-Saxónica* – da qual fazemos amplo uso na abertura dos capítulos 7, 8 e 9, mas, dado que nos servimos dela para sustentar informação sobre o que se passou em Inglaterra e não contém referências ao sucedido na Península Ibérica, deixámo-la fora do presente capítulo.

#### 1. Anais de São Bertino

Publicados, pela primeira vez, em 1641 em Paris, não são nem anais no sentido de um registo anual oficial (pelo menos não em toda a sua extensão), nem um produto da comunidade do Mosteiro de São Bertino, localizado no norte de França.

A origem dos *Anais de São Bertino* está ligada aos *Anais Reais Francos*, produzidos durante o reinado de Carlos Magno e nas décadas imediatamente a seguir à sua morte. A derradeira entrada refere-se ao ano de 829 e os *Anais de São Bertino* começam com o relato do ano seguinte, sendo que a autoria dos anos iniciais não é certa. Terá sido alguém que se manteve próximo de Luís, o Pio, sucessor de Carlos Magno e sobrevivente das revoltas de 830; talvez Fulco, capelão régio e fiel apoiante do monarca, e na qualidade de autor individual ou como coordenador de um grupo de escribas da corte (Nelson 1991, 6-7). Mais fácil é estabelecer uma segunda autoria, atribuída a Prudêncio, que terá sido responsável pelo registo anual a partir de 835 e da referência ao primeiro ataque nórdico à Península Ibérica, em 844. A sua morte, em



861, terá levado os *Anais de São Bertino* até às mãos de Hincmar, Bispo de Rheims, que copiou a obra. A ele deve-se a continuação do registo até ao fim da sua vida em 882.

Depois da morte de Hincmar, o texto não foi retomado. A produção de trabalhos analíticos continuou, sim, mas não este em particular. O mais antigo e completo manuscrito é uma cópia feita no século XI e preservada na biblioteca do Mosteiro de São Bertino (Nelson, 1991 16), de onde os *Anais* receberam o título actual.

## **2. História dos Normandos**

Da autoria de Dudo de São Quentin, é uma obra de valor histórico no mínimo dúbio, dada a ausência quase completa de referências cronológicas, o recurso a modelos hagiográficos para a organização da narrativa e a motivação política na base da composição.

Foi publicada, pela primeira vez, em Paris em 1619 e, dos manuscritos que a preservaram total ou parcialmente até aos nossos dias, quatro datam do século XI (Christiansen 1998, xxxiv-xxxv). O autor terá nascido por volta de 960, possivelmente com origens sociais de alguma relevância, não se sabendo ao certo o local onde terá feito os seus estudos, se Rheims ou Liège (Christiansen 1998, ix e xi). Em 987, já integrado na comunidade de São Quentin, apresenta-se diante do Conde Ricardo I da Normandia em missão diplomática. Dudo afirma que este lhe terá pedido que escrevesse sobre os feitos e costumes normandos, mas não se conhece qualquer texto até ao conde seguinte, Ricardo II, que terá sido o verdadeiro instigador do trabalho e cujas ambições se encontram reflectidas na *História*. O patrocínio político da obra foi reforçado por Rolf, tio do conde, e por Roberto, Arcebispo de Rouen e irmão de Ricardo II. Há ainda um último, Adalbero, Bispo de Laon, a quem é dirigida uma carta que abre a *História*, não sendo claro que motivações estariam na base da sua ligação a Dudo e o seu trabalho (Christiansen 1998, xxvii-xxix).

A *Historia dos Normandos*, que terá sido concluída por volta de 1050, encontra-se repleta de poemas que acompanham a narrativa em prosa e, nesse aspecto, assemelha-se às sagas de reis nórdicos com o seu recurso frequente à poesia skáldica. Mas os versos de Dudo devem mais à tradição latina do que a qualquer poeta nórdico e não se vislumbra na *História* qualquer influência escandinava (Christiansen 1998, xvii-xviii). Em vez disso, segundo Eric Christiansen, sobressai o recurso a modelos

hagiográficos e uma organização dos acontecimentos e personagens em comunidades de santos, predestinação, mérito e aclamação, assim como a influência de Virgílio, incluindo a *Eneida* (1998, xxi-xxii). Não será, por isso, de estranhar que o texto tenha mais valor literário do que histórico, dado que os factos acabam muitas vezes moldados à medida dos modelos de Dudo.

### 3. Fragmentos dos Anais da Irlanda

Trata-se de uma fonte menor no estudo das incursões nórdicas e, para mais, é um texto preservado tardiamente e com problemas críticos.

O manuscrito mais antigo data do século XVII e é uma reprodução de uma cópia de 1643, hoje perdida, tal como desconhecido é o original do qual foi copiado, que estaria já mal conservado. O título ficou a dever-se ao autor da primeira cópia, Dubhaltach Mac Firbisigh, que denominou o texto como *Fragmentum annalium Hiberniae*, ao que o responsável anónimo pela segunda reprodução – e a actualmente existente – acrescentou o detalhe de se tratarem de três fragmentos, segundo uma análise por ele feita. Por esse motivo, John O'Donovan publicou a obra sob o título de *Annals of Ireland – Three fragments* em 1860, embora uma análise posterior tenha levado a uma reavaliação da estrutura do texto e à conclusão de que, afinal, serão cinco e não apenas três partes (Newlon Radner 1978, ix-x).

Dado que não se conhecem versões anteriores nem a data do original, o local e contexto de composição são questões de resposta difícil. John Newlon Radner crê que os primeiros três fragmentos, que correspondem a acontecimentos entre os anos de 573 a 735, terão tido a sua origem do sudeste da Irlanda, mais concretamente na região da actual Kildare, e propõe uma origem geograficamente próxima para os restantes dois fragmentos, no Reino de Osraige (1978, xiii e xxii). É precisamente aos descendentes de um dos monarcas desse mesmo reino, Cerball Mac Dúnlaing, que Radner atribui a responsabilidade pela compilação de que fariam parte os fragmentos, que terão sido reunidos em meados do século XI (1978, xxiv-v).

Quanto aos aspectos críticos, para além da transmissão problemática, há que ter em mente a existência de lacunas, de referências cronológicas erradas ou simplesmente inexistentes. E isto exige cautela no cruzamento de informação com outras fontes que referem ataques vikingues na Península Ibérica.

II.

HISTÓRIA



## Capítulo 5

### Terras vikingues

A Escandinávia de onde partiram as primeiras incursões nórdicas que atingiram a Europa ocidental, ainda no final do século VIII, era, sem surpresas, uma realidade diferente da actual. Não só no que diz respeito ao território, onde o nível do mar, a acção do tempo e a própria intervenção humana ditaram alterações ao longo de vários séculos, mas também em termos religiosos e políticos.

Comecemos pelo último aspecto ao dizer que nenhum dos actuais Estados nórdicos existia. O que é hoje a Dinamarca, a Suécia e a Noruega era um retalho de comunidades de maior ou menor dimensão, governadas colegialmente, por magnatas, por chefes, reis ou por combinações destes elementos. Podiam estar integradas em espaços políticos maiores ou permanecer independentes, tal como podiam num momento expandir o seu território para, após uma derrota militar ou a morte de um líder, reverterem para entidades mais pequenas. Terão existido reis que reclamavam uma autoridade geograficamente alargada, mas com um poder nominal ou limitado pelas assembleias e senhores locais que, tal como o elevavam, podiam romper laços com um monarca. Quanto à Finlândia, viria a ser o destino de vagas de colonos e expedições nórdicas, oriundas nomeadamente da actual Suécia, e a Islândia estava a ainda por descobrir.<sup>14</sup>

No que diz respeito à religião, a Escandinávia era predominantemente politeísta, prestando culto a deuses como Oðinn, Þórr, Freyr, Freya e Frigg, a que se juntavam os antepassados e os génios da terra. O cristianismo não seria desconhecido, principalmente na actual Dinamarca, onde a proximidade nem sempre pacífica com o Império Franco permitiu o contacto religioso pelo menos nas primeiras décadas do século IX. E conhece-se, pela mesma altura, a expedição missionária de Anskar à região do lago Mälär, de que o seu discípulo Rimbert, a seu tempo segundo Arcebispo de Hamburgo-Bremen, nos deixou um relato em tons hagiográficos. Não existiam cidades, mas a vida económica era já animada por vários postos comerciais e os primeiros

---

<sup>14</sup> Apesar de já se ter proposto a presença humana na Islândia por volta do ano 700. Cf. Christiansen 2006, 224-5.

centros urbanos, como Hedeby, Kaupang e Birka, o último dos quais foi local de pregação de Anskar. De resto, o território encontrava-se ponteadado por pequenas comunidades agrícolas ou piscatórias, senão mesmo quintas isoladas, ainda que algumas delas pudessem ser satélites de salões senhoriais. Ou então reuniam-se comunitariamente em torno de mercados sazonais, que eram também momentos de celebração religiosa e de reunião de assembleias que discutiam assuntos de interesse comum. A comunicação por terra era demorada, mas menos em terrenos alagados ou em massas de água durante o Inverno, ao providenciarem uma forma de estrada gelada. Caso contrário, o transporte marítimo e fluvial, este último quando o declive e profundidade o permitia, forneciam rotas mais céleres para o transporte de pessoas e bens. Uma ideia das dificuldades de comunicação é-nos dada por Adão de Bremen, cuja *História dos Arcebispos de Hamburgo-Bremen*, escrita no século XI, refere que a viagem da Escânia até Sigtuna, nas margens do lago Mälär, demorava um mês por terra, mas apenas cinco dias por mar (IV:28; Tschan 2002, 209). Com um contraste destes, que certamente não seria menor no século VIII, começa a compreender-se a importância das embarcações na cultura e quotidiano da Escandinávia antiga.

Há que pôr ainda de parte a ideia de que as sociedades nórdicas eram comunidades igualitárias lideradas por responsáveis eleitos em assembleia. Porque, por um lado, eram sociedades organizadas hierarquicamente que, do topo para a base, iam de magnatas e chefes a homens livres ricos, outros nem tanto, arrendatários de terrenos agrícolas, servos e escravos. E, por outro, porque os membros das assembleias podiam ser pelo menos influenciados pelos líderes locais, quando não largamente controlados por redes clientelares.

O período vikingue traria mudanças a esta Escandinávia antiga, processo sobre o qual não faltam obras publicadas e do qual não nos ocuparemos a fundo no presente trabalho, por não ser esse o seu objectivo. Mas porque nada acontece no vazio e a realidade nórdica reflecte-se nas incursões que atingiram a faixa ocidental da Península Ibérica entre os séculos IX e XII, é útil apresentar com um pouco mais de detalhe alguns dos aspectos acima enunciados.

## 1. Território e comunidades<sup>15</sup>

Geograficamente, a Escandinávia é uma região diversificada. A sul, no que hoje corresponde à Dinamarca, o terreno é pouco acidentado e o ponto mais elevado (pelo menos actualmente) encontra-se a apenas 173 metros acima do nível do mar. Uma extensão de território a que se dá o nome de Jutelândia prolonga-se desde o norte da Alemanha e encontra-se rodeada por centenas de ilhas, sendo a Zelândia e a Funen as maiores, estrategicamente localizadas na ligação entre o Báltico e o Mar do Norte. Do outro lado do estreito, as regiões costeiras da Escânia e Halland eram separadas do resto da actual Suécia por uma área florestal, situação que se repetia mais a norte, entre a Götaland, no sul sueco, e a terra dos Svear junto ao lago Mälär, onde actualmente se encontra Estocolmo. O território que hoje corresponde à Suécia encontra-se, aliás, rasgado por longos rios e grandes lagos, sendo pouco acidentado no sul e centro (principalmente nas regiões litorais), mas ganhando altitude à medida que avança para ocidente, onde embate com a cordilheira montanhosa que cruza o que é hoje a Noruega. A costa sueca é também abundante em pequenas ilhas, como as que preenchem o Mälär (a cidade antiga de Estocolmo está construída sobre uma delas), e depois surgem duas de maior dimensão, a Öland e a Gotland, a primeira com uma localização tangente à costa sueca e a segunda mais próxima do centro do Báltico. A Noruega é o mais acidentado dos actuais Estados nórdicos, com a maior parte do território acima dos quinhentos ou mesmo mil metros de altura, nalguns casos acolhendo glaciares. Ao todo, cerca de dois terços do actual território norueguês é montanhoso, o que reduz a área propícia à agricultura. As grandes excepções são a costa sul – onde hoje se encontra Oslo – e a região de Trøndelag, que não ultrapassam os 200 metros acima do nível do mar. Ambas têm acesso a rotas marítimas por via de um grande *fjord*, o que, conjugado com o terreno menos acidentado, contribuiu para a centralidade desses territórios nas lutas norueguesas pelo poder. De resto, sobram áreas de maior ou menor dimensão presas em vales ou entre o mar e as montanhas, muitas vezes rasgadas por *fjords*, ou até mesmo em algumas das milhares de ilhas que existem ao longo da costa norueguesa. No relato que fez ao Rei Alfredo de Wessex, no final do século IX, o norueguês Ohthere (Ottar) refere que a terra boa para pasto ou

---

<sup>15</sup> Veja-se o Anexo 1 para a localização de regiões escandinavas.

cultivo encontra-se junto ao mar, onde, mesmo assim, consegue ser bastante rochosa nalguns sítios (Somerville 2010, 3).

Como em qualquer parte do mundo, o território não ficou imune à acção humana e a fenómenos naturais. Pelo contrário, mudou e, nalguns casos, com consequências para as comunidades que o ocupavam, nomeadamente com a descida do nível do mar no litoral escandinavo, onde a subida das águas a partir do fim da Idade do Gelo foi ultrapassada por uma subida mais rápida da terra. O fenómeno não foi uniforme e, nalguns pontos da Escandinávia, alguns terrenos terão mesmo sido alagados, como no sul da Jutelândia (Sawyer 1993, 30). Mas, na generalidade da costa nórdica, principalmente naquela onde o declive é mais suave, a descida do nível do mar foi visível e moldou o destino de povoações costeiras, ora condenando-as à extinção por inacessibilidade dos seus portos, ora ditando a sua transferência para a nova linha de costa.

A organização territorial das comunidades que ocupavam a Escandinávia na alvorada do período vikingue não é inteiramente clara. Fronteiras naturais como a massa florestal que separava a Escânia do resto da actual Suécia podem dar a impressão de grandes unidades territoriais, mas a verdade é que, dentro desses espaços vastos, naturalmente definidos, poderiam existir diferentes autoridades políticas e militares e, por consequência, diferentes comunidades autónomas ou mesmo independentes.

À falta de um mapa contemporâneo e de registos escritos da época, é-nos difícil determinar com precisão as fronteiras nesse período. De nada serve usar os limites actuais como forma de aproximação aos antigos: Noruegueses, Dinamarqueses e Suecos são identidades cujo processo de construção política começou no período vikingue, prolongando-se pelos séculos seguintes e, por vezes, com alterações de fronteiras que ditaram aquilo a que hoje chamaríamos uma mudança de nacionalidade. A Escânia, por exemplo, fez parte da Dinamarca até 1658, altura em que passou a ser território sueco. E nunca é demais lembrar que olhar para as comunidades antigas como sendo uma mera forma primitiva das actuais, como se o passado anunciasse o presente, mais não é do que projectar o último no primeiro.



Sobram-nos fontes limitadas, a começar pela poesia skáldica, que refere regiões e grupos humanos<sup>16</sup>, mas que podiam estar organizados de outra forma em períodos anteriores ou divididos em comunidades mais pequenas. Há o caso de regiões medievais que podem reflectir unidades territoriais anteriores, mas que também é possível resultarem de uma fusão de comunidades distintas do período vikingue: Småland, por exemplo, é uma região sueca cujo nome quer literalmente dizer “pequenas terras”, sendo o plural o detalhe crucial neste caso.

No século VI, o historiador romano Jordanes listou uma série de povos nórdicos cujos nomes aparecem mais tarde na denominação de territórios e províncias, mas a continuidade é enganadora. O uso constante de um gentílico ou topónimo pode transmitir uma ideia de estabilidade das comunidades humanas, mas, na realidade, pode não ser mais do que a reciclagem permanente de nomes sem que haja, necessariamente, qualquer forma de continuidade étnica ou política. Para utilizar um exemplo ibérico, a existência de um território denominado Galiza, que coincide com o latino *Gallaecia*, pode levar a pensar que os Galegos de hoje correspondem, étnica e politicamente, aos do período romano, quando o que houve foi uma persistência ou reciclagem do topónimo apesar das muitas transformações culturais e populacionais. Na identificação das comunidades da Escandinávia antiga, há a possibilidade de recorrer aos vestígios arqueológicos de centros de poder sob a forma de salões e residências senhoriais, áreas fúnebres monumentais, locais de culto e assembleias regionais. Tudo pontos de onde emanava autoridade que fazia a gestão das populações sob a sua alçada e que, uma vez conjugados os dados, permitem uma reconstrução hipotética do mapa político da Escandinávia de cerca do ano 800: quarenta e cinco pequenos reinos ou territórios controlados por reis, magnatas ou assembleias, do sul da Jutelândia até ao longínquo norte da Noruega (Anexo 2).

É deste cenário político que vão nascer os actuais Estados nórdicos, quando aquilo que já seria um processo antigo – a ascensão de alguns aristocratas a uma posição de proeminência entre os seus pares, pacífica ou belicamente – adquire uma nova dimensão com os recursos disponibilizados pela expansão da actividade pirata, pelo aparecimento de postos comerciais permanentes (que eram uma fonte de receita e bens) e ainda com a entrada em cena do cristianismo, que trouxe consigo uma forma

---

<sup>16</sup> Cf. Christansen 2006, 113, mapa 5.

de legitimação do poder régio e instrumentos de gestão burocrática. No fundo, um processo antigo de união e fragmentação, ascensão e queda, mas num novo contexto. E, mesmo assim, incapaz de assegurar a elevação de uma monarquia sem a integração condicional das autoridades locais e regionais, assembleias e magnatas, com as fragilidades inerentes a esse processo.

## 2. Embarcações

A capacidade de sustentar a construção e manutenção de uma frota era um elemento essencial na expansão ou preservação do poder de chefes e reis. Nada de surpreendente num território onde, como vimos, os meios de comunicação mais céleres eram os fluviais e marítimos, o que quer dizer que funcionavam também como a forma mais rápida de deslocar forças de combate. Mas o que era verdade para a guerra era também para o comércio, independentemente da sua dimensão – local, regional ou internacional. E isso fez do navio um elemento central na cultura nórdica antiga.

Os mais antigos vestígios arqueológicos de uma embarcação escandinava provêm de Nydam, na Dinamarca, e consistem num barco a remos com cerca de 23.5 metros de comprimento datado do século IV a.C.. O período exacto em que se deu a introdução da vela não é certo, mas seria, pelo menos, conhecida a partir do século VIII<sup>17</sup>, altura em que surge nas representações pictóricas de barcos em pedras na Gotland e, cerca de cem anos depois, em moedas de postos comerciais nórdicos (Bill 2008, 171). Do pictórico para uma embarcação de facto, a descoberta do navio de Oseberg no *fjord* de Oslo em 1905, datado de cerca de 820, deu-nos o primeiro exemplo material de um barco à vela do período vikingue.

Estruturalmente, as embarcações nórdicas que protagonizaram as incursões dos séculos VIII a XI eram flexíveis e aptas para a navegação em águas com pouca profundidade. Contribuíam para isso o casco trincado, um calado pouco profundo e técnicas de construção que passavam pela utilização das formas naturais da madeira, concedendo maior resistência e flexibilidade ao navio: árvores com troncos direitos e altos eram usadas para tábuas, enquanto ramos curvos ou o seu ponto de junção com

---

<sup>17</sup> Cf. Bill 1997, 185. A possibilidade de uma data anterior no século V não é impossível para os Jutos e Anglos, na Jutelândia.

o tronco podiam servir para peças de madeira com um ângulo idêntico ou próximo. A ausência da serra terá contribuído para isso, uma vez que, à falta de uma ferramenta que permitisse cortar livremente a matéria-prima, ela era segmentada ao longo dos veios, dando-lhe uma resistência natural (Bill 1997, 193).

Quanto às dimensões, variava naturalmente conforme as posses do proprietário, mas também de acordo com o uso previsto para a embarcação. Se fosse destinada à actividade bélica ou, pelo menos, actividade comercial que envolvesse a presença de uma força militar para protecção, seria necessário haver espaço para um número considerável de pessoas e estar previsto o uso de remos. Os navios longos que povoam o imaginário referente aos vikingues e que terão sido usados nas investidas piratas caracterizam-se por serem compridos, estreitos, providos de vela e de dezenas de remos. É disso exemplo o Hedeby 1, construído por volta de 985 e encontrado afundado junto do posto comercial que lhe deu nome: teria 30.9 metros de comprimento, apenas 2.6 de largura e sessenta remos. Outro exemplo é o Skuldelev 2, datado de 1042 e com pelo menos 29.2 metros de comprimento, 3.8 de largura e também cerca de sessenta remos. Também os havia mais pequenos, como o Skuldelev 5, que tem apenas 18.3 metros de extensão e vinte e seis remos (Bill 2008, 175-6), o que deve acautelar-nos contra a utilização de navio longo (*langskip*) como um termo particularmente técnico ou até sinónimo de embarcação vikingue. Não só o nome parece referir-se apenas ao facto de ser um barco invariavelmente comprido (Jesch 2001, 123), como também se conhece uma referência a navios longos mandados construir por Alfredo de Wessex em 897; e, acrescenta a *Crónica Anglo-Saxónica*, não eram baseados nem no modelo frísio, nem dinamarquês. Mas, no caso dos barcos nórdicos, independentemente do comprimento exacto, as características essenciais mantêm-se: estreitos e flexíveis, prontos para atravessarem o Báltico (caso do Hedeby 1) ou o Mar do Norte (como o Skuldelev 2) e protagonizarem investidas em que podiam ser movidos pelo vento, mas sem estarem inteiramente dependentes dele.

Diferentes são os navios construídos especificamente para a actividade comercial, com uma capacidade de várias toneladas e providos de vela, mas com espaço reduzido para a tripulação e, conseqüentemente, limitados no número de remos. O exemplo mais antigo de que se tem vestígios arqueológicos data do final do século X e foi encontrado afundado perto de Kaupang: teria 21 metros de

comprimento e capacidade para cerca de 13 toneladas. Já o Hedeby 3, datado de cerca de 1030, calcula-se que chegaria até às 60 toneladas nos seus 25 metros de extensão (Bill 2008, 176). Quanto a remos, teriam apenas os essenciais para manobrar antes do desembarque, mas nunca no mesmo número que os navios longos: o Skuldelev 1 poderia ter cerca de doze tripulantes, enquanto que para o Skuldelev 3 teriam bastado à volta de cinco (Graham-Campbell 1980, 49; também Bill 2008, 176).

O registo arqueológico é, no entanto, limitado, já que é composto pelo que sobreviveu até aos nossos dias e que, por sua vez, representa, em larga medida, os estratos sociais mais elevados. Isto é, os que tinham maiores possibilidades de construir e manter embarcações de grandes dimensões ou de serem sepultados com maior luxo. O navio de Oseberg terá chegado a navegar antes de ser usado como sepultura, mas é uma embarcação senhorial com os seus 21.5 metros de comprimento e trinta remos (Bill 2008, 172). Teve como derradeiro uso acomodar o corpo de uma senhora rica, por ventura de estatuto real, que se fez acompanhar de comida, mobília, tapeçarias, quatro trenós (Graham-Campbell 1980, 128-9) e de uma outra mulher, talvez uma escrava de origem iraniana (Price 2008a, 266). Coisas para lá dos recursos de um nórdico comum. E o mesmo pode dizer-se de reis do século XI que, perante a necessidade de reunirem uma frota considerável, seriam forçados a recorrer ao auxílio de magnatas e senhores locais, que poriam os seus recursos no terreno a troco de pilhagem e títulos. Foi assim com Sveinn da Dinamarca aquando da conquista de Inglaterra em 1013, enquanto o seu filho Knútr, o Grande, tentou ultrapassar o problema com recurso a impostos próprios que sustentassem uma frota capaz de controlar os seus vastos domínios, que incluíam a Dinamarca, Noruega e Inglaterra (Christansen 2006, 159). Uma vez mais, estamos ante o controlo dos mares como instrumento vital para a afirmação da autoridade política.

Não se pense que isto torna clara a composição plena das frotas nórdicas que protagonizaram a Idade Vikingue, das décadas finais do século VIII à segunda metade do século XI. O Hedeby 1 pode ser um bom exemplo de um navio longo, mas é também relativamente tardio. E os mais antigos exemplares noruegueses – Gokstad, Oseberg e Tuna – todos datados do século IX, são embarcações de elite que, numa expedição com diversos navios, poderiam transportar os “reis do mar” e o seu grupo pessoal de guerreiros, mas os restantes membros do bando provavelmente utilizariam

barcos menos nobres e mais comuns. Se na guerra vale tudo, uma vez confrontados com a necessidade de atravessarem o mar, os nórdicos recorreriam às embarcações a que pudessem deitar mão.

### **3. Comércio<sup>18</sup>**

As décadas que antecederam o período vikingue assistiram ao aparecimento de postos comerciais permanentes na Escandinávia, naquilo que seriam as primeiras comunidades do tipo urbano. E se é certo que algumas acabaram por ser abandonadas, o modelo subsistiu e viria a frutificar, levando à fundação de novos povoados com o apoio de líderes – reis ou magnatas – que, por um lado, patrocinavam o centro urbano e, por outro, retiravam dele dividendos.

A existência de mercados sazonais antes do período vikingue é arqueologicamente conhecida. Trata-se de locais de reunião de comunidades rurais mais ou menos dispersas, muitas vezes sob a sombra de residências senhoriais e de festividades religiosas. Durante os dias de celebração, as assembleias reuniam-se, o estatuto social era exibido e haveria troca de presentes e de produtos, fossem eles agrícolas, artesanato ou mesmo objectos de luxo importados do ocidente. E depois a multidão voltaria às suas residências habituais, deixando para trás um rasto arqueológico de habitações, peças de artesanato, produtos comercializados e, por ventura, sepulturas humanas e ossadas animais. Tudo aquilo que seria de esperar num mercado associado a celebrações religiosas, mas com uma ausência importante: residências permanentes para os artesãos e comerciantes. Esses iam e voltavam conforme os ritmos do calendário festivo.

Um exemplo deste tipo de mercados foi encontrado na margem ocidental do lago Tissø, na ilha dinamarquesa da Zelândia (Jørgensen 2008, 77-82). O nome do local é um teónimo – Lago de Tyr (deus da guerra) – o que aponta para um centro de actividade religiosa, hipótese reforçada pela descoberta de dezenas de armas e peças de joalharia que terão sido lançadas à água como oferendas. Nos séculos VI e VII, existiu uma residência senhorial, que foi sucedida por outra maior, por volta do ano 700. A norte e a sul existiam áreas de mercado e produção de artesanato, onde foram

---

<sup>18</sup> Veja-se o Anexo 3 para a localização de centros de poder e postos de comércio.

encontrados vestígios de zonas de trabalho sob a forma de buracos feitos por estacas enterradas a pique (para suportar os edifícios), produtos inacabados, moldes e instrumentos usados no fabrico de objectos de metal, assim como pesos e moedas árabes. São, no entanto, achados menos frequentes do que nas primeiras comunidades urbanas e o panorama geral parece ser o de actividade comercial intensa, mas breve, que é o que se espera num mercado sazonal. Mesmo a própria residência senhorial parece ter sido temporária, usada de modo intermitente, se bem que principescamente, não só pelas suas dimensões, mas também pelos achados nela encontrados: produtos importados do Império Carolíngio, a saber, armas, copos de vidro e peças de joalheria. Artigos de luxo, por outras palavras.

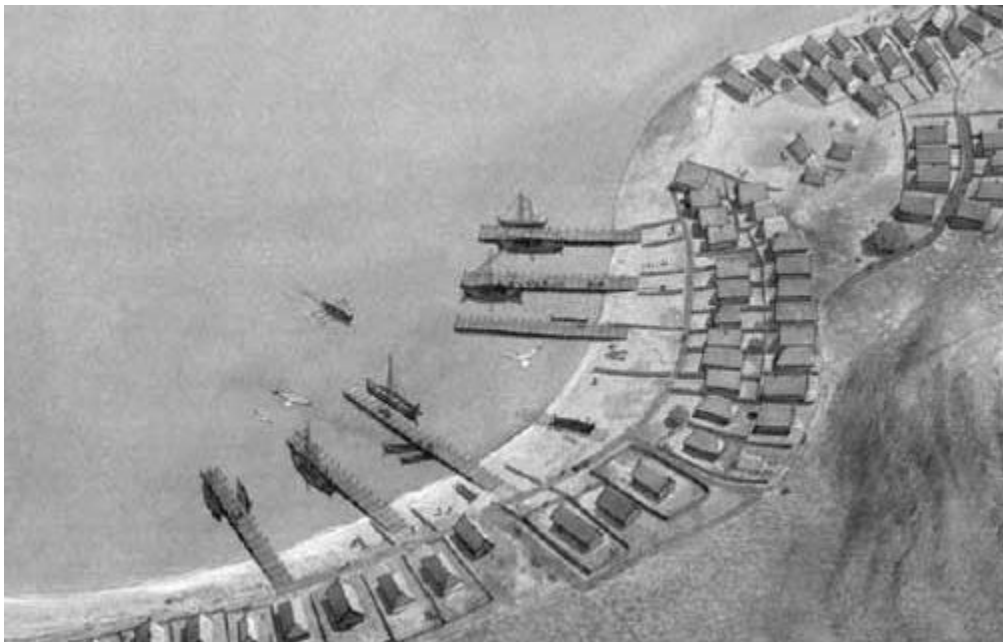
Tissø é um exemplo entre muitos, já que, por toda a Escandinávia, há registo de mercados periódicos, onde os excedentes eram escoados, produtos adquiridos e artesanato transaccionado: em Helgoå, na Escânia, até meados do século VIII, altura em que foi movido para um local próximo; nas actuais ilhas suecas da Gotland e Öland e ainda na Dinamarca, numa multiplicação de centros de comércio que ligaram a Escandinávia ao Báltico oriental e à Europa ocidental (Christiansen 2006, 70-1). Um desses sítios, localizado na Jutelândia, começaria por ser sazonal: Ribe, junto da costa ocidental dinamarquesa, terá sido palco de comércio desde o início do século VIII, com a transição da sazonalidade para a actividade ao longo do ano inteiro a ocorrer entre 770 e 780, período em que os lotes passam a indicar vestígios de presença contínua de pessoas (Feveile 2008, 127). E, por lotes, quer-se dizer isso mesmo: parcelas de terreno separadas e organizadas com vista à ocupação humana.

De entre os mercados permanentes, um dos mais conhecidos é Hedeby, hoje no norte da Alemanha, mas, à época, no limite sul da Dinamarca. Terá sido para lá que, em 808, segundo os *Anais Reais Francos*, o rei Godofredo transferiu os comerciantes de um povoado eslavo chamado Reric, pilhado pelo monarca. Estava, desse modo, a eliminar concorrência e a enriquecer com novos mercadores o posto de comércio dinamarquês, cujos vestígios arqueológicos recuam até ao período de 726 a 750 (Christiansen 2006, 71). A localização de Hedeby, estrategicamente situada entre o Báltico e o Mar do Norte, a Escandinávia e a Europa mais a sul, também favorecia o seu dinamismo comercial: para além de nórdicos e eslavos, por lá terão também passado Francos, Germanos e mesmo Árabes, dado que se conhece o relato de al-

Tartushi, que esteve em Hedeby por volta de 950 (Graham-Campbell 1980, 92). Othere refere a mesma povoação no seu relato ao Rei Alfredo de Wessex e dá a entender a sua posição estratégica ao dizer que se encontra entre os Venedos, os Saxões e os Anglos (Somerville 2010, 4). Os achados arqueológicos reflectem essa diversidade: só em moedas, conhecem-se exemplares anglo-saxónicos, bizantinos, alemães e islâmicos, para além das de produção escandinava (Hilberg 2008, 104); aliás, a povoação terá mesmo cunhado moeda, para além de ter acolhido uma pequena comunidade cristã desde o século IX, que teria o seu próprio pároco (Christiansen 2006, 72). A autoridade parece ter sido exercida por um representante do rei e, a dada altura, Hedeby foi fortificada por uma muralha de terra.

Mais a norte, a cerca de 30 quilómetros a ocidente de Estocolmo, numa ilha no lago Mälär, um outro posto comercial nórdico chamado Birka apresentava um cenário semelhante: um porto, uma muralha de terra, uma autoridade régia, uma comunidade cristã entre pagãos e contactos comerciais com o ocidente e oriente europeus. Como mercado, Birka datará de meados do século VIII, tendo sido abandonada por volta de 970, vítima da descida do nível do mar que tornou progressivamente difícil o acesso ao seu porto. Mas, enquanto existiu, esteve organizada em lotes habitacionais dispostos em torno da baía e atravessados por arruamentos. Teve um forte situado num afloramento rochoso e, a partir do século IX, passou a ser defendida por uma muralha de terra (Ambrosiani 2008, 97-8). Pela mesma altura, São Anskar chegou a Birka e, depois de receber autorização de um rei a que a *Vita* do santo dá o nome de Björn, pregou e fundou uma comunidade cristã. O mesmo texto refere ainda a existência de uma assembleia (capítulos 11 e 19; Robinson 2010, 45 e 51). Quanto a contactos comerciais, Birka escoava produtos nórdicos ao mesmo tempo que recebia ou intermediava a troca de mercadorias vindas da região do Reno, Dinamarca, Báltico, leste europeu e Médio Oriente. Entre os achados arqueológicos, encontram-se milhares de ossos de patas de esquilos, martas e raposas, indiciando a preparação e comercialização de peles, mas também cerâmica do leste, provavelmente de outro posto comercial com presença nórdica, chamado Staraja Ladoga (Ambrosiani 2008, 98), e ainda moedas de prata árabes.

No *fjord* de Oslo, ainda a actual capital norueguesa não tinha sido fundada, existia um posto comercial chamado Kaupang (Figura 1) e cuja natureza – sazonal ou permanente – não é inteiramente clara. Ohthere refere um porto a que chama Skíringssalr, localizado no sul da Noruega e na rota para Hedeby (Somerville 2010, 4), mas a identificação do local só foi possível em meados do século XX e confirmada por escavações arqueológicas na década de 1950, que permitiram encontrar os vestígios de uma povoação costeira (Skre 2008, 112-4). Foram ainda encontradas centenas de sepulturas e, em 2001, juntou-se aos indícios a descoberta de um salão aristocrata a cerca de um quilómetro de Kaupang, acreditando-se que era a esse edifício e à respectiva quinta que se dava o nome de Skíringssalr (o sufixo *-salr* quer dizer “salão” ou “residência”). Assim sendo, quando Ohthere se refere ao porto por esse nome, estaria implícita a noção de que o mercado se encontrava sob a autoridade do magnata que residia naquela estrutura senhorial (Skre 2008, 118). O posto de comércio terá existido pelo menos até meados do século X, com base na datação dos achados fúnebres, e nunca terá sido fortificado, mas é de registar a descoberta de moedas e cerâmica da região do Reno, assim como objectos de origem britânica, indicando o alcance comercial de Kaupang (Graham-Campbell 1980, 99).



**Figura 1:** Representação artística de Kaupang (Flemming Bau, ap. Skre 2008, 119)



A presença de um representante régio ou, pelo menos, de uma autoridade senhorial em postos comerciais não é fruto do acaso. Um magnata ou um rei podia retirar dividendos de um mercado permanente sob a forma de impostos, rendas e portagens cobradas a viajantes e residentes, para além do acesso fácil a produtos de luxo importados. Mas também tinha algo a oferecer em troca: protecção! O que não era coisa pequena numa época onde viajar por rotas comerciais implicava correr o risco de se ser atacado por piratas. Um mercado era um local seguro, protegido por fortificações e uma força militar, onde a ordem era mantida por alguma forma de autoridade política. É certo que a tradição de não-agressão remontaria aos mercados sazonais, onde ideias religiosas e um sentido pragmático permitiam a realização de negócios em contexto de inviolabilidade. Mas a autoridade senhorial estava presente em Hedeby, Birka e Kaupang, na sua fundação ou, pelo menos, a partir de algum momento no processo de desenvolvimento dos postos comerciais: pensemos na destruição de Reric e na deslocação dos seus comerciantes para Hedeby. De uma forma ou outra, no seguimento das práticas dos mercados sazonais, reis e magnatas podiam assumir-se como patronos, protectores e retirar os respectivos dividendos.

#### **4. Religião**

As crenças religiosas são o último aspecto a analisar neste breve olhar sobre as terras nativas dos vikingues. Porque a cristianização engendrou uma mudança política e mental sem, no entanto, ter causado uma ruptura completa com práticas passadas. E porque, lendo as fontes escritas, é fácil pensar que os piratas e invasores nórdicos eram especialmente violentos e atribuir, como o fazem alguns autores, essa agressividade às suas crenças religiosas.

A imagem popular dos vikingues é, ainda hoje, a de homens brutais, dedicados à pilhagem de cidades e mosteiros, matando ou capturando, para depois exigirem resgates ou engrossarem o tráfico de escravos. Nada de novo no mundo da pirataria, portanto, tanto em épocas anteriores como posteriores, já que o objectivo sempre foi o de enriquecer depressa pela extorsão declarada e agressiva. E quando a violência dos vikingues é comparada com a de outros grupos do mesmo período, percebemos que os nórdicos não se distanciavam das práticas de guerra habituais dos reinos cristãos. Dizem os *Anais Reais Francos* que Carlos Magno ordenou a execução de quatro mil e

quinhentos prisioneiros saxões em 782, enquanto Æthelred de Wessex decretou o massacre de todos os nórdicos que residiam no seu reino, em 1002, e o imperador bizantino Basílio ordenou a mutilação de milhares de prisioneiros. Em 1147, após a tomada de Lisboa, diz o relato da conquista que os cruzados se entregaram à pilhagem e agressão aos habitantes da cidade, matando *inclusive* o bispo (capítulo 22; Nascimento 2007, 138-9). Exemplos destes põem em perspectiva a violência dos vikingues, que poderão ter tentado semelhantes feitos, mas não tinham os recursos repressivos da Europa civilizada. E isto leva-nos a concluir, como Eric Christiansen, que “a nossa noção de humanidade era estranha a ambos os lados” dos conflitos da época (2006, 180). Ou a seguir Janet Nelson, que nota a ausência de referências à violação de mulheres por piratas nórdicos e em contraste com as duas menções que os *Anais de S. Bertino* fazem ao abuso sexual de freiras por soldados carolíngios. O que não quer dizer que os vikingues não violassem, mas dá a entender que não ultrapassavam o normal para a época ou, nas palavras de Janet Nelson, que “eles não eram violadores notórios” (1997, 47). E mesmo aquilo que parece ser um sacrifício próprio de um culto violento, a chamada águia sangrenta ou a morte pela remoção dos pulmões pelas costas, pode ser fruto da má interpretação de versos skáldicos (Frank 2005, 170-2).

Que papel teve, então, a antiga religião nórdica nas incursões vikingues? Nenhum ou, pelo menos, não mais do que o cristianismo na justificação (ou mesmo glorificação) da mortandade criada pela guerra. Tal como os *Anais Reais Francos* invocam a vontade e poderes divinos na derrota dos pagãos saxões ou como o faz o cruzado inglês no relato da conquista de Lisboa em 1147, um vikingue recrutaria o auxílio divino de Þórr, dado que o deus do trovão era conhecido pelas suas proezas guerreiras e força tremenda. Ou invocaria Oðinn e dedicar-lhe-ia o campo de batalha, onde os corpos dos caídos alimentariam corvos e lobos, que são animais do Senhor de Valhalla. Podia até pedir a protecção do deus Freyr ou da deusa Freya, duas divindades associadas ao javali, e isto se quisermos dar valor à passagem do poema *Beowulf* que refere elmos com uma imagem desse animal para protecção (IV:300-305; Swanton 1997, 49).

Mas a grande diferença prática entre o politeísmo nórdico e o cristianismo era o exclusivismo do último ou, se quisermos, a militância cristã que justificava a guerra com o proselitismo religioso. A única altura em que encontramos algo de semelhante

entre nórdicos pagãos é no período de confronto aberto com os adeptos da nova religião e na própria Escandinávia, já nas últimas décadas do século X. Nas incursões que se abateram sobre a Europa ocidental, os vikings tanto atacam igrejas como fortificações ou povoações, cristãs ou islâmicas, e atacam até outros vikings, quando recrutados para esse efeito por reis cristãos. Não há militância pagã como móbil das incursões e conhece-se até o caso do Mosteiro de São Bertino onde, em 860, segundo um *translatio* composto uma geração depois, após saquearem o edifício, os líderes do bando de piratas empilharam prata no altar da igreja e encarregaram um dos monges de a guardar (Nelson 1997, 29). Não se sabendo que ideias presidiram ao gesto daqueles nórdicos (e assumindo a sua historicidade), restam-nos hipóteses como o mero juntar de despojos antes de serem levados pelo bando ou o reconhecimento da sacralidade do sítio, devidamente propiciada com uma oferenda de prata. Até porque o politeísmo assume-se muitas vezes como inclusivo, senão mesmo eclético, e terá sido também esse o caso a dada altura no processo de cristianização da Escandinávia.

Os reis nórdicos cristãos do final do século X não surgiram no vazio, mas após mais de cem anos de contacto com o cristianismo, tanto na Europa que foi alvo das incursões vikings, como nas terras escandinavas. Não quer isto dizer que a conversão à nova religião fosse uma inevitabilidade ou um qualquer processo natural de substituição de cultos desacreditados. Já houve quem proclamasse isso a respeito de iguais transições religiosas noutras partes da Europa e com a mesma dose de militância ideológica dos que vêem nos pequenos reinos o anúncio dos Estados nórdicos modernos. A verdade é bem mais complexa do que inevitabilidades ou projecções do presente sobre o passado e faz-se de processos mais ou menos longos onde se jogam interesses, tradições, identidades e tensões internas ou externas. No caso da conversão ao cristianismo, estavam em causa os desejos de reis que viam vantagens no modelo monárquico continental, o tradicionalismo religioso de magnatas e populações, o sentimento de identidade de comunidades, de grupos como os poetas ou até mesmo de indivíduos que jogavam os seus interesses pessoais, a que se juntavam as lutas de poder internas e a pressão externa da Europa continental. Foi nesta conjugação de elementos que se fez a cristianização da Escandinávia, com avanços e recuos, imposições e cedências e ao longo de cerca de duzentos anos.

No início do século X, o cristianismo já não era uma religião estranha para muitos nórdicos: para os que seguiam em expedições piratas e atacavam igrejas, mosteiros e povoações cristãs e muito menos para os que colonizavam terras britânicas ou francesas; mas também para os que ficavam na Escandinávia e contactavam com comerciantes que professavam o cristianismo em sítios como Hedeby e Birka onde, segundo a *Vida de S. Anskar*, existiam cativos cristãos (capítulo 11; Robinson 2010, 45). E a Dinamarca, geograficamente próxima do mundo carolíngio, terá sido a primeira a ter contacto com a fé de Roma logo no início do século VIII, quando um missionário inglês tentou converter um rei dinamarquês (Sawyer 1993, 100). A mudança de religião nos séculos X e XI não significou a importação de algo radicalmente novo, mas sim o domínio crescente de crenças e práticas que estavam presentes, desde há alguns séculos, em algumas comunidades nórdicas. Nem terá sido feita tanto de baixo para cima, mas no sentido oposto, isto é, das elites para as classes mais baixas (Brink 2008, 622). Stephen Mitchell afirma mesmo que o esforço missionário foi dirigido para o topo e não para a base da pirâmide social (2000, 876). E foi a conversão de reis, magnatas e chefes que fez pender a balança para o lado do cristianismo, ao fornecer-lhe o patrocínio de quem tinha meios e terras que permitiram conquistar uma posição dominante: Haraldr blátönn (Dente Azul) da Dinamarca por volta de 965, Óláfr Tryggvason e Óláfr Haraldsson da Noruega, o primeiro no final do século X e o segundo nas décadas iniciais da centúria seguinte, para dar três exemplos sonantes e todos eles de afirmação da fé cristã como religião oficial de monarquias nórdicas em formação. A terceira – a sueca – teve o seu primeiro rei cristão com Olof Skötkonung, também no final do século X (Lindkvist 2008, 670). O ano 1000 é, aliás, apontado como a data que marca a ascensão da nova religião na Escandinávia e mesmo que as décadas posteriores tenham sido ainda de tensões religiosas e reacções politeístas: o templo de Uppsala, por exemplo, só terá sido encerrado por volta de 1080.

Não se fez, no entanto, a conversão sem fases intermédias, algo possível não apenas pela familiaridade, mas também pela tendência inclusiva do politeísmo nórdico. Pensemos, por exemplo, na sepultura de uma mulher na Jutelândia, onde pendentes com a cruz cristã e o martelo de Þórr surgem lado a lado (Christiansen 2006, 266), ou nas palavras do saxão Widukind de Corvey, que, por volta de 970,

contava como os Dinamarqueses eram cristãos, mas continuavam a adorar os deuses antigos por acreditarem que Cristo era uma divindade entre muitas. Isto leva Eric Christiansen a sugerir que a conversão de Haraldr blátönn pode ter sido apenas a passagem de politeísmo para um henoteísmo (2006, 272-3), isto é, a adoração de um único deus, mas sem negar a existência de outros. E refira-se ainda o caso de Helgi inn Magri, homem que terá chegado à Islândia por volta de 900 e que o *Landnámabók* diz ter sido cristão, mas que invocava Þórr quando confrontado com problemas no mar (Meulengracht Sørensen 1997, 223). Poderá ser apenas uma tradição popular sobre a colonização da Islândia, mas que reflecte, ainda assim, a fase em que o deus do cristianismo terá sido, aos olhos de muitos nórdicos, apenas uma de várias divindades.

A facilitar a transição do politeísmo tradicional para o monoteísmo cristão esteve também uma continuidade de funções entre os deuses antigos e o novo deus: como os primeiros, também ele (ou os seus santos) conferiam vitória em batalha, protecção em viagem, prosperidade no comércio e abundância nos campos agrícolas. Pouca surpresa haverá, portanto, que a conversão não tenha alterado ritmos de vida comunitária, que continuava a fazer-se com magnatas, assembleias e grandes celebrações religiosas, por vezes no mesmo sítio de cerimónias pagãs ou em igrejas construídas em locais de culto politeísta. Ou que a conversão não tenha alterado hábitos bélicos, até porque, conforme mostramos no início deste subcapítulo, a violência era algo normal para a época e perpetuava-se independentemente da preferência religiosa. E porque a cristianização não se fez de um dia para o outro e houve continuidade no meio da mudança, o ocidente da Península Ibérica continuou a ser vítima de ataques nórdicos para lá do ano 1000 ou até mesmo no século XII, fosse pirataria declarada ou expedições “santas” contra um “infiel”.

## **5. Causas das incursões**

Chegados a este ponto, apresentada que está a Escandinávia antiga em alguns dos seus aspectos e momentos históricos, impõe-se a pergunta final: o que causou a Idade Vikingue? O que desencadeou as vagas sucessivas de piratas e colonos nórdicos?

Podemos começar por pôr de parte a motivação religiosa. Os primeiros alvos conhecidos podem ter sido os mosteiros, mas isso dificilmente indica que o que havia a abater fosse o cristianismo: se existia uma militância religiosa ao nível de uma cruzada,

ela encontrava-se do lado cristão, por natureza exclusivista e proselitista. Não que não tenham existido casos de paganismo militante, mas provêm, tanto quanto se sabe, do período posterior, quando a evangelização das elites gerou tensões na Escandinávia. Pensemos no *jarl* Hákon Sigurðarson, magnata da região de Trøndelag que governou a Noruega de 975 a 995 e que promoveu a restauração dos locais de culto politeístas destruídos pelos seus antecessores cristãos. Mas este exemplo ressent-se de dois problemas se o quisermos usar para justificar o período vikingue: é posterior em cerca de duzentos anos às primeiras incursões e o próprio Hákon, não obstante as suas convicções religiosas, não deixou de colocar-se ao serviço de Haraldr blátönn, autoproclamado senhor da Dinamarca e da Noruega que converteu os Dinamarqueses ao cristianismo, de acordo com a inscrição de cerca de 970 na pedra de Jelling (Brink 2008, 625). E, mesmo quando rompeu com Haraldr, não consta que Hákon tenha lançado uma cruzada contra a Dinamarca.

Um motivo mais plausível, ainda que com as suas limitações, terá sido a escassez de terra e a conseqüente pressão demográfica, que teria originado migrações e movimentos de conquista. Isto fará algum sentido para a Noruega onde, como vimos, as áreas cultiváveis são pouco abundantes, mas já não para a Dinamarca e para a Suécia. É certo, no entanto, que destes dois últimos territórios partiram também vagas de colonos, nomeadamente Dinamarqueses para as Ilhas Britânicas e Suecos para a Europa de leste. Mas será talvez mais correcto dizer que o fizeram não tanto por escassez de terra, mas por desejo de terem mais do que alguma vez conseguiriam ou em melhores condições do que na Escandinávia, onde seria necessário desbravar, drenar ou, de alguma forma, preparar o terreno para pasto ou cultivo. Para quê ter todo esse trabalho se, noutras paragens, existiam propriedades organizadas e produtivas há já várias gerações à espera de serem tomadas? Afinal, quando os Portugueses do século XVI partiam para as colónias a oriente não era por falta de terra ou de oportunidades de negócio em Portugal, mas sim porque na Índia havia a possibilidade de se enriquecer mais e mais depressa. Além disso, o argumento de uma pressão migratória escandinava deixa por explicar o porquê de as primeiras incursões à Europa ocidental terem sido ataques piratas e não expedições colonizadoras, a menos que queiramos imaginar a expansão nórdica nos moldes da espanhola na América Latina: conquistadores ou exploradores armados seguidos de vagas de colonos. E,

nesse caso, seria necessário perguntar pelo porquê de mais de meio século entre o primeiro ataque conhecido, em 789, e a chegada do chamado “grande exército” a Inglaterra em 869, de cujas fileiras saíram colonos nórdicos que receberam (ou tomaram para si) terras inglesas. Dificilmente poderá dizer-se que as décadas iniciais foram de exploração violenta, dado que a costa da Europa ocidental não seria terra incógnita para os escandinavos, que já tinham laços comerciais com o ocidente cristão. O objectivo inicial parece ter sido simplesmente o de chegar, pilhar e partir. Só mais tarde, quando começaram a surgir as primeiras bases permanentes, é que as vagas de colonos surgem atrás dos bandos de piratas ou forças militares nórdicas.

Na discussão sobre as causas da Idade Vikingue entra também a instabilidade política na Escandinávia. A ascensão e queda de magnatas, reis, chefes ou mesmo príncipes que falhavam a sucessão ao trono originavam grupos de exilados. E estes podiam tentar recuperar posses e estatuto além-mar, dedicando-se à pirataria para, com os fundos e fama assim conseguidos, voltarem a terras nórdicas e reclamarem uma posição de poder. Um exemplo do século IX é o do rei dinamarquês Horik, morto em 854 por um sobrinho seu que tinha sido votado ao exílio, mas que ganhou fama e fortuna como vikingue, tendo regressado então à Dinamarca para tirar o trono ao seu tio. Recorde-se a teoria que junta este motivo para as incursões com uma hipotética origem da palavra *víkingr* no topónimo Viken, região próxima da actual Oslo, quando a influência crescente de reis dinamarqueses sobre o sul da Noruega, nomeadamente em Vestfold, terá empurrado chefes noruegueses para o exílio e, dessa forma, para a actividade pirata em Inglaterra (Sawyer 1997, 8). A tese pode não ser unânime, mas, num processo semelhante, não é impossível que alguns chefes noruegueses tenham desejado autonomizar-se da Dinamarca, que exercia a sua influência em parte pela oferta de artigos de luxo germânicos e francos. E, partir de 800, os magnatas da Noruega podem ter passado a adquirir esses artigos directamente por via de expedições piratas (Christiansen 2006, 108).

Nesta questão, será talvez útil olhar para o Báltico, dado tratar-se de um mar mais pequeno e onde os fenómenos associados à Idade Vikingue no ocidente – pirataria, migração e colonização – estavam já presentes antes das primeiras incursões na costa inglesa e francesa. Na Lituânia, os vestígios de presença nórdica parecem remontar ao século VII (Valk 2008, 488), enquanto, na região do lago Ladoga,

actualmente em território russo e próximo da fronteira com a Finlândia, sabe-se da presença de nórdicos no posto comercial de Staraja Ladoga desde meados do século VIII, o mesmo período a que remonta Birka. Trocas comerciais entre os dois postos e mercados sazonais ao longo das costas oriental e ocidental do Báltico são uma realidade que potencia o aparecimento de pirataria e, pouco antes das primeiras incursões a ocidente de que há registo, os *Rus*, nome dados aos escandinavos no leste europeu, estariam já a impor tributos a oriente para, pouco depois de 800, começarem a assumir o controlo dos rios Volga e Dnieper (Christiansen 2006, 215-6).

Retomando a pergunta original, o que causou as incursões vikingues? Talvez na origem esteja a experiência de pirataria no Báltico, conjugada com a consciência das riquezas disponíveis a ocidente, de que os nórdicos terão tido uma percepção crescente graças ao tráfego comercial em locais como Hedeby e Birka. Cientes dos lucros disponíveis a leste, poderá ter surgido a tentação de procurar fortunas idênticas ou maiores a oeste, atingindo primeiro os alvos mais fáceis – mosteiros (como referimos) e pequenas povoações costeiras. Nem é preciso imaginar uma grande vaga inicial de piratas: bastam uns quantos bandos a protagonizarem raides bem sucedidos no final do século VIII para que a fama de riquezas ganhas se encarregasse de reproduzir o fenómeno alguns anos depois. Pense-se em Lindisfarne em 793 e Iona em 795, no caso de bandos vindos da Noruega; ou no exemplo dado pela expedição dinamarquesa de 810, aparentemente a mando de Godofredo e que pilhou a Frísia. Os primeiros ataques mostraram que era possível saquear as riquezas do ocidente e o precedente deu frutos poucos anos depois, quando o fenómeno cresceu e aumentaram as histórias de fama e fortuna. Um efeito dominó, por outras palavras, em que ao sucesso original de um número limitado de oportunistas sucede a multiplicação crescente de imitadores. E o fenómeno apenas ganha força quando se tornam cada vez mais evidentes as dificuldades de defesa dos reinos europeus, mergulhados em conflitos civis, divididos em pequenos Estados, desprovidos de defesas costeiras ou dispostos a pagarem somas avultadas pelo resgate de prisioneiros e pelo suborno de piratas. Há um claro crescendo nas incursões vikingues, que começam por ser sazonais para depois passarem a ser constantes com a criação de bases, permitindo evitar viagens pelo Mar do Norte durante o Inverno e possibilitando a pilhagem durante o ano inteiro. Em 852, já havia uma no Sena e, em 855, no Loire.



Em 865, o “grande exército” desembarca em Inglaterra, conquista quase todos os reinos ingleses e abre caminho a vagas de colonos nórdicos, que já teriam começado a fixar-se nas Shetland, Orkney e Irlanda. E tudo isto sem que se conheça uma coordenação centralizada, um “rei da Escandinávia” que enviasse vikingues para aqui ou acolá. Pelo contrário, foi um fenómeno descentralizado, levado a termo por vários reis, príncipes, chefes, magnatas e também por bandos de oportunistas e de mercenários que se faziam ao mar em busca de fama e fortuna rápidas. Havia grupos que se fundiam para depois se separarem, conforme as oportunidades que se proporcionavam, e houve até vikingues que se ofereceram para lutar contra outros vikingues a troco de somas avultadas. Do grande exército de 865, por exemplo, diz-se que teve três líderes, que depois acabaram por seguir caminhos separados. E conhece-se o caso de um grupo pirata que, em 860, entrou no rio Somme e ofereceu-se para expulsar vikingues do Sena pela “modesta” quantia de três mil libras de prata, levando o rei franco Carlos, o Calvo, a cobrar um imposto extraordinário. É o sentido de oportunidade em todo o seu esplendor!

Este fenómeno de pirataria, de fixação durante o Inverno, do pagamento de subornos ou de resgates chegaria, a seu tempo, à Península Ibérica. E foi inevitável porque a proximidade geográfica com os territórios francos assim o ditou: bastou seguir a costa, um pouco mais a sul e um pouco mais a oeste, com mais ou menos correntes ou tempestades, para os vikingues se apresentarem diante da Galiza. Independentemente dos motivos que lhes terão dado origem, os ataques acabaram por chegar à faixa ocidental da Península, datando de 844 o primeiro de que há registo, quando a Idade Vikingue estava já em pleno vigor. E é nessa fase do período em que nos vamos concentrar de seguida.

## Capítulo 6

### A chegada dos vikingues à Península Ibérica

#### 1. Os motivos

Não há nenhum relato nórdico coevo que nos descreva as razões que levaram os vikingues a descerem até à Península Ibérica. As fontes francas e britânicas por vezes deixam indícios de motivos para incursões específicas, como a que chegou ao oeste ibérico na década de 960, mas é um caso que confirma a regra de silêncio. Assim sendo, os estudiosos do tema desdobraram-se em teorias sobre o porquê da vinda de vikingues ao território mais a ocidente da Europa.

Tem sido popular a tese de que foram atraídos pela fama de Santiago de Compostela. Expressão dessa hipótese é o termo *Jakobsland*, atribuído pelos nórdicos à Galiza por referência a São Tiago (*Jakob*) e que tem sido usado por autores modernos para indicar o fascínio e, conseqüentemente, a atractividade do santuário do apóstolo para os piratas nórdicos. São disso exemplo Magdalena Stork Gadea (1985, 15), Vicente Almazán (1986, 92-3) e Miguel González Garcés (1987, 82), mas a teoria merece pouco crédito e por vários motivos. Em primeiro lugar, porque está por encontrar uma inscrição rúnica datável do século IX onde o referido topónimo possa ser lido. Singul Lorenzo refere uma pedra que fala sobre os feitos bélicos de um Gunnar Gunnarson em *Jakobusland*, mas não indica a referência da inscrição, nem muito menos uma datação da mesma (1999, 21). O termo aparece posteriormente, é certo, e Almazán dá disso exemplos, como veremos no capítulo seguinte, mas a sua utilização na Escandinávia do século XII não é prova do uso da expressão trezentos anos antes. Principalmente, e este é o segundo motivo, se tivermos em conta que Santiago de Compostela só começa a adquirir um estatuto internacional no século X. Afinal, se a suposta descoberta do túmulo do apóstolo passa despercebida para as crónicas asturianas, terminadas, convém lembrar, entre 881 e 910, é difícil imaginar que pudesse ter chamado a atenção de piratas nórdicos na Aquitânia em 844. Por último, mesmo que quiséssemos acreditar na teoria de Santiago de Compostela como o alvo dos vikingues, é justo perguntar porquê, então, os ataques mais a sul. Se a fama do santuário do apóstolo incendiava a imaginação de piratas ao ponto de os atrair até

ao extremo ocidental da Europa no século IX, seria de esperar uma concentração das investidas em torno de Santiago. Em vez disso, temos notícias de ataques a Lisboa, Algarve, Sevilha, norte de África e até de uma expedição ao Mediterrâneo. Perante tamanha dispersão de esforços quando – dizem alguns – o alvo estava tão claramente identificado com o nome de *Jakobsland*, talvez fosse melhor admitirmos que a teoria do santuário compostelano como motivo para as incursões do século IX tem pouco de rigor histórico. É, isso sim, um anacronismo, eventualmente produto do nacionalismo romântico e talvez até de gosto pelo martírio: afinal, quem melhor do que os piratas nórdicos, os que tantos mosteiros pilharam pela Europa, para acompanhar Almançor no papel de inimigos de Santiago?

Outra teoria que procurou justificar a vinda de vikingues refere a produção de sal na costa galega e os dividendos elevados que essa actividade gerava. Foi o que propôs Izquierdo Díaz, chamando a atenção para a vinda dos piratas nórdicos no Verão, que é a estação de grande actividade nas salinas, e embora depois admita que a quantidade extraída seria escassa (2009, 82). Se é certo que, conforme veremos, uma porção de sal constava de um resgate pago a um grupo de vikingues no século XI, também é verdade que o pagamento incluía outros bens. E, convém tê-lo bem presente, havia um motivo bem mais prático e muito menos imaginativo para a frequência de ataques no Verão: era a estação durante a qual a navegação era mais segura. Por esse motivo, as primeiras investidas da Idade Vikingue foram sazonais e, também por isso, surgiram bases onde os piratas nórdicos passavam o Inverno e a partir das quais lançavam acções de saque durante o ano inteiro. Foi assim nos rios Loire e Sena, assim como em Inglaterra ainda no século IX. E, segundo um documento que a seu tempo veremos com o devido detalhe, terá sido também o caso nas margens do rio Douro, onde um grupo de vikingues entrou em Julho de 1015 e por lá andou nove meses. O que equivale a dizer que os nórdicos invernaram naquilo que é hoje o norte de Portugal.

O que trouxe, então, os vikingues à Península Ibérica? Inicialmente, poderá ter sido apenas curiosidade pela terra mais a sul, uma vez que estamos, afinal, a falar de costa contínua e não de ilhas. Se chegaram à Aquitânia, bastava-lhes seguir viagem por mar até navegarem para ocidente, sem noção do destino e explorando a linha costeira. Não é impossível que tenham ouvido falar da Península da boca de Francos por entre

as acções de saque ou a tomada e resgate de prisioneiros. Em qualquer dos casos, o primeiro ataque poderá ter sido feito sem grande consciência do que os esperava na costa ibérica. Só mais tarde, quando os protagonistas da incursão de 844 regressam a norte, é que pode começar a colocar-se a hipótese de ataques motivados por descrições das riquezas a sul. E, a partir de meados do século X, aí sim a fama de Santiago de Compostela pode ter motivado algumas incursões à Galiza, sem que, no entanto, atingissem exclusivamente as terras galegas: na década de 970, por exemplo, há notícia de avistamento de vikingues perto do Mondego ou Tejo e, em 1015, conforme dissemos, passaram o Inverno algures entre os rios Douro e Ave.

## **2. Vikingues na Península no século VIII?**

Enquanto, no final do século VIII, o Reino das Astúrias se expandia em direcção ao rio Minho, mais a norte, nas Ilhas Britânicas e nos territórios francos, tinham lugar os acontecimentos que marcaram o início da Idade Vikingue. Segundo as crónicas asturianas, os piratas nórdicos só chegaram ao ocidente ibérico em 844, mas, de acordo com alguns estudiosos, várias passagens de textos árabes permitem colocar esse primeiro contacto na década de 790.

Ibn al-Athir, autor que viveu entre a segunda metade do século XII e primeira do seguinte, dá notícia de uma expedição andaluza contra a Galiza em 795 em que o Rei Alfonso II, o Casto, surge auxiliado por um exército em parte composto por Bascos e *al-magus*. A passagem é citada por Melvinger, em tese precisamente sobre as primeiras incursões vikingues no ocidente peninsular (1955, 13-4). Outros autores árabes fizeram eco do mesmo episódio com maior ou menor concordância: Ibn Idhari, na-Nuwairi, Ibn al-Hatib e al-Maqqari, todos eles citados por Melvinger (1955, 14-22). A ideia de que a passagem se refere a vikingues parte do termo *al-magus*, pelo que importa analisá-lo e perceber o contexto em que pode ter sido usado nas referências à expedição de 795.

A expansão do islamismo pô-lo inevitavelmente em contacto e, muitas vezes, em confronto com outras religiões. Uma delas foi o Zoroastrismo, originário da Pérsia e cujos actos de culto eram tradicionalmente conduzidos diante de um fogo sagrado. O estatuto dos zoroastristas face ao Islão nem sempre foi claro, se um povo do Livro ou pagãos (Gleave 2008, 381-5), mas foi a eles que os muçulmanos puseram o nome de

*al-magus*, derivado do título dos sacerdotes do Zoroastrismo – os *Magi* (Choksy 2006, 877). Da aceção específica para a geral, do século IX em diante o termo surge nas fontes do Andalus, mas não se refere a zoroastristas: os *al-magus* que atacaram Lisboa e tomaram Sevilha em 844 eram piratas nórdicos que os muçulmanos da Península Ibérica depressa identificaram como um *outro* em cujas práticas religiosas não se reconheciam. E, nessa medida, identificando-os como pagãos, recorreram à expressão clássica que, em cânones árabes, denominava os não-crentes – os magos. Isto quer dizer que, longe de identificar um povo específico, o termo é uma referência vaga ao *outro*, ao que não é muçulmano, judeu ou cristão. E, assim sendo, impõe-se uma nova pergunta: a acreditar nos textos árabes que referem o episódio, os *magus* que auxiliaram Alfonso II eram vikingues ou ibéricos não convertidos ao cristianismo?

É neste ponto que as opiniões se dividem. Melvinger acreditava que não seriam Bascos por estes serem cristãos desde o final do século VI, a avaliar, pelo menos, pela existência de um Bispo de Pamplona desde 589. E reforça a sua posição com a distinção que as referências árabes fazem entre Bascos e *al-magus*. Para o académico sueco, estes últimos apenas podem ser vikingues, possivelmente estabelecidos na Gasconha uns anos antes e depois recrutados como mercenários (1955, 111-4). E se uma das fontes asturianas diz que, em 844, chegaram às Astúrias os primeiros normandos (*Albeldense* XV:10; Gil Fernandez et al. 1985, 249), Melvinger vê nisso uma indicação de que os *magus* que auxiliaram Alfonso II desembarcaram a sul da Gasconha e que nunca chegaram ao ocidente peninsular (1955, 114). Opinião contrária foi a de Sánchez-Albornoz, que pôs em causa a cristianização dos Bascos e, dessa forma, a necessária conclusão de que os pagãos em causa teriam que ser um povo exterior à Península Ibérica. Para isso, o académico espanhol recorreu a trabalhos sobre a História Religiosa do País Basco e encontrou argumentos a favor não só de uma cristianização incompleta, como tardia: testemunhos de persistência pagã na Vasconia dos séculos V ao VII, a ausência de base histórica para a evangelização do território por São Saturnino, a autoridade territorialmente limitada do Bispo de Pamplona e a afirmação de um núcleo cristão em Álava, no País Basco, apenas no século IX (Sánchez-Albornoz 1957, 309-10). Seria, portanto, possível que no extremo nordeste da Península Ibérica existissem comunidades nativas ainda pagãs que pudessem ter sido recrutadas por Alfonso II, mais propriamente Várdulos e Caristios

que, segundo Sánchez-Albornoz, os cronistas árabes estariam em condições de distinguir dos Vascões históricos (1957, 308). Por fim, o académico espanhol remata com as palavras da *Crónica de Alfonso III*: que no início do reinado de Ramiro I, coroado em 842, chegou às Astúrias uma frota de normandos, povo anteriormente desconhecido dos habitantes daquele reino (Sánchez-Albornoz 1957, 316).

Pela nossa parte, julgamos ser plausível a última das duas teses. A realidade histórica, nomeadamente a dos processos de mudança de politeísmos nativos para um monoteísmo ortodoxo como o cristianismo, raramente coincide com as narrativas hagiográficas de santos e mártires evangelizadores e muito menos com marcos oficiais como a existência de um bispo. Pelo contrário e como a já referida conversão da Escandinávia o demonstra, o processo é lento, feito de avanços e recuos, resistências, pejado de fases intermédias e muitas vezes sem garantias de sucesso. Um cenário que torna possível a existência de comunidades pagãs no País Basco e o seu consequente reconhecimento como tal pelos autores árabes. Os quais, de resto, tinham já várias décadas de contacto directo com os povos peninsulares e estariam, por isso, em condições de reconhecerem diferenças entre eles. Além disso, há que considerar as consequências de uma comunidade nórdica estabelecida na Gasconha: trata-se, afinal, de território já ocupado por Francos há muito cristianizados e, na década de 790, parte integrante do Império Carolíngio, o mesmo que fazia guerra aos Saxões pagãos a oriente. Dessa forma, torna-se difícil acreditar que um grupo de nórdicos, também eles pagãos, pudesse estabelecer-se pacificamente no extremo ocidental dos domínios de Carlos Magno ou, a fazê-lo de forma violenta, que não tivesse ficado a mais pequena referência escrita ao facto em fontes francas. E, como se não bastasse, há outra dúvida a considerar: porquê a Gasconha? Entre a Escandinávia e o sul de França há uma extensa faixa costeira que seria, pelo menos em parte, familiar para os nórdicos. A Frísia, por exemplo, junto à Dinamarca, foi bastante cobiçada pelos líderes e piratas dinamarqueses. Mas a Gasconha? Porquê passar ao lado de milhares de quilómetros de costa, de terras férteis e importantes postos comerciais, para se estabelecerem tão longe da sua origem? A teoria de Melvinger parece-nos fraca, sustentada mais no fascínio pela hipótese de vikingues tão a sul e tão cedo do que em dados históricos.

Assim sendo, mantemos a datação tradicional de 844 para a primeira incursão nórdica no ocidente peninsular, da qual trataremos de seguida.

## Capítulo 7

### As incursões do século IX

Passadas duas décadas sobre o ataque a Lindisfarne, a actividade vikingue parece diminuir, pelo menos a julgar pelas fontes francas e britânicas. Sob o ano de 793, a *Crónica Anglo-Saxónica* refere pilhagem e uma derrota nórdica na foz do rio Wear, no norte de Inglaterra, mas só muito depois voltará a falar de piratas. Na Irlanda, o primeiro ataque conhecido foi em 795, seguindo-se outros em 798, 807 e 812, todos de pequena dimensão e nem sempre bem sucedidos. Verifica-se depois, porém, um interregno de vários anos (Ó Corráin 2008, 428). E, no norte do Império Franco, a relação conflituosa com os Dinamarqueses alimentava ataques dirigidos pelo rei Godofredo, como o que em 810 atingiu a Frísia onde, segundo os *Anais Reais Francos*, chegou uma frota de duzentos navios vindos da Dinamarca. Dois anos mais tarde, no entanto, os sucessores do monarca abrem negociações de paz com os Francos e, durante algum tempo, os ataques parecem ter parado.

É preciso esperar oito anos até surgirem novas notícias. Em 820, segundo os *Anais Reais Francos*, um bando de piratas ataca a Flandres com sucesso limitado, dado que as defesas costeiras conseguiram barrar-lhes o caminho, mas sem impedirem o roubo de gado e o incêndio de algumas habitações. Segue-se outro ataque falhado, desta feita na foz do Sena, e depois na Aquitânia onde, aí sim, os vikingues levam a cabo uma investida bem sucedida. No mesmo ano, regressam as incursões na Irlanda (Ó Corráin 2008, 429) e, em 835, segundo a *Crónica Anglo-Saxónica*, a ilha de Sheppey, no estuário do Tamisa, é atacada por piratas nórdicos. Já um ano antes, segundo os *Anais de São Bertino*, os ataques à Frísia tinham sido retomados, a que se juntaram investidas contra Dorestad, importante posto comercial franco próximo da foz do Reno. O episódio repete-se em 835 e 836, ano em que os mesmos anais contam que o rei dinamarquês puniu um grupo de piratas que havia atacado a Frísia; indício de actividade privada, por outras palavras, ou a desculpa de um monarca. Também em 836, segundo a *Crónica Anglo-Saxónica*, o Rei Ecgberht de Wessex é derrotado por nórdicos em Carhampton, seguindo-se uma vitória vikingue na ilha de Portland em 840, outros ataques na Anglia Oriental e Kent em 841 e nova derrota dos Anglo-Saxões

em Carhampton, em 843. O cenário de actividade crescente repete-se do outro lado do Canal da Mancha, onde, dizem os *Anais de São Bertino*, em 841 os piratas nórdicos pilharam Rouen, mosteiros ao longo das margens do Sena e recolheram pagamentos de outros a troco de não os atacarem. O mesmo sucede no posto comercial de Quentovic, na região de Pas-de-Calais, em 842 e, em 843, Nantes é saqueada e parte dos seus habitantes mortos por vikingues, incluindo o bispo da cidade. Até este ponto, as incursões terão sido essencialmente sazonais, ataques seguidos de fuga nos meses de Verão, mas a situação começa a mudar em meados do século IX.

O mesmo grupo que, em 843, pilhou Nantes, avançou depois para a Aquitânia, cuja costa saqueou. Assim relatam os *Anais de São Bertino*, acrescentando que o bando pirata se instalou depois numa ilha onde viriam a fixar-se também as suas famílias. Era a criação de uma base nórdica em território franco e um exemplo seguido, anos depois em Inglaterra, onde, segundo a *Crónica Anglo-Saxónica*, os vikingues vão estabelecer-se na ilha de Thanet, no extremo oriental de Kent, em 850. Numa escalada dos acontecimentos, surge ainda a notícia de uma frota nórdica de trezentos e cinquenta navios que cai sobre Canterbury e Londres em 851. E, no ano seguinte, um bando nórdico estabeleceu uma base no Sena, a partir da qual pôde levar a cabo ataques durante o ano todo (Nelson 1997, 30). Na Irlanda, a notícia de um assédio na véspera de Natal, em meados da década de 830, indicia a existência de bases onde os vikingues passavam o Inverno, prática atestada em 840 no lago Neagh, no coração da Irlanda do Norte, e em Dublin em 841 (Ó Corráin 2008, 429). Os anos seguintes trouxeram novos exemplos: em Inglaterra, segundo a *Crónica Anglo-Saxónica*, na ilha de Sheppey em 855 e, novamente em Thanet, em 865; segundo os *Anais de São Bertino*, no Loire em 854 e outra vez no Sena em 856. Pelo meio, são pilhadas as cidades de Bordéus (855), Orleães (856), Paris e Chartres (857). Em 859, os vikingues estão também no Somme, atingindo Amiens, enquanto um grupo estabelecido no Sena pilha Noyon. No ano seguinte, segundo os *Anais de São Bertino*, o bando que subiu o Somme oferece-se para atacar os vikingues do Sena a troco de 3 000 libras de prata, o que leva Carlos, o Calvo, a instituir um imposto de emergência para reunir a quantia pedida. O plano falha e os piratas do Somme partem para Inglaterra, mas a ideia fica: pagar a nórdicos para lutarem contra nórdicos. De tal forma que, em 861, quando um bando de vikingues cerca outro que se tinha estabelecido no Sena, na ilha



de Oissel, Carlos volta a cobrar um imposto para recolher 5 000 libras de prata a pagar aos sitiantes e garantir que partiam todos sem novas pilhagens.

A actividade vikingue atinge um novo patamar em 865 quando, segundo a *Crónica Anglo-Saxónica*, chega a Inglaterra uma nova força nórdica a que dá simplesmente o nome de “grande exército”. Provavelmente originário da Escandinávia, é possível que entre os guerreiros que o compunham estivessem bandos vikingues que actuavam na Irlanda e em território franco (Keynes 1997, 54), atraídos para uma grande campanha por laços de fidelidade, pelo prestígio dos líderes do exército ou pela promessa de saque. Em qualquer caso, depois de ter desembarcado na Anglia Oriental, onde os habitantes locais fizeram paz com os nórdicos a troco de lhes fornecerem cavalos, o grande exército seguiu para norte, onde a guerra civil no Reino da Northumbria permitiu que York, a capital, caísse nas mãos dos invasores sem resistência. Uma tentativa para recuperar a cidade ainda teve lugar em 867, mas falhou e os dois monarcas ingleses rivais morreram na investida, ditando a queda da Northumbria. O mesmo sucedeu à Anglia Oriental, para onde o grande exército regressa e derrota o Rei Edmundo em 869, e à Mercia, em 873, uma vez tomada a cidade de Repton e expulso o Rei Burgred. Neste cenário, o grande sobrevivente é Wessex, que foi atacado ainda em 870, ano em que a *Crónica Anglo-Saxónica* dá notícia de três vitórias nórdicas. Pela mesma fonte ficamos também a saber que o grande exército voltou a entrar em Wessex em 875 e que o rei Alfredo acordou uma paz que terá durado pouco, uma vez que surge nova notícia de um ataque em 876. No entanto, dois anos depois, o mesmo monarca saíria vencedor da Batalha de Eddington. A metade do grande exército que invadira Wessex recuou então para a Anglia Oriental, onde chega em 879 e, num gesto de colonização nórdica de Inglaterra, a *Crónica Anglo-Saxónica* diz ter sido distribuída terra pelos guerreiros. Talvez desencorajados pelo insucesso, os vikingues voltam a concentrar-se em território franco, para onde partiu o que restava do grande exército derrotado por Alfredo, o Grande.

As investidas nórdicas não ficaram, obviamente, sem resposta. Não tanto ao nível do destacamento imediato de tropas mais ou menos preparadas – que essa seria apenas uma resposta expectável – mas no que se refere a novas estratégias para melhor fazer frente aos invasores. Segundo os *Anais de São Bertino*, os Francos, sob a liderança de Carlos, o Calvo, tentaram reagir logo em 862 com a construção de pontes

fortificadas sobre os rios Sena, Oise e Marne, como forma de tentarem travar o avanço vikingue pelos cursos de água. A estratégia é repetida três anos depois e parece impedir ataques a Paris e Chartres, mas, ainda em 865, segundo os mesmos anais, os vikingues pilharam Orleães, Poitiers e Le Mans sem que lhes tenha sido oferecida resistência. A melhor resposta parece ter vindo precisamente de forças locais: ainda em 865, quando os Aquitanos expulsam os vikingues da sua base em Charente, ou quando tropas de Poitiers derrotam os nórdicos estabelecidos no Loire em 868. Há até notícia, também nos *Anais de São Bertino*, de que, em 859, a população de entre os rios Sena e Loire organizou a sua própria defesa e foi aparentemente tão bem sucedida (ou estaria de tal forma preparada) que nesse mesmo ano terá sido suprimida pela própria aristocracia franca, ciosa do seu papel militar. Do outro lado do Canal da Mancha, após a vitória em Eddington e a partida do grande exército, Alfredo de Wessex aproveitou a oportunidade para se prevenir. Dirigindo a sua atenção para as defesas do seu reino, ordena a construção de um rede de fortificações que retirasse aos vikingues espaço de manobra, reorganizou o exército e mune-se de uma frota. Quando os nórdicos voltam a atacar Wessex, em 893, o relato da *Crónica Anglo-Saxónica* inclui frequentemente notícias de invasores sitiados, derrotados e de rotas fluviais bloqueadas. De tal forma que, três anos depois, ficamos a saber que o exército vikingue divide-se e retira: parte vai para a Northumbria, parte para a Anglia Oriental e ainda outra parte para o rio Sena.

Na Península Ibérica, a situação nativa é menos rica em informação para a primeira metade do século IX. Conhece-se a expedição bem sucedida de Alfonso II a Lisboa em 798, quando o rei asturiano pilhou e ocupou temporariamente a cidade (Torres 1992, 420), mas sem avançar a linha de fronteira efectiva. Esta estaria, quando muito, próxima do rio Leréz, pese embora a *Crónica de Alfonso III* diga que Alfonso I tomou cidades tão a sul como Porto e Viseu (*Rotense* 13; *Ad Sebastianum* 13; Gil Fernandez et al. 1985, 206-7), naquilo que deve ser entendido mais como acções de pilhagem do que uma conquista definitiva. A mesma fonte diz que o mesmo monarca “povoou” a Galiza marítima (*Rotense* 14, *Ad Sebastianum* 14; Gil Fernandez et al. 1985, 208-9), que José Mattoso acredita poder tratar-se das regiões de Gijón e Corunha (1992b, 531). E isto leva-nos à questão do povoamento, que não deve, regra geral, ser entendido como a reocupação de território anteriormente abandonado e deserto.

Deve antes interpretar-se a ideia como a reintrodução de uma autoridade supra local em regiões onde os conflitos militares afectaram laços políticos e comerciais, ditaram o abandono de cidades e reverteram a presença humana para uma ruralidade dispersa, organizada localmente. O povoamento régio é, por isso, mais uma acção de ordenamento jurídico que submete à Coroa os poderes e habitantes locais, há muito independentes porque abandonados por autoridade nacionais, e menos uma ocupação de território deserto. Na primeira metade do século IX, o ocidente da Península Ibérica teria uma vasta área assim “despovoada”, entre os rios Douro e Minho, senão mesmo mais para norte e sul: em 839, Alfonso II pilha a região de Viseu (Mattoso 1992b, 532) e apenas em 854 é que se dá o “repovoamento” de Tui, Astorga e Leão (*Rotense* 25; *Ad Sebastianum* 25; Gil Fernandez et al. 1985, 218-9). Em 868, a linha de fronteira do Reino das Astúrias está no Douro com a conquista do Porto e, em 878, no rio Mondego com a de Coimbra, duas cidades que, pela mesma altura, tornam-se sedes de dois condados: o Portucalense e o de Coimbra. Por fim, há a referir ainda a putativa descoberta dos restos mortais de São Tiago em Compostela, episódio atribuído a Teodemiro, Bispo de Iria (actual Padrón), por volta de 820, mas a *Crónica Albeldense* e ambas as versões da *Crónica de Alfonso III* nada dizem sobre o episódio. Como referência religiosa da cristandade, ibérica em particular e da ocidental em geral, Santiago de Compostela tinha ainda um caminho a percorrer.

No sul muçulmano, a situação política era pautada por revoltas regionais, por vezes com o apoio das Astúrias que, ainda assim, não deixaram de ser alvo de investidas militares. Ainda digno de nota são as notícias de expedições navais andaluzas contra o norte cristão, primeiro em 841 e uma segunda vez em 879 (Mattoso 1992b, 479).

É neste cenário que o ocidente ibérico vai, pela primeira vez, confrontar-se com os vikingues que, tal como no resto da Europa, tanto subiram os rios em acções rápidas de saque como submeteram cidades ou regiões a ataques de duração variável.

## **1. Corunha, 844**

Em 844, segundo os *Anais de São Bertino*, um grupo de vikingues sobe o rio Garonne e pilha a região de Toulouse sem resistência. Pouco depois, parte desse bando terá regressado ao mar e navegado para sul, até chegar à Galiza, onde os

piratas foram apanhados numa tempestade e derrotados por tropas ibéricas munidas de armas de arremesso. Assim conta a referida fonte a primeira incursão nórdica no ocidente peninsular de que há registo.

O acontecimento não passou despercebido nos documentos asturianos, que o referem sem os detalhes dos *Anais de São Bertino*. A *Crónica Albeldense* apenas diz que, no reinado de Ramiro I, vieram às Astúrias os primeiros normandos (XV:10; Gil Fernandez et al. 1985, 249), enquanto que a *Crónica de Alfonso III* faz um registo da rota utilizada pelo bando, que terá primeiro aparecido diante de Gijón e depois seguido para *Farum Bringatium*. Acabaram derrotados por um exército enviado pelo Rei Ramiro I e seguiram depois para Sevilha, que tomaram (*Rotense* 23; *Ad Sebastianum* 23; Gil Fernandez et al. 1985, 216-7). A *Crónica Profética* é tão sucinta quanto a *Albeldense*, mas acrescenta um pormenor novo ao datar a entrada dos vikingues na Hispânia, a 1 de Agosto da Era 882 (ano 844) (5; Gil Fernandez et al. 1985, 262). A *História Silense* acrescenta que Ramiro I derrotou a maioria dos invasores junto a *Farum Brigantium (iuxta Farum Brecantinam)* e incendiou sessenta embarcações dos piratas nórdicos (34; Pérez de Urbel & González Ruiz-Zorrilla 1959, 143).

Alguns autores dataram este ataque de 843, como Romey (1839, 62), Chao Espina (1965, 29) e Otero Fernández (2002, 55), ou 846, como Vedia y Goossens (1845, 8), Vicetto (1871, 45) e González Garcés (1987, 82). Não é fácil perceber porquê, dado que nem sempre indicam as suas fontes, mas, no primeiro caso, a confusão poderá ficar a dever-se ao facto de a *Crónica de Alfonso III* não indicar a data do ataque e ter como referência cronológica mais próxima a Era 881 (843), ano em que coloca a subida de Ramiro I ao trono. Quanto ao segundo caso, é possível que tenha tido origem num lapso de leitura do documento original, posteriormente perpetuado pelo uso do trabalho do autor do erro: Mayán Fernandez, por exemplo, faz referência à obra de Huerta y Vega ao indicar 846 como o ano do primeiro ataque (1955, 19) e este último, de facto, data o desembarque na Corunha desse mesmo ano (1736, 360-2). Outro aspecto que no passado mereceu alguma atenção foi o nome do líder do grupo de vikingues. Uma vez mais, voltamo-nos para Huerta y Vega, que diz que a esquadra nórdica foi liderada por um Horrich (1736, 630), sem que se saiba qual a sua fonte. Também sem referir de onde retirou a informação, Romey diz que foi um chefe chamado Witingur (1839, 62), enquanto Vicetto acrescenta King às duas hipóteses

anteriores (1871, 47). Já no século XX, Chao Espina apresenta os três nomes acriticamente (1965, 30-1) e nenhum destes autores indica por uma vez que seja uma fonte primária que sustente a informação, talvez porque nenhuma o faça. Pelo menos no que se refere ao ataque de 844 na Galiza, nenhum texto medieval asturiano de que tenhamos conhecimento indica o nome do ou dos líderes do bando de piratas nórdicos que chegou à costa galega. E Vicetto parece ter sido vítima do seu próprio raciocínio, uma vez que, na mesma página em que fala de um chefe chamado King, explica como os vikings denominavam os líderes dos seus bandos por rei (do mar). Ou seja, tomou como nome próprio aquilo que ele mesmo começou por apresentar como um título.

Postos de parte estes detalhes, podemos virar-nos para outro elemento, esse sim presente nas fontes primárias: o topónimo *Farum Brigantium*. Durante o século XX, chegou a ser identificado com Betanzos, a sudeste da Corunha, mas a tese foi rejeitada por Xosé Barreiro Fernández (1996, 40-2). A interpretação mais comum é a de que se trata da Corunha, sustentada, em parte, nas referências de autores clássicos a uma cidade chamada *Brigantia* (Uria Riu 1955, 378), localizada no extremo norte da Galiza, e, de outra parte, em achados arqueológicos romanos dentro da área urbana e arredores da cidade (Barreiro Fernández 1996, 42 e ss.). Exemplo máximo desses vestígios é a Torre de Hércules, um farol de origem romana que mantém ainda hoje essa função e que é frequentemente entendido com o *faro* do topónimo mencionado na *Albeldense* e *Crónica de Alfonso III*. É essa, por exemplo, a opinião de Uria Riu (1955, 364), Chao Espina (1965, 34) e Eduardo Morales Romero (2004, 129). Dir-se-ia, então, que a identificação de *Farum Brigantium* com a Torre de Hércules na cidade da Corunha parece ser segura, mas, na verdade, ela pode ser anacrónica por assumir a correspondência simples entre as palavras *faro* e farol, sem que se tenha em conta o sentido da primeira no século IX galego. Excepção a esse cenário acrítico foi José Luis López Sangil que, recorrendo a documentos coevos, dispôs-se a precisar a localização e limites de *Farum Brigantium*. Segundo o investigador, nos séculos IX a XII, por Faro deve entender-se não uma cidade, mas sim um território que compreenderia os actuais concelhos de Corunha, Arteijo e Culleredo. Isto é, o “*comisso de faro*” (e não *civitas*) referido num documento de 830 (2009, 176-7) e o condado de *Farum Pregantium* num texto de 991 preservado no Tombo A da Catedral de Santiago (Lucas Alvarez 1998, 136-9, doc. 56). Isto levanta de imediato a questão do sentido do

topónimo nas crónicas *Albeldense* e de *Alfonso III*, se uma cidade e o seu farol, como tantas vezes é dito, ou um território mais vasto. E se há documentos medievais que aludem a um castelo de Faro, López Sangil afirmar tratar-se de um castelo de facto, possivelmente situado no actual concelho de Culleredo, e não a um farol fortificado ou à Torre de Hércules. A confusão, para citar o investigador, “surge de la palabra Faro, que hoy tiene el significado de torre con luz como guía para los navegantes, y en el edad media, en nuestro caso, era el nombre de una comarca.” (2009, 184). A que corresponderia, então, o *Farum Brigantium* atacado por vikingues em 844? A um condado ou comarca de Faro, localizada em terra de *Bergantiños*, que seria uma divisão territorial mais vasta (López Sangil 2009, 187). Nesse sentido iam já os argumentos de Barreiro Fernández, que defendeu um despovoamento progressivo da cidade de *Brigantia* desde o final do período clássico e de como, conseqüentemente, *Farum Brigantium* passou a denominar todo um território e não apenas um núcleo urbano que, no século IX, estaria muito reduzido em dimensão e importância (1996, 80-1). Isto não quer dizer que a área exacta da actual cidade da Corunha não tenha sido pilhada por piratas nórdicos, mas, a bem do rigor, devemos evitar uma identificação simples com o topónimo e, em vez disso, traduzi-lo como região da Corunha. Mais vago, é certo, mas mais de acordo com o registo histórico.

Se de uma cidade passamos para uma área mais vasta e se está posta de parte a identificação com a Torre de Hércules, qual o local exacto do desembarque vikingue? O registo cronístico é demasiado pobre em detalhes para nos permitir apresentar uma hipótese concreta e, no que respeita a cartulários, há notícia do saque de uma igreja a sul da Corunha, em Santa Eulália de Curtis, mas não só a datação do documento não tem sido unânime, como, mesmo que seja do século IX, não nos diz a data exacta do ataque. Não há, por isso, forma de dizer onde na região da Corunha desembarcaram os vikingues em 844 e até onde penetraram em território galego. A única pista encontra-se na *Historia Silense* que, ao dizer que o monarca asturiano derrotou a maioria dos vikingues (*maximam eiusdem partem postravit*), deixa implícita a existência de outra parte do bando pirata que, no momento da batalha, se encontrava noutra local ou tinha já sido derrotada. Quanto à referência aos arredores de *Farum Brigantium* (*iuxta Farum Brecantinam*), regressa a dúvida do sentido preciso do topónimo: se se refere à cidade, a batalha terá tido lugar próximo da povoação; se, em

alternativa, se refere ao condado, teremos de admitir a localização do confronto fora dos limites do mesmo ou próximo da linha de fronteira local.

Melhores hipóteses de resposta parece ter a pergunta sobre a duração do ataque, dado que existem duas referências cronológicas que dão um período de cerca de três semanas: de um lado, dia 1 de Agosto, que foi quando, segundo a *Crónica Profética*, os vikingues chegaram à Península Ibérica; do outro, o dia 20 de Agosto, que corresponde aproximadamente ao primeiro dia do mês Dhu al-Hijjah, que Ibn Hayyan, citando al-Razi, diz ter sido a data da chegada dos piratas nórdicos a Lisboa<sup>19</sup>. Assumindo tratar-se do mesmo bando, e parece ser esse o caso dado que as crónicas asturianas referem que, de *Farum Brigantium*, os vikingues seguiram viagem até Sevilha, então o ataque na região da Corunha poderá ter demorado entre alguns dias a pouco mais de duas semanas. A disparidade entre os extremos máximo e mínimo da hipótese justifica-se pela escassez de informação: desconhecem-se as condições meteorológicas enfrentadas pela frota nórdica e, como tal, se a viagem para sul se fez com maior ou menor rapidez; não se sabe também se, entre o norte galego e Lisboa, o grupo levou a cabo outros ataques de que não ficou notícia por dela não ter sido feito registo ou, se se fez, não ter sobrevivido até aos nossos dias. A título de comparação, note-se que os cruzados que participaram na conquista de Lisboa em 1147 levaram vinte dias a viajar do norte da Galiza até à actual capital portuguesa, mas com dez dias de paragem no Porto (capítulos 2-5; Nascimento 2007, 59-79). Assim, dado o hiato temporal que vai de 1 a sensivelmente 20 de Agosto de 844 e assumindo que a chegada à Hispânia de que fala a *Crónica Profética* teve lugar em Gijón, existem duas grandes hipóteses: vários ataques de pequena duração ao longo da costa até Lisboa ou um ataque e saque prolongado de várias semanas, talvez na região da Corunha. Se se preferir esta última hipótese, há que considerar as consequências, nomeadamente que Ramiro I demorou a responder e que os vikingues terão tido oportunidade para se movimentarem pelo território sem oposição digna de nota.

Sobra ainda o detalhe da destruição de sessenta embarcações pelo exército asturiano, conforme é dito na *História Silense*. A contabilidade das frotas vikingues é um terreno marcado pela dúvida, porque pode sempre perguntar-se se se trata de um número exacto ou de uma estimativa, se é contabilidade que se queria rigorosa ou

---

<sup>19</sup> Sobre os detalhes da conversão da data, veja-se a nota 20 no ponto seguinte.

hiperbolizada, fosse para que fim fosse, panegírico ou outro. Afinal, quando se trata de números na ordem das dezenas ou centenas, se se quiser aceitar a sua exactidão, há que imaginar os autores das fontes ou os seus informadores a contarem as embarcações uma a uma, no topo de um penhasco ou numa praia. A alternativa, por ventura mais plausível, é aceitar os números elevados como uma estimativa ou expressão destinada a indicar grande quantidade, por vezes para agigantar a ameaça ou aumentar o prestígio de vitórias nativas. No caso do ataque de 844 na região da Corunha, será útil cruzar a informação com a descrição do ataque a Lisboa, conforme será feito de seguida.

Derrotados, então, no norte da Galiza, os vikingues seguiram para sul. Vários autores modernos falam de um ataque ao Mosteiro de São Cipriano de Cálogo, na ria Arousa e na rota marítima para Santiago de Compostela. Mas essa hipótese fica a dever mais à imaginação do que a dados concretos, motivo pelo qual será devidamente tratada em local próprio, que é o das lendas.

## **2. Lisboa, 844**

No *Al-Muqtabis*, Ibn Hayyan, citando al-Razi, relata a chegada de vikingues a Lisboa, no primeiro dia de Dhu al-Hijjah do ano 229 da Hégira, o que equivale, aproximadamente, a 20 de Agosto de 844<sup>20</sup>. Afirma que permaneceram treze dias e enfrentaram os muçulmanos locais em três batalhas, enquanto o Emir Abd al-Raham II colocava em alerta as zonas costeiras após ter recebido notícia do governador de Lisboa, que o avisou da presença de uma frota de cinquenta e quatro embarcações nórdicas e cinquenta e quatro cárabos, que são barcos de pequena dimensão (*Al-Muqtabis* II-1, 185v; Ali Makki & Corriente 2001, 312). Os dados são repetidos por Ibn Idhari, que diz ainda que, ao deixar a região, a frota invasora era composta por oitenta embarcações (Fernández González 1999, 120-1). Ibn al-Qutiya acrescenta que os vikingues desembarcaram na costa mais a ocidente e que ocuparam a área em redor de Lisboa na sua primeira invasão (*Ta'rikh* 6; James 2009, 100).

---

<sup>20</sup> A conversão é aproximada. Tomou-se a tabela publicada por Cappelli, que indica o início do ano 229 da Hégira a 30 de Setembro de 843 e seu final a 17 do mesmo mês de 844 (1930, 170). Dado que Dhu al-Hijjah é o último mês do calendário islâmico, o seu início terá sido, sensivelmente, vinte e nove dias antes. Isto é, 20 de Agosto de 844.



Se a única fonte disponível fosse Ibn Hayyan, estar-se-ia perante um dilema de alguma forma semelhante ao da Corunha, na medida em que haveria uma referência geográfica – Lisboa – sem que, no entanto, nos seja dito se se refere à cidade ou à região a que presidia. Com efeito, a urbe lisboeta seria capital de um pequeno distrito do Andalus cujas fronteiras não são inteiramente claras, mas que seria limitado a norte por Santarém, que detinha a capitalidade de uma região maior, e a sul talvez pela Serra da Arrábida. Note-se, a esse respeito, a descrição da região de Lisboa deixada por al-Razi, que inclui Almada no território (Borges Coelho 1972, 41). E sabe-se que os autores árabes podiam designar um distrito pelo nome da sua sede administrativa sem que fizessem distinção entre os dois (Guardado da Silva 2008, 58). Assim, quando Ibn Hayyan fala de Lisboa, tanto podia estar a referir-se à cidade como à região de que era capital. Felizmente, há o relato de Ibn al-Qutiya que, conjugado com o *Al-Muqtabis*, permite afirmar, com fundamento em fontes medievais, que o distrito inteiro foi alvo do ataque e não apenas a povoação.

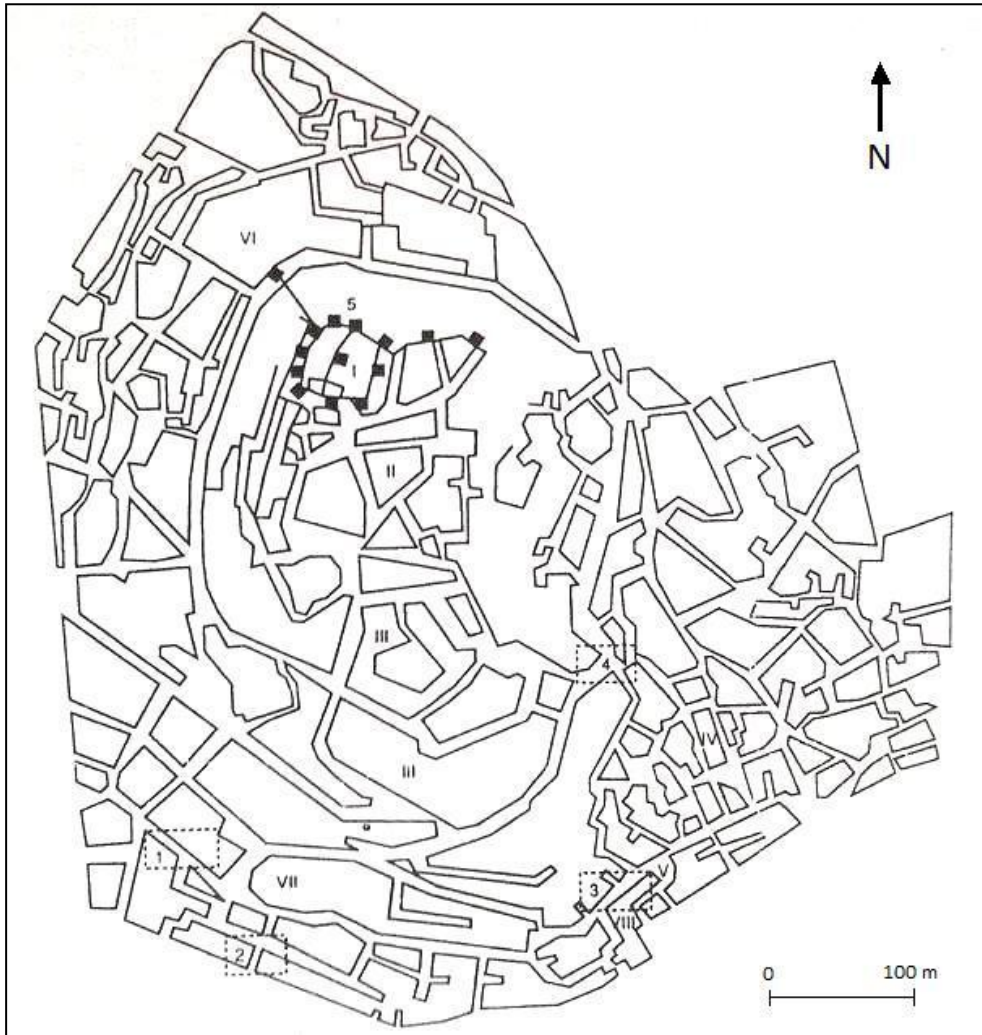
Subsiste, no entanto, a dúvida sobre se as muralhas de Lisboa foram ou não ultrapassadas, questão para a qual Christophe Picard não arrisca uma resposta segura (2000, 209). O académico francês parece, ainda assim, acreditar que Ibn al-Qutiya dá a entender que a cidade foi conquistada, acrescentando, em jeito de reforço da ideia, que Ibn Idhari fala de nova passagem dos vikingues por Lisboa após o saque de Sevilha e vê nisso um indício de que a localidade se encontrava ainda ocupada por nórdicos (ou aberta a eles). Mas ocupar a costa mais a ocidente e a zona em redor da *urbe* lisboeta não é o mesmo que tomar a povoação propriamente dita e, se quisermos levar o texto à letra, o território mais ocidental é a área de Sintra, que nunca foi considerada pelos autores modernos como um alvo da incursão de 844. É certo que as fontes não mencionam explicitamente a povoação, mas não só a Serra de Sintra é um marco para o tráfego marítimo, atraindo facilmente a atenção de navegadores, como encontrar-se-ia incluída no distrito de Lisboa, motivo pelo qual poderá estar implícita no relato que nos é transmitido por Ibn Hayyan. Quanto à segunda passagem pela região em 844 de que fala Ibn Idhari, poderá ter sido apenas isso: passagem pelo distrito da época e não pela cidade. Há ainda o relato da *Crónica do Mouro Razi*, segundo a qual desembarcaram em Lisboa “hereges” que, sem terem tomado a localidade, romperam a torre junto ao mar e parte da muralha para terem acesso à

água de uma fonte (capítulo 163; Catalan & Soledad de Andres 1975, 373-4). Mas a versão da crónica onde pode ler-se este episódio é pouco fidedigna, não só por se tratar de uma redacção mista, na medida em que tentou juntar duas traduções castelhanas daquilo que era já uma tradução portuguesa de século XIII da obra de al-Razi, como o seu autor terá sido um falsário, tanto assim que os editores modernos do texto chamam-lhe um “pseudo-Rasis” (Catalan & Soledad de Andres 1975, xix-xxv). Assim sendo, à falta de referências explícitas em fontes credíveis ou de vestígios arqueológicos claros, não é possível afirmar com certeza se a cidade foi tomada ou não. Mais facilmente poderá dizer-se se os arredores foram saqueados, mas isso exige que se considere primeiro os limites do perímetro defensivo de Lisboa em 844 e quais os bairros que se encontrariam imediatamente no seu exterior.

Sobre a cerca moura, conhece-se o traçado da que defendeu a cidade dos cruzados em 1147 e cujos vestígios são ainda hoje visíveis nas ruas de bairros históricos, mas a dúvida é até que ponto uma muralha que se encontrava de pé no século XII corresponde à que existiria trezentos anos antes. Não seria uma fortificação inexpugnável, pelo menos a acreditar na referência à já mencionada pilhagem da cidade por Alfonso II em 798 e a igual feito por Ordonho III em 953. Julga-se, aliás, que este último ataque motivou, em larga medida, a construção da cerca moura que estava de pé em 1147 (Guardado da Silva 2008, 75). No entanto, impõe-se a pergunta de se terá sido uma construção inteiramente nova ou a reconstrução de um perímetro defensivo previamente existente. Se se optar pela primeira resposta, terá de admitir-se a ignorância quanto à muralha do século IX, mas há indicações de que a cerca moura reaproveitou a tardo-romana do século IV, conforme constatável, por exemplo, na Casa dos Bicos, onde foram descobertos vestígios sobrepostos aos de um bastião romano (Guardado da Silva 2008, 46). Claro que, a assumir-se para o perímetro defensivo romano os limites ocidentais da cerca moura, ser-se-á obrigado a concluir que a muralha tardo-romana deixou de fora um conjunto de edifícios monumentais, como o hipotético templo à deusa Cibele e as Termas dos Cássios. Mas o século IV foi um período de instabilidade e de alteração do traçado urbano da cidade, conforme indica o encerramento do teatro romano e a ocupação por habitações de uma rua sob o actual claustro da Sé (Luís de Matos 1994, 32-4). Não é, por isso, impossível que uma muralha construída nesse período se tenha limitado a defender a área central de

Lisboa, deixando de fora um conjunto de espaços públicos de épocas anteriores. E, assim sendo, não é também impossível que o traçado da cerca existente no século XII fosse, grosso modo, o da muralha que estaria de pé em 844.

Quanto a bairros extramuros, por altura da conquista da cidade pelos Portugueses, em 1147, Lisboa tinha duas grandes zonas urbanas encostadas ao exterior das muralhas, uma a ocidente e outra a oriente (Figura 2). Não é seguro até que ponto elas se encontravam desenvolvidas em 844, mas há indícios da sua antiguidade e, conseqüentemente, da probabilidade de, com maior ou menor extensão, existirem já quando os vikingues desembarcaram na região. O arrabalde ocidental achava-se sensivelmente junto a parte da actual Rua da Madalena e estendia-se até à Mouraria. Era neste espaço extramuros que se encontrava a igreja de Santa Maria de Alcamim, centro religioso da comunidade moçárabe da cidade (Rei 2005, 28-9). E esse dado pode indicar que o espaço já estaria habitado em 844, na medida em que para lá ter-se-iam mudado alguns lisboetas cristãos que, convém recordá-lo, encontravam-se sob domínio muçulmano desde cerca de 714 e talvez tenham sido alvo de perseguições em 763 (Guardado da Silva 2008, 102). Do outro lado da cerca moura, a oriente, situava-se o bairro de Alfama, ainda hoje feito de ruas estreias e serpenteates que vão da margem do Tejo até às Portas do Sol. O nome do arrabalde indica uma origem árabe ou, pelo menos, a sua ocupação por uma população que o baptizou como *al-hamma*, em referência às águas termais pelas quais Alfama era conhecida (Guardado da Silva 2008, 85). Esse elemento, em conjugação com a proximidade com a praia fluvial, terá atraído não só a elite muçulmana da cidade, mas também mercadores e artesãos, nomeadamente os que se dedicavam à lavagem de lãs e curtimento de peles, actividades em que utilizariam as águas sulfúricas da área (Rei 2005, 27). Estes factores de atracção, embora por si só não o provem, permitem colocar a hipótese de que a zona estava ocupada desde cedo. E, assim sendo, se os vikingues de 844 atacaram a cidade – e assumindo que as muralhas foram capazes de travar os piratas nórdicos – é possível que, pelo menos, os dois bairros extramuros tenham sido saqueados.



**Figura 2:** Lisboa islâmica (Picard 2000, 332). Assinala o castelo (5), as portas das muralhas (1-4), Alfama (IV) e a Mouraria (VI).

Mais afastada das muralhas, mas ainda assim um alvo possível, está a zona de Santos-o-Velho, cuja ligação antiga com o culto de mártires cristãos terá levado à fixação de uma população moçárabe no local (Almeida Fernandes 2007, 75). E, dada a sua localização junto ao rio, seria um alvo fácil para um grupo de vikingues.

Para além da malha urbana de Lisboa, há que considerar igualmente fortificações do período islâmico que, por se encontrarem em redor da cidade ou junto ao Tejo, poderão ter sido atacadas ou mesmo pilhadas por vikingues e ainda que não se possa dizer ao certo se já existiam em 844. É o caso de uma estrutura defensiva que terá ocupado o topo da actual Penha de França e da Rua da Atalaia (do árabe para torre de vigia), actualmente no Bairro Alto. Ainda de Belém, onde terão existido duas pequenas fortalezas ou as Alcolenas, da Fortaleza de Catalazete no actual concelho de

Oeiras e ainda do Jamor, onde terá existido outra torre defensiva (Rei 2005, 35-6). É preciso ter ainda em conta a margem sul do rio, nomeadamente Almada, à época uma pequena povoação fortificada e local de extracção de ouro, ou ainda topónimos que indiciam mais estruturas defensivas, como, por exemplo, a Atalaia, no Seixal (Rei 2005, 30-1 e 36). Assumindo a sua existência em 844, qualquer um destes pontos poderá ter sido palco de uma ou mais das três batalhas que, segundo o relato transmitido por Ibn Hayyan, foram travadas pelas forças locais contra os vikingues nos treze dias em que estes estiveram presentes na região de Lisboa.

Falta ainda analisar o detalhe do número de embarcações. Já foi referida a dificuldade em aceitar como exactas cifras na ordem das dezenas ou centenas, particularmente neste caso em que a frota vikingue parecia ter uma organização perfeitamente simétrica, com cinquenta e quatro embarcações nórdicas e uma quantidade igual de cárabos ou navios mais pequenos. Os números tornam-se ainda mais difíceis de levar a sério se se acreditar nos que são transmitidos pela *História Silense*, que fala na destruição de sessenta embarcações na Corunha e obrigaria, dessa forma, a aceitar uma frota vikingue originalmente de quase cento e setenta navios. As estimativas, principalmente quando feitas a olho, são isso mesmo: números aproximados que naturalmente variam conforme quem olha e com que intuitos. Mas, neste caso, talvez escondam uma possibilidade interessante. É certo que não é dita qual a composição da frota que passou ao largo de Gijón e desembarcou na região da Corunha, se era composta por embarcações semelhantes ou não. A descrição transmitida por Ibn Hayyan parece implicar que, ao chegarem a Lisboa, os vikingues vinham em dois tipos de navios em números que, a olho – insistimos nas expressão – pareciam ser iguais, ainda que pudessem não ser exactamente cinquenta e quatro de cada. E isto leva a considerar uma hipótese que a falta de informação não permite que seja mais do que isso: a de que, após terem perdido embarcações na região da Corunha, mesmo que não exactamente sessenta, os vikingues terão recuperado no número de navios ao roubarem novos e pequenos barcos na viagem para sul, em pequenas acções de pilhagem ao longo da costa. De tal forma que, ao chegarem a Lisboa, os habitantes locais podiam claramente distinguir dois tipos de embarcações, umas que diziam ser nórdicas e outras que reconheciam como cárabos. A fazer fé no relato de Ibn Idhari, ao partirem rumo a Sevilha, os vikingues tinham uma frota de

oitenta embarcações, não se sabendo se incluindo ou não os cinquenta e quatro pequenos barcos. Em todo o caso, a diferença de números no espaço de poucas linhas no mesmo autor, num total de cento e oito navios à chegada e oitenta à partida, dá a entender uma de duas coisas: que o autor está a tentar conciliar números diferentes de fontes distintas ou, em alternativa, a deixar implícito que houve perdas do lado nórdico, seja de meios navais em confrontos no Tejo, de homens que, dessa forma, tornava impossível (ou desnecessário) o uso de parte da frota, ou um pouco das duas coisas.

Passados os trezes dias de saque, os vikingues seguiram depois para sul, viajando ao longo da costa algarvia sem que haja notícia de qualquer acto de pilhagem na região, mas, como no caso da viagem da Corunha até Lisboa, sem que com isso possa afirmar-se com certeza que não o fizeram. Chao Espina chega a referir categoricamente a ocorrência de ataques no Algarve em 844, mas não indica qualquer fonte que o sustente (1965, 38). A próxima indicação de um ataque nórdico refere-se a Sevilha que, por se encontrar fora do âmbito geográfico do presente trabalho, não será analisado. No entanto, há um detalhe digno de nota: Ibn Idhari coloca a chegada dos vikingues àquela cidade no dia 14 de Muharram do ano 230 da Hégira (Fernández González 1999, 122), informação confirmada por Ibn Hayyan (*Al-Muqtabis* II-1, 185v; Ali Makki & Corriente 2001, 312). Tomando como referência a tabela de Cappelli, a qual indica que o ano 230 teve início a 18 de Setembro (1930, 170), e sabendo-se que Muharram é o primeiro mês do calendário islâmico, o desembarque no sul da Hispânia teve lugar por volta de 2 de Outubro. Ou seja, entre a partida de Lisboa por volta de 2 de Setembro (20 de Agosto mais os treze dias de saque) e a chegada a Sevilha passou aproximadamente um mês. Porquê tanto tempo? Desconhece-se o motivo, que tanto pode ter sido condições meteorológicas como uma sucessão de acções de saque ao longo da costa. E o facto de não haver registo de qualquer investida entre Lisboa e Sevilha não é, por si só, prova de que não tenham tido lugar pilhagens no Alentejo e Algarve: basta pensar que as crónicas asturianas, ao referirem-se ao ataque de 844 na região da Corunha, afirmam que os vikingues seguiram para sul até Sevilha sem nunca falarem de Lisboa. Isto quer dizer que as fontes actualmente existentes estão longe de ser um registo exaustivo das acções dos piratas nórdicos no ocidente peninsular. Focam-se antes em grandes momentos ou alguns grandes centros urbanos e, escusado

será dizê-lo, o passar dos séculos trouxe a infeliz perda de textos e registos, pelo que a informação actualmente existente será ainda mais fragmentária. Não é possível, por isso, afirmar se e onde atacaram os vikingues entre Lisboa e Sevilha: apenas pode levantar-se a hipótese geral, dado o hiato temporal de um mês.

Há ainda referências à viagem de regresso para norte: o já mencionado relato de Ibn Idhari, segundo o qual os vikingues voltaram a passar por Lisboa, e ainda um outro de al-Qurasi, preservado no *Al-Muqtabis* de Ibn Hayyan e que conta como, após o saque de Sevilha, os piratas nórdicos ainda entraram no Mediterrâneo e, depois de voltarem ao Atlântico, sofreram uma derrota na costa de Lisboa. Também é dito que regressaram à Galiza, de onde não saíram (*Al-Muqtabis* II-1, 186v; Ali Makki & Corriente 2001, 316-7). Este último detalhe é problemático, dado que não há registo nas fontes ibéricas de nova investida nórdica em 844 e a *Crónica Albeldense* fala de uma segunda vinda apenas vários anos depois. Mas a passagem para África após o saque de Sevilha surge noutra excerto preservado por Ibn Hayyan (*Al-Muqtabis* II-1, 187v; Ali Makki & Corriente 2001, 319) e ainda na obra de al-Qutiya, que fala mesmo da pilhagem da costa mediterrânica e de uma chegada dos vikingues a Alexandria numa viagem de catorze anos (capítulo 6; James 2009, 101). A narrativa será exagerada, mas sobre ela falaremos mais adiante.

### **3. Galiza, 858**

Segundo a *Crónica Albeldense*, os piratas nórdicos voltaram a atacar o ocidente peninsular no reinado de Ordonho I, pilhando a costa galega e acabando derrotados por um conde Pedro, do qual nada mais é dito (11; Gil Fernandez et al. 1985, 250). A *Crónica de Alfonso III* nada refere sobre uma vitória nativa, mas acrescenta que os nórdicos chegaram ao norte de África e entraram no Mediterrâneo, onde atacaram as Baleares (*Rotense* 27; *Ad Sebastianum* 27; Gil Fernandez et al. 1985, 220-1). Apenas a *Crónica Profética* fornece a data de Julho da Era 896, que corresponde ao ano 858 (6; Gil Fernandez et al. 1985, 263) e que coincide com o período de governação de Ordonho I, de 850 a 866 (Ruiz de la Peña 1995, 635). O *Cronicão Iriense* parece fazer confusão com o ataque de 968, de que falaremos mais à frente, uma vez que refere a vinda de cem embarcações nórdicas e a permanência de piratas na Galiza durante três anos (5; García Álvarez 1963, 111).

A informação sobre o ataque de 858 é muito mais escassa do que a disponível para o de 844. Desconhecem-se tempos de permanência e, à excepção de Lisboa, que veremos de seguida, não se conhecem locais de desembarque na faixa ocidental da Península Ibérica. Apenas temos uma alusão genérica à costa galega e uma ainda mais vaga à zona costeira hispânica, que é o caso do relato em ambas as versões da *Crónica de Alfonso III*. Chao Espina deixa-se levar pela confusão do *Cronicão Iriense* e fala de um ataque a Iria e Santiago de Compostela, recorrendo ao motivo da pilhagem do santuário e introduzindo o conde Pedro mencionado nas crónicas como o salvador do túmulo do apóstolo (1965, 41-2). Uma narrativa que até pode ser empolgante, mas que carece de base histórica. E houve autores modernos que se entregaram a semelhantes exercícios: González Garcés fala da entrada de piratas nórdicos na ria de Arousa, na tomada de Iria e tentativa de roubo do corpo de Santiago (1987, 83); Xosé Fernández Romero diz que os vikingues cercaram Compostela entre 858 e 861 e que os Galegos tentaram, sem sucesso, suborná-los, levantando-se o cerco apenas com a intervenção do conde Pedro (2000, 464); Eduardo Morales Romero transmite a mesma história (2004, 160), enquanto Singul Lorenzo coloca o ataque em 856 e afirma também que tinha como objectivo Santiago de Compostela, acrescentando espanto pela rapidez com que os vikingues tomaram conhecimento do santuário (1999, 49). E é, de facto, espantoso se tivermos em conta que, recorde-se, as próprias crónicas asturianas coevas ignoram a suposta descoberta do túmulo do apóstolo. Por muito que alguns autores o estimem, o fascínio por Compostela é um anacronismo quando se está a falar do século IX. Talvez nenhum estudioso moderno o exemplifique melhor do que Vicente Almazán, que afirma categoricamente que, em 858, os vikingues subiram a ria de Arousa, justificando o caso com o poder de atracção do santuário do apóstolo e do “ouro da Galiza”. E argumenta com esta última expressão, que encontra em duas *riddarasögur* ou sagas de cavalaria, a *Elis saga ok Rosamundu* e a *Karlamagnús saga* (1986, 91-3). Mas estas são traduções norueguesas de século XIII de canções de gesta francesas (Kalinke 2005, 317 e 322), pelo que dificilmente comprovam um fascínio particular pela Galiza quatrocentos anos antes. Não queremos, com isto, afirmar categoricamente que a ria de Arousa não foi atacada por vikingues em 858, dado que a *Albeldense* faz referência vaga à costa galega. Mas uma coisa é falar de uma hipótese geral, tão geral quanto a extensão da faixa costeira,



enquanto outra bem diferente é querer apresentar uma possibilidade concreta ou mesmo uma narrativa em tons de facto sem se ter fontes que a sustentem. E é isso o que muitas vezes se tem para a incursão de 858: histórias de contornos precisos que empolgam autores modernos, mas apoiadas em anacronismos ou sem base documental.

Outro elemento que, pelo menos desde o século XIX, tem alimentado especulação é a identidade do conde Pedro. As crónicas não precisam o seu título (conde de quê?) e nada dizem sobre a sua origem ou ascendência. Romey sugeriu tratar-se de um nobre de uma povoação marítima como Betanzos (1839, 75), embora a fundação dessa localidade seja posterior. Ferreiro Alemparte menciona a teoria de que seria um Pedro Theon, magnata que surge na documentação do início do reinado de Alfonso III (1999, 33), enquanto Izquierdo Díaz prefere pensar que era um produtor de sal da região do Salnés, na ria de Arousa (2009, 82). Antes deles, no início do século XX, López Ferreiro viu no conde Pedro um nobre com possessões na mesma região, em particular na Lanzada (1903, 694), dado a referência a um Hermegildo Pérez num documento de 886, preservado no Tombo A da Catedral de Santiago (Lucas Alvarez 1998, 65-6, doc. 13). O texto, de facto, fala um condado de Salnés (*commissio qui dicitur Saliniense*) e da ascendência de Hermegildo, que seria filho de Pedro (*Hermegildus filius Petri*), mas desconhece-se se este último chegou a usar o título de conde. Ainda assim, trata-se de uma referência a um condado costeiro poucas décadas depois da incursão nórdica em causa, pelo que Conde de Salnés é uma possibilidade para o título do Pedro mencionado nas crónicas. Aconselha-se, no entanto, cautela quanto às conclusões que podem ser retiradas da hipótese: uma base territorial saliniense pode levar alguns a verem nisso uma confirmação da ria de Arousa como o local da incursão de 858 em território galego, mas a região é bordejada a sul pela ria de Pontevedra, que é outra via de acesso ao interior. Nada impede, portanto, que Pedro tenha acudido populações noutra parte da Galiza. Relacionar, sem mais, um hipotético conde de Salnés com um ataque por Arousa apenas é possível se se assumir que o alvo era Santiago de Compostela e isso, conforme anteriormente dito, está longe de ser seguro.

Seguindo uma vez mais para sul, os vikingues voltaram a navegar ao longo da actual costa portuguesa, desconhecendo-se, uma vez mais, se levaram a cabo acções de saque entre a Galiza e o Tejo.

#### **4. Lisboa, 858**

Ao contrário do que sucede para o ataque a Lisboa em 844, para o de 858 a informação disponível é muito escassa. Limita-se às breves palavras da *Crónica Profética*, de que os vikingues chegaram à Península Ibérica e que houve uma matança em Lisboa, em Julho da Era 896 (ano 858). Desconhece-se se o autor da crónica se referia à cidade ou à região, onde teve lugar o confronto e quanto tempo durou a investida.

#### **5. Costa de Beja, 859**

Segundo Ibn Idhari, no ano 245 da Hégira, um grupo de vikingues composto por sessenta embarcações surgiu no ocidente peninsular, encontrando, no entanto, a costa da Península guardada por uma armada muçulmana. Dois navios dos piratas nórdicos parecem ter-se adiantado ao resto do grupo e, na costa de Beja, acabaram por ser interceptados pela esquadra andaluza. Assim capturadas, Ibn Idhari diz que, no interior das embarcações vikingues, foi encontrado ouro, prata, escravos e mantimentos, enquanto o resto do bando conseguiu seguir viagem até ao rio Guadalquivir, que subiram e cujas margens pilharam. De seguida, voltaram ao mar, atravessaram o Estreito de Gibraltar e passaram pela actual região de Murcia (*Tadmir*) antes de atingirem o sul de França, onde passaram o inverno (Fernández González 1999, 133-4). Nos *Anais de São Bertino*, sob o ano 859, é dito que um grupo de nórdicos navegou através do estreito entre a Hispânia e África e chegou ao rio Ródano, estabelecendo uma base na ilha de Camargue (Nelson 1991, 90).

Um olhar para um mapa de Portugal é suficiente para se constatar que Beja é uma cidade do interior, afastada do mar por cerca de 100 quilómetros, pelo que Ibn Idhari refere-se, obviamente, ao distrito árabe a que a cidade presidia. E, nesse caso, importa saber quais os seus limites à época para se perceber qual era a sua faixa costeira. Infelizmente, conhece-se mal a extensão da região no século IX, mas existe a descrição deixada por al-Razi no século X, que possibilita, pelo menos, uma

aproximação. E o que esse autor descreve permite, segundo Christophe Picard, atribuir a actual costa alentejana ao distrito árabe de Beja, do rio Sado ao Cabo de São Vicente (2000, 61). É nessa faixa marítima que se deve colocar a captura de duas embarcações vikingues pela armada andaluza, desconhecendo-se se o resto do grupo nórdico tentou levar a cabo algum ataque contra uma povoação costeira. Mas é de notar a referência de uma frota muçulmana, que parece ausente dos confrontos de 844. O que talvez indique que, no espaço de pouco mais de uma década, o Emirado de Córdoba aprendeu com os primeiros ataques nórdicos e começou a munir-se de meios de defesa.

A data indicada por Ibn Idhari levanta um problema complexo. Segundo Cappelli, o ano 245 da Hégira teve início a 8 de Abril de 859 (1930, 170), o que quer dizer que, entre o ataque a Lisboa de Julho de 858 de que fala a *Crónica Profética* e o confronto na costa de Beja referido por Ibn Idhari, teriam passado nove meses. O hiato temporal é grande, demasiado grande para acomodar pequenas incursões costeiras numa viagem para sul, pelo que, a admitir-se a veracidade das datas fornecidas, as hipóteses são de imediato duas: a primeira é a possibilidade de os nórdicos terem estabelecido uma base em 858, talvez em torno de Lisboa, onde permaneceriam até rumarem para sul pelo menos nove meses depois; a segunda consiste em admitir-se que o grupo que Ibn Idhari coloca na costa de Beja e depois no Mediterrâneo é outro, chegado ao ocidente peninsular apenas em 859 e distinto do que foi derrotado pelo conde Pedro. Al-Qutiya volta a ser útil para fazer pender a balança para uma das hipóteses, dado que ele refere uma derrota dos vikingues na foz do Guadalquivir no ano 244 da Hégira (*Ta'rikh* 6; James 2009, 102) que, segundo Cappelli, teve início a 19 de Abril de 858 (1930, 170). Ou seja, o grupo que a *Crónica Profética* diz ter atacado Lisboa em 858 terá seguido viagem para sul, até perto de Sevilha, o que elimina a possibilidade de ter permanecido numa base perto do Tejo até 859. É certo que o relato de al-Qutiya tem elementos imaginativos que não abonam a favor da sua credibilidade, na medida em que, depois de relatar a expulsão dos vikingues de Sevilha em 844 (ano 230 da Hégira), o autor andalus conta como o grupo entrou no Mediterrâneo e chegou a Alexandria, numa viagem de catorze anos antes de um regresso ao Guadalquivir (capítulo 6; James 2009, 101-2). Mas talvez se deva considerar isto um equívoco de al-Qutiya que, tendo duas notícias, uma sobre

vikingues no norte de África em 844 e outra sobre a batalha naval de 858, terá pensado que os dois momentos foram perpetuados pelo mesmo grupo. Também é possível que a referência a Alexandria e a catorze anos de actividade no Mediterrâneo derive de tradições populares, que geraram uma fábula sobre o paradeiro dos vikingues entre 844 e 858. Tradições essas a que, de acordo com o que dissemos na apresentação das fontes, al-Qutiya poderá ter recorrido; ele ou um aluno seu responsável pela obra. Mas a realidade terá sido menos digna de Ulisses: primeiro o saque de Sevilha, talvez seguido de uma incursão em Marrocos antes de um regresso ao norte em 844; depois uma investida contra a costa galega, Lisboa e a foz do Guadalquivir em 858. A entrada no Mediterrâneo veio mais tarde e terá sido protagonizada pelo grupo que surgiu na costa de Beja.

Se se admitir duas incursões em anos seguidos, uma em 858 e outra logo em 859, é caso para perguntar onde está a referência a ambas nas crónicas asturianas. E talvez esteja onde sempre esteve, à vista de todos, mas confundida por falta de referências cronológicas exactas. A *Albeldense* apenas diz que os vikingues vieram uma segunda vez no reinado de Ordonho I e que foram derrotados pelo conde Pedro, enquanto a *Crónica de Alfonso III* fala de um novo regresso, sem dizer se foi o segundo ou outro e sem qualquer referência ao nobre galego, mas acrescenta uma descida para sul, entrada no Mediterrâneo e chegada às Baleares (*Rotense* 27; *Ad Sebastianum* 27; Gil Fernandez et al. 1985, 220-1). Não há aqui nenhuma data precisa, mas apenas a referência ao reinado de Ordonho I, de 850 a 866, pelo que, a serem dois ataques distintos, seria fácil confundi-los dado que teriam ocorrido no mesmo período. É apenas cruzando esta informação com a *Crónica Profética* e as fontes árabes que se pode colocar a hipótese de a segunda vinda dos nórdicos de que fala a *Albeldense* ter tido lugar em 858, enquanto que o relato da *Crónica de Alfonso III* refere-se a uma incursão distinta um ano depois. A mesma que os *Anais de São Bertino* colocam sob 859, com a entrada de vikingues no rio Ródano (Nelson 1991, 90). O relato de Ibn Idhari é concordante com o dos anais francos, na medida em que fala de uma base de Inverno no sul francês depois de os piratas nórdicos passarem pela actual região de Múrcia e antes de um regresso ao Andalus ainda em 245 da Hégira (8 de Abril de 859 a 27 de Março de 860; Cappelli 1930, 170). A alternativa a esta teoria e, uma vez mais, admitindo a veracidade das datas transmitidas pelas fontes, é defender uma única

expedição, de 858 a 860, caso em que seria necessário explicar o paradeiro do grupo de vikingues em duas ocasiões: entre a derrota na foz do Guadalquivir em 858 e a sua chegada ao sul de França em 859; e entre Lisboa e a costa de Beja no mesmo período.

Note-se, por último, mais um dado dos *Anais de São Bertino*: sob o ano de 862, há notícia da chegada ao norte de França – Bretanha ou Neustria – de vikingues vindos da Hispânia. Desconhece-se se saíram de território ibérico nesse mesmo ano e de onde veio o grupo, que tanto pode ter sido o mesmo que regressou do Mediterrâneo em 860 (e, nesse caso, terá demorado dois anos a chegar ao Canal da Mancha), como pode ter sido um outro cujo percurso é desconhecido. E recorde-se, uma vez mais, que não existe nenhum registo exaustivo de todas as incursões, pelo que afirmar que o grupo de 862 é o mesmo de 859 e 860, com o argumento de que datam desses anos as únicas referências que se tem a ataques no ocidente ibérico para o período, é esquecer que a informação actualmente existente é fragmentária.

## **6. Costa ocidental, década de 860?**

Nos *Anais da Irlanda*, mais propriamente nos três fragmentos editados em O'Donovan em 1860, surge a referência a uma investida vikingue ao longo da costa ibérica e no Mediterrâneo. A passagem, no entanto, deixa muito a desejar: a única referência cronológica que oferece no decorrer da narrativa é a tomada York (*Caer Ebroic*); acrescenta ainda que, pouco antes, no norte da Europa, os dois filhos mais novos de Halfdan (*Albdan*) expulsaram o mais velho, Ragnall, que partiu depois com os seus três filhos para as Orkney (*Innsi Orc*). Desses três, o mais novo ficou com o pai, enquanto os outros dois se dedicaram à pilhagem nas Ilhas Britânicas e territórios francos. A seu tempo, desceram até à Península Ibérica, onde saquearam a costa até atravessarem o Estreito de Gibraltar, vindo a lançar-se sobre o norte de África (869; O'Donovan 1860, 159-60).

O único elemento que permite identificar um ano com segurança é a conquista de York em 867. A tradução de O'Donovan indica que os acontecimentos que levaram ao exílio de Ragnall tiveram lugar “não muito antes” desse momento, mas nada é dito sobre quando os filhos dele partiram para o sul da Europa. O editor abre a passagem com o número 869, desconhecendo-se se julgava ser esse o ano do episódio. Algumas das personagens da narrativa foram identificadas com líderes vikingues mencionados

na *Crónica Anglo-Saxónica*, como um Halfdan que combateu contra Wessex em 871 (O'Donovan 1860, 158-9), e a prole de Ragnall com Hasting e Björn samsiða, filhos de Ragnar loðbrók, um líder vikingue que, a ter existido de facto, foi alvo de enfabulamento em poemas e sagas (Waggoner 2009, xxi-xxiv). Ainda assim, não faltam exemplos de estudiosos e autores modernos que os identificaram com os dois vikingues que, de acordo com a fonte irlandesa, navegaram pela costa ibérica até ao norte de África: é o caso de González Garcés (1987, 83), Singul Lorenzo (1999, 49), Morales Romero (2004, 166 e 174), Price (2008b, 465-6), Izquierdo Díaz (2009, 81) e Asorey (2009, 686). A base desta interpretação parece estar na *Historia Normanorum* de Dudo de Saint Quentin e na posterior *Gesta Normanorum Ducum* de Guilherme de Jumièges, datada de 1060 a 1070 (van Houts 1993, 720). A primeira fala de um Alstignus que partiu em expedição pirata rumo a Roma, saíndo de França e tendo, necessariamente, de passar pela costa ibérica e Gibraltar (Livro I, capítulo 5; Christiansen 1998, 17-8). A segunda repete a narrativa de Dudo, mas acrescenta Björn samsiða na liderança da expedição (Livro I, capítulo 9; van Houts 1992, 22-5) e refere-se a ele como filho de um rei Lothbroc da Dinamarca, que se supõe ser Ragnar loðbrók (Livro I, capítulo 1; van Houts 1992, 10-1). Conjugadas estas referências com a dos fragmentos irlandeses sobre os filhos de Ragnall, a tese dos autores acima mencionados é a de que Hasting e Björn lideraram uma incursão nórdica no reinado de Ordonho I.

A questão não é de resolução simples. Os fragmentos irlandeses nada dizem sobre uma expedição até Roma e Eric Christiansen duvida da veracidade do relato de Dudo, sugerindo que o autor da *Historia Normanorum* confundiu referências a ataques muçulmanos a Itália com outras a vikingues na Aquitânia (1998, 84, n. 88). Dúvidas sobre a narrativa de Dudo atingem igualmente o relato de Guilherme de Jumièges, mas os *Anais de São Bertino* colocam sob o ano de 860 investidas nórdicas em Pisa e outras cidades italianas, protagonizadas pelos vikingues que se tinham estabelecido no Ródano (Nelson 1991, 93). Há, por isso, alguma verdade no relato de Dudo, mas também há falta de correspondência com os fragmentos irlandeses, que não põem os filhos de Ragnall em Itália.

Isto deixa no ar duas hipóteses: aceitar os nomes de Hasting e Björn para os líderes da expedição que chegou ao sul de França e Itália e, conseqüentemente, da que

passou pela costa ocidental da Península Ibérica em 859; ou, numa alternativa ligeiramente diferente, rejeitá-los como ficção de Dudo e Guilherme de Jumièges, embora aceitando a veracidade da incursão que entrou no Mediterrâneo e chegou a Pisa. Quanto à expedição referida nos fragmentos irlandeses, a tomar o seu relato como verdadeiro, teremos de considerá-la como um ataque distinto que talvez tenha tido lugar algures na década de 860. Até poderá ter sido protagonizado pelo bando que chegou ao norte francês em 862, vindo da Península Ibérica.

Este episódio, hipotético dada a natureza vaga da narrativa irlandesa, encerra a sucessão de notícias de que temos conhecimento para o século IX. O próximo ataque para o qual encontramos registo escrito refere-se às primeiras décadas da centúria seguinte, mas é um caso que, dada a data e referência textual, permite colocar a possibilidade de terem ocorrido outras investidas das quais não se fez ou não sobreviveu relato.

## Capítulo 8

### As incursões do século X

Passados mais de cem anos de sucessivas vagas de piratas, exércitos invasores e de colonos nórdicos, a realidade das incursões vikingues transformou-se: diminuem os ataques aos territórios francos, mas intensificam-se as lutas entre dinastias nativas e invasoras nas Ilhas Britânicas. O processo de colonização nórdica ganha nova frente com a doação de Rouen a Rollo, naquilo que foi o acto fundador da Normandia, e a quantidade de prata árabe que sobe os rios russos atinge o seu pico.

As últimas investidas em França no século IX datam dos anos de 890 a 892, quando surgem notícias de um ataque falhado à Bretanha, da presença de nórdicos no Loire (Nelson 1997, 33) e ainda de confrontos a norte do rio Somme (Haywood 1995, 64-5). O período de relativa calma que se seguiu, com os vikingues a virarem a sua atenção para as Ilhas Britânicas, talvez tenha sido interrompido apenas uma década depois, por volta de 900. A incerteza deve-se ao facto de não se saber ao certo a data da chegada a França do vikingue a que as fontes francas chamam Rollo, nomeadamente a *História dos Normandos* de Dudo de Saint Quentin (II:2-23; Christiansen 1998, 26-44), mas que surge com o nome de Hrólf no capítulo 24 da *Saga de Haraldr hárfagri*, no *Heimskringla*, ou ainda Rodulfus no capítulo 5 da *Historia Norwegie*. O desfecho destas narrativas é o mesmo, com o vikingue a passar de pirata a nobre franco, mas divergem quanto à sua origem: Dudo indica a Dinamarca, mas Snorri aponta para a Noruega, que está também implícita na *Historia Norwegie*. O primeiro coloca a chegada do líder nórdico a França em 876, enquanto alguns estudiosos modernos preferem datá-la do ano de 900: van Houts diz, com lógica, que os acontecimentos que terão tido lugar vários anos depois deixam supor um grau de familiaridade entre os Francos e Rollo (2000, 14), mas sem que, com isso, se deva fazer recuar a sua chegada até à década de 870.

Em 911, o líder vikingue colocou a cidade de Chartres sob cerco. A ofensiva falhou quando Carlos, o Simples, interveio em auxílio dos sitiados, mas o fracasso pirata converteu-se numa oportunidade para ambas as partes. Não se sabe ao certo de quem partiu a ideia, se dos nórdicos que tentavam assegurar algum ganho perante o



insucesso militar, se dos Francos que viram nos vikingues derrotados uma força passível de ser recrutada. O que é certo é que os dois lados chegaram a um acordo pelo qual Rollo e os seus homens recebiam a região de Rouen, na condição de se converterem ao cristianismo e defenderem a foz do Sena de outros piratas. Seria esse o conteúdo essencial do chamado Tratado de Saint-Clair-sur-Epte, que não chegou aos nossos dias (Renaud 2008, 453) e do qual sobra o relato posterior (e algo dúbio) de Dudo de Saint Quentin (II:28-9; Christiansen 1998, 48-9), além de um documento de 918 que faz uma referência breve à doação do território aos nórdicos (Renaud 2008, 454). O acordo tinha vantagens para ambas as partes: para Carlos, o Simples, Rei dos Francos Ocidentais, reforçava a defesa da foz do Sena, que era uma das principais vias de acesso ao interior do país; para os vikingues, oferecia a possibilidade de colonizarem terras férteis, trabalhadas há já várias gerações e com a autorização do monarca nativo. Por outras palavras, era uma oportunidade de prosperidade segura ou, pelo menos, mais segura do que a pirataria.

A doação de Rouen teve um efeito misto sobre o território e a sua população. Por um lado, abriu a porta à colonização nórdica, permitindo a distribuição de propriedades entre os homens de Rollo e expondo a região a novas vagas de colonos, que terão vindo da Escandinávia e das Ilhas Britânicas. E esse processo deixou as suas marcas na toponímia, nomeadamente nas áreas costeiras e em redor de Rouen, onde a fixação de nórdicos foi mais intensa. Por outro lado, é verdade que a maioria da população nunca deixou de ser franca. Não houve nenhuma fuga em massa de nativos ante a ameaça vikingue e a própria estrutura administrativa do território resistiu ou foi recuperada por Rollo. Os nórdicos foram uma elite que não tardou a adoptar práticas francas e a ser culturalmente assimilada, ainda que de forma diversa consoante o contexto demográfico. A própria Igreja parece ter resistido na região ao ponto de manter uma produção estável de manuscritos no século X e, tanto Rollo como os seus descendentes, talvez cientes do prestígio e autoridade assim adquiridos, patrocinaram a restauração de comunidades religiosas (van Houts 2000, 22). O mesmo é verdade a respeito da produção de moeda, ao mesmo tempo que os casamentos mistos, entre colonos nórdicos e nativos francos, contribuíram para uma assimilação rápida dos primeiros, com as novas gerações a aprenderem desde cedo a língua e costumes dos segundos (van Houts 2000, 18-9).

A Normandia, no entanto, não nasceu como tal, na dimensão ou na denominação. Era uma parcela da antiga Neustria e, de início, foi apenas o Condado de Rouen, talvez limitado a ocidente pelo rio Risle, mas, mais tarde, alargado com duas doações: Bayeux em 924, Contentin e Avranches em 933. As relações com os seus vizinhos também nem sempre foram pacíficas, dando muitas vezes lugar a confrontos violentos com os Francos, que viriam a tentar anular pela força a doação de 911. Atraídos pelo clima de guerra ou pela consciência de que era terra governada por um dos seus, a Normandia acolheu novos grupos de vikingues, que lutavam em nome dos descendentes de Rollo ou procuravam refúgio na costa normanda. E o território só passou a ser Ducado por volta do início do século XI, quando Ricardo II, bisneto de Rollo, quis controlar as ambições dos seus irmãos atribuindo-lhes o título de conde e, dessa forma, tomou para si um título maior (van Houts 2000, 58). Quanto ao topónimo *Normandia*, é uma derivação óbvia do nome que as fontes latinas deram aos invasores do norte e um vestígio claro da origem da elite e de parte da população do território.

No mundo da colonização nórdica da Europa ocidental, a Normandia foi, portanto, um caso de sucesso que cresceu em poder militar e autonomizou-se, mas, nas Ilhas Britânicas, a situação seria outra. O Reino de Wessex, resistente das investidas do grande exército, foi a base de uma Inglaterra unida, com Alfredo, o Grande, que morreu em 899, a ser chamado de Rei dos Anglo-Saxões ou de todos os Ingleses excepto a parte que estava sob o domínio nórdico. O título não parece particularmente impressionante, porque soa a dizer-se que se é monarca de tudo excluindo uma parte, mas o contexto da época dá peso ao epíteto. À chegada do grande exército, a Inglaterra encontrava-se dividida em vários reinos independentes, os quais foram conquistados e ocupados por nórdicos até restarem dois – Wessex e a Mercia Inglesa, que mais não era do que a metade ocidental da antiga Mercia. Alfredo uniu os dois sob a sua autoridade pessoal e tomou Londres em 886, o que equivale a dizer que ele passou a ser o líder comum de todos os Ingleses “livres”, isto é, de todos os que não tinham sido ocupados pelos invasores vikingues. O seu filho Eduardo sucedeu-lhe no trono em 899, mas teve de enfrentar a oposição do seu primo Æthelwold, que recrutou o auxílio dos reinos da Anglia Oriental e Northumbria. A vitória de Eduardo foi o primeiro passo na conquista da Inglaterra nórdica ou a *Danelaw*, como viria a ficar conhecida. Enfraquecidos pelas derrotas militares, sem a

mobilidade dos dias do grande exército e fragmentados politicamente, a Mercia Dinamarquesa e a Anglia Oriental foram conquistadas por Wessex em apenas sete anos, entre 910 e 917. Em 918, a Northumbria ainda se submeteu a Æthelflaed, irmã de Eduardo e Rainha da Mercia Inglesa, mas o processo de anexação foi interrompido pela chegada de um exército nórdico vindo da Irlanda, liderado por Rögnvaldr, que se fez Rei de York (Downham 2008, 344).

As décadas finais do século X assistiram ainda ao retomar de investidas contra a costa inglesa, que parece ter sido poupada durante a maior parte da centúria. O motivo não é certo, mas não estará desligado de, por um lado, a crescente capacidade de defesa de Inglaterra e, por outro, do aumento da quantidade de prata árabe que chegava ao leste europeu, por ventura convertendo o oriente num destino mais apetecível. Não que os reinos ocidentais tenham deixado de ser alvo de actividade vikingue: conforme veremos, a Irlanda foi palco de sucessivas campanhas, muitas delas lideradas pela dinastia nórdica de Dublin, e há notícia da presença de grupos de piratas na Normandia na segunda metade do século X. Mas não deixa de ser interessante que uma nova vaga de ataques a Inglaterra tenha tido início pouco depois de o trono inglês ter sido herdado por Æthelred, que ficou conhecido como o Impreparado, e numa altura em que a escassez de prata árabe seria já notória, dado que estaria em queda aproximadamente desde a década de 950 (Christiansen 2006, 147-8).

Em 991, segundo a *Crónica Anglo-Saxónica*, uma frota vikingue de noventa e três navios chega a Folkestone, perto de Dover, de onde, depois, o bando terá viajado um pouco mais para norte, atacando Sandwich, Ipswich e Maldon, onde o exército inglês foi derrotado. Mais tarde, os vikingues receberam um tributo de dez mil libras de prata, mas sem que isso os impedisse de continuarem a pilhar a costa de Inglaterra: estão na Northumbria em 993 e de regresso ao sul para um ataque a Londres em 994. A liderança da expedição, pelo menos nesta fase, parece ter estado ao cargo de Óláfr Tryggvason e Sveinn tjúguskegg (Barba Forcada), futuro rei da Noruega e monarca da Dinamarca, respectivamente. Ambos terão visto em Inglaterra uma fonte de fama e fortuna que depois investiram nos seus tronos. Falhado o assédio a Londres, o bando de vikingues vira-se para Kent, entra no Canal da Mancha e pilha Essex e Hampshire, segundo o relato da *Crónica Anglo-Saxónica*. A mesma fonte acrescenta ainda que os nórdicos conseguiram obter cavalos, o que lhes permitiu expandir a sua área de acção.

E, perante isto, o rei inglês Æthelred reage oferecendo dinheiro e mantimentos aos invasores, na condição de pararem os ataques. Os vikingues recebem dezasseis mil libras e Óláfr Tryggvason é objecto de honras adicionais, acabando por regressar à Noruega com prestígio e meios para se fazer rei. Æthelred conseguia, assim, afastar de Inglaterra um dos líderes da frota nórdica, a qual talvez tenha estabelecido uma base em Southampton (Keynes 1997, 74). As pilhagens regressam em 997, quando os vikingues contornaram a Cornualha e entraram no Mar da Irlanda, atacando o sul inglês e o País de Gales. Voltariam ao Canal da Mancha para novas investidas em 998 e entraram no Tamisa em 999.

Os acontecimentos em Inglaterra não podem ser desligados da realidade irlandesa. Expulsa de Dublin em 902, a dinastia nórdica de Ímar, que, até então, tinha governado a povoação, toma refúgio na Escócia, onde sucessivas campanhas no século IX tinham-lhe conferido influência e territórios dependentes. Em 903, está em guerra contra os Pictos, mas o exilado rei de Dublin é morto em batalha em 904 e, durante alguns anos, a sua família desaparece do registo escrito (Ó Corráin 2008, 431). Só voltará a haver notícia dos descendentes de Ímar em 914, quando Rögnvaldr derrota uma força conjunta de Escoceses e Ingleses em Corbridge, a norte da Northumbria (Ó Corráin 1997, 97). Nesse mesmo ano, os vikingues estão de regresso à Irlanda e em força, com a chegada de uma grande frota ao sul da ilha. A dinastia de Ímar aproveita a oportunidade para encetar um regresso à sua antiga base de poder, juntando-se e tomando a liderança da nova vaga de ataques em 917, ano em que Dublin é retomada por Sitric, parente de Rögnvaldr. Este invade o norte inglês em 918 e faz-se rei de York em 919, interrompendo os planos de Eduardo de Wessex para a anexação do território.

Talvez incentivados pelo seu sucesso, os descendentes de Ímar tentam uma nova expansão: há notícia de uma pesada derrota irlandesa em 919 (Ó Corráin 1997, 98), seguida de uma campanha pouco frutífera no Ulster, entre 921 e 927 (Ó Corráin 2008, 432). Em 937, Amlaíb, Rei de Dublin, derrota o de Limerick, onde outro grupo de vikingues tinha desenvolvido uma base independente. Em 939, a morte de Athelstan de Inglaterra abre uma janela de oportunidade para o Rei de Dublin, que assume o controlo de York e da Mercia Dinamarquesa. Foi uma reconquista nórdica de parte da

Danelaw, mas foi também efémera: em 945, os dois territórios estavam de volta a mãos inglesas.

O poder dos descendentes de Ímar entrava, então, em curva descendente. Em 944 e 948, Dublin é saqueada pelos Irlandeses. Amlaíb Cuarán, filho de Amlaíb, ensaia um regresso a Inglaterra, onde a luta pelo domínio de York passa a ter um terceiro interveniente, Eiríkr blóðøx (Machado de Sangue), que fora deposto do trono norueguês em 948. De volta à Irlanda em 953, Cuarán retoma a guerra contra os reis insulares, de início com sucesso, mas no final derrotado, nomeadamente após as suas tropas terem sido esmagadas em 980 e Dublin submetida a um derradeiro cerco. A rendição da povoação marcou o fim da presença militar nórdica no território irlandês (Ó Corráin 2008, 432).

No ocidente da Península Ibérica, a realidade política e militar do século X foi também ela instável. No norte cristão, as fronteiras ganhavam um novo aspecto após a morte de Alfonso III em 910, dado que o até então Reino das Astúrias foi dividido entre os filhos do monarca: Garcia torna-se Rei de Leão, Froila assume o poder em Oviedo e Ordonho recebe a Galiza, apoiado pela nobreza local. Este último não tardou a lançar as suas tropas contra o sul muçulmano, tomando e massacrando a população de Évora em 913, e, no ano seguinte, a morte súbita de Garcia permite-lhe herdar a coroa de Leão. Foi sucedido por Froila em 924, que unificava, assim, os territórios em tempos governados pelo seu pai, mas sem que isso tenha trazido estabilidade duradoira: o novo monarca morre um ano depois, em 925, e o reino mergulha numa guerra civil. Do conflito saiu vencedor Alfonso, filho de Ordonho II, que terá a coroa até à sua abdicação em 931. Sucedeu-lhe Ramiro II, em cujo reinado os condes de Portucale e Coimbra detiveram uma autonomia que roçava a independência de facto (Mattoso 1992b, 489). Ramiro II é sucedido por Ordonho III, que assiste a uma incursão muçulmana à Galiza por volta de 953, mas à qual o monarca responde, saqueando Lisboa em 955.

A década seguinte é particularmente instável e coincide com um período de actividade vikingue. Em 957, Ordonho III é sucedido por Sancho I, que é afastado do trono apenas um ano depois, altura em que Ordonho IV assume a coroa do Reino de Leão. Sancho regressa em 959 para vencer o seu rival e voltar a ser rei em 960. Cerca de dois anos depois, tem de fazer frente à revolta de Gonçalo Mendes, Conde de

Portucale, e a Gonçalo Moniz, Conde de Coimbra, em 966, dois rebeldes que, pelo meio, seriam também inimigos um do outro (Mattoso 1992b, 502-3). Também em 966, Sancho I morre e é sucedido por uma criança de cinco anos, Ramiro III, sob a regência da sua tia Elvira. É nesta fase que se dá a incursão de Gunderedo. Em 975, a regência vigorava ainda e passa de mãos, da tia para Teresa, mãe do monarca (Ibáñez Salas 1991, 479). A fragilidade do poder político, mais ainda quando se viu perante as campanhas de Almançor, permite que o trono seja tomado por Bermudo II, que ascende com o apoio dos condes galegos e é ungido em Santiago de Compostela, em 982. Nem por isso a vida do novo monarca ficou facilitada: em 987, tem de enfrentar uma nova revolta do Conde de Portucale (Mattoso 1992b, 539). E depois os filhos do Conde de Coimbra juntaram-se a Almançor nas suas campanhas, coroadas pelo saque de Santiago de Compostela em 997. Bermudo II morreu em 999.

No sul muçulmano, o cenário do século X foi de ascensão. Após o fim, em 929, de uma revolta andaluz que durava desde 884, Abd al-Rahman III, auto-proclamado califa, vira a sua atenção para a faixa ocidental da Península. A região gozava de uma larga autonomia desde o século anterior, mas o saque de Évora por Ordonho II, em 913, originou uma resposta muçulmana liderada por Abd al-Rahman III três anos depois. O califa entra no território, tomando Beja em 929, Badajoz em 930 e submetendo a região a um novo poder centralizado em Córdova (Torres 1992, 422-3). O ocidente Peninsular passa depois por um período de pouca relevância política, agitado apenas em 981 com as campanhas de Almançor, que levaram à tomada muçulmana de Coimbra 987 e ao saque de Santiago de Compostela em 997, numa incursão que passou ainda pelo Porto e por Braga.

Para o século X, as notícias de ataques vikingues são especialmente problemáticas. É certo que as referências abundam, pelo menos à escala do tema e comparando com a centúria anterior, mas são muitas vezes indirectas, difusas e, à excepção de um caso, sem um contexto maior. Ao contrário do que sucede para o século IX, faltam-nos narrativas que descrevam as viagens dos grupos de nórdicos e, com alguma frequência, não temos sequer uma data, mas apenas um *terminus ante quem*.

## 1. Tui, antes de 912 ou 934

De acordo com um documento preservado na *España Sagrada* (Tomo XXII, apêndice II; Flórez 1798, 250-3), Nausto, Bispo de Tui, foi obrigado a abandonar a cidade devido às investidas nórdicas e muçulmanas. O texto dá a entender que foram vagas sucessivas ao longo de um período de tempo considerável e não uma grande expedição, o que torna difícil precisar em que ano(s) os vikingues atacaram a cidade.

À semelhança de outras fontes que veremos mais à frente, o documento não tem como tema principal as incursões nórdicas, mas sim um acordo cujo contexto é expresso por via de uma narrativa, a qual pode recuar alguns anos ou mesmo vários séculos. É essa história introdutória que dá informação sobre as acções dos vikingues sem, no entanto e regra geral, fornecer datas para ataques específicos. Lamentavelmente para nós, para efeitos de registo de uma doação, venda ou outro acordo de carácter legal, bastava uma contextualização parca em detalhes.

Neste caso, o documento tem a data de 1112. Descreve a doação dos filhos e netos de um Soares Nunes à Diocese de Tui, que recebe deles uma propriedade rural situada entre os rios Âncora e Lima (*villam, quae Vinea vocatur, inter Ancoram & Limiam*), actualmente no norte de Portugal. Ao explicar como é que os donatários tomaram posse da *villa*, o documento abre uma narrativa que começa por falar da localização de Tui junto ao rio Minho, pelo qual muçulmanos e nórdicos subiam frequentemente e atacavam a cidade ou os seus arredores (*fluvium quod Mineum vocatur, juxta se habere dicitur, per quod Sarraceni & Normanni frequentius solebant intrare & Civitatem Tudensem multis praeliis undique impugnare*). Perante a insegurança, o bispo Nausto (*venerabilis Naustius, Dei gratia urbi Tudensis Episcopus*) abandonou a povoação em data que não é referida e refugiou-se no Mosteiro de Labruja, no actual concelho português de Ponte de Lima. De lá passou a administrar a Diocese de Tui e obteve de um rei Alfonso a *villa* de Vinea que, por decisão de um prelado posterior, foi cedida temporariamente a Nuno Soares e devolvida à Igreja por descendentes seus em 1112, por via da doação de que o documento faz registo.

Não é simples datar o período de ataques nórdicos. É possível fazer uma aproximação com um *terminus ante quem* através da data da morte de Nausto, mas essa questão é por si só um problema. Flórez coloca-o à frente da Diocese de Tui entre os anos de 926 e, o mais tardar, 934, por haver notícia do prelado seguinte em 935

(1798, 49-52). Mas López Alsina propõe tratar-se do Nausto que surge listado na *Albeldense* como Bispo de Coimbra (XII; Gil Fernandez et al. 1985, 229) e data a sua morte de 22 de Novembro de 912, de acordo com uma inscrição sepulcral conservada na igreja de Santo André de Trobe, na Galiza (2004, 59). A seguirmos a sugestão deste último estudioso, teríamos que colocar os ataques que obrigaram à fuga do prelado na primeira década do século X. E, como López Alsina, aceitar que Nausto foi também Bispo de Tui, cuja Diocese não surge na mesma lista na *Albeldense*. A chave para o problema talvez residisse no rei Alfonso de quem Nausto obtém a *villa*, mas o documento não numera o monarca (*cum nobili Rege Adephonso concambium fecit*). Alfonso II, o Casto, morreu em 842, o que quer dizer que o bispo em questão teria tido uma vida invulgarmente longa. As hipóteses mais viáveis são Alfonso III, falecido em 910, e Alfonso IV, que reinou entre 926 e 931. Uma vez mais, a questão divide-se entre a teoria de Flórez e a de López Alsina: se o Nausto em questão morreu em 912, seremos obrigados a aceitar o primeiro monarca; se exerceu o cargo de Bispo de Tui aproximadamente entre 926 e 934, então teremos que optar pelo segundo.

O autor da *España Sagrada* rejeita a hipótese de um prelado tudense chamado Nausto antes de 926 por considerar que, no máximo, ele teria que ter exercido o cargo por volta de 916, quando diz haver notícia de um bispo com o mesmo nome de diocese desconhecida. Mas a hipótese dos bispados de Coimbra e Tui terem sido acumulados por um mesmo homem está fora de questão para Flórez, assim como o ter sido bispo por volta de 916, dado que, para esse período, ele diz haver notícia de um Hermóigio à frente da diocese Tudense (1798, 49). No entanto, há uma lacuna no nosso conhecimento dos bispos de Tui entre os anos de 900 e 912 (Cecilio Díaz & Vilariño Pintos 2002, 544), o que dá espaço para a tese de López Alsina que, ainda assim, é fragilizada pela referência de Flórez à fundação do Mosteiro de Labruja por Hermóigio (1798, 50), isto é, depois de 912. A confirmar-se este último dado, Nausto não podia ter-se refugiado junto da referida comunidade monástica por ela não existir ainda e, nesse caso, seríamos obrigados a colocar o *terminus ante quem* para os ataques vikíngues a Tui em 934.

Não vamos tomar partido por uma das duas hipóteses, deixando um veredicto para académicos melhor informados sobre os melindres da questão. Por esse motivo, mantemos em aberto ambas as possibilidades para a data da morte de Nausto – 912 e



934. Em qualquer dos casos, o conteúdo do documento é duplamente relevante. Em primeiro lugar, porque prova a ocorrência de incursões nórdicas na primeira metade do século X, período para o qual não temos mais nenhuma informação clara. Em segundo, porque dá corpo ao que dissemos no capítulo anterior: que, nas suas viagens ao longo da costa ocidental da Península Ibérica, os vikingues podem ter levado a cabo ataques dos quais não ficou registo. O rio Minho, ao ser navegável e ter nas suas margens uma cidade como Tui, que não estava desprovida de importância religiosa e comercial, teria sido um alvo natural dos piratas nórdicos. E o documento de 1112 vem demonstrar que, malgrado a brevidade das crónicas e a escassez de fontes alternativas, a povoação foi de facto atacada várias vezes, embora não se possa precisar quantas nem exactamente quando.

## **2. Lisboa, Alcácer do Sal e Algarve, 966**

Segundo Ibn Idhari, conforme publicado por António Borges (1972, 123), no ano 355 da Hégira, o Califa al-Hakam II foi informado da presença de uma frota vikingue de vinte e oito navios junto de Kassr Abu Danis (Alcácer do Sal). A mesma passagem dá ainda notícia de outras mensagens que chegaram a Córdoba e que davam conta de pilhagens até os nórdicos chegarem à região de Lisboa, onde enfrentaram um exército muçulmano, e ainda de um confronto naval na “ribeira de Silves” (sic), onde as forças do califa terão derrotado os invasores.

A julgar pelo texto, os vikingues não chegaram a atacar Alcácer do Sal, embora a presença da frota nórdica possa indicar que os arredores da cidade foram alvo de pilhagens. Ou poderá simplesmente ter-se mantido ao largo sem que os piratas chegassem a desembarcar. Não é clara a relação entre o avistamento da frota e as notícias dos outros ataques em Lisboa e Silves: poderão ter sido acções levadas a cabo pelo mesmo bando, mas também podem ser referências avulsas a grupos distintos, registadas em conjunto pelo autor por terem tido lugar no mesmo ano. Se optarmos pela primeira hipótese, é possível traçar parte da rota do grupo de 966.

Sem que se saiba quando passaram pela Galiza, terão viajado desde norte, pilhando a costa até chegarem à “planície” (sic) de Lisboa, onde enfrentaram um exército, por ventura local, numa batalha de desfecho desconhecido. Ibn Idhari apenas diz que muitos muçulmanos morreram como mártires e que vários piratas foram

também mortos. Os vikingues seguiram depois para sul, parando ao largo de Alcácer do Sal por um período de tempo indeterminado e sem que se saiba se chegaram ou não a desembarcar. António Borges Coelho dá para o acontecimento a data de 23 de Julho, como o equivalente do primeiro dia do mês de “Rágebe” (Rajab?), mas não se conhece o raciocínio por trás da equivalência. Se tomarmos a tabela de Cappelli (1930, 171), onde o início de 355 da Hégira cai a 28 de Dezembro de 965, e fizermos uma contagem de meses de vinte e nove ou trinta dias, então o primeiro dia do Rajab corresponde aproximadamente a 25 de Julho, o que dá crédito à equivalência transmitida por Borges. A notícia seguinte é a da saída de uma frota do porto de Sevilha para atacar o grupo de vikingues, desenrolando-se o confronto naval na “ribeira de Silves”. É possível que Ibn Idhari estivesse a referir-se ao rio Arade, que passa junto a Silves e que seria, à época, inteiramente navegável até à povoação. Também não é impossível que a batalha tenha tido lugar perto da foz do mesmo curso de água, junto à actual cidade de Portimão. Independentemente da localização exacta do sítio onde decorreu o confronto naval, o resultado final parece ter sido favorável para os muçulmanos: diz o texto que vários navios nórdicos foram postos fora de combate, que prisioneiros que neles se encontravam foram libertados, que foi morto um grande número de vikingues e que outros foram postos em fuga. A aventura deste bando de piratas, viesse ele de onde viesse, não terá ido para lá do Algarve.

Note-se que a existência de cativos nas embarcações nórdicas indicia que o grupo já tinha levado a cabo ataques noutros locais, embora não se saiba quais. É possível que tenha sido em Lisboa, mas também se pode sugerir os arredores de Alcácer do Sal ou, uma vez mais, a hipótese genérica de outros pontos terem sido atacados sem que tenha sido feito registo ou sem que ele tenha sobrevivido até aos nossos dias. Também não se conhece a origem deste grupo, se as Ilhas Britânicas ou a Europa continental, mas, mais à frente, na análise da incursão de 968, falaremos da possibilidade de ter partido da Normandia.

Por fim, note-se o detalhe de uma resposta naval muçulmana à ameaça nórdica. Já tínhamos visto uma notícia semelhante no capítulo anterior, quando falámos do ataque de 859, e o padrão de resposta militar marítima não só vai manter-se no século X, como assumir dimensões maiores. O Andalus estava, ao que parece, a colher os frutos de uma maior preparação militar e centralização política.

### 3. Lugo, entre 951 e 985?

Um documento preservado na *España Sagrada* (Tomo XL, apêndice XXIII; Lazcano 2010, 409-10) regista o acordo feito entre habitantes dos arredores de Lugo, nomeadamente os que deviam serviço à igreja de Santa Maria, e o respectivo bispo. Os primeiros comprometem-se a habitar na cidade para se defenderem dos ataques nórdicos (*et simus ibidem habitantes, et dimicantes contra sevientem gentem Lothomanorum*) e o segundo, dando prova de que o exemplo também vem de cima, a viver com eles na povoação.

Não é fácil retirar conclusões do texto. Em primeiro lugar, porque o documento não refere a data em que foi escrito, contendo apenas a referência às Calendas de Novembro (dia 1) nos termos do contracto, mas sem ano (*qui est ipsas Kalendas Novembris*). Só é possível determinar um limite cronológico de várias décadas pela menção a Hermenegildo, Bispo de Lugo (*Patri Domino Hermenegildo Episcopo*), que se sabe ter detido o título episcopal entre 951 e 985 (Portela Silva 2002a, 201). O segundo problema é a falta de contexto, na medida em que não se sabe exactamente o que motivou o acordo entre o prelado e os habitantes. Terá sido um ou mais ataques vikingues a Lugo ou aos arredores nos dias de Hermenegildo? Ou foram apenas as notícias de pilhagens noutras partes da Galiza que, fazendo valer o adágio de que mais vale prevenir do que remediar, levaram a que se organizassem defesas no caso de os nórdicos chegarem à cidade? O documento nada diz que nos permita responder a estas questões.

Não obstante, houve estudiosos modernos que não hesitaram em ler no texto o registo de uma incursão nórdica. Almazán acredita que os vikingues tinham sido avistados nos arredores de Lugo (1986, 103), enquanto Eduardo Morales Romero é mais elaborado e fala na possibilidade de um ataque em 951, o ano em que Hermenegildo ascendeu ao cargo de Bispo de Lugo (2004, 175-6). Mas nada disto se encontra na fonte medieval, que limita-se a registar o acordo sem contexto e data precisos. E, conseqüentemente, os que os dois estudiosos afirmam não pode ser dito de forma sustentável.

No mínimo, o documento é um bom exemplo de alguém que quer prevenir, mesmo que não houvesse uma ameaçada directa a Lugo, mas apenas notícias de ataques vikingues noutras partes da Galiza. E eles terão tido lugar antes de 912 ou 934,

como vimos, e talvez também por volta de 966. É possível que não se possa desligar o acordado em Lugo da referência que o *Cronicão Iriense* faz à fortificação de Compostela contra os nórdicos, nos dias Sancho I (capítulo 9; García Álvarez 1963, 116) que, recorde-se, esteve no poder de 957 a 958 e depois entre 960 e 966. O reinado coincide, em parte, com o período em que Hermenegildo foi bispo, de 951 a 985, pelo que o acordo do prelado pode ser parte de um padrão maior de constituição de defesas contra os vikingues no século X.

No extremo oposto do leque de possibilidades encontra-se a hipótese de ter sido uma reacção a uma ameaça presente nos arredores de Lugo. Mas não sabemos ao certo quando e, como tal, que grupo pirata a terá protagonizado, se os de Tui, o de Alcácer do Sal ou qualquer outro do qual não ficou registo. Poderá ter sido até a expedição liderada pelo vikingue Gunderedo, de que falaremos neste capítulo. O líder nórdico terá percorrido o território galego entre 968 e 969, existindo, por isso, também uma correspondência cronológica com os dias de Hermenegildo. Mas, como os dados disponíveis são demasiado escassos, não temos como reduzir a janela temporal e tomar firmemente partido por qualquer uma das hipóteses. Dessa forma, as várias possibilidades permanecerão isso mesmo: possibilidades e nada mais.

#### **4. Expedição de Eiríkr blóðøx, depois de 954?**

A *Historia Norwegie* contém uma referência breve a uma expedição de Eiríkr blóðøx na Península Ibérica, onde, segundo o texto, ele terá morrido em combate (XII; Ekrem & Boje Mortensen 2003, 82-3). O mesmo é dito pelo *Ágrip af Nóregskonungasögum* (capítulo 7; Driscoll 1995, 16-7), mas tanto o *Fagrskinna* (capítulo 8; Finlay 2004, 57-60) como o *Heimskringla (Hákonar saga Góða 4; Hollander 1964, 98-9)* têm uma versão diferente da morte de Eiríkr.

No início deste capítulo, referimos o líder vikingue em questão, que se tornou Rei de York em 948. Mas, segundo a *Crónica Anglo-Saxónica*, foi deposto nesse mesmo ano, regressando ao trono da cidade em 952 até ser novamente deposto dois anos depois. Teria sido após esta derradeira expulsão, que tanto a *Historia Norwegie* como o *Ágrip* atribuem à crueldade da mulher de Eiríkr, que ele partiu numa expedição pirata, acabando por morrer algures na Península Ibérica (*ille in Hispanie finibus*). O episódio é referido por Alemparte (1999, 36-7) e por Sánchez Pardo (2010, 66), mas

não só não é possível precisar quais as regiões atacadas, como podemos estar perante um equívoco documental.

O *Fagrskinna* e o *Heimskringla* colocam a morte de Eiríkr nas Ilhas Britânicas, quando o deposto monarca de York liderou uma expedição de saque em retaliação contra o rei inglês e, após percorrer a costa, da Escócia até ao Mar da Irlanda, penetrou no sul de Inglaterra. O excesso de confiança, dizem os textos, provocou a sua derrota e morte num confronto com as tropas inglesas. As duas fontes estão, por isso, em contradição aberta com a *Historia Norwegie* e o *Ágrip*, que podem ser mais antigos (ambos da segunda metade do século XII, recordamos), mas isso não significa que sejam, necessariamente, mais fidedignos. Numa nota na sua edição da *Historia de Antiquitate Regum Norwagiensium*, David e Ian McDougal referem que o filólogo islandês Finnur Jónsson atribuiu a contradição a uma confusão entre *Stan-* e *Span-* (Foote & McDougall 1998, 59, n. 25), dado que o local suposto para a morte de Eiríkr em Inglaterra é Stainmoor (Jakobsen 1993, 161).

A opinião prevalente parece ser a de que o deposto Rei de York morreu em território inglês e não encontramos base que nos permita discordar. O argumento de Finnur Jónsson oferece uma explicação para a narrativa alternativa da *Historia Norwegie* e do *Ágrip* e não se conhece nenhuma referência a Eiríkr blóðøx nas fontes ibéricas. É certo que há notícia de ataques nórdicos na década de 960, mas querer atribuir um ou mais a um líder vikingue em particular sem base documental é cair no mesmo erro de quem se refere às incursões de 858-9 como tendo sido chefiadas pelos filhos de Ragnar loðbrók. Por muito interessantes que os nomes sonantes possam ser, o rigor histórico exige que se resista à tentação de os colar a este ou aquele ataque com base numa correspondência cronológica vaga.

Chamamos, no entanto, a atenção para um padrão que poderá estar oculto neste episódio, mesmo que ele seja, afinal, um equívoco: com o recuo das incursões vikingues em França, as Ilhas Britânicas surgem como a origem provável dos grupos de nórdicos que chegaram ao ocidente ibérico. Eiríkr blóðøx pode nunca ter estado na Península Ibérica, mas é provável que outros vikingues oriundos do arquipélago britânico o tenham feito. E a essa origem junta-se ainda a Normandia, conforme iremos referir ainda neste capítulo.

## 5. Guimarães, c. 968?

A notícia daquilo que poderá ter sido um ataque nórdico surge na primeira referência escrita ao Castelo de Guimarães, de que falaremos na terceira parte. E não o afirmamos categoricamente porque falta uma referência explícita aos vikingues e não dispomos de cronologia precisa.

O texto tem a data de 968 e consta do testamento de Mumadona Dias (Herculano 1868, 61, doc. 97). Para além do ano em que foi outorgado, as linhas iniciais fornecem uma referência cronológica suplementar, ao indicarem que, não muito tempo depois da confirmação do documento, os gentios atacaram a comunidade religiosa de Guimarães (*Post non multo uero temporis quod hunc series testamenti in conspectu multorum est confirmatum persecutio gentilium irruit in huius nostre religionis suburbium*). E, acrescenta a fonte, pouco antes disso tinha sido edificado junto ao mosteiro o Castelo de São Mamede, no Monte Latito, por receio de um ataque dos gentios e para protecção dos frades e freiras (*et ante illorum metum laborauimus castellum quod uocitant sanctum mames in locum predictum alpe latito quod est super huius monasterio constructum et post defensaculo huius sancto cenobio concedimus*).

O problema com que nos deparamos é o da interpretação do termo *gentiles*, que tem o mesmo sentido que pagão e, dessa forma, tanto podia ser aplicado a nórdicos como a muçulmanos. É certo que, à época, a linha de fronteira com o espaço islâmico encontrava-se perto ou um pouco a sul do Mondego, com o Condado de Coimbra a assumir o controlo do território limítrofe. Mas isso, por si só, não impedia a ocorrência de expedições muçulmanas a norte, conforme prova a incursão andaluza à Galiza em 953. Poderíamos pensar que a chave para o problema reside na identificação de um ataque anterior a 968, cujo itinerário não se conhece, mas que teria passado suficientemente perto de Guimarães (ou causado um grande choque) para, por medo (*metum*), levar à construção da fortificação. Mas o receio tanto pode ter-se ficado a dever a um ataque em concreto como à percepção de que a *villa Vimarani*s encontrava-se numa zona de risco, dadas as notícias de investidas noutros locais. E, assim sendo, voltamos à questão inicial de quem eram os gentios. Dada a distância de Guimarães da fronteira com o território omíada, a ameaça mais imediata talvez viesse do mar, onde, à época, proliferava a actividade de piratas nórdicos.

Voltaremos a este ponto mais à frente, mas talvez seja significativo que, das décadas de 950 e 960, temos notícia da construção de três fortificações, duas contra *gentiles* (Guimarães e a Lanzada) e uma, as muralhas de Compostela, explicitamente referidas como sendo contra ataques vikingues. E há ainda a possibilidade de se poder incluir o acordo de Hermenegildo de Lugo. Podemos estar perante a reacção a uma ameaça comum, do norte galego à região do Minho, e que poderá ter protagonizado o ataque que, segundo o documento, ocorreu por altura da confirmação do testamento de Mumadona Dias.

Assumindo que se tratou de uma investida nórdica, podemos relacioná-la com alguma das conhecidas por outras fontes? Fernando José Teixeira fala de uma incursão em 964 que terá sido a primeira prova de fogo do Castelo de Guimarães (2001, 19), mas não temos conhecimento de notícias de nórdicos nessa data. Além de que a referência ao ataque como tendo sido pouco depois da confirmação do testamento (*Post non multo uero temporis*) obriga a empurrá-lo para próximo de 968. Poderá até ter ocorrido só no ano seguinte, dado que o documento contém a data de 4 de Dezembro: *Notum die II<sup>o</sup> nonas decembris. Era M<sup>a</sup> VI<sup>a</sup> Mummadomna hunc uotum meum libentissime et sponte iterum confirmo*. E a única incursão que se conhece para esse período de 968 a 969 é a expedição de Gunderedo. Alberto Sampaio mostrou-se favorável a essa hipótese (1979, 33), mas o episódio teve lugar mais a norte, pelo que temos duas possibilidades. A primeira é a de que, após a vitória contra o Bispo de Iria-Compostela, os nórdicos tenham chegado a Guimarães, antes de serem derrotados em 969 ou depois desse momento, com pequenos grupos de sobreviventes do exército de Gunderedo a dispersarem-se pelo território. A segunda é estarmos perante um bando vikingue do qual nada mais sabemos, mais um entre vários que terão percorrido a costa galego-portuguesa, mas de cujas acções o registo escrito é escasso ou nulo, por nunca ter sido feito ou por se ter perdido.

Em resumo, há referência a um ataque por volta de 4 de Dezembro de 968 e ao medo que, numa data anterior, levou à construção do castelo. Os responsáveis pela investida e receios da comunidade foram os gentios, que não sabemos ao certo se são nórdicos ou muçulmanos. Talvez os primeiros, dada sua presença na costa galego-portuguesa da época e a localização da fronteira com o Andalus no Mondego. Mas sem podermos arredar por completo a hipótese de terem sido os segundos, uma vez que se

conhece uma expedição andaluza à Galiza em 953. O uso do termo *gentiles* pode até ser propositado, por permitir mencionar com uma palavra duas ameaças distintas.

## 6. Galiza, 968-9<sup>21</sup>

No final da década de 960, segundo as fontes existentes, o noroeste ibérico assistiu à maior incursão nórdica de que foi alvo, levando à morte em batalha do Bispo de Iria-Compostela e, ao que parece, à pilhagem contínua da Galiza durante um ano. E tudo num período em que, conforme já foi referido, o rei era apenas uma criança sob a regência da sua tia.

O registo dos acontecimentos surge em três fontes medievais. Segundo a *Crónica de Sampiro*, de acordo com a versão preservada pelo Silense (capítulo 28; Pérez de Urbel 1952, 340-2), os vikingues chegaram numa frota de cem navios, no segundo ano do reinado de Ramiro III, liderados por um Gunderedo (*Anno secundo regni sui, centum classes normanorum cum rege suo nomine Gunderedo, ingresse sunt urbes Gallecie*). Atacaram os arredores de Santiago de Compostela, mataram o Bispo Sisnando e saquearam toda a Galiza até aos Montes Cebreiro. A sua expulsão só teve lugar um ano depois, liderada por um Conde Guilherme Sanches, que atacou e derrotou os vikingues, matou Gunderedo e incendiou a frota invasora. O *Cronicão Iriense* (capítulo 11; García Álvarez 1963, 119) apenas refere parte da narrativa de Sampiro, mas acrescenta um conjunto de detalhes: a morte de Sisnando num domingo de Quaresma, o desembarque nórdico num local chamado Juncaria com o objectivo de chegarem a Iria (*veniens de Iuncariis volentes ire ad Hyriam*) e a morte do prelado em Fornelos. A *Historia Compostelana* (Livro I, capítulo II: 6; Falque Rey 1994, 74) repete o conteúdo do *Cronicão Iriense* e refina os pormenores, colocando a morte do bispo a 29 de Março da Era 1006 (*occisus est III Kl. Aprilis Era I, VI*; Lazcano 2006b, 43), o que equivale ao ano de 968. Fora da Península Ibérica, a *História dos Normandos* contém um episódio sobre o neto de Rollo que, segundo Dudo de Saint-Quentin, recrutou grupos de nórdicos para as suas campanhas militares e, após fazer paz com o Rei Lotário de França, converteu parte deles ao cristianismo. Os que se recusaram a receber o baptismo foram guiados até à Península Ibérica, capturando dezoito cidades

---

<sup>21</sup> Veja-se o Anexo 7 para a expedição de Gunderedo.



durante a viagem e sujeitando o território peninsular a saques e pilhagens até serem atacados por um exército ibérico, que parece ter sido derrotado. E, quando voltaram ao campo de batalha três dias depois, os nórdicos viram que partes dos corpos dos homens escuros e “etíopes” (sic) estavam “mais brancos do que a neve” (IV:124; Christiansen 1998, 162).

A vitória de Gunderedo sobre Sisnando é o único registo cronístico de uma derrota galega contra os nórdicos, dado que Ramiro I venceu os vikingues em *Farum Brigantium* em 844 e o Conde Pedro em 858, em local incerto. O relato dos ataques de 859 é ambíguo, uma vez que apenas diz que os vikingues pilharam a costa, mas a narrativa pode ser propositadamente vaga de modo a esconder infortúnios militares. Afinal, as crónicas são registos parciais, porque subordinados a um ideal político ou religioso, o que quer dizer que têm tendência a menosprezar as derrotas e a concentrar-se nas vitórias. Quando o peso das primeiras é demasiado grande para poder ser ignorado e obriga os cronistas a inclui-las no registo escrito, então procura-se uma justificação moral para o desaire imposto pela Providência. Conforme vimos na análise das fontes norte-ibéricas, foi assim com a queda do Reino Visigótico de Toledo e foi o caso, também, da vitória de Gunderedo sobre o Bispo de Iria-Compostela. Na *Historia Compostelana*, Sisnando é retratado como um homem ambicioso e belicoso que é encarcerado por ordem de Sancho I. Para o substituir como prelado, o monarca nomeia Rosendo (Livro I, capítulo II:6; Falque Rey 1994, 74), o futuro santo. Mas, uma vez falecido o rei em 966, Sisnando foge da prisão e regressa a Santiago de Compostela na noite de Natal, acompanhado de um séquito armado com o objectivo de recuperar o cargo de bispo. Após ameaçar cortar a cabeça a Rosendo, este renuncia e regressa ao Mosteiro de Celanova, mas, segundo o *Croniçaõ Iriense* (11; García Álvarez 1963, 118), não sem antes proferir palavras proféticas: *qui gladio operatur, gladio peribit*; quem pela espada opera, pela espada morre. A *Historia Compostelana* repete a ideia, embora não exactamente nos mesmos termos: *qui mihi mortifero gladio Sisnandeminaris, mortifero gladio violenter confodiaris* (Lazcano 2006b, 43). É a Providência Divina a ditar a sua sentença pela boca de um homem santo, a seu tempo concretizada no campo de batalha. E é também a justificação cronística para o desaire militar de 968, pondo nos pecados de um clérigo da Igreja a culpa pela derrota que inaugurou um ano de depredação da Galiza. A realidade histórica, no entanto, terá sido diferente.

Não é nova a opinião de que Sisnando nunca foi deposto por Sancho I. Enrique Flórez não reconheceu fundamento histórico à narrativa do *Cronicão Iriense* e da *Historia Compostela*, propondo, em alternativa, que São Rosendo só se tornou Bispo de Iria-Compostela após a morte de Sisnando em Fornelos (Lazcano 2006a, 156-62). Nos últimos anos, a teoria recebeu o apoio de Segundo Pérez López (2006, 305-17) e de José Hernández Figueiredo (2007, 141-5), este último não sem chamar a atenção para a escassez de fontes documentais para os anos de 965 a 967. Mas também houve quem defendesse a veracidade da tradição cronística, nomeadamente García Álvarez, a cuja teoria Pérez López dedicou seis páginas de contra-argumentação (2006, 311-7). Tanto este último estudioso como Hernández Figueiredo desmentem a narrativa das crónicas, citando um documento datado de 974, onde Rosendo surge como Bispo de Iria (2007, 145). A ser fidedigno, o texto coloca em causa a ideia de que o santo regressou a Celanova em 966 e lá passou o resto dos seus dias. O relato do *Cronicão Iriense* e da *Historia Compostelana* é posto em causa também por dois documentos do Tombo do Mosteiro de Sobrado dos Monges (García de Valdeavellano 1976, 31-7, docs. 5 e 6), ambos com a data de 10 de Dezembro de 966 e onde Sisnando surge como bispo. Quando, segundo a tradição cronística, ele só teria recuperado o cargo de prelado no Natal desse ano. Já a *Vita et miracula Sancti Rudesindi* nada diz sobre Sisnando, embora isso não permita retirar conclusões sólidas, dada a natureza hagiográfica do texto e os erros históricos de Ordonho de Celanova. Dessa forma, o desmentido parece vir, acima de tudo, de documentos guardados em cartulários que, a serem fidedignos, preservaram a realidade coeva, enquanto as crónicas foram alvo de uma elaboração narrativa posterior. Em qualquer dos casos, independentemente da teoria que se preferir, é certo que, em 968, Sisnando era Bispo de Iria-Compostela.

Alguns estudiosos têm apresentado datas alternativas para a incursão. Benito Vicetto, por exemplo, coloca-a no ano de 969 (1871, 203), mas a *Crónica de Sampiro* é clara quando refere a chegada da frota de Gunderedo no segundo ano do reinado de Ramiro III, que sucedeu a Sancho I no final de 966. A data é confirmada, conforme vimos, pela *Historia Compostelana*, que coloca a morte de Sisnando em Fornelos na Era 1006 (ano 968). A duração da expedição também tem sido vista de forma diferente, com alguns estudiosos a afirmarem que se prolongou por três anos. A confusão é compreensível dado o relato das fontes, com a *Crónica de Sampiro* (28;

Pérez de Urbel 1952, 340) a dizer que os Galegos levantaram-se contra os nórdicos ao terceiro ano (*Tercio vero remeantibus illis ad propria*). Cremos, tal como Jaime Ferreira Alemparte (1999, 37), que o autor do texto estava a referir-se ao reinado de Ramiro III, tal como umas linhas antes refere-se ao segundo ano de governo do monarca para datar o início da incursão. Mas houve quem lesse na frase uma referência à duração da investida, que se teria, assim, prolongado por três anos: González Garcés (1987, 87) e Singul Lourenzo (1999, 52) são disso exemplo. Mais curiosa é a interpretação de José Caamaño Bournacell, que coloca a chegada de Gunderedo em 968, mas data o ataque ao interior galego e a morte de Sisnando de 970 (1964, 84). Os equívocos talvez tenham sido reforçados pelas referências árabes a ataques em 966 e ainda de 970 a 972, das quais falaremos mais à frente neste capítulo.

Para além da duração excepcional da incursão de 968, note-se o detalhe de ser também a única investida cujo líder conhecemos por nome: Gunderedo! É uma pequena informação que não existe para mais nenhum ataque ao ocidente da Península Ibérica no período vikingue, não obstante as já mencionadas hipóteses sem base histórica para o ataque de 844 e a atribuição persistente de um ataque a Tui a Óláfr Haraldsson, que analisaremos no capítulo seguinte. Gunderedo é o único nome de um líder vikingue preservado nas fontes do oeste ibérico, mais propriamente na *Crónica de Sampiro* (*cum rege sue nomine Gunderedo*). Será, possivelmente, uma latinização do nórdico Gunnrauðr (Price 2008b, 467) ou Gunrød (Morales Romero 2004, 185), apesar de haver registo do nome no ocidente peninsular antes de 968. Mais à frente, ao tratarmos dos vestígios das incursões nórdicas, daremos a devida atenção a este detalhe antroponímico.

Não há certezas quanto à sua origem. Uma possibilidade é ter vindo da Normandia, hipótese que faria dele um dos vikingues recrutados por Ricardo I que se recusaram a converter ao cristianismo. Mas também pode ter vindo da Irlanda, onde as disputas entre dinastias nativas e nórdicas talvez tenham levado um bando de piratas a atravessar o Mar da Cantábria e sem que disso tivesse ficado registo nos anais irlandeses. A aparente coincidência entre o relato de Dudo e a expedição de Gunderedo parece dar maior probabilidade à primeira possibilidade, mas convém evitar conclusões precipitadas e ter atenção aos detalhes: há registo seguro de actividade vikingue no ocidente da Península Ibérica para os anos de 966 a 972, a

*História dos Normandos* não diz exactamente quando e onde teve lugar a batalha que parece ter sido ganha pelos vikingues e, já o dissemos, a expedição de Gunderedo terá terminado em 969. Foi, por isso, uma entre várias que ocorreram naquele período, o que obriga a perguntar a qual é que Dudo de Saint-Quentin se estava a referir. À de 966 que foi avistada de Alcácer do Sal e, ao que parece, após ter passado por Lisboa? A umas das que figuram nos registos palatinos de Córdoba para os anos de 971 e 972? À de Gunderedo? Ou a qualquer outra de que não ficou registo? Há detalhes na passagem da *História dos Normandos* que podem ser identificados com algumas das hipóteses: a batalha contra um exército ibérico pode ser a que levou à morte de Sisnando, mas também pode estar a referir-se ao confronto que, segundo Ibn Idhari, teve lugar na região de Lisboa e cujo desfecho o autor árabe não revela.

Se formos a ter em conta todos os detalhes fornecidos por Dudo – e assumindo que todos eles são verídicos – talvez tenhamos que indicar a frota avistada em 966 em Alcácel do Sal como a que partiu da Normandia. Recorde-se que a *História dos Normandos* diz que os nórdicos voltaram ao campo de batalha três dias depois e revistaram os corpos dos homens escuros e “etíopes”, o que faz lembrar mais combatentes oriundos do norte de África, talvez até berberes, do que soldados de um exército liderado por Sisnando. Ora, como Gunderedo morreu na Galiza em 969, numa batalha em que a maior parte do seu exército terá caído, dificilmente se pode atribuir a ele uma incursão mais a sul e, dessa forma, não é fácil considerar a expedição por ele liderada como aquela a que Dudo se refere. Teremos, por ventura, que considerar a investida de 966 como a mais provável de entre as notícias que conhecemos, hipótese a que Almazán (1986, 97-8) parece aludir ao referir a frota avistada junto a Alcácer do Sal em conjunto com o relato da *História dos Normandos*. Frota essa que, conforme vimos, terá saído derrotada de um confronto nas proximidade de Silves, o que elimina a possibilidade de ter regressado a norte e levado a cabo a grande expedição de um ano, entre 968 e 969. Assim sendo, as origens de Gunderedo dificilmente podem ser encontradas na Normandia, entre os mercenários de Ricardo I. Restam as Ilhas Britânicas como a hipótese mais provável, se bem que por eliminação de alternativas e não por qualquer prova concreta que aponte para a Irlanda, Danelaw ou Escócia.

Também não é certo qual seria a dimensão exacta do seu exército. As crónicas falam numa frota de cem navios, mas, à semelhança de outras referências do género,

a cifra é mais facilmente aceite como uma estimativa. Ainda assim, houve quem sugerisse que Gunderedo liderou uma força de oito mil homens, como Izquierdo Díaz (2009, 87), que é um número que não pode ser historicamente sustentado: as crónicas não o referem e não é calculável pela dimensão da frota. Mesmo que quiséssemos aceitar o número de cem navios como sendo exacto, desconhece-se a dimensão de todas as embarcações, que, é de supor, teriam uma capacidade de transporte variável. E isso torna impossível calcular a quantidade de homens liderados por Gunderedo, ainda que, a julgar pela estimativa da frota e os feitos levados a cabo, seja possível dizer que seria uma força no mínimo considerável.

No capítulo anterior, vimos como alguns estudiosos afirmam que os vikingues do século IX entraram na ria de Arousa rumo a Santiago de Compostela, atraídos pela fama do santuário. E também referimos como essa teoria não só não é sustentada pelas fontes escritas, como está ferida de anacronismo. A questão muda de figura quando se trata do ataque liderado por Gunderedo. Em primeiro lugar, porque o *Cronicão Iriense* refere que os vikingues dirigiram-se para Iria, que é a antiga Iria Flávia e a actual Padrón, localizada a cerca de vinte quilómetros de Compostela e perto do ponto onde o rio Ulla desagua na ria de Arousa. O envolvimento directo do bispo também dá a entender que Santiago estava ameaçada e, por fim, na segunda metade do século X já é possível falar da fama internacional do santuário jacobeu. Ainda assim, é conveniente manter um pouco de perspectiva. As crónicas não dizem que os nórdicos navegaram até Iria, mas, segundo a *Historia Compostelana*, que desembarcaram num local chamado Juncaria. Isto quer dizer que, da costa até à actual Pádron, os vikingues marcharam e, conseqüentemente, tanto podem ter chegado a Iria a partir de algum ponto na ria de Arousa, como de qual outro mais a norte ou a sul onde seja possível identificar o topónimo do desembarque. E, quanto à atractividade de Compostela, ela terá sido, quando muito, o móbil inicial, mas não exclusivo. Basta pensar em como de Santiago os vikingues de Gunderedo passaram ao saque em “toda a Galiza”. E depois há que ter ainda em conta os ataques realizados a sul e dos quais surge registo nas fontes árabes. Mesmo quando teria a capacidade de atrair tanto piratas como peregrinos de além-Pirinéus, o santuário jacobeu não deixou de ser um alvo entre muitos.

Chegado, então, a território galego, Gunderedo desembarcou num local chamado Juncaria. Assim o diz a *Historia Compostelana: cumque Normani ex portu qui Juncariae dicitur venientes* (Lazcano 2006b, 43). Não é segura a sua localização exacta e têm sido apresentadas várias hipóteses. López Ferreiro, por exemplo, viu no topónimo uma referência à paisagem local e sugeriu tratar-se dos juncais nas margens do rio Ulla (1899, 352). O mesmo estudioso mencionou ainda o conteúdo da *Crónica de Santa Maria de Iria*, que é uma versão galega do século XV do *Cronicão Iriense*, onde, em vez de Juncaria, surge a povoação de Vacariza, actual Bacariza, localizada na margem esquerda do Ulla (1899, 352, n. 1). A hipótese de López Ferreiro parecia, assim, estar próxima de uma identificação com alguma base documental, tanto que foi seguido por Almazán (1986, 99). Mas a *Crónica de Santa Maria de Iria*, como dissemos na apresentação das fontes, é uma reescritura do *Cronicão Iriense* e isto coloca dúvidas sobre o seu valor como fonte histórica. Ou, dito de outra forma, não sabemos se o autor da *Crónica de Santa Maria de Iria* estaria a actualizar a toponímia, ao perceber que à Juncaria do século XI correspondia a Vacariza do seu tempo, ou se se trata de um equívoco. Manuel Suárez e José Campelo, na sua tradução da *Historia Compostelana* (1950, 26-7, n. 5), referem o que aqui dissemos e acrescentam ainda a notícia de que existe um local chamado Junqueiras na área de Redondela, no sul da Galiza. Mas acabam por admitir que o sítio dista bastante de Iria e concluem pela impossibilidade de se poder determinar a localização exacta dos topónimos associados a esta incursão. Mais recentemente, a partir do trabalho Paulo Martínez Lema, ganha força a incerteza sobre a Juncaria da incursão nórdica, pelo menos para o século X, dado que, no seu *Inventário toponímico do Tombo de Toxos Outos*, há referência com um local com esse nome, mas num documento datado de 1198 (2008, 196). Gonzalo Navaza Blanco fez um trabalho parecido e afirma existirem pelo menos vinte e dois topónimos idênticos ou semelhantes entre os séculos XII e XV (1998, 443-4). A única certeza que podemos ter é que estava localizada junto à costa, dado ter sido o local de desembarque, e mais ou menos perto da actual Padrón. Quão perto é uma pergunta à qual só se pode responder uma vez identificado o sítio. E, recordamos, não tem que se situar necessariamente na ria de Arousa: se, por exemplo, encontrássemos registo de uma Juncaria algures nas margens da ria de Muros e Nóia, a norte de Iria, seria um local tão provável como Bacariza para o sítio onde Gunderedo pisou terra galega. Convém que o

fascínio por Santiago, que até poderá ter animado os piratas, não contamine os estudiosos modernos e leve a conclusões apressadas.

Dirigindo-se para Iria, é possível que os vikingues tenham pilhado parte da povoação ou, pelo menos, dos seus arredores, de acordo com a *Historia Compostela* (*Iliam tendentes, partes istas depraedarentur*; Lazcano 2006b, 43). Sisnando foi ao encontro dos nórdicos, liderando um exército de dimensão desconhecida, e partindo, por ventura, de Santiago de Compostela. Os dois grupos enfrentaram-se num sítio chamado Fornelos, também ele de localização incerta (*usque ad praedium quot dicitur Fornellos, eos est insecutus, ubi purgam aggressionis accerimae cum eis incipiens*; Lazcano 2006b, 43). Vicetto localizou-o em São Miguel de Rarís, no actual concelho galego de Teo, entre Iria e Compostela (1871, 206). Ideia diferente tem Singul Lourenzo, que diz que Sisnando obrigou os vikingues a recuarem até à costa antes do confronto derradeiro em Fornelos, mas sem dar uma localização exacta (1999, 52). Asorey coloca o topónimo junto ao rio Louro, no sul da Galiza (2009, 29), tal como López Ferreiro o fizera (1899, 353). Como se pode ver, há hipóteses para todos os gostos, dos arredores de Compostela a Vigo e mais além. E por aqui se vê que, tal como Juncaria, estamos a falar de um topónimo comum, com a agravante de, neste caso, não termos sequer a pista de ter que ser necessariamente uma povoação costeira ou ribeirinha.

O *Tombo A da Catedral de Santiago* conserva um documento datado de 924 (Lucas Alvarez 1998, 104-5, doc n. 36;) onde surge um local chamado Fornelos, no território de *Montanos*, a que corresponderá o actual Montaos, um pouco a norte de Compostela. Não é impossível que tenha sido esse o local da batalha, se bem que, dada a sua localização, obrigaria os nórdicos a contornarem Santiago na viagem de Iria a Fornelos. A *Crónica de Sampiro*, de facto, conta que os territórios em redor de Santiago foram postos a saque (*et strages multas facientes in giro sancti Iacobi*) antes da morte de Sisnando, embora não diga onde é que ele morreu. E a *Historia Compostelana* dá a entender que o Bispo de Iria-Compostela seguiu os vikingues até Fornelos (*et sui exercitus robore circumvallatus*; Lazcano 2006b, 43), mas não sabemos em que sentido, se norte, sul, este ou oeste. Talvez até Montaos ou até meio caminho entre Iria e Santiago. É difícil, senão mesmo impossível dizê-lo ao certo. Podemos até estar a ler demasiado literalmente o texto e ver um recuo e perseguição onde houve

apenas um marchar de dois exércitos em direcção um ao outro. A única certeza é que Sisnando encontrou a morte no local de batalha, abatido pela maldição de Rosendo, segundo a *Historia Compostelana*, ou simplesmente ao penetrar nas linhas inimigas, segundo o *Cronicão Iriense*.

A descrição do que se segue é vaga e encontra-se apenas na *Crónica de Sampiro*. As outras duas fontes que temos vindo a usar nada mais dizem sobre o assunto após a morte de Sisnando, que referem ter sido sucedido por Pelágio. Depois de terem usado Rosendo para justificar a derrota de Fornelos, os autores da *Historia Compostelana* e do *Cronicão Iriense* não voltaram a inserir na narrativa o fundador do Mosteiro de Celanova e preferiram esquecer o ano de actividade vikingue que se seguiu. Passamos, por isso, a contar apenas com Sampiro, que diz tudo sem, no entanto, dizer muito em concreto: *ac totem Galleciam depradaverunt usquequo pervenerunt ad Pirineus montes Ezebrarii*. Ou seja, após derrotarem o exército de Sisnando, os vikingues pilharam toda a Galiza até aos Montes Cebreiro. Um resumo de tal forma breve do que se seguiu a Fornelos, que ficamos sem saber exactamente por onde andaram os nórdicos e, conseqüentemente, como entender a frase de Sampiro.

A dúvida reside no sentido que se deve dar à referência aos Montes Cebreiro, actualmente na fronteira entre a Galiza e Leão, se literal ou figurativa. Se tomarmos partido pela primeira opção, teríamos que concluir que os vikingues atravessaram mesmo a Galiza de uma ponta à outra. Mas, se dermos um sentido figurativo às palavras *ad Pirineus montes Ezebrarii*, a expressão seria lida como uma referência à totalidade do território galego sem que os vikingues tenham literalmente chegado aos Montes Cebreiro. Isto é, que Sampiro quis apenas dizer que o exército de Gunderedo percorreu extensamente a Galiza, entre as montanhas e o mar, mas sem que tenha de facto chegado à fronteira com Leão. A respeito deste problema, recordemos o episódio do Castelo de Guimarães, onde há a possibilidade de o local ter sido atacado por vikingues de Gunderedo em 968 ou 969, entre a derrota de Sisnando e a dos próprios nórdicos. O que daria à *totem Galleciam* da *Crónica de Sampiro* o sentido romano do termo, em que a Galécia incluía o actual norte de Portugal.

Os *Annales Complutenses* acrescentam um dado à questão ao dizerem que os vikingues chegaram aos “Campos” na Era 1008 (*Venerunt Lordomani ad Campos*; Flórez 1767, 311). Mas a passagem é problemática: a data corresponde ao ano de 970



e a identificação do topónimo não é unânime. Morales Romero fala da hipótese de poderem ser os Campos Góticos em Leão (2004, 185-6) e Sánchez Pardo parece acreditar nela (2010, 70). Já Alemparte localiza o sítio nos arredores de Compostela, entendida como *Campus Stelae*, segundo a tradição medieval (1999, 38). A data complica ambas as hipóteses, pois se a incursão de Gunderedo terminou 969, não se percebe como é que o seu exército podia estar em Leão ou em torno de Santiago um ano depois. E, para maior prejuízo da primeira teoria, a *Crónica de Sampiro* afirma que os vikingues foram derrotados antes de puderem sair da Galiza (*priusquam a finibus Gallecie exirent*), o que põe em causa a sua entrada em Leão. Assim sendo, teremos que concluir por um erro dos *Annales Complutenses*. Mas se quisermos assumir que tanto eles como Sampiro estão certos, então teremos que considerar a chegada aos “Campos” como outra investida e ainda que talvez relacionada com a de Gunderedo. Em Leão, precisamente nos Campos Góticos, há uma povoação chamada Lordemanos, um nome que pode derivar de *Lordomani* e, como tal, indiciar alguma forma de colonização nórdica. Não é impossível que pequenos grupos de vikingues tenham sobrevivido à derrota de Gunderedo, espalhando-se depois pela Galiza e pelos territórios em redor. Um deles poderia ter entrado em Leão, chegado aos Campos Góticos em 970 e acabado a fixar-se onde hoje se localiza Lordemanos. Mas isto, convém lembrá-lo, é meramente uma hipótese, assente no pressuposto de que a data indicada pelos *Annales Complutenses* está correcta e passível de ser confirmada apenas por estudos de toponímia e demografia leonesas.

Não se conhece, portanto, o itinerário exacto do exército de Gunderedo. A localização de Juncaria e Fornelos é incerta e a chegada aos Montes Cebreiro pode não ser tão segura quanto se podia inicialmente pensar. Mais à frente neste capítulo, analisaremos um pequeno conjunto de documentos que referem ataques vikingues e que podem – ou não! – ter tido lugar durante a incursão de 968-9. Dada a escassez de informação, não se pode sequer afirmar com certeza se Santiago de Compostela foi ou não pilhada, embora da *Crónica de Sampiro* se possa depreender que pelo menos os arredores da cidade foram saqueados, conforme já referimos. É também plausível que, uma vez morto Sisnando e derrotado o seu exército, a povoação tenha, de seguida, sido atacada pelos vikingues, quanto mais não seja porque estaria fragilizada pelo desaire militar e devia destacar-se minimamente na paisagem. Mas, a ter sido atacada,

desconhecemos se as defesas de Compostela, as mesmas que foram reforçadas no reinado de Sancho I, resistiram ou não.

Sabe-se ainda menos sobre o que sucedeu em 969, dada a brevidade com que os acontecimentos são tratados na *Crónica de Sampiro*. Conta apenas que os Galegos vingaram-se das pilhagens e, liderados por um conde Guilherme Sanches (*Guillelmus Sancionis*), derrotaram os nórdicos, mataram Gunderedo e incendiaram a frota vikingue. Uma vez mais, temos o nome de um nobre com um título que não é associado a um território, mas cujo patronímico é conhecido. Fontes posteriores à *Crónica de Sampiro* dificultaram a questão ao trocarem o nome do conde, chamando-o de Gonçalo em vez de Guilherme, num equívoco que se perpetuou pelo menos desde o século XIII, quando Lucas de Tui escreveu o seu *Chronicon Mundi*, e que teve em Sánchez Pardo (2010, 70) uma das suas vítimas mais recentes. Lapso antroponímico à parte, voltamos a virar-nos para o mundo das possibilidades, nomeadamente a de Justo Pérez de Urbel, que propõe tratar-se de Guilherme Sanches, à época senhor da Gasconha e talvez peregrino em Santiago de Compostela. Poderia ter pegado em armas e liderado uma campanha contra os vikingues que deambulavam por território galego desde a morte de Sisnando (1956, 153-4), numa hipótese que não é impossível, mas que é difícil de comprovar.

Também não é fácil dizer qual terá sido o contributo de São Rosendo para a derrota de Gunderedo, dado que as crónicas nada dizem sobre ele e apenas no relato hagiográfico do santo é que surge uma indicação de que ele participou na luta contra os nórdicos. Segundo a *Vita et miracula Sancti Rudesindi* (capítulos 18 e 19; Díaz y Díaz et al. 1990, 130-3), no tempo em que Rosendo presidia à Diocese de Iria-Compostela, quase toda a Galiza foi invadida por um largo número de vikingues (*cum Gallecia iam fere tota invaderetur a Normanorum multitudine*) e Portugal foi devastado por exércitos muçulmanos, no que parece ser uma referência às expedições de Almançor. Mas isto dá-nos uma janela temporal de várias décadas, entre a morte de Sisnando em 968 e os primeiros ataques do líder muçulmano a território português em 981. E, para somar uma outra dificuldade, acresce ainda a incongruência cronológica de, nas linhas seguintes, a fonte dizer que, estando o Rei Sancho ocupado em campanhas na região de Toledo, foi Rosendo quem se encarregou do governo do Reino e salvou a Galiza dos homens do norte. Ora, Sancho morreu em 966 e, já o dissemos, no trono encontrava-

se Ramiro III, menor e, por isso, sujeito a uma regência a que presidiram, à vez, duas mulheres. Nada disto é dito na *Vita et miracula*, que mais não faz do que dar um relato genérico e contraditório com os factos históricos. E talvez sem surpresa, dado tratar-se de uma obra hagiográfica com uma agenda muito própria e, dessa forma, de valor histórico dúbio. Devemos aceitar o essencial da narrativa e concluir que São Rosendo foi, de facto, um dos líderes da resistência contra os vikingues em geral e o exército de Gunderedo em particular? Ou devemos recusar todo o relato como uma peça de ficção destinada a elevar os méritos do santo que dá tema ao texto? Talvez seja possível conceber um meio-termo e aceitar como provável que, na qualidade de Bispo de Iria-Compostela, São Rosendo tenha tido um papel na luta contra os invasores nórdicos. E isto apesar de não ser possível especificar os contornos precisos desse contributo. Se a teoria de Pérez de Urbel sobre a identidade de Guilherme Sanches estiver correcta, nomeadamente a ideia de que o conde estaria como peregrino em Santiago, é plausível que o bispo da cidade interviesse junto dele para lhe pedir auxílio ou motivá-lo a lutar. Mas isto é uma possibilidade assente noutra. Sem dados concretos das crónicas e apenas com um relato hagiográfico que deixa muito a desejar, torna-se quase impossível dizer ao certo qual foi o papel de São Rosendo, se algum.

Não se conhece o local da batalha que ditou a derrota e morte de Gunderedo. Ao que sabemos, não tem qualquer fundamento histórico a ideia de que o confronto ocorreu junto à povoação galega de Ferrol e ainda que essa teoria pareça ter adeptos recentes, como Sánchez Pardo (2010, 70). Da *Crónica de Sampiro* apenas se pode retirar que terá sido junto à costa ou próximo de um grande rio, dado que o relato fala do incêndio da frota nórdica. Mas mais não é dito e não sabemos sequer se foi a única batalha ou se houve mais. Desconhecemos se a acção de Guilherme Sanches se ficou por um único e decisivo embate militar ou se foi uma sucessão de ataques que culminou no derradeiro confronto junto às embarcações. E, assim sendo, escasseiam também os indícios sobre os objectivos de Gunderedo, se mero saque ou se uma fixação nórdica em território galego: o regresso aos navios pode indiciar a primeira, mas desconhecemos se os vikingues se dirigiram para as embarcações de livre vontade ou se foram empurrados pelas acções militares de Guilherme Sanches. O que sabemos é que a incursão terá terminado nesse momento, algures durante o ano de 969, o terceiro do reinado de Ramiro III. No entanto, não é impossível que pequenos grupos

de vikingues tenham sobrevivido à derrota e continuado a levar a cabo pequenas acções de saque durante os anos seguintes. Pérez de Urbel já o sugeriu (1956, 153) e nós já mencionamos a possibilidade a respeito da chegada dos nórdicos aos “Campos”. Mas também é possível que os grupos de 970 a 972 tenham tido outra origem: afinal, houve ataques vikingues antes da expedição de Gunderedo, pelo que não se pode dizer que todas as investidas do século X no ocidente ibérico podem ser relacionadas com uma única campanha, por muito extraordinária que ela tenha sido.

Numa última nota sobre esta incursão, é de referir que alguns estudiosos dizem que o ataque de 968 quase converteu a Galiza numa nova Normandia. É o caso de Vicetto (1871, 209-10) e Almazán (1986, 100). O registo histórico, seja ele ibérico ou normando, não sustenta a comparação e por motivos já mencionados. Em primeiro lugar, porque não se conhecem os objectivos da incursão de 968 e, em segundo, porque a Normandia nasceu com uma doação régia, algo de que não há qualquer registo para a Galiza. Isto quer dizer que a comparação tem mais de romântico do que de histórico, na medida em que associa um ano de actividade vikingue em território galego a um nome sonante, mas sem suporte documental. Se se quisesse comparar a expedição de Gunderedo a outro episódio na Europa ocidental, talvez fosse melhor escolher a Danelaw ou então a Bretanha. Casos menos conhecidos na cultura popular e, por isso, menos dados a equiparações que são sensacionalistas e pouco rigorosas.

## **7. Rio Douro, Julho de 971**

O documento número 11 dos *Anais Palatinos do Califa de Córdoba al-Hakam II* (García Gómez 1967, 50) é particularmente interessante, mas também problemático. Diz que, ao vigésimo quinto dia do Ramadão, a que o editor faz corresponder a data de 22 de Julho, chegou a Córdoba um embaixador de um conde galego de nome *Gundisalb ibn Munio*. Trazia uma carta enviada de Astorga, selada ao décimo segundo dia do mesmo mês, a que García Gómez faz corresponder a data de 9 de Julho de 971. Dava conta da entrada de vikingues no rio Douro, ao meio-dia do dia anterior, e de que tinham atacado Santaver e arredores, mas sem sucesso.

A notícia está listada sob o ano de 360 da Hégira que, consultada a tabela de Cappelli, terá tido início a 4 de Novembro de 970 (1930, 171). Contados meses de vinte e nove ou trinta dias, o Ramadão teve início por volta de 2 de Julho de 971, o que

coloca o décimo segundo dia aproximadamente a 14 desse mês e o vigésimo quinto a 27 de Julho. Isto é, próximos da equivalência fornecida pela edição que consultámos.

Esta notícia é a primeira referência explícita à entrada de piratas nórdicos no Douro, que se encontrava ausente das fontes até agora analisadas. Tratando-se de um dos grandes cursos de água do ocidente da Península Ibérica, seria de esperar que, mais cedo ou mais tarde, fosse usado como via de penetração no interior do território. Poderá tê-lo sido ainda no século IX ou em décadas anteriores à de 970, mas não nos chegou qualquer referência que nos permita afirmá-lo com certeza. Se o Douro foi de facto alvo de ataques antes de 970 e o acontecimento foi, à época, ignorado, não é impossível que isso se tenha ficado a dever à situação política da região. Recorde-se que a linha de fronteira do norte cristão apenas chegou ao rio em causa em 868, alguns anos depois da última incursão de que há notícia para o século IX. Antes disso, o território estaria fora da esfera das Astúrias, mas também do sul Omíada, numa espécie de terra de ninguém onde qualquer autoridade existente seria de natureza local. É a já referida questão do armamento, que nunca o foi de facto, e do repovoamento que, afinal, integrou numa ordem jurídica maior a realidade pré-existente de populações abandonadas pelas partes em conflito. Os acontecimentos no território “despovoado”, do qual a foz do Douro fez parte até 868, eram, por isso, passíveis de serem ignorados pelas principais fontes, fossem elas do norte cristão ou do sul muçulmano.

Conflitos militares e ideologia religiosa à parte, os dois blocos ibéricos parecem ter sabido cooperar quando estava em causa a defesa da costa contra as investidas vikingues. É essa, pelo menos, a conclusão que se pode tirar do documento em análise, dado que dá notícia da chegada de um embaixador galego a Córdoba com o aviso de que os piratas nórdicos tinham sido avistados. Não é certo até onde na hierarquia política chegava essa cooperação. Certamente que até ao califa, no caso dos muçulmanos, mas a questão é menos clara quanto ao norte cristão e a resposta reside, em parte, na identidade de *Gundisalv ibn Munio*. O documento diz ser um conde galego, mas não diz qual o território específico a que presidia. Tal como na questão do Pedro que derrotou os vikingues em 858 e no caso de Guilherme Sanches em 969, voltamos ao problema de nome e título com poucos detalhes. Apenas temos um patronímico – *ibn Munio*, filho de Munio – e sabemos que a mensagem foi enviada de

Astorga, embora isso não nos permita perceber se era ou não a residência habitual do remetente.

Uma hipótese óbvia para a identidade de *Gundisalb* é Gonçalo Moniz, que viveu entre 926 e 981 e era Conde de Coimbra em 971 (Mattoso 1992b, 470). O nome corresponde ao do texto árabe, uma vez que Moniz é um patronímico para filho de Munio, e, dada a localização geográfica do condado na linha de fronteira, não só seria directamente ameaçado pela presença de vikingues no Douro, como estaria em condições de manter contactos próximos com o sul muçulmano. Aliás, relações amistosas ou mesmo alianças entre os dois blocos em confronto fizeram parte da realidade político-militar da “Reconquista”. Por exemplo, o primeiro rei português manteve uma aliança com Ibn Qasi, líder sufi que assumiu o poder em Silves e no Alentejo por volta de 1144. Para o monarca, era uma forma de retirar pressão da fronteira sul de Portugal; para Ibn Qasi, a aliança ajudava a preservar a independência da Taifa de Silves. Da mesma forma, um acordo entre o Conde de Coimbra e o Califa de Córdoba permitia-lhes enfrentar melhor o inimigo comum que eram os vikingues. E, se dúvidas houvesse sobre o potencial para alianças entre norte e sul, refira-se a participação de membros da família condal conimbricense na campanha de Almançor. Como é normal nos territórios limítrofes – e o Condado de Coimbra encontrava-se na linha de fronteira – os contactos entre os dois lados podem ser próximos e as rivalidades podem esbater-se em caso de necessidade.

Há, no entanto, um problema na identificação de *Gundisalb ibn Munio* com Gonçalo Moniz: a mensagem foi enviada de Astorga. É certo que não é impossível que o Conde de Coimbra se encontrasse fora do território a que presidia, nomeadamente se chamado ao Conselho Régio pelo seu suserano ou por ele recrutado para um teatro de guerra. A título de comparação, recorde-se um outro nobre, Henrique de Borgonha, que presidiu ao Condado Portucalense e morreu precisamente em Astorga, em 1112 (Barrilaro Ruas 1992a, 195). O que quer dizer que não é impossível que Gonçalo Moniz estivesse, também ele, na referida cidade. A confirmação desta hipótese depende de um estudo do itinerário do Conde de Coimbra, ainda por fazer e a haver sequer informação suficiente para tal.

Sobra uma última questão: onde fica a povoação de Santaver que o documento diz ter sido atacada pelos nórdicos? Não encontramos nenhuma nas margens do

Douro e é plausível supor que não se encontrava no sul muçulmano, dado que, se assim fosse, não faria sentido que fizesse parte de uma mensagem enviada por Gonçalo Moniz ou por qualquer outro nobre do norte cristão. A hipótese mais imediata é a actual Santander, na Cantábria. Mas não se percebe qual a sua relação com o rio Douro nem, nesse caso, a ordem em que vem referida no documento. Se o aviso se referia a um grupo que começou por atacar a costa norte da Península e que depois seguiu para o ocidente e sul, seria de esperar que Santander fosse o primeiro elemento a ser mencionado na mensagem. Talvez se possa atribuir a confusão ao facto de a entrada dos vikingues no Douro representar uma ameaça maior, tanto para os condes galegos como para o Andalus, motivo pelo qual seria referida em primeiro lugar na mensagem, que depois acrescentaria, em género de nota adicional, outra menção às acções do bando pirata, na distante Cantábria. Aliás, estando Gonçalo Moniz em Astorga, não é impossível que ele tenha recebido notícias do que se passava não só no seu condado, mas também na costa norte da Península Ibérica. A alternativa a esta teoria é procurar-se outra Santaver, existente à época, mas não actualmente.

Desconhece-se se a cidade do Porto foi ou não alvo de um ataque vikingue. O documento não o refere, nem ele nem qualquer outro de que tenhamos conhecimento. Trata-se de uma povoação estranhamente ausente do registo das investidas nórdicas, não obstante a sua localização e o ter sido “repovoada” em 868. Talvez tenhamos que admitir para o Porto a mesma possibilidade geral que referimos para tantas outras partes da costa ocidental da Península: a de ter sido vítima de ataques dos quais não se fez ou não sobreviveu um relato específico.

## **8. Sul do Douro, 971**

O documento número 8 dos *Anais Palatinos do Califa de Córdova al-Hakam II* (García Gómez 1967, 48) dá notícia do avistamento de uma frota nórdica no “mar setentrional” (Galiza ou a costa a norte do Tejo?), também no ano 360 da Hégira. O califa ordenou a preparação de uma frota, que devia sair de Almería rumo ao Algarve para fazer frente aos vikingues, e ainda de um exército terrestre.

À semelhança de outros documentos do mesmo volume, o tradutor moderno fornece uma equivalência para a datação islâmica, neste caso 3 de Julho (sexto dia do Ramadão), dia da partida de Córdova do almirante Rumahis. A data confere com os

nossos cálculos rudimentares, que indicam aproximadamente o 8 de Julho. Terá sido por essa altura que o califa recebeu a informação de que havia um bando de piratas a navegar pela costa rumo ao sul, mas não é certo se seria o mesmo grupo de nórdicos que entrou no Douro. Conforme vimos, a mensagem de Gonçalo Moniz foi selada a 9 de Julho e chegou a Córdoba a 22 do mesmo mês, a fazer fé nas datas fornecidas pelo tradutor dos *Anais*, ou aproximadamente, se quisermos suspeitar de equivalências cronológicas precisas. Em qualquer caso, al-Hakam II terá tomado conhecimento da presença de vikingues antes ou pela mesma altura em que o conde galego enviou a sua mensagem. Podemos, por isso, estar perante notícias de dois grupos distintos a actuar na costa oeste da Península Ibérica ao mesmo tempo, um a norte e outro a sul. Mas também não é impossível que fosse de início um único bando pirata que a dada altura se dividiu: recorde-se, a respeito das incursões do século IX nas Ilhas Britânicas, como o grande exército não se manteve coeso e chegou a separar-se em dois grandes grupos; ou, no século X, de como Óláfr Tryggvason abandonou a expedição que terá liderado com Sveinn tjúguskegg. Os bandos de vikingues eram altamente voláteis, passíveis de se dividirem ou unirem conforme as circunstâncias, pelo que não é impossível que, tendo chegado à foz do Douro, parte de uma frota tenha decidido entrar no rio e outra seguir viagem para sul. A chave para o problema pode estar no entendimento que se tem da referência ao mar setentrional, se a costa a norte do Tejo ou a Galiza. Se optarmos pela primeira opção, o mais provável é tratar-se de dois grupos distintos, um a caminho do sul no início de Julho e outro a entrar no Douro pela mesma altura. Se, no entanto, optarmos pela segunda opção, então não é impossível que al-Hakam II tivesse recebido notícia do mesmo bando a que se referia a carta enviada por Gonçalo Moniz.

Seja como for, ao tomar conhecimento de que os nórdicos tinham sido avistados, o califa trata de organizar uma resposta militar. O almirante Rumahis parte de Córdoba rumo a Almería a 3 de Julho e, também segundo o documento 8, al-Hakam II reuniu-se ainda com um visir Galib ibn Abd al-Rahman, a quem entregou o comando de um exército que queria enviar contra os vikingues. Se a ameaça não era assustadora – pelo número de navios ou por qualquer outro motivo que desconhecemos – é caso para dizer que, no mínimo, o califa tinha em mente os acontecimentos de 844 e não queria correr riscos. Assim, segundo o documento número 9 (García Gómez 1967, 48-



9), Galib parte com o seu exército a 13 de Julho, enquanto a esquadra comandada por Rumahis levanta âncora no fim do Ramadão (final de Julho), rumo a Sevilha e de lá em direcção ao mar setentrional (*Anales palatinos*, doc. 13; García Gómez 1967, 51).

A notícia seguinte regista o regresso da frota muçulmana sem que tenha chegado a combater os vikingues (*Anales palatinos*, doc. 29; García Gómez 1967, 76). Diz o texto que os piratas nórdicos foram derrotados e que desistiram de navegar para sul. Acrescenta que para isso terão também contribuído as defesas do Andalus, os exércitos recrutados e a esquadra enviada contra eles. O autor da notícia pode estar apenas a engrandecer a força militar do seu país, exagerando a sua capacidade de mobilização e descrevendo os piratas como um grupo assustado, mas pode também estar a deixar passar uma realidade distinta da do século IX: uma maior preparação do Andalus contra as investidas nórdicas. A reacção rápida e talvez até desproporcionada de al-Hakam II é disso exemplo, principalmente quando comparada o saque de Sevilha de 844. Quanto à derrota que o texto diz ter sido infligida aos vikingues, desconhece-se o local exacto. Se foi em território andalus, talvez se possa atribuir a vitória a Galib, que regressou a Córdova a 24 de Novembro com o seu exército depois de, diz o documento número 38, ter andado a perseguir ou a espiar os nórdicos. Ou terá sido literalmente isso: seguir e espiar conforme era informado da localização dos vikingues, mas sem que tenha entrado em confronto com eles. De qualquer modo, chegado o mês de Novembro, a ameaça deste grupo pirata em particular parece ter passado.

Resta recuperar a questão de se seria um único bando ou se se dividiu na foz do rio Douro. Já referimos que ambas as hipóteses são possíveis e nada nos textos nos permite concluir por uma ou por outra. Mas, para que a análise não fique incompleta, consideremos uma rota hipotética. Assumindo que à Santaver do documento número 8 corresponde a moderna Santander, o mês de Junho de 971 marca a chegada do grupo vikingue ao norte da Península Ibérica, de onde seguiu para a costa ocidental. A 8 de Julho entram no Douro, numa altura em que já tinham começado a correr notícias sobre as suas acções: o califa em Córdova já está informado da presença dos nórdicos no dia 3, enquanto o embaixador de Gonçalo Moniz parte de Astorga no dia 9. A partir daqui, pelo menos parte do grupo segue para sul, desconhecendo-se que locais atacou. Apenas se sabe que terá sido derrotado e que recuou para norte, permitindo à frota muçulmana um regresso a Sevilha ainda no Verão.

Como é óbvio e nunca devemos esquecer-lo, tudo isto é hipotético. É uma reconstrução possível feita a partir de peças soltas que podem ser usadas para outros cenários igualmente hipotéticos. Até porque há outro, já referido, que é o de que o exército de Gunderedo, derrotado em 969, se tenha fragmentado, dispersado pela costa da Península Ibérica e levado a cabo acções de pilhagem ao longo dos anos seguintes.

## **9. Norte do Mondego, 972?**

Ainda segundo os *Anais Palatinos do Califa de Córdoba al-Hakam II*, o documento número 64 (García Gómez 1967, 101-2), listado sob 361 da Hégira, dá nova notícia de aproximação de uma frota nórdica, ao quinto dia do Ramadão daquele ano, data para a qual o editor oferece a equivalência de 20 de Junho de 972. O aviso levou o califa a ordenar a preparação de nova expedição contra os vikingues.

O exército andalus sai de Córdoba seis dias depois e está de volta no quinto dia do mês Dhu-al-Hijja, que na edição moderna dos *Anais* corresponde a 17 de Setembro (*Anales palatinos*, doc. 81; García Gómez 1967, 116-7). A equivalência cronológica parece estar correcta: a tabela de Capelli coloca o final desse ano a 11 de Outubro de 972 (1930, 171), o que quer dizer que Dhu-al-Hijja, o último mês do calendário islâmico, teve início por volta de 12 de Setembro. O quinto dia corresponderá, por isso, aproximadamente a 17 de Setembro. De igual forma, a data do aviso de que se aproximava uma frota vikingue parece estar correcta, dado que o Ramadão de 361 terá tido início por volta de 14 de Junho.

Segundo o documento número 81, os líderes da expedição relataram a al-Hakam II que tinham marchado até Santarém, onde tiveram notícias de que os nórdicos tinham desistido de atacar território do Andalus por receio dos exércitos muçulmanos que, entretanto, tinham sido mobilizados. E, para terem a certeza de que a ameaça tinha desaparecido, os generais do califa enviaram espiões até Santiago de Compostela, onde confirmaram a partida dos vikingues. Se, nas palavras do documento 81, desistiram de atacar terras do Andalus, a questão que se levanta é até onde foi a frota de nórdicos. À época, a linha de fronteira estaria um pouco a sul de Coimbra, que tinha sido integrada no Reino das Astúrias em 878. Assim sendo, é possível que os vikingues tenham levado a cabo ataques a norte do rio Mondego até

tomarem conhecimento de que as tropas de al-Hakam II marchavam ao seu encontro, altura em que decidiram navegar de regresso a norte. Se assim foi, desconhecemos ao certo que locais foram alvo de pilhagem pelos nórdicos.

Uma vez mais, voltamos à dúvida que persiste sobre os bandos de piratas deste período: eram grupos vindos das Ilhas Britânicas ou sobreviventes da expedição de Gunderedo que persistiram no ocidente peninsular depois de 969?

## **10. São João de Coba, antes de 974 ou 978?**

Um documento guardado no Arquivo da Catedral de Ourense (Pergaminos Monacales, C 120), dá notícia de outro ataque vikingue para o qual não podemos afirmar com certeza a data e local atacado.

O manuscrito, que já Almazán mencionara (1986, 100), encontra-se muito danificado, com porções consideráveis em falta e o restante nem sempre claro, quer por a escrita se encontrar desvanecida, quer pelos vincos provocados pela forma como, no passado, o documento foi guardado. Almazán datou-o de 978, dez anos depois da incursão de Gunderedo, data que é confirmada por Eládio Leirós Fernández, que organizou um catálogo dos pergaminhos monacais arquivados na Catedral de Ourense (1951, 2). Mas os dois estudiosos não coincidem quanto ao conteúdo: o primeiro lê no texto um ataque ao mosteiro de São João de Coba, algo que está ausente do resumo contido no catálogo, que menciona a Igreja de Santiago, os bispos Pelágio e Sisnando (ou Fernando), um duque Hermenegildo e situa os factos em *ripa Silis*. Supostamente, ao topónimo corresponderá Ribas de Sil, precisamente na região de Ourense.

Olhando para o próprio documento, não é fácil fazer uma leitura completa. Na vigésima segunda linha, reconhece-se a data de Era 1016 (*Era XVI post milesima*), a que corresponde o ano de 978 e vai de encontro ao que é dito por Almazán e Leirós Fernández. Mas, mais acima, na décima sexta linha, também surge a Era 1012 (*Era XII post millesima*), que equivale a 974. Confessamos a nossa incapacidade em conseguir ler o contexto desta última data. Já a referência aos nórdicos surge mais claramente, embora a grafia exacta e, uma vez mais, o contexto preciso, sejam difíceis de decifrar. Na sexta linha, inicia-se uma frase com *Ed gens pessima Lortiman...*, que é depois cortada por um vinco e a que se segue a expressão *ed nihilum*. Supostamente, os

nórdicos terão reduzido a nada edifícios ou uma região, dependendo da informação exacta que se conseguir retirar do texto. Que o documento se refira a Ribas de Sil não significa que tenha sido esse o local do ataque: veja-se, por exemplo, como a notícia das investidas contra Tui nos dias do Bispo Nausto foi preservada num texto referente a uma propriedade mais a sul. Nesse sentido, nada impede que o documento guardado na Catedral de Ourense registre um ataque nórdico noutra ponto da Galiza e Almazán localiza o Mosteiro de São João de Coba na ria de Arousa, o que quer dizer que seria um registo documental de facto da presença nórdica naquela parte do território galego. No entanto, também localizámos um mosteiro com a mesma denominação na região de Ourense, o que iria de encontro à referência a Ribas de Sil no documento. A confirmação de qualquer hipótese virá apenas quando o texto for analisado e transcrito por quem esteja mais capacitado do que nós para o ler.

No mínimo, podemos afirmar que, possivelmente, teve lugar um ataque nórdico algures antes de 978 ou 974. A proximidade cronológica com a expedição liderada por Gunderedo torna tentadora a hipótese de o documento se referir a ela e, a ser correcta a identificação de um mosteiro na ria de Arousa, dá força à hipótese de ter sido essa a via de penetração marítima na Galiza em 968. Se bem que também possa ter sido atacado durante o ano de actividade vikingue que se seguiu à morte de Sisnando ou em qualquer outra data antes de 978.

## **11. São Estevão de Boiro, antes de 990**

A *Cronica General de la Orden de San Benito* de António Yepes contém uma breve referência a um ataque nórdico, mas sem que tenhamos encontrado em anexo o documento em que se baseia a notícia.

A referida obra teve origem ainda no século XVI, mas só passou a ser redigida por Yepes no início da centúria seguinte, publicando-se os primeiros tomos em 1609 (Pérez de Urbel 1959b, xvii e xxiii). É, por isso, uma fonte tardia cujo valor não é fácil de precisar, pelo menos no que diz respeito às incursões nórdicas. Deve-se isso ao facto de, tanto quanto sabemos, não ter ainda vindo a público o documento que serviu de base para a referência de Yepes aos vikingues. E pressupondo, claro está, que ele não se perdeu nos séculos que distam entre a publicação da crónica e os nossos dias.

Flórez menciona o mesmo ataque no volume XIX da sua *España Sagrada* (Lazcano 2006a, 182), mas por referência a Yepes.

Chamada de atenção à parte, não estamos, ainda assim, impedidos de fazer uma análise da informação de que dispomos. A notícia encontra-se no segundo volume da obra (parágrafo 12; Pérez de Urbel 1959a, 66) e conta que, segundo o relato de uma escritura da Era 1028, o Mosteiro de Santo Estevão de Boiro foi pilhado pelos nórdicos, acabando por, mais tarde, ser unido com todas as suas propriedades ao de São Pedro de Antealtares, em Santiago de Compostela. O documento, segundo Yepes, foi confirmado por um bispo Pedro que, dada a referência a um mosteiro compostelano e a data (ano 990), será Pedro Mezonzo, que esteve à frente da Diocese de Iria-Compostela desde 985 até cerca de 1003 (Portela Silva 2002b, 521).

As dúvidas que ensombram esta notícia são as mesmas que caem sobre os outros relatos semelhantes que vimos já neste capítulo: a ausência de uma data exacta para o ataque nórdico e a dificuldade em precisar os contornos da incursão. Temos apenas um *terminus ante quem*, mas, à falta do documento original ou de uma edição do mesmo, está ausente a possibilidade de ler nas entrelinhas do texto. Tal como noutros casos, é possível que o ataque se tenha ficado a dever à expedição de Gunderedo, mas também poderá ter sido levado a cabo por qualquer outro bando vikingue que estivesse activo na costa galega no século X.

Resta-nos referir a localização do Mosteiro de Santo Estevão de Boiro nas margens da ria de Arousa. A ser verdadeira a notícia conforme transmitida por Yepes, é um relato explícito de um ataque naquela parte da Galiza, mas com a mesma dúvida que preside ao documento guardado na Catedral de Ourense.

## **12. Bonimento e Colina, antes de 992?**

O tombo do mosteiro galego de Sobrado dos Monges contém um documento datado da Era 1030, que corresponde ao ano de 992, e que abre com uma longa narrativa sobre as origens e detentores de uma propriedade e igreja de Santa Maria de Bonimento (García de Valdeavellano 1976, 163-5, doc. 130).

A primeira dificuldade é localizar o topónimo. O documento refere-se a uma *ecclesia vocabulo Sancte Marie que est fundata in villa Bonimenti et Colina, territorio Presares et Aviancos*, numa indicação geográfica cuja interpretação não tem sido

unânime. Paulo Martínez Lema vê nela uma referência possível à actual Cuíña, uma aldeia na freguesia de Santo André de Boimente, em Viveiro (2010, 167), enquanto López Alsina indica a zona de Aveancos, próxima do Mosteiro de Sobrado (2004, 60, n. 12). Ambas as hipóteses têm interesse: a acreditar na primeira, estaríamos perante um indício de actividade vikingue numa região da Galiza para qual não há mais nenhuma referência; se se preferir a segunda possibilidade, talvez se possa relacionar o sucedido com o saque e destruição da igreja Santa Eulalia de Curtis, localizada perto de Sobrados e da qual falaremos de seguida.

No entanto, não só não é fácil perceber o que aconteceu ao certo, como também não é indicada nenhuma data em concreto. Estamos, uma vez mais, perante um documento onde os vikingues são um elemento secundário, parte de uma narrativa que põe em contexto o verdadeiro objectivo do texto. Podemos estabelecer o *terminus ante quem* de 992, mas pouco mais. Os contornos da actividade vikingue naquele local – seja ele qual for ao certo – também não são seguros. O texto faz uma lista das pessoas que tiveram autoridade sobre aquela igreja em concreto, inserindo, a dada altura, os “dias dos Normandos” como um marco cronológico (*post mortem domni Gutier adimplevit inde servitium et obedientiam ad filium suum domnum Munionem usque ad dies Lormanorum*), mas não explicita a que equiva esse período. Terão os vikingues atacado a igreja de Santa Maria do Bonimento ou a área em redor? Ou será apenas uma referência genérica a um momento da História da Galiza, marcado por uma presença intensa dos nórdicos no território, mas não necessariamente na zona exacta daquele templo? O documento indicia alguma forma de ruptura devido aos *dies Lormanorum*, dado que a frase seguinte começa por falar do erigir do edifício por outros parentes e de contendas entre eles (*Et ab ipsis diebus erexerunt alios parentes et miserunt ipsa kasa in contentione*). Talvez tenha havido uma reconstrução da igreja ou de edifícios próximos ou, em alternativa, apenas um restauro e expansão motivado por novos tempos. Em qualquer dos casos, trata-se de uma ruptura introduzida pelos vikingues.

É possível que a actividade nórdica a que o texto se refere seja a da expedição de Gunderedo, que terá certamente deixado a sua marca no território galego, directa ou indirectamente. Mas a informação é demasiado escassa para permitir uma conclusão segura.

### 13. Santa Eulalia de Curtis, antes de 995

Num documento actualmente datado de 1 de Julho de 995, mas para qual têm sido propostas outras datas, surge a notícia de um ataque vikingue à igreja de Santa Eulalia de Curtis, a sul da Corunha. A investida levou à destruição do templo e à captura ou morte dos seus clérigos (Sáez & González de la Peña 2004, 7-17, doc. 130).

Uma vez mais, temos apenas um *terminus ante quem*, mas a cronologia tem variado desde que o texto começou a ser referido por estudiosos. Um dos primeiros – senão mesmo o primeiro – foi Huerta y Veja no século XVIII (1736, 361), que datou o documento de 867 e viu nele uma referência ao ataque de 844 na região da Corunha, de tal forma que ligou os dois numa narrativa algo imaginativa. O trabalho de Huerta y Veja foi citado acriticamente por Chao Espina (1965, 35) e seguido por Mayán Fernandez (1955, 22). Mais recentemente, julgando tratar-se de um documento do século X, Ferreiro Alemparte atribui o saque de Santa Eulalia de Curtis ao exército de Gunderedo (1999, 434), tal como Izquierdo Díaz (2009, 91).

A disparidade cronológica torna-se compreensível se tomarmos em conta os problemas de conservação do documento. Existem apenas duas cópias, ambas provavelmente baseadas num original comum, datadas do final do século XII, e a que é tida como a melhor, a do Mosteiro de Sobrado dos Monges, contém a data de 867. Huerta y Veja limitou-se, por isso, a seguir o que estaria no próprio documento. Mas o ano está escrito numa parte raspada (Sáez & González de la Peña 2004, 7) e existe um problema de discrepância cronológica com os signatários. Por esse motivo, Flórez propôs, em alternativa, a data de 995, fazendo coincidir o documento com o período de vida do rei e bispos que o confirmaram (Sáez & González de la Peña 2004, 8).

À luz da teoria actualmente dominante, o *terminus ante quem* será, por isso, o ano de 995, o que torna possível a atribuição do saque à incursão de Gunderedo, mas também não impossibilita que a igreja ter sido atacada por vikingues noutra altura. Precisamos de olhar para os detalhes do texto se queremos tentar uma redução da janela temporal. A narrativa começa por falar da fundação da igreja por Placentio, trisavô de Pedro Mezonzo, à época Bispo de Iria-Compostela (*fundata a Placentio bisavo Martini, cuius filius est Petrus episcopus*). O templo estava ocupado por uma comunidade religiosa até à chegada dos nórdicos, cuja vinda é entendida como um castigo pelos pecados dos habitantes nativos (*usquequo peccato prepediente venerunt*

*gentes lotimanorum in ipsam terram*) e demonstrando, assim, que a perspectiva teocêntrica da História manifesta-se até em pequenos documentos legais. O ataque vikingue teve como consequência o saque da igreja e das outras em redor (*vastaverunt sic ipsam ecclesiam, sicut et alias convicinas*) e a captura ou morte dos seus clérigos. Desconhece-se o destino dos que foram feitos prisioneiros, se resgatados, mortos ou se engrossaram os mercados de escravos em que alguns nórdicos faziam fortuna, nomeadamente na Irlanda. Mas a frase seguinte do texto chama a nossa atenção por, ao que parece, colocar Pedro Mezonzo, assim como o seu pai e o seu irmão, no rescaldo do ataque: *Remansit autem ab ipso incendio Martinus confessor, nepos ipsius Placentii cum filiis suis Aldelfio presbitero et Petrus*. Tomadas à letra, as palavras do documento dão a entender que Martinho, Adelfio e Pedro, à época abade e não bispo, foram contemporâneos do ataque vikingue, porque presenciaram o incêndio ou o seu rescaldo. E, sabendo-se que o último presidiu à Diocese de Iria-Compostela a partir de 985, teríamos que colocar a investida nórdica na geração imediatamente anterior, isto é, em meados do século X.

A hipótese de a igreja de Santa Eulalia ter sido vítima da expedição de Gunderedo ganha, por isso, força, embora não se possa excluir por completo a possibilidade de o saque se ter ficado a dever à incursão que chegou a Alcácer do Sal em 966 ou a outra pouco posterior à que levou à morte de Sisnando.

É impossível analisar os episódios de 968 em diante sem deixar de pensar se estão ou não relacionados com a expedição de Gunderedo. O ter sido um ataque prolongado cujo trajecto não se conhece com precisão, a juntar às lacunas informativas nos documentos, impede que se responda à questão com certeza. E é prudente evitar a tentação dos nomes sonantes, algo que também será válido no capítulo seguinte.



## Capítulo 9

### As incursões do século XI

A fase final da Idade Vikingue, pelo menos enquanto fenómeno maior na Europa e mais além, é marcada pelas lutas pelo trono inglês, pela crescente afirmação do poder régio na Escandinávia e pelo avanço da cristianização. Há ainda um decréscimo acentuado do tráfico de prata oriental, levando alguns Suecos a virarem a sua atenção para ocidente, onde os ataques a Inglaterra rendiam avultadas somas de *danegeld*. Em meados do século XI, ainda se tenta uma reabertura da rota oriental, mas a expedição fracassa e as viagens de nórdicos para leste passam a resumir-se, essencialmente, aos mercenários que integravam a Guarda Varanga do imperador bizantino.

Quando Óláfr Tryggvason foi agraciado por Æthelred de Inglaterra, em 995, e partiu para a Noruega para se fazer rei, o outro líder da expedição vikingue, Sveinn tjúguskegg (Barba Forcada), acabou por segui-lo. Os dois envolveram-se num conflito de vários anos pelo domínio do território norueguês, sobre o qual os monarcas dinamarqueses reclamavam soberania há quase duzentos anos. Conforme vimos, isso não impediu que as incursões nórdicas contra a costa inglesa continuassem durante o resto do século X, estendendo-se até à centúria seguinte. No ano 1000, segundo a *Crónica Anglo-Saxónica*, um grupo vikingue refugia-se na Normandia, mas parece estar de volta em 1001, quando há notícia de novos ataques ao sul de Inglaterra. Pilharam a costa, avançaram até ao interior e acabaram por se fixar na Ilha de Wight, de onde os Ingleses não parecem ter sido capazes de os expulsar. Em vez disso, Æthelred oferece-lhes dinheiro e mantimentos a troco de paz e acaba a pagar vinte e quatro mil libras aos nórdicos. Não foi o primeiro pagamento do género, dado que, conforme referimos, também os houve no século anterior, mas é a estas somas que se viria a dar o nome de *danegeld* ou o dinheiro dos Dinamarqueses: subornos a troco de paz que acabava sempre por ser temporária.

Em 1002, diz a *Crónica Anglo-Saxónica* que, por temer uma conspiração e atentado contra a sua vida, Æthelred ordena a morte dos habitantes nórdicos de Inglaterra, naquilo que ficaria conhecido como o Massacre do Dia de São Bricio, a 13

de Novembro. O episódio antecede uma escalada dos ataques em 1003, quando Sveinn tjúguskegg regressa a território inglês e pilha Wilton e Salisbury. No ano seguinte, põe Norwich e Thetford a saque e enfrenta um exército inglês, numa batalha onde parecem ter morrido os principais homens da Anglia Oriental. O ímpeto dos nórdicos só foi quebrado por uma fome generalizada que originou o seu regresso à Dinamarca, em 1005. Mas estão de volta em 1006 e, após pilharem Kent, estabelecem uma base na Ilha de Wight, de onde levam a cabo incursões até ao interior do sul inglês. Em 1007, os Ingleses pagam aos nórdicos trinta mil libras, o que lhes vale dois anos de paz.

Æthelred tenta aproveitar a oportunidade para organizar as defesas do seu reino, ordenando a construção de uma frota, mas o projecto falha no meio de acusações de traição e de confrontos entre aristocratas ingleses. A força naval perde-se e, diz a *Crónica Anglo-Saxónica*, os nórdicos regressam no Verão de 1009, instalando-se novamente na Ilha de Wight depois de receberem um suborno de três mil libras em Kent. O líder do grupo teria o nome de Porkell e foi responsável por três anos de actividade vikingue: regiões como Sussex, Essex, Kent, Surrey e Anglia Oriental foram postas a saques e foram atacadas cidades como Hampshire, Londres, Thetford, Cambridge e Northampton. Foi uma pilhagem quase generalizada de Inglaterra, com um custo elevado em vidas e bens, mas que só terminou quando Æthelred entregou aos nórdicos quarenta e oito mil libras, em 1012. Desta feita, no entanto, o *danegeld* veio com uma mais-valia, dado que o próprio Porkell e quarenta e cinco navios passaram a integrar o exército inglês na condição de receberem mantimentos.

O recrutamento de nórdicos de pouco serviu. As fragilidades políticas e militares de Inglaterra tinham sido expostas pelos anos de saque e, talvez por ter consciência disso, Sveinn tjúguskegg está de regresso em 1013 para uma campanha de conquista do reino inglês. Após desembarcar em Sandwich, navega para norte, onde é aceite como rei na Northumbria. Recebido o apoio da Inglaterra setentrional, diz a *Crónica Anglo-Saxónica* que Sveinn ordenou a recolha de mantimentos e cavalos antes de rumar com o seu exército para sul, deixando a frota nórdica ao cargo do seu filho Knútr. O monarca dinamarquês tomou Oxford e depois Winchester, mas falhou no ataque a Londres, defendida pelo próprio Porkell e por Æthelred. Seria um sucesso breve para o rei inglês, dado que Sveinn avançou depois para oeste e submeteu as

regiões ocidentais de Inglaterra. De regresso a norte, tem sob o seu domínio quase todo o território com a grande excepção da urbe londrina que, no entanto, não tardará a render-se, diz a *Crónica Anglo-Saxónica* que por receio da destruição da cidade. Sem reino, abandonado pelos seus súbditos, Æthelred passa o Natal de 1013 na Ilha de Wight antes de rumar para o exílio na Normandia, onde já se encontrava a sua mulher e irmã do duque Ricardo II.

A fuga do monarca inglês confirmou a conquista de Inglaterra, que passava a ser governada por um soberano dinamarquês que reclamava também autoridade sobre a Noruega e, pelo menos, parte da Suécia. Mas o sucesso durou pouco mais de um mês quando, em Fevereiro de 1014, Sveinn tjúguskegg morre e o seu filho Knútr, que podia ter herdado um império, vê-se sem nada em muito pouco tempo: a Dinamarca passa para o seu irmão Haraldr e Æthelred regressa do exílio para voltar a ser Rei de Inglaterra, expulsando o exército nórdico; enquanto isso, o monarca sueco aproveita a oportunidade para afirmar a sua independência e, na Noruega, Óláfr Haraldsson, a seu tempo São Óláfr, derrota os antigos vassallos de Sveinn e faz-se coroar rei (Lund 2008, 665). Knútr vê-se forçado a começar quase do zero. E quase porque, não obstante a perda de território, sobravam-lhe ainda tropas do seu pai, assim como fama e fortuna que investe no recrutamento de mais homens. Entre os novos apoios, a seu tempo, viria a estar Þorkell, o mesmo que defendeu Londres contra Sveinn e que, segundo a *Crónica Anglo-Saxónica*, recebeu mais vinte e uma mil libras de Æthelred em 1014.

Em 1015, Knútr regressa a Inglaterra. Tal como o pai, começa por desembarcar em Sandwich, mas ruma a ocidente para atacar Wessex, penetrar no interior até Wiltshire e submeter o sudoeste inglês. No ano seguinte, marcha para norte, pilha a Mercia e submete a Northumbria, antes de voltar a rumar para sul, em direcção a Londres, onde Æthelred morre em Abril. É sucedido pelo seu filho Edmundo, que organiza uma resistência inglesa e enfrenta militarmente os nórdicos, até ser derrotado em Ashington nesse mesmo ano de 1016. Refugiado em Gloucestershire, o rei inglês é forçado a ceder a Knútr toda a Inglaterra excepto Wessex, mas, numa reviravolta irónica, Edmundo morre poucas semanas depois e, desta feita, é o filho de Sveinn quem herda a totalidade do reino. Bastaram dois anos para Knútr passar de deserdado a detentor do trono inglês, mas iria ainda recuperar outros territórios em

tempos controlados pelo seu pai. Em 1019, após a morte do seu irmão Haraldr, assume o poder na Dinamarca e, em 1028, invade a Noruega, onde é aceite como rei. O futuro São Óláfr é obrigado a fugir para um exílio que durou até 1030, altura em que regressa a território norueguês e acaba morto na Batalha de Stiklestad. Já quanto à Suécia, a autoridade de Knútr resumir-se-ia, provavelmente, à influência sob alguns magnatas suecos, por ventura combatentes na sua campanha de conquista de Inglaterra (Lund 2008, 667).

Knútr tentou criar um sistema monetário dinamarquês à imagem do existente em Inglaterra, recrutou clérigos ingleses para funções na Dinamarca (Lund 2008, 666) e usou ainda os meios fiscais ao seu dispor para manter uma frota, algo útil quando se tem um império rasgado pelo Mar do Norte. Mas, apesar disso, nunca criou instituições que lhe sobrevivessem: o seu império era pessoal e morreu com ele, em 1035. Aliás, já estava em desagregação pouco antes da sua morte, dado que a Noruega tinha recuperado a sua independência por volta de 1034, quando Magnús, o filho mais novo de Óláfr Haraldsson, regressou do exílio. Na Dinamarca, Knútr foi sucedido pelo seu filho Hörða-Knútr que, em 1039, passaria a ser também rei de Inglaterra. A união só terminou em 1042, quando Hörða-Knútr faleceu e a coroa inglesa foi entregue Eduardo, outro filho de Æthelred.

A presença de Suecos nos exércitos de Knútr não é deduzida da influência que ele terá tido sobre a Suécia, mas está registada em inscrições rúnicas do período. É o caso da U 194, erguida por Áli em memória dele mesmo e que faz referência a ter recebido dinheiro de Knútr em Inglaterra. Ou a U 344, que refere que Úlfr recebeu três pagamentos em Inglaterra, primeiro de Tosti, depois de Þorkell e, por fim, de Knútr. Outro exemplo é a U 241, erguida em memória de Ulfríkr, que recebeu dois pagamentos em Inglaterra. Estas três inscrições encontram-se em pedras na região de Uppland, na Suécia central, pelo que não se tratam de casos de recrutamento por via da proximidade geográfica com a Dinamarca. Para os Suecos, dada a sua localização, seria de esperar que a sua expansão se fizesse para oriente, através do Báltico e pelos rios russos, principalmente quando as rotas fluviais passaram a trazer para norte grandes quantidades de prata árabe. O que, de facto, terá sucedido até o tráfego desse metal precioso entrar em queda desde a segunda metade do século X e ter chegado quase a zero por volta de 1015 (Mikkelsen 2008, 546). Não é de espantar, por isso, que

tenha havido Suecos que passaram a olhar para ocidente e para as quantidades de *danegeld* que eram entregues a grupos de vikingues. Por volta de 1036, a viagem de Yngvarr víðförli (O que viajou longe) ainda tentou reabrir as rotas orientais dos nórdicos que o antecederam, mas sem sucesso. A expedição terá chegado ao Mar Cáspio, apenas para se perder e dela ficaram relatos épicos ou referências em dezenas de inscrições rúnicas. É o caso da Sö 9, erguida por um casal em memória de Úlfr, o seu filho, que morreu com Yngvarr. Esgotada a prata árabe e terminada a expansão nórdica, a presença de escandinavos no leste europeu passa a resumir-se essencialmente às elites como a do Reino de Kiev, entretanto em processo de assimilação cultural eslava, e aos mercenários que desciam os rios russos rumo a Constantinopla, onde podiam integrar a guarda do imperador.

Desde o início do século X que havia guerreiros nórdicos entre as tropas bizantinas, nomeadamente a Guarda Varanga, e o tratado de 945 entre Kiev e Bizâncio incluía disposições para o envio de mercenários escandinavos (Noonan 1997, 154-5). Era uma possibilidade de carreira com vantagens para ambas as partes: para os nórdicos, porque permitia-lhes lutar por um bom preço e de uma forma instituída (trabalho seguro, por outras palavras); para Bizâncio, dava acesso a homens de valor militar reconhecido. Um deles foi Haraldr harðráði, meio-irmão de Óláfr Haraldsson. Quando a Noruega foi tomada por Knútr, Haraldr exilou-se na Europa oriental, estando ao serviço de Jaroslav de Kiev durante cinco anos antes de integrar a Guarda Varanga, em Constantinopla, por volta de 1035 (Noonan 1997, 155). A estadia em Bizâncio não terá durado uma década, mas valeu-lhe fama e fortuna que levou consigo para a Escandinávia, onde, em 1046, está de volta à Noruega e a partilhar a coroa do país com Magnús. No ano seguinte, a morte do co-monarca fez de Haraldr harðráði o único ocupante do trono norueguês.

Em 1066, a morte de Eduardo de Wessex abre uma crise de sucessão em Inglaterra, na qual se apresentam três candidatos: o anglo-saxão Harold Godwinsson, Guilherme da Normandia e o próprio Haraldr harðráði, que invade o território inglês nesse mesmo ano para fazer valer a sua posição. Depois de tomar York, é derrotado e morto na Batalha de Stamford Bridge pelas tropas de Harold Godwinsson, que logo marcha para sul e acaba também ele morto e vencido na Batalha de Hastings, ainda em 1066. Em pouco tempo, dos três candidatos originais ao trono, Guilherme da

Normandia era não só vitorioso, como o único sobrevivente. E este episódio anuncia o crepúsculo da Idade Vikingue, que tem o seu longo epílogo em mais cem anos de pirataria nórdica nas Ilhas Britânicas e nas derradeiras tentativas dinamarquesas de conquista de Inglaterra. Em 1069, Guilherme teve que fazer face a uma revolta inglesa apoiada por uma força vinda da Dinamarca, episódio que quase se repetiu em 1075, mas ambas as rebeliões fracassaram (Lund 1997, 177-8). A última ameaça para o Duque da Normandia foi uma expedição dinamarquesa que nunca chegou ao destino, em 1086, a mesma que também serve de marco simbólico para o fim da Idade Vikingue no presente trabalho.

No ocidente da Península Ibérica, o cenário no início do século XI é de recuperação das incursões de Almançor. A estrutura defensiva ressentia-se das expedições do sul muçulmano, com o desmantelamento dos exércitos fronteiriços e mutações sociais possíveis por ausência de controlo por parte da antiga aristocracia (Mattoso 1992b, 540). Após a morte de Bermudo II, em 999, sucede-lhe no trono de Leão o ainda menor Alfonso V, que se casou com a filha de Mendo Gonçalves, Conde de Portucale e regente durante a menoridade do novo monarca. A coroa leonesa continuava, por isso, a procurar apoio na nobreza galego-portuguesa, mas não sem protestos de estratos sociais imediatamente inferiores, nomeadamente os infanções. O conde morre em 1008 e Alfonso V passa a governar efectivamente, orientando-se para a reorganização de uma sociedade e território perturbados por um conflito que passara muito para lá da linha de fronteira. Linha essa, aliás, que começava a ser empurrada de novo para sul em 1017, com o Conde de Portucale a avançar em direcção a Coimbra e a estabelecer a sua autoridade na região do rio Vouga (Mattoso 1992b, 541). Não sem resposta do sul muçulmano, nomeadamente do Reino de Sevilha, que envia uma expedição em 1026. A tentativa de reconquista de Alfonso V, que põe cerco a Viseu em 1028, resulta na morte do monarca, vítima de uma flecha disparada das muralhas.

O que se segue é a ascensão de Navarra perante um ocidente ibérico enfraquecido. Bermundo III assume o trono de Leão, mas, mal o seu reinado tinha começado, teve que fazer frente a uma revolta galega, entre 1029 e 1030. Às divisões internas acresciam as ameaças externas, nomeadamente de Sancho III de Navarra, que leva a cabo uma guerra que lhe vale parte do território leonês. A perda foi em parte

compensada por novas conquistas a sul e o próprio Bermudo III consegue uma vitória contra um exército muçulmano no ano seguinte. Mas não teve a mesma sorte quando decidiu atacar Castela, morrendo em batalha em 1037. Foi sucedido por Fernando I, filho de Sancho III.

O novo monarca teve um reinado longo com a sua dose de sucessos militares. A linha de fronteira no ocidente peninsular voltava a avançar para sul e a atingir o Mondego com a conquista de Lamego em 1057, Viseu em 1058 e Coimbra em 1064 (Torres 1992, 426). Após a morte de Fernando I, em 1065, os seus territórios são divididos entre os seus filhos: Castela para Sancho, Leão para Alfonso e a Galiza para Garcia. Os domínios deste último incluíam o território portugalense, num prolongamento para sul do bloco galego, de tal forma que Garcia teve que fazer frente a uma revolta do Conde Nuno Mendes. A batalha assim gerada, em Pedroso, em 1071, acabou com a morte deste último e a vitória do monarca, que extinguiu o Condado de Portucale (Mattoso 1992b, 560). O sucesso de Garcia, no entanto, não durou muito, dado que a Galiza é-lhe usurpada pelo seu irmão Sancho nesse mesmo ano. E este último, por sua vez, perde todos os seus domínios para o terceiro dos irmãos, Alfonso VI, que passa a governar toda a herança do seu pai a partir de 1072.

O novo rei levaria a cabo a conquista de Toledo em 1085, fazendo valer o título de Imperador de toda a Hispânia, mas saiu derrotado da Batalha de Zalaca no ano seguinte. Confrontado com a possibilidade de novo avanço muçulmano, recebeu o auxílio de dois nobres de origem borgonhesa: Raimundo e Henrique. Em 1091, o primeiro casa-se com Urraca, filha de Alfonso VI, de quem recebe o governo da Galiza, incluindo o território portugalense. Em 1093, a guerra no sul muçulmano rende a Alfonso VI as cidades de Santarém, Lisboa e ainda Sintra, que entrega a Raimundo para que as defenda. Uma expectativa régia a que o conde não correspondeu: em 1095, Lisboa encontra-se novamente em mãos muçulmanas e Santarém teria, a seu tempo, o mesmo destino. E é nesse contexto que Alfonso VI reinstalou o Condado de Portucale e entrega-o a Henrique em 1096, ficando Raimundo com os territórios a norte (Mattoso 1992b, 562).

No sul muçulmano, contrariamente ao que sucedeu para os dois capítulos anteriores, a realidade política interessa apenas na medida em que influencia a do norte cristão, dada não haver registo de ataques vikingues ao Andalus no século XI. De

Almançor já falámos várias vezes e dissemos na primeira parte do presente trabalho que morreu em 1002. O seu filho e sucessor só lhe sobreviveu mais seis anos e o que se seguiu foi a fragmentação violenta do Califado Omíada em pequenos reinos ou taifas. No ocidente peninsular, nascia a de Badajoz em 1022, que dominou todo o território a sul do Tejo até à ascensão de Faro a partir de 1026. Silves viria a conquistar a independência em 1048 e depois houve ainda uma rivalidade violenta entre as taifas de Badajoz e Sevilha, que já em 1039 tinha tomado Lisboa e conquistaria Silves em 1054 (Torres 1992, 424-5). Foi neste contexto de fragmentação do sul muçulmano que Fernando I conseguiu avançar a linha de fronteira até ao Mondego e, conforme já referimos, foi também ante este cenário que entraram em cena os Almorávidas. A luta movida por estes contra as taifas originou a entrega de Lisboa e Santarém pelo Rei de Badajoz, que procurava assegurar a protecção de Alfonso VI. O que, por sua vez, deu argumento aos Almorávidas para atacarem Badajoz e tomarem a actual capital portuguesa, quando esta estava à guarda de Raimundo (Torres 1992, 426).

O número de incursões nórdicas de que há registo para o século XI, uma delas durante nove meses, talvez não possa ser desligado da desorganização do oeste peninsular, mais ainda se tivermos em conta que, à época, a actividade vikingue no resto do ocidente europeu resume-se praticamente a Inglaterra e à Escócia. Com efeito, dada a escassez de ataques em França e na Irlanda, podemos afirmar que a Península Ibérica, nomeadamente a faixa oeste, foi um dos principais cenários de actividade vikingue na Europa ocidental durante o século XI.

## **1. Condado Portucalense, 1008?**

Alguns estudiosos referem que o Conde Mendo Gonçalves foi morto por vikingues em 1008, num ataque, supõe-se, algures no Condado Portucalense. É o caso de Almazán (1986, 109-10) e de Morales Romero (2004, 201), sendo que o responsável pela ideia parece ter sido Luís Gonzaga de Azevedo, que a propôs no segundo volume da sua *História de Portugal* (1939, 117).

Conhece-se a data da morte de Mendo Gonçalves pela *Chronica Gothorum* (Herculano 1856, 9), que a coloca em 6 de Outubro de 1008 (*Era MXLVI II non octobris occisus fuit comes Menendus*), mas o texto nada diz sobre as circunstâncias da morte do conde, contrariamente ao que dão a entender Almazán e Morales Romero.



Gonzaga de Azevedo cita várias passagens em nota de rodapé (1939, 117, n.2), nenhuma das quais atribui a morte de Mendo Gonçalves a um ataque nórdico, e analisa ainda um documento de 1008 (1939, 165), que fala na entrega de bens na região da Maia a troco protecção, mas que também nada diz sobre vikingues (Herculano 1868, 121, doc. 197).

No texto medieval, Argevado e a sua mulher Godella assumem o compromisso de doar a Dillago Donaniz uma propriedade sua em Perafita, na condição de o destinatário dos bens conceder protecção a Argevado (*pro que me devendates de fisco et amodoretes me in vita mea sub vestra ala*). Gonzaga de Azevedo lê nisto uma referência aos piratas nórdicos, na medida em que os donatários estariam a obter um patrono que os resgatasse no caso de serem capturados. A dedução nasce da sua leitura da expressão *devendates de fisco*, que entende como resgate, e do conhecimento que se tem de que os vikingues tomavam prisioneiros para depois pedirem dinheiro ou bens a troco da sua libertação (1939, 165). Para isso, refere o caso, esse sim devidamente documentado, que ocorreu décadas mais tarde na região de Ovar e que analisaremos neste mesmo capítulo. Mas, para 1008, parece haver apenas suposições sem fundamento.

O documento a que Gonzaga de Azevedo recorre não refere os nórdicos uma única vez. Só isso devia ser suficiente para, pelo menos, duvidar da hipótese apresentada pelo historiador português, dado que um resgate tanto podia ser pago a vikingues, como a muçulmanos do sul da Península. A entrega de bens a troco de liberdade podia até acontecer entre habitantes e nobres do norte cristão, no caso de conflitos internos, e convém lembrar o quanto as incursões de Almançor deviam estar vivas na memória dos habitantes locais. Perante o medo de captura, destino que certamente terá calhado a muitos nos anos imediatamente anteriores a 1008, não espanta que alguém tenha sentido a necessidade de procurar um patrono que assegurasse a sua liberdade em caso de necessidade. Mas isto é pressupondo que o documento se refere, de facto, a um resgate: a expressão *devendates de fisco* pode referir-se apenas ao infortúnio financeiro e, desse modo, ao desejo de ter, chamemos-lhe assim, um contrato de auxílio com alguém de posses.

Parece-nos que o raciocínio de Gonzaga de Azevedo é todo ele enfiado, destinado a provar uma teoria pré-concebida. Não há no documento qualquer

informação que nos permita falar de um ataque vikingue ao Condado Portucalense em 1008 e muito menos implicar os nórdicos na morte de Mendo Gonçalves. Mesmo que quiséssemos acreditar na leitura que o historiador português faz do texto medieval, teríamos apenas uma mera coincidência de datas e não uma referência clara aos autores da morte do conde. Toda a teoria parece-nos desprovida de qualquer fundamento, pelo que concordamos com Henrique Barrilaro Ruas, que não considerou justificável a hipótese (1992b, 399). Há, isso sim, uma sugestão infundada de Gonzaga de Azevedo, cuja aparência de facto ficou a dever-se ao ter sido repetida por estudiosos posteriores, sucessiva e acriticamente. Mas não é por se dizer muitas vezes um erro que ele deixa de o ser, principalmente quando, como Morales Romero, se cita uma fonte para afirmar que uma coisa que, afinal, ela não diz.

## **2. Entre Douro e Ave, Julho de 1015 a Abril de 1016** <sup>22</sup>

Do cartulário do Mosteiro de São Salvador de Moreira surge aquele que é um dos documentos mais fascinantes no estudo das incursões nórdicas no ocidente peninsular. Publicado por Rui Pinto de Azevedo (1973, 91-3), trata-se de um registo escrito de uma transacção destinada a pagar o resgate de três raparigas que tinham sido capturadas por vikingues. Uma vez mais, o ataque nórdico é o pano de fundo e não o tema principal da fonte, mas, excepcionalmente, é indicada a data, duração e extensão geográfica da incursão.

O documento original não chegou aos nossos dias, existindo apenas numa cópia datada do século XVII. No entanto, Rui Pinto de Azevedo considera-a fidedigna em termos linguísticos, notando a utilização de um latim entremeado com romance e elementos característicos do *scriptorium* de São Salvador de Moreira (1973, 77 e 85). E, a este argumento, o editor acrescenta ainda o do conteúdo, dado que algumas das pessoas referidas no texto, nomeadamente o pai das três raparigas, surgem noutros documentos, esses sim originais dos séculos X e XI (1973, 85-6). Isto leva a crer que, pelo menos quanto à transmissão da informação escrita, estamos perante uma fonte credível. E contém a data de Abril de 1018, tornando-o num registo quase contemporâneo dos acontecimentos.

---

<sup>22</sup> Já antes tivemos oportunidade de nos referirmos a este ataque. Veja-se Pires 2011, 125-30.

Conta o documento que, em Julho de 1015, um grande número de “filhos e netos dos Normandos” entrou no Douro (*In Era MLiiij mense Iulio ingressi fuerunt filius et neptis Lotnimis multis in Doiro*) e, durante nove meses, pilharam e fizeram prisioneiros até ao rio Ave (*predans et captiuans de Doiro in Ave viiiij menses*). Apanhadas no meio do ataque, as três filhas de Amarelo Mestaliz foram capturadas (*Ibi captiuarunt tres filias de me ipso Amarelo*) e, quando os nórdicos começaram a vender todos os cativos, ele não tinha com que lhes pagar o resgate das raparigas (*pasarunt Leodemanes illos catiuos a uindere totos, ipsas filias de Amarelo, nominibus Serili Ermesienda Faquilo, et non aueua que dare pro eas a Leodemanes*). Sem recursos, Amarelo dirige-se então a uma senhora nobre de nome Lupa ou Loba com o objectivo de lhe vender uma propriedade (*fuit in Argentini ante illa domna Lupa pro uindere a illa mea ereditate*) e, dessa forma, reunir dinheiro suficiente para libertar as suas filhas. A proposta de negócio tinha na base um acordo anterior entre os dois, que não sabemos quando foi feito, mas onde se supõe uma promessa de auxílio da parte de Dona Loba a troco de bens de Amarelo. Mas o negócio não se concretizou e o pai das três raparigas dirige-se, então, a outra senhora, de nome Froila Tructesindiz, a quem Amarelo consegue vender a sua propriedade e, dessa forma, libertar as suas filhas (*pro tale aueruau com Froila Tructesindiz que li dedise ea per carta et dedi mici que misi pro filias meas, et sacaui eas de captiuitate*). O documento regista essa transacção e o auxílio posteriormente prestado a Amarelo, quando voltou a passar dificuldades e, ao que parece, as suas filhas não souberam retribuir a dedicação paterna. Refere ainda aquilo que poderá ser o valor do resgate: quinze sólidos ou soldos de pratas (*illos XV solidos argenzdeos que iam de nos pressi pro in illa catiuitate*).

Apesar do detalhe excepcional do documento, pelo menos no universo das fontes ibéricas, há elementos que levantam questões e outros que permanecem incógnitos. O primeiro é a expressão *filius et neptis Lotnimis multis*, que pode ser entendida como uma referência a alguma forma de colonização nórdica no noroeste ibérico e um posterior regresso dos descendentes dos primeiros colonos à actividade pirata dos seus antepassados. Mas, em alternativa à leitura literal, também é possível entender a expressão como uma hiperbolização destinada a transmitir o grande número de invasores, como se gerações inteiras de nórdicos tivessem entrado no

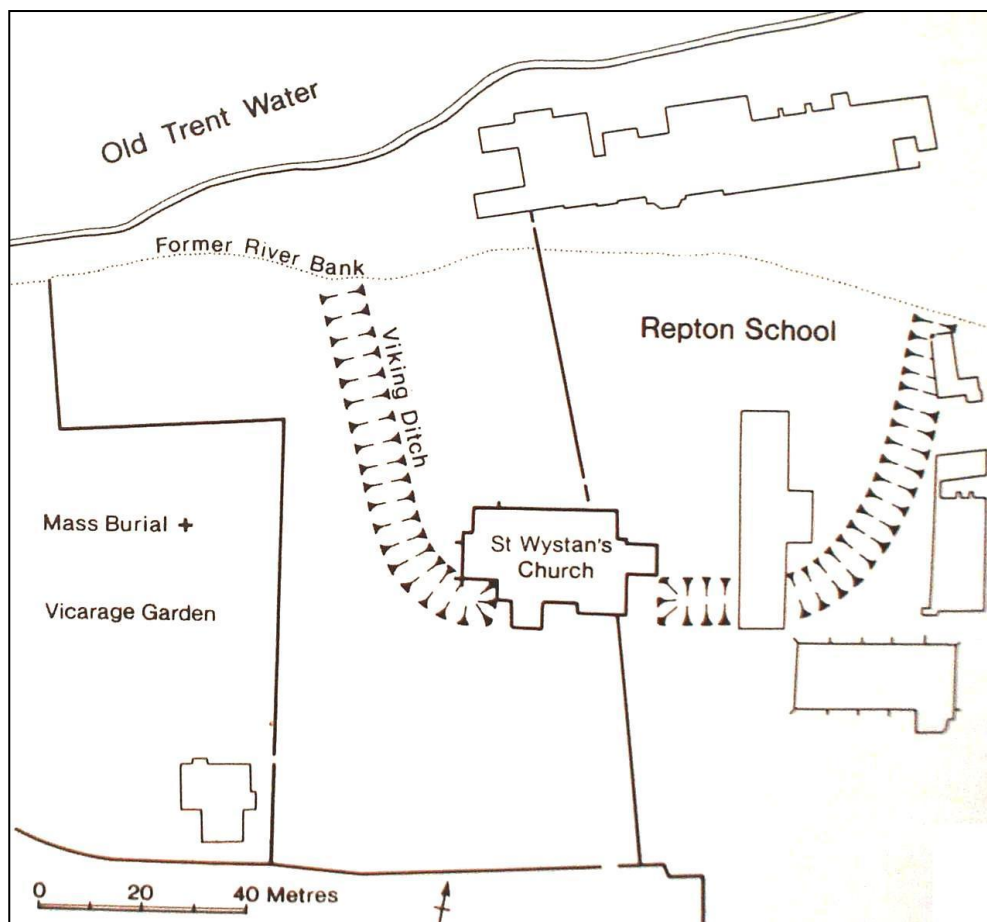
Douro. E mesmo que isso implique considerar o termo *multis* como repetitivo ou, nas palavras de Rui Pinto de Azevedo, pleonástico (1973, 91, n. 7).

Que a região de entre Douro e Ave tenha sido pilhada por vikingues durante nove meses obriga-nos a considerar duas coisas: a dimensão do grupo pirata, indo no sentido da interpretação dos “filhos e netos” como querendo dizer uma grande quantidade, e a necessária existência de pelo menos uma base de Inverno. A primeira depreende-se pela duração e abrangência geográfica do ataque, na medida em que a distância entre o Douro e o Ave é, na foz, de cerca de vinte e cinco quilómetros, aumentando à medida que nos deslocamos para montante. Não sabemos quão para o interior penetrou a incursão, mas não se terá ficado pela costa, dado que é dito que os nórdicos entraram no Douro (*ingressi fuerunt*). Um grupo pequeno poderia ter avançado vários quilómetros para o interior e regressado ao mar num ataque relâmpago, como talvez tenha sido o que chegou ao Castelo de Vermoim, de que falaremos mais à frente. Mas uma permanência violenta de nove meses, sujeitando a saque uma área de várias dezenas de quilómetros, exige mais do que um bando de poucos navios. Era necessário dominar por completo um ou mais pontos que serviriam de base(s) e resistir a quaisquer contra-ataques nativos. E isto por muito que as defesas da região pudessem estar ainda a recuperar das campanhas de Almançor, até porque estamos a falar de uma área central do Condado Portucalense: afinal, entre os rios Douro e Ave encontra-se o Porto, que presidia ao território. Seria, por isso, natural que os habitantes e autoridades nativas tentassem enfrentar os invasores nórdicos, que teriam que ter a capacidade de não só resistir, como de levarem a cabo acções de pilhagem durante nove meses.

Da duração do ataque deduz-se também a necessidade de ter existido pelo menos uma base de Inverno. A qualificação venatória é inteiramente merecida, uma vez que os nórdicos permaneceram activos entre o Douro e o Ave desde meados do Verão até, no máximo, Abril. Este é, por isso, o melhor indício documental de uma base vikingue no actual território português, seguido de perto pelo caso da região de Aveiro, de que falaremos adiante. E isto apesar de não se saber onde, quantas e que aspecto teriam. Podemos supor que pelo menos uma delas estaria localizada nas margens do Douro, porque era necessário proteger as embarcações e, se necessário, utilizá-las. Também era preciso ter abrigo contra o mau tempo, guardar mantimentos,

saque e prisioneiros, algo que tanto podia ser feito nos navios como em estruturas pré-existentes ou construídas para o efeito. E depois era necessário assegurar a defesa do local por via de uma paliçada ou muralha, fosse ela de terra, madeira, pedra ou um misto de materiais.

Talvez seja útil fazer uma comparação com o que se conhece de uma base vikingue em Repton, em Inglaterra (Figura 3), onde os nórdicos passaram o Inverno de 873/874 durante as campanhas do grande exército. Os vestígios foram encontrados no decorrer de trabalhos de pesquisa numa igreja medieval localizada junto ao rio Trent, onde o edifício religioso foi tomado por nórdicos e integrado numa linha defensiva semi-circular, talvez servindo de portão. A muralha era de terra e teria um fosso, protegendo uma área de cerca de meio hectare à beira-rio (Hall 1990, 15), o que fornecia um ponto de (des)embarque seguro e onde podia permanecer um pequeno grupo com as suas embarcações. É possível que, algures nas margens do Douro, tenha



**Figura 3:** Esquema da base vikingue de Repton, Inglaterra (Hall 2010, 14). Note-se a muralha de terra, adjacente à antiga margem do rio, e a integração da igreja de São Wystan na linha defensiva.

existido uma base semelhante à de Repton, com ou sem edifícios pré-existentes integrados na muralha. A partir dela, os vikingues podiam pilhar as margens do rio ou o interior do território, fazendo os prisioneiros de que o documento fala e de que as filhas de Amarelo Mestaliz são um exemplo. Caso se tratassem de acções de saque prolongadas, temos que colocar a hipótese de poderem ter existido bases adicionais onde os nórdicos pudessem pernoitar e guardar o saque e cativos. Para esse efeito, não é de excluir a possibilidade de terem utilizado propriedades rurais, castros ou mosteiros, do mesmo modo que, em Inglaterra, deram uso a fortificações romanas ou povoados anglo-saxões (Hall 1990, 14).

Serili, Ermesienda e Faquilo poderão ter sido resgatadas num desses locais ou no ponto de desembarque original, algo que o documento não nos permite determinar. Aliás, desconhecemos os contornos precisos do seu cativo e libertação. A narrativa tem vários momentos distintos: a captura, a venda de todos os prisioneiros (*illos catiuos a uindere totos*), a impossibilidade de Amarelo pagar o resgate, o pedido de auxílio a Dona Loba, depois a Froila e, por fim, a libertação das três raparigas. Entre o primeiro e o último momento, presume-se que terá passado um período de tempo significativo, o que levanta a questão de como é que Amarelo reencontrou as filhas. A resposta mais óbvia é que elas estiveram cativas sempre no mesmo sítio, isto é, numa base permanente para onde as pessoas se deslocavam para resgatar prisioneiros. Em alternativa, podem ter sido levadas para outro local, obrigando o pai a inquirir sobre o destino delas, tanto a Portucalenses como aos próprios nórdicos. E ambas as possibilidades escondem a natureza da relação entre os vikingues e os habitantes locais que, para além de naturalmente hostil por força das acções de saque, terá tido também uma vertente mais pecuniária. No pagamento de resgates, sem dúvida, mas não é impossível que também tenha assumido outras formas. Afinal, nove meses de permanência potenciam contactos, alimentam proximidades e podem até originar trocas de e entre os lados em conflito. Os *Anais de São Bertino*, no relato do ano de 869, contêm a notícia de um clérigo que apostatou e juntou-se aos vikingues (Nelson 1991, 163). Um exemplo curioso, talvez até extremo, mas que é sintomático de como, mesmo no meio de um ambiente de guerra, os lados opostos podiam desenvolver relações por vezes inesperadas.

Uma vez mais, somos confrontados com o silêncio das fontes a respeito do Porto e não obstante a sua localização junto à foz do Douro. Necessariamente, ao terem entrado no rio, os vikingues terão que ter passado pela povoação, tal como em 971. A zona ribeirinha seria a mais exposta à passagem de uma frota nórdica, mas não conhecemos uma única notícia de um ataque à cidade ou sequer um indício documental. Sabemos apenas que o Porto está na região que foi sujeita ao saque de nove meses, mas isso, por si só, não indica o que sucedeu: terá sido pilhada, apenas sitiada ou poupada a ataques nórdicos? Se a povoação foi alvo de uma ou mais investidas, voltamos a estar perante o caso de as fontes da época não o terem registado ou, se deixaram memória escrita dos acontecimentos, se terem perdido os documentos.

Desconhece-se, igualmente, o destino do grupo de vikingues chegado o mês de Abril. Podem ter navegado para sul antes de fazerem a viagem inversa ou podem ter ido directamente para norte.

### **3. Vermoim, 6 de Setembro de 1016**

Logo após referir a morte de Mendo Gonçalves, a *Chronica Gothorum* (Herculano 1856, 9) menciona a chegada de vikingues ao Castelo de Vermoim, na região de Braga, a 6 de Setembro de 1016 (*Era MLIV viii idus septembris veniunt Lormanes ad castellum Vermudii, quod est in provincia Bracharensis*). Acrescenta ainda que, à época, o Condado Portucalense era governado por Alvito Nunes (*Comes tunc ibi erat Alvitus Nuniz*).

Dada a brevidade da fonte, desconhece-se os contornos precisos do ataque. Não se sabe se os piratas nórdicos chegaram a Vermoim navegando pelo rio Ave até avançarem por terra, uma vez chegados às imediações da actual cidade de Santo Tirso. Ou se atingiram o castelo vindos de norte ou marchando desde a costa. Ignora-se se atacaram outros locais antes e depois de Vermoim, até porque não se sabe qual o desfecho do assalto à fortaleza. A referência ao território bracarense serve apenas para localizar geograficamente o evento e não permite concluir que houve um ataque a Braga, da qual Vermoim dista em aproximadamente vinte quilómetros. Na região circundante encontra-se também Guimarães, a cerca de quinze quilómetros e provida de uma fortificação desde o século X, como já referimos. Dada a brevidade da fonte,

de estes e outros locais não é possível dizer se foram atacados pelos vikingues em 1016. Nem sequer podemos dizer se Alvito Nunez liderou ou não alguma forma de contra-ataque: do mesmo modo que a *Chronica Gothorum* localiza o evento na *provincia Bracharensis*, a referência ao conde pode estar apenas a localizar politicamente o acontecimento.

Sobra a questão igualmente enigmática do percurso do grupo que levou a cabo o ataque a Vermoim. Rui Pinto de Azevedo falou da possibilidade de um erro na leitura da Era, propondo que lhe foi acrescentado um ano por engano, o que permitiria recuar o episódio para 1015 e relacioná-lo com o cativo das filhas de Amarelo Mestaliz (1973, 88). A hipótese não está desprovida de sentido, na medida em que Vermoim encontra-se apenas a dez quilómetros do rio Ave, mas a cerca de trinta do mar. Isto quer dizer que o ataque ao castelo não foi uma qualquer investida relâmpago na costa, mas uma incursão que penetrou no interior do Minho e que terá, por isso, tido um impacto significativo. O suficiente, pelo menos, para merecer registo na *Chronica Gothorum*, mas a estadia de nove meses entre os rios Douro e Ave está ausente da fonte, o que pode levar a pensar se as duas incursões não serão, de facto, uma só. E, dessa forma, se não teremos que questionar a data fornecida pela crónica.

No entanto, a teoria de Rui Pinto de Azevedo pode estar a incorrer no erro de se assumir que os dados existentes têm que estar necessariamente ligados, se for preciso forçando a cronologia. O que é falacioso porque parte do pressuposto de que temos uma lista completa e exaustiva de todas as incursões nórdicas. Mas, como já antes afirmamos, o que chegou aos nossos dias é apenas um registo fragmentário e, por vezes, com falhas ou grandes lacunas de informação. A notícia do ataque a Vermoim é disso um bom exemplo, pelo que, mesmo não sendo impossível um erro cronológico, será talvez mais produtivo procurar respostas alternativas sem a pressão de tentar relacionar todos os dados existentes como se tivéssemos um conhecimento pleno dos ataques. Nada obriga a que uma incursão nórdica que avançou trinta quilómetros para o interior tenha que estar relacionada com outra que levou a cabo feito idêntico quase ao mesmo tempo: da Idade Vikingue constam vários casos de ataques quase simultâneos e geograficamente próximos, mas levados a cabo por grupos distintos. Recordemos a entrada de piratas nórdicos no Somme, em 859, numa altura em que outro bando já se encontrava no Sena.



Assim sendo, tomando como correcta a data mencionada pela *Chronica Gothorum*, sobram duas hipóteses para o grupo que levou a cabo o ataque de 1016. A primeira vai no sentido de algo que Rui Pinto de Azevedo também disse (1973, 88), de se tratar do mesmo bando que esteve activo entre os rios Douro e Ave e que, após a sua partida em Abril de 1016, pelo menos parte seguiu para sul antes de regressar a norte no final do Verão, altura em que penetrou no território portugalense até Vermoim. A segunda hipótese é que se trata de um grupo distinto do qual nada mais se sabe.

#### **4. Tui, antes de 1022 ou 1024**

Num documento conservado no Tombo A da Catedral de Santiago (Lucas Alvarez 1998, 152-4, doc. 64), Alfonso V agrega a Diocese de Tui à de Iria-Compostela, devido ao estado de degradação da primeira por motivo das incursões nórdicas. Desconhece-se a data exacta dos acontecimentos, mas é possível estabelecer o *terminus ante quem* em 1024, ano de que data o documento. A tradição académica tem colocado o ataque algures entre os anos de 1008 e 1015 e atribuído a sua autoria a Óláfr Haraldsson. A passagem pela costa ibérica daquele que viria a ser rei e santo padroeiro da Noruega é referida no capítulo 18 da *Historia Norwegie* (Ekrem & Boje Mortensen 2003, 100-3), no capítulo 27 do *Fagrskinna* (Finlay 2004, 135-6) e na *Óláfs saga Helga*, capítulo 17, no *Heimskringla* de Snorri Sturluson (Hollander 1964, 257-8). Esta última fonte contém citações do poema skáldico *Vikingarvísur*, composto pelo islandês Sigvatr Þórðarson no século XI.

O documento de 1024 é fiel à visão providencialista da História, atribuindo os ataques vikingues aos pecados dos homens (*Post non longum vero tempus, crescentibus hominum peccatis, gens Leodemanorum pars maritima est dissipata*), mas a descrição do sucedido em Tui é parca em detalhes ou não estivéssemos a falar de uma narrativa introdutória ao verdadeiro objectivo do documento. O texto conta que os nórdicos atacaram Tui (*quoniam Tudensis sedis ultima pre omnibus sedibus et infima erat*) e capturaram o bispo da cidade juntamente com todos os seus (*eius episcopus qui ibi morabatur cum omnibus suis ab ipsis inimicis captivus ductus est*), supondo-se por isso os restantes clérigos e eventuais servos. Outros foram mortos ou vendidos (*et alios occiderunt, alios vendiderunt necnon*) e a cidade foi devastada,

ficando em ruínas ou reduzida em dimensão por muitos anos (*et ipsam civitatem ad nichilum reduxerunt, que plurimis annis vidua atque lugubris permansit*). Segue-se, na narrativa, a notícia da expulsão dos nórdicos, descrita como o partir de pescoços dos inimigos (*ipsorum inimicorum cervices fregimus*), mas com o auxílio da Graça Divina que, aos olhos da época, permitiu a derrota dos vikingues. O estado de degradação da cidade, que é referida como suja, contaminada e alheia à ordem religiosa, ditou a impossibilidade de a restabelecer. Consequentemente, o rei agregou a Diocese de Tui à de Iria-Compostela, no pressuposto, ao que parece, de que a primeira fazia parte da província presidida pela última (*necessarium duximus et bene previdimus ut assaet coniuncta apostolice aule, cuius erat provincia*). Incluída com a diocese estavam, naturalmente, as suas propriedades, entre elas a igreja de São Bartolomeu, que é destacada no documento (*civitatem Tudensem cum ecclesia ibi fundata in nomine Sancti Bartolomei apostoli*).

É este o conteúdo essencial do texto no que diz respeito aos vikingues. A informação não é menor, pelo menos quando comparada com o grau de detalhe de outras fontes medievais, mas está longe de ser ideal, deixando-nos com um conjunto de questões sem resposta. Não nos permite, por exemplo, perceber se a destruição de Tui se ficou a dever a um único e violento ataque ou a uma sucessão deles, culminando na captura do bispo e derradeiro saque da povoação. A narrativa tanto pode estar a referir-se a acontecimentos das primeiras décadas do século XI como a compactar em poucas palavras pelo menos cem anos de actividade pirata, desde os dias de Nausto até à destruição de Tui. Da mesma forma, também não sabemos a data exacta do episódio. Manuel Cecilio Díaz e Daría Vilariño Pintos falam de um bispo Alfonso como o que foi raptado pelos vikingues, embora não indiquem fontes que o sustentem (2002, 545). Flórez, no entanto, concordaria com eles (1798, 61) e, conforme já indicado pelo mesmo augustiniano setecentista, o documento que refere a fuga de Nausto (Flórez 1798, 250-3, apêndice II), já analisado por nós no capítulo anterior, refere que a Diocese de Tui permaneceu sem bispo após a morte de Alfonso (*Mortuo autem Adefonso Episcopo seditioes & præla multa in terra certa evenerunt, & Sedis Tudensis longo tempore sine Pastore permansit*). Lopez Alsina nota ainda a existência de um documento de 19 de Setembro de 1022, onde Suero, o Bispo de Lugo, surge também como o de Mondonhede, Ourense e Tui (2004, 63). Isto quer dizer que a agregação a

Compostela limitou-se a reorganizar uma solução de recurso num ocidente ibérico que, além de padecer dos efeitos das campanhas de Almançor, sofria ainda com as incursões nórdicas. E quer também dizer que a cidade já estaria em ruína e sem bispo dois anos antes de passar para a esfera de Santiago. Mas isto permite apenas reduzir um pouco o *terminus ante quem* e não datar ao certo o ataque. A identificação de Alfonso como o bispo que foi feito prisioneiro pelos vikingues só permite colocar a destruição de Tui algures nos primeiros vinte e dois anos do século XI, dado supor-se a existência de um prelado tudense de nome Pelágio no final da centúria anterior (Cecilio Díaz & Vilariño Pintos 2002, 545), do qual Flórez nada diz, mas limita-se a listá-lo (1798, 58).

Outro elemento com a sua dose de incertezas é o alcance do saque levado a cabo pelos vikingues. A questão nasce da referência explícita do documento à igreja de São Bartolomeu, a única a ser indicada por nome numa menção genérica às posses (e dívidas) da Igreja Tudense (*sociorum eius cum omnibus debitis atque diocesis seuis ecclesiis, villis atque prestationibus cunctis*). López Alsina acredita que a passagem mostra que, ao contrário da igreja catedral de Tui, a do Mosteiro de São Bartolomeu encontrava-se em bom estado ou, pelo menos, o suficiente para vir a ser habitada pelo bispo da cidade, uma vez restabelecida a diocese em 1067 (2004, 65-6). E, de facto, há dois documentos de 1071 que parecem indicar a presença do prelado em São Bartolomeu (Vila-Botanes 2009, 21-2) e até de um concílio na mesma igreja em 1118 (Cendón Fernández 1994, 200). O dito mosteiro foi, por isso, a sede da Diocese de Tui após a destruição da cidade pelos vikingues e até à transferência para uma nova catedral, mas é difícil imaginar que tenha escapado ao ataque dos nórdicos. O motivo para a nossa dúvida é a sua localização geográfica, a cerca de um quilómetro do centro histórico de Tui e próxima do rio Minho. Dado que a pilhagem da povoação e captura ou morte de clérigos e habitantes implica que os nórdicos dominaram de alguma forma o terreno, por oposição a um ataque breve de sucesso limitado, não é fácil acreditar que um mosteiro literalmente ao lado da cidade pudesse ter escapado.

Talvez tenhamos que admitir outra hipótese, nomeadamente a de que a igreja de São Bartolomeu foi também ela vítima do saque nórdico. Não é possível dizer quais os danos sofridos pelo edifício, mas não é impossível que tenha sido pelo menos parcialmente abandonado. A notícia da presença de um bispo no local surge décadas

depois do documento de agregação da diocese, o que quer dizer que isso, por si só, não é suficiente para demonstrar que São Bartolomeu sobreviveu à investida vikingue. Quando muito, pode afirmar-se que a estrutura terá resistido melhor, dado que o bispo residiu no mosteiro e não na antiga igreja catedral. Ou então a primeira era simplesmente mais fácil de reconstruir do que a segunda. Porquê, então, a referência explícita a São Bartolomeu no documento de 1024? O facto talvez esteja relacionado com o significado ou, nas palavras de López Alsina, o vínculo especial que aquela igreja tinha com a Diocese de Tui (2004, 66). A ideia foi concretizada por Suso Vila-Botanes, que indica a possibilidade de, no século VI, São Bartolomeu ter sido residência episcopal, quando havia dois bispos tudenses, um ariano e outro católico (2009, 22). Por outras palavras, um mosteiro especial no meio das propriedades da Igreja de Tui e, dessa forma, passível de ser destacado no documento de agregação.

Pouco mais há a retirar do texto de 1024. Não é certo qual o destino do prelado capturado pelos vikingues, embora Manuel Cecilio Díaz e Daría Vilariño Pintos suponham a sua libertação (2002, 545), não se sabe em que condições. A tradição académica, no entanto, parece ter poucas dúvidas quanto à autoria do ataque, que é frequentemente atribuído a Óláfr Haraldsson<sup>23</sup>, e quanto à data da investida, geralmente colocada entre os anos de 1012 e 1015, embora haja quem também tenha sugerido 1008. É extensa a lista de autores e estudiosos que, de uma forma ou outra, têm apoiado a teoria, mas refira-se os seguintes exemplos: Saavedra Machado, que não hesitou em relacionar o documento de 1024 com o ataque ao Castelo de Vermoim (1931, 13-4); Fernando Fulgosio (1867, 39) e Dozy (1987, 51-3), que indicam o ano de 1012; Isidro Gonzalo Bango Torviso (1979, 15) e Hipólito Sá Bravo (1983, 290-2), que atribuem ao episódio o ano de 1014; Francisco Singul Lourenzo (1999, 52) e Eduardo Morales Romes (2004, 201-4), que sugerem 1014 ou 1015; Vicente Almazán (1986, 112-3; 2002, 110-1; 2004, 48-51), que atribui ao ataque datas que vão de 1008 a 1015; Alexandro Requejo Buenaga (1933, 108) e Manuel Vilar Álvarez (2008, 304), que não oferecem ano para a destruição de Tui; López Alsina (2004, 61-3), que sugere o período entre 1008 e 1013 ou, em alternativa, 1013 e 1016, e é em parte seguido por Suso Vila-Botanes (2001, 7; 2009, 20), que data a expedição de Óláfr Haraldsson de 1015. A popularidade da teoria e a facilidade com que é mencionada por alguns

---

<sup>23</sup> Veja-se o Anexo 9 para a localização, hipotética ou não, dos pontos da viagem de Óláfr Haraldsson.

estudiosos, como se de um facto se tratasse, dão a entender que a passagem por Tui daquele que viria a ser Rei da Noruega é quase uma certeza confirmada por mais de cem anos de tradição académica. Mas a realidade é bem diferente e não é fácil encaixar a narrativa contida nas fontes nórdicas com os dados que se tem para o ocidente da Península Ibérica.

O relato mais completo encontra-se no *Heimskringla*, cujo capítulo 12 da *Óláfs saga Helga* faz coincidir a chegada a Inglaterra da personagem principal com a morte de Sveinn tjúguskegg, que faleceu em 1014 (Hollander 1964, 251). Ao regressar para retomar o seu trono, Æthelred recruta Ólaf Haraldsson, que ataca locais como Londres e Canterbury e assume o papel de defensor de Inglaterra contra os exércitos dinamarqueses (Hollander 1964, 252-6). Só parece deixar o território inglês após a morte de Æthelred, navegando para sul, diz o capítulo 16 (Hollander 1964, 256). O que se segue é uma breve narrativa dos seus feitos militares a sul do Canal da Mancha com abundantes citações de poesia skáldica: atacou a fortificação de *Hól*, depois um local chamado *Gríslupollr*, seguindo-se *Viljámsbær* e ainda batalhas em *Fetlafjörðr*, *Seljupollr* e *Gunnvaldsborg*, onde fez prisioneiro Geifiðr, que seria o conde local e pelo qual foi pago um resgate (Hollander 1964, 256-8). O capítulo 18 diz que quis ir até ao Estreito de Gibraltar e de lá para Jerusalém, mas um sonho leva Óláfr a dar meia volta com a promessa de que seria Rei da Noruega. Durante a viagem, tem ainda tempo de pilhar território francês e, segundo o capítulo 20, de passar o Inverno na Normandia (Hollander 1964, 259). Neste ponto, a narrativa volta atrás no tempo, até à queda de Óláfr Tryggvason, para dar contexto ao regresso de Óláfr Haraldsson à Noruega, que surge apenas no capítulo 29. Já o relato do *Fagrskinna* é mais breve, mas idêntico, no essencial, ao do *Heimskringla*. No capítulo 27, surge a batalha em Londres, o apoio a Æthelred e a vitória em Canterbury, com citações poéticas à mistura, até chegar a uma lista de ataques semelhante à apresentada por Snorri Sturluson, mas sem citar o poema de Sigvatr Þórðarson: *Hæli*, *Gríslupollr*, *Fetlafjörðr*, *Seljupollr* e *Gunnvaldsborg*, incluindo o conde Geifiðr, seguindo-se *Karlsáróss* e o desejo de atravessar o Estreito de Gibraltar (Finlay 2004, 134-6). Depois dá-se uma revelação divina, meia-volta rumo ao norte, pilhagem em França, a estadia na Normandia antes de um regresso a Inglaterra e, de lá, à Noruega. Uma versão bastante resumida e diferente surge na *Historia Norwegie*, onde, no capítulo 18, Óláfr Haraldsson é apresentado como companheiro

de Sveinn e Knútr nas campanhas em Inglaterra, de onde ele a dada altura parte para a Bretanha e de lá para a Península Ibérica, antes de rumar à Dinamarca e regressar a Inglaterra na companhia de Knútr (Ekrem & Boje Mortensen 2003, 100-3).

As diferenças entre as fontes nórdicas são uma dificuldade mais aparente do que real, mas o problema ganha contornos mais vinculados quando se traduz em datas a narrativa do *Heimskringla*. De Óláfr Haraldsson é dito que ele só deixou Inglaterra após a morte de Æthelred, que a *Crónica Anglo-Saxónica* data de 1016 (Garmonsway 1972, 148) e, mais à frente, no capítulo referente à estadia na Normandia, é indicado que, por aquela altura, tinham passado treze anos sobre a queda de Óláfr Tryggvason. Ora, este último monarca norueguês morreu por volta do ano 1000 e Óláfr Haraldsson foi Rei da Noruega a partir de 1015 (Krag 2008, 647), o que quer dizer narrativa do *Heimskringla* tem um problema cronológico: se, por um lado, oferece 1016 como marco (o falecimento do rei inglês), por outro diz que a personagem principal da saga estava na Normandia naquilo que teria que ser o ano de 1013 (treze anos depois da morte de Óláfr Tryggvason). Já o *Fagrskinna* encontra-se livre desta contradição, na medida em que não faz coincidir a partida de Inglaterra com a morte de Æthelred e diz que, aquando da estadia na Normandia, tinham passado catorze anos sobre a morte de Óláfr Tryggvason (Finlay 2004, 136), o que coincide com a cronologia geralmente aceite. Este último compêndio permite, por isso, sugerir o ano de 1014 como a data provável para uma eventual viagem até ao Estreito de Gibraltar antes de uma chegada a Rouen. E a *Historia Norwegie* vai no mesmo sentido, já que coloca uma expedição à Península Ibérica entre a morte de Sveinn, que ocorreu em 1014, e o regresso de Knútr a Inglaterra em 1015.

Podemos, é claro, pôr em causa a credibilidade destas fontes nórdicas ou, pelo menos, do episódio ibérico de Óláfr Haraldsson. É uma hipótese real à qual daremos atenção mais à frente, mas, por agora, vamos dar crédito aos textos e analisar as possibilidades que eles nos oferecem. E começamos por pôr de parte a teoria que chegou a ser indicada por López Alsina, de que Tui corresponde à *Gunnvaldsborg* do poema de Sigvatr Þórðarson (2004, 61-2). A hipótese assenta numa relação entre o topónimo (fortificação ou cidade de Gunnvald) e o conde Mendo Gonçalves, levando o estudioso em causa a sugerir que a povoação é referida pelo poeta islandês de acordo com o patronímico do nobre que estava responsável pela sua defesa

(Gunnvald/Gonçalves). A teoria é interessante, mas sofre de dois problemas. O primeiro é a discordância entre o relato nórdico e o do documento de 1024, na medida em que o primeiro fala da captura de um conde Geifiðr e segundo da do bispo da cidade, provavelmente Alfonso. López Alsina apercebe-se da falha e sugere que, a admitir-se a concordância entre as duas fontes, teríamos que acrescentar o cativo de um nobre ao do bispo. A solução é criativa, mas pouco convincente, quanto mais não seja porque não resolve o segundo problema: o da discordância entre a data provável da expedição de Óláfr Haraldsson e a da morte de Mendo Gonçalves – 1014 e 1008, respectivamente. Pelo mesmo motivo, podemos também excluir a possibilidade de o mesmo líder nórdico ter conduzido o ataque de nove meses entre o Douro e Ave, uma vez que este durou até à Primavera de 1016, altura em que Óláfr Haraldsson estaria já na Escandinávia.

O passo seguinte é tentar fazer corresponder os topónimos no poema de Sigvatr Þórðarson com locais na costa galego-portuguesa, mas a tarefa não é fácil. São eles, recordemos: *Hól*, *Gríslupollr*, *Viljámsbær*, *Fetlafjörðr*, *Seljupollr* e *Gunnvaldsborg*, a que pode acrescentar-se *Karlsáróss/Karlsá*, de acordo com a prosa do *Fagrskinna* e do *Heimskringla*. Estão todos entre a partida de Óláfr de Inglaterra e a sua aproximação ao Estreito de Gibraltar, o que dá a entender que pelo menos alguns deles estavam localizados no oeste ibérico. De *Hól* já se sugeriu tratar-se de Dól, na Bretanha, o que parece ir ao encontro do relato de Guilherme de Jumiègues, que refere um Óláfr ao serviço de Ricardo II da Normandia contra o Conde de Chartres (Finlay 2004, 135, n. 379). E depois entramos no campo das tradições académicas, sucessivamente repetidas, mas pouco questionadas: desde o século XIX que se propõe a identificação de *Gríslupollr* com Castropol, nas Astúrias, *Viljámsbær* com Villamea, já na Galiza, *Fetlafjörðr* com Betanzos ou a Corunha e *Seljupollr* com A Guarda (Anexo 9), na foz do rio Minho (Kristoffer Fabricius 1892, 6). Ao que parece, por nenhum motivo em especial para além da semelhança fonética e do conhecimento geral de que há registo de incursões nórdicas em território galego durante as primeiras décadas do século XI. A base frágil da teoria, no entanto, não impediu a sua perpetuação em trabalhos posteriores, por vezes sem grandes considerações críticas. Sánchez Pardo é disso exemplo (2010, 72-3), tal como Morales Romero (1997, 136; 2004, 204), que sugere para *Gunnvaldsborg* uma ligação com qualquer conde galego chamado

Gonçalo, mas sem especificar. Ferreiro Alemparte, por sua parte, vê em *Seljupollr* o rio Minho e em *Gunnvaldsborg* uma referência a Tui (1999, 50-6). Mas poucos parecem ter ido tão longe quanto Almazán que, ao traduzir parte do capítulo 17 da *Óláfs saga Helga*, não teve problema em substituir os topónimos originais pela equivalência proposta no século XIX (1986, 113). E isto apesar de afirmar que a identificação não é tarefa fácil nem certa e referir a tese de Unger, editor norueguês do *Heimskringla* que, em 1868, sugeriu para todos os topónimos em questão uma localização francesa (1986, 114). Ainda assim, o exemplo da tradução de Almazán parece ter frutificado e acabou por ser seguido por Araceli Otero Fernández (2002, 84-6). E isto dá uma ideia do quanto aquilo que é apenas uma hipótese, ainda por cima de base dúbia, pode ser aceite como certa quando é acriticamente repetida, em detrimento do conhecimento e investigação da História. Quanto a *Karlsáróss/Karlsá*, Morales Romero sugere o Gualdalquivir, já na Andaluzia (2004, 204), embora Lee Hollander, editor do *Heimskringla*, tenha indicado essa possibilidade para *Seljupollr* (1964, 257, n. 2). O *Fagrskinna* dá a entender que se trata de um curso de água ao referir que, em *Karlsáróss*, Óláfr Haraldsson levou a cabo pilhagens nos dois lados do rio (Finlay 2004, 135).

O caso de *Karlsáróss/Karlsá* não é o único exemplo de existência de teorias alternativas. Já referimos o caso de Unger, em 1868, e também já foi recuperada a proposta de localização de *Viljamsbær* na costa sul de França por referência a Guilherme V da Aquitânia, que terá combatido vikingues durante o período. A questão imediatamente gerada é a da localização de *Gríslupollr*, que teria assim que ser em território francês, mas não parece haver resposta para o problema (Jesch 2001, 84). Ainda assim, este caso demonstra que nem todos os estudiosos concordam com a identificação dos topónimos na Península Ibérica e é indicativo da fragilidade da teoria tradicional ou de qualquer outra que lhe suceda. A informação contida no poema e nos compêndios é demasiado vaga e a etimologia dos topónimos também não é necessariamente reveladora. Será *Gríslupollr* a Lagoa do Porco (de *gríss* e *pollr*)? *Fetlaffjörðr* o Fjord ou Enseada das Cintas (de espadas ou escudos; de *fetill* e *fjörð*)? *Seljupollr* a Lagoa do Salgueiro (de *selja* e *pollr*)? E, a serem correctas estas interpretações, até que ponto elas são úteis na identificação dos locais? Estamos a lidar com traduções de topónimos galego-portugueses ou com nomes gerados por



elementos concretos da paisagem e que hoje são difíceis ou mesmo impossíveis de identificar? Por exemplo, terá Sigvatr Þórðarson tido conhecimento que Óláfr Haraldsson atacou um local onde havia bastantes suínos ou salgueiros e, por desconhecer os topónimos nativos, chamou-lhes *Gríslupollr* e *Seljupollr*? Ou terá ele simplesmente inventado os nomes para engrandecer a memória do monarca norueguês ou listado como vitórias relatos difusos de escaramuças ou acções militares? Terá ele entendido mal os dados que lhe foram transmitidos? Ou foi um erro de interpretação dos autores posteriores, os mesmos que usaram o poema para a redacção de trabalhos como o *Fagrskinna* e o *Heimskringla*?

Voltamos, assim, à questão da credibilidade das fontes. Convém distinguir entre o *Víkingarvísur*, composto pelo islandês Sigvatr Þórðarson no século XI, e os compêndios redigidos duzentos anos mais tarde, a que se junta a *Historia Norwegie*, datada da segunda metade do século XII. E a importância desta distinção reside no facto de a referência ao Estreito de Gibraltar e ao desejo de Óláfr Haraldsson de ir a Jerusalém aparecer apenas na prosa do *Fagrskinna* e do *Heimskringla*. No poema ou, pelo menos, naquilo que dele conhecemos, à estrofe que termina com a referência a Gunnvalsborg segue-se outra que refere logo o rio Loire (*Leiru*), em França<sup>24</sup>. Quanto a Sigvatr Þórðarson, sabe-se que esteve ao serviço de Óláfr Haraldsson como poeta da corte, mas também como representante do próprio monarca: há indicação disso mesmo num dos seus poemas, onde ele menciona uma viagem a oriente (Jesch 2001, 89). E refira-se ainda a manifestação de pesar pela morte de Óláfr, cujo falecimento torna a Noruega um local mais sombrio para Sigvatr (Jesch 2001, 65-6). Se ele não tinha afectividade pelo rei, havia, no mínimo, o interesse em homenageá-lo na medida em que o monarca era uma fonte de rendimento. Mas vamos fazer fé nas palavras de Snorri Sturluson que citámos na análise das fontes e aceitar que Sigvatr seria incapaz de inventar batalhas, porque estaria a mentir na presença do rei e de homens que tinham combatido ao seu lado (Hollander 1964, 4). Nesse caso, poderíamos ver na referência a Gibraltar e ao intuito de viajar até Jerusalém uma tradição posterior, criada pelos autores dos compêndios e da *Historia Norwegie* ou gerada na preservação oral do poema.

---

<sup>24</sup> Estrofes 13 e 14: <http://skaldic.arts.usyd.edu.au/db.php?table=poems&id=360>

No capítulo referente às fontes nórdicas, na primeira parte do presente trabalho, referimo-nos à possibilidade de transmissão oral da poesia skáldica sob a forma de *prosimetra*, isto é, excertos poéticos acompanhados de pequenas narrativas em prosa que podiam contribuir para a interpretação das estrofes (Quinn 2000, 45). No ambiente que se seguiu à morte de Óláfr Haraldsson, em 1030, e que conduziu à sua rápida aclamação como santo apenas um ano depois (Livingstone 1997, 1179), não é impossível que a memória da sua vida e feitos, conforme preservada em poesia transmitida oralmente, tenha sido engrandecida ou mesmo enfabulada. Ao ponto de, às estrofes sobre as suas campanhas no sul de França, a tradição popular ter acrescentado sinais que anunciavam a santidade de Óláfr: o desejo de ir a Jerusalém e o sonho que o fez voltar atrás, porque lhe prometeu o trono norueguês e confirmava o seu direito divino a governar a Noruega. E a história assim preservada, num misto de prosa e poesia, seria depois cristalizada em forma escrita, primeiro na *Historia Norwegie*, que alude brevemente a uma campanha de Óláfr Haraldsson na Península Ibérica, e depois no *Fagrskinna* e *Heimskringla*, este último com estrofes de Sigvatr Þórðarson, mas com as referências a Gibraltar e Jerusalém apenas na prosa. Referências essas que obrigam a localizar topónimos como Seljupollr algures no ocidente peninsular. Mas, se nos baseássemos apenas nas estrofes do *Vikingarvísur*, teríamos a indicação de ataques no norte de França, depois os locais desconhecidos e, por fim, o rio Loire.

Que conclusões devemos tirar de toda esta informação? Em primeiro lugar, que é seguro que houve pelo menos um ataque vikingue a Tui algures antes de 1022, sem certezas quanto à ocorrência de outros nos anos imediatamente anteriores. Que o assalto derradeiro levou à captura do seu bispo, possivelmente Alfonso, e à destruição da cidade, obrigando a Diocese de Tui a ser administrada primeiro pelo Bispo de Lugo e, a partir de 1024, pelo de Iria-Compostela. Só volta a haver notícia de um prelado tudense por volta de 1071, quando surge a referência à utilização da igreja de São Bartolomeu como sede episcopal. Igreja essa que poderá ter sobrevivido ao ataque vikingue com menos danos ou, pelo menos, ter sido mais facilmente reconstruída do que a catedral. E é basicamente isto o que se pode dizer do ataque a Tui. A tentativa de fazer corresponder o relato do documento de 1024 com o poema de Sigvatr Þórðarson esbarra na incompatibilidade cronológica, como no caso da teoria que quer

ligar *Gunnvaldsborg* a Mendo Gonçalves, ou na dificuldade em traduzir os topónimos das fontes nórdicas em localidade ibéricas. Assumindo, claro está, que eles devem ser entendidos como sítios na Península Ibérica e não em França, dependendo se se quer acreditar ou não na chegada de Óláfr Haraldsson às proximidades do Estreito de Gibraltar, que poderá ter sido apenas um enfabulamento posterior em prosa, fruto da devoção (ou entusiasmo) pelo rei santo da Noruega. Ou assumindo que Sigvatr Þórðarson não transformou, no seu poema, escaramuças em grandes vitórias.

Alguns poderão perguntar quem, nesse caso, liderou o ataque que levou à destruição de Tui e à captura do seu bispo. A resposta é simples: qualquer outro líder vikingue! O facto de, por um lado, termos o registo de incursões no documento de 1024 e, por outro, as narrativas das fontes nórdicas sobre Óláfr Haraldsson, não deve implicar que as duas coisas estão necessariamente relacionadas. Fazê-lo seria, uma vez mais, assumir que temos um registo completo de todos os ataques e, dessa forma, que as notícias de incursões têm que estar ligadas. O que é uma falácia quando, na verdade, o nosso conhecimento é fragmentário e parcial.

## 5. Santa Maria da Feira, c. 1026 <sup>25</sup>

Um documento com a data de 1026, originário do Mosteiro de Pedroso e publicado nos *Portugaliae Monumenta Historica* (Herculano 1868, 161, doc. 261), dá notícia indirecta de novos ataques nórdicos no norte da actual costa portuguesa, fazendo registo do pagamento de um resgate.

Trata-se de um contrato de venda entre uma mulher de nome Meitilli e um homem chamado Octicio (*ego meitilli kartula uenditionis facimus ad tiui octicio*), em que a primeira entrega ao segundo um conjunto de propriedades em Cabanões e Muradões (*ereditate nostra propria que auemus de auolenda et de parentorum nostrorum in uilla kabanones et in muradones*), localizadas junto a um Castro Recaredo, no território da cidade de Santa Maria, e próximas de um rio Ovar (*subtus mons castro rekaredi territorio ciuitas sancta Maria discurrante riu ovar*). A venda pretendia compensar Octicio por este ter libertado Meitilli e a sua filha, Guncina, das embarcações nórdicas (*pro que comprastes nobis de kaptibo mici meitilli cum filia mea*

---

<sup>25</sup> Já antes tivemos oportunidade de nos referirmos a este ataque. Veja-se Pires 2011, 125-30.

*guncina et sakastis nobis de barcas de laudomanes*), tendo, para esse efeito, entregue aos vikingues um manto de pele de lobo, uma espada, uma camisa, três lenços, uma vaca e três módios de sal (*dedistis pro nobis uno manto lobeno et una spada et I kamisso et III lenzos et una uaka et III modios de sal finto*). Ao todo, o resgate equivalia a setenta modios (*sub uno LXX modios*) e foi pago na presença de Tedon Galindici, Fredenando Gundissalbici e Ero Tellici, que são mencionados na qualidade de autoridades locais de Santa Maria (*ante ipsos domnos que abitantes eram in cassa de sancta maria de ciuitate tedon galindici et fredenando gundissalbici et ero tellici*).

Ao contrário do que sucede com o caso de 1015-16, na região de Entre Douro e Ave, o documento não indica a data em que tiveram lugar os acontecimentos, pelo que se pode apenas dizer que terá sido por volta de 1026. Também não diz onde é que as duas mulheres foram capturadas, embora se possa supor que elas eram oriundas algures do norte do actual Distrito de Aveiro ou sul do do Porto. Depreende-se isso da localização das propriedades que foram vendidas e ainda que a questão não seja inteiramente clara. António Aguiar Cardoso diz ter identificado Cabanões nas proximidades de Ovar, mas tem dúvidas quanto a Muradões e ao Castro Recaredo, pondo a possibilidade de se tratar da povoação de Sobral e de um castro que existiria no Monte das Mamoas (1929, 53-4). A indicação da cidade de Santa Maria, actual Santa Maria da Feira, coloca pelo menos o resgate a norte de Aveiro e, quanto ao rio Ovar, que é usado como referência para localizar as propriedades, poderá ser o curso de água que passa actualmente pela povoação com o mesmo nome. Dado que os bens vendidos já vinham dos avós e pais de Meitilli, podemos estar perante uma família há muito estabelecida no norte do actual Distrito de Aveiro. E, assim sendo, podem ter sido capturadas algures na região.

Também ao contrário do resgate das filhas de Amarelo Mestaliz, o de Meitilli e Guncina foi pago em géneros. A lista de bens entregues aos vikingues é bastante clara à excepção da quantidade de sal, que é indicada em módios. O que é um problema, porque não é fácil dar um equivalente. Trata-se, obviamente, de uma medida de peso ou de volume, uma vez que tanto é usada para medir um produto em específico como para dar um valor equivalente à totalidade do resgate. Uma ideia antiga na historiografia portuguesa defende que um módio ou móio podia corresponder a uma quantidade de pão que valesse um sólido ou soldo, de acordo com documentos dos

séculos XI e XII onde as duas medidas são usadas alternativamente (Fiúza 1966, 409-10). A ser verdade, o total do resgate teria sido o mesmo que setenta soldos de metal desconhecido.

Apesar da dificuldade em traduzir a medida usada, a lista dos bens entregues a troco da liberdade das duas mulheres dá a ideia de ter havido alguma forma de regateio. Não se trata de uma quantia como quinze sólidos de prata, que podia ser facilmente estabelecida mediante a apresentação do dinheiro, de uma vez ou peça a peça, e com a utilização de uma balança. Um resgate tão preciso na diversidade e quantidade de bens abre a possibilidade de uma negociação mais intensa, hipótese que é reforçada pela presença das autoridades locais e que dá à transacção uma dimensão quase oficial. Gonzaga de Azevedo viu nisso um sinal de que os três homens do município de Santa Maria estavam em conluio com os vikingues e que teriam recebido parte do resgate (1939, 165). O que não é impossível, dado que, onde há dinheiro e poder, há sempre um potencial de corrupção. Mas também se pode ver no texto o indício de um método de resgate no qual as autoridades locais desempenhavam o papel de intermediário entre os habitantes nativos e os nórdicos. O que permitia a negociação do dinheiro ou bens a serem entregues e, ao mesmo tempo, explicaria a presença dos três homens, que não teriam que estar necessariamente feitos com os vikingues.

Independentemente de se querer acreditar na tese de Gonzaga de Azevedo ou na nossa, ambas as hipóteses obrigam a considerar a possibilidade de ter existido uma base nórdica algures na região de Santa Maria da Feira. Não sabemos se por um curto período de tempo ou durante vários meses, dado que o documento não indica a duração da presença vikingue. Mas, em todo o caso, teria que ser uma estadia suficientemente longa para permitir a intervenção das autoridades locais, corruptas ou não. No mínimo, um acampamento no local de desembarque, passível de ser identificado como o ponto onde os piratas se encontravam e, com eles, as pessoas cativas. As quais podiam estar presas em estruturas pré-existentes (igreja, celeiro, etc.) ou até nas próprias embarcações nórdicas: a expressão *sakastes nobis de barcas de laudomanes* pode ter precisamente essa leitura. Mas esta possibilidade não está livre de contra-argumentos. A mesma expressão também pode querer dizer que Meitilli e Guncina chegaram a ser transportadas de barco até serem resgatadas algures na área

de Santa Maria da Feira, o que volta a colocar a questão da sua origem e exactamente por onde andaram os vikingues. Ou pode ser simplesmente uma forma de referir o cativo das duas mulheres, sem que se deva fazer uma interpretação literal.

Com segurança, apenas se pode dizer que havia actividade vikingue algures na região a que presidia Santa Maria da Feira por volta de 1026, tendo sido pago um resgate em géneros na presença de autoridades locais. É possível que tenha existido uma base, ainda que de curta duração, e desconhece-se a rota precisa dos nórdicos.

## 6. Galiza, antes de 1032

Um documento datado de 1032, incluído no volume XL da *España Sagrada* (Lazcano 2010, 417-9, apêndice XXV), traz notícia de nova presença nórdica na Península Ibérica, embora não de um ataque propriamente dito ou, pelo menos, não directamente.

O texto regista a doação de um castro por Bermudo III ao Bispo Pedro de Lugo e, à semelhança de outros documentos analisados neste capítulo e no anterior, tem uma narrativa introdutória com a história da propriedade em causa. Neste caso, reza sobre um Castro Lapio, que foi construído para as gentes de igreja de Santa Maria de Lugo ou as suas famílias (*Tunc vero mandavit Castro de Lapio, qui fuerat fabricato inducere in Lucense Sanctae Mariae et super ejus plebem, vel familiam*). A dada altura, o castro foi cedido por D. Pelagio a um conde Bermudo Vegilaz (*et per concensum Domini Pelagii Lucensis Sedis Presulem, ut possideret eum comes Veremundus Vegilaz super Comitatu Flamoso*) e o acordo, que parece ter garantido protecção na região de Lugo, perdurou até à morte de Alfonso Peres (*per hanc jussionem stetit in ipsius temporibus, et in tempore Domini Adephonsi Petri divae memoriae usque ad obitum suum*). Chegado o reinado de Bermudo III, o castro parece ter sido ocupado por Bascos (*Vascones Gallaciae*), não sabemos se colonos na Galiza ou mercenários que começaram a agir por conta própria. O que é certo é que parecem ter-se entregue à pilhagem da região, motivando queixas dos clérigos junto de um Conde Rodrigo Romaniz (*coadunaverunt se Abbates, et Monachos, et omnem plebem Sanctae Mariae, et querellaverunt se ad ipse Comes de Vascones, qui sedebant in ipsa pena dicentes, quod habebant de illos grande dampnom et malfacturia in Ecclesias*). Confrontado com os apelos, o conde reúne um exército e ataca o castro. E toda esta história interessa-

nos pelo facto de, segundo o documento, as tropas de Rodrigo Romaniz terem incluído nórdicos (*Tunc vero coadunavit seipse Comes cum omnes suos Barones, et cum Gens Leodomanorum, et cerravit ipsa penna*).

O episódio pode ser colocado com segurança no reinado de Bermudo III, dado que a parte da narrativa que se refere à luta pelo Castro Lapio é antecedida pela referência à sua subida ao trono (*Ego vero Veremundus Rex Prolis Adephonsi ab omnipotenti Deo erectus in Regno*). É verdade que o texto não atribui um número ao monarca, mas a sequência dos acontecimentos refere, num momento anterior, um prelado chamado Pelagio e conhece-se um bispo de Lugo com esse nome, que esteve à frente da diocese a partir de 985 e até pouco depois do ano 1000 (Portela Silva 2002a, 201). Depois dele, apenas houve um rei chamado Bermudo, precisamente o terceiro. E a identidade do monarca é confirmada pelo nome do prelado a quem o castro foi doado, Pedro, Bispo de Lugo, que se sabe ter ocupado o cargo entre 1022 e 1058 (Portela Silva 2002a, 201), o que coincide com o governo do referido monarca. Assim sendo, o ataque aos Bascos fortificados naquele ponto teve lugar algures entre 1028, ano da ascensão de Bermudo III, e 1032, que é de quando o documento está datado. Mas não conhecemos qualquer notícia de um ataque vikingue nesse espaço de quatro anos. O que não quer dizer que não tenha tido lugar e, uma vez mais, o nosso desconhecimento pode apenas derivar de não se ter feito ou de não ter sobrevivido um registo escrito. Mas há outras possibilidades.

Podemos estar perante um caso de um desembarque nórdico que não chegou a originar acções de saque dignas de nota, porque os vikingues foram recrutados como mercenários em pouco tempo e utilizados de imediato no assalto a Castro Lapio. Ou, numa hipótese mais remota, de um recurso a nórdicos estabelecidos na região de Lugo no seguimento de uma incursão passada, mas cujo valor militar era reconhecido e foi utilizado por Rodrigo Romaniz. Morales Romero alude a essa possibilidade (2004, 209). Também não é impossível que se tratassem de mercenários oriundos da Normandia e em viagem até Itália, onde a presença normanda tinha tido início no final do século X (van Houts 2000, 223). Mas isso é pressupondo que teriam optado pela rota marítima em vez da terrestre e que atrás do termo *Leodomanos*, que seria de esperar que fosse aplicado aos piratas nórdicos, esconde-se uma referência a um grupo oriundo da Normandia por associação aos seus antepassados vikingues. A hipótese é real, mas

impossível de comprovar dada a escassez de dados. Tal como não é possível, também, dar como certa qualquer uma das outras hipóteses.

Há uma personagem escandinava que talvez possa estar relacionada com este ou outros ataques que tenham ocorrido na primeira metade do século XI. Trata-se de um nobre dinamarquês chamado Úlfr, que é referido no capítulo 75 da *Knýtlinga Saga* e onde é dito que ele foi vikingue no ocidente, chegando à Galiza e pilhando o território (*hann fór í vestrvíking ok vann Galizuland*). Mereceu, por isso, a alcunha de O Galego (*því var hann kallaðr Galizu-Úlfr*)<sup>26</sup>, mas a fonte não dá datas para os feitos ocidentais de Úlfr, pelo que podemos apenas indicar um período aproximado baseado nas referências que surgem no texto. Assim, é dito que era pai de Þorgautr (*Faðir hans hét Úlfr*) e que este foi *hirðjarl* ou membro do séquito de Sveinn Úlfsson, que subiu ao trono da Dinamarca em 1047 e governou até 1074 (Gullbekk 2008, 159). Úlfr, o Galego, é ainda mencionado no Livro XII da *Gesta Danorum* de Saxo Grammaticus<sup>27</sup> como *Ulvoni Gallitiano*, mas o texto nada diz sobre a expedição à Galiza. Presumivelmente, dado que foi pai de Þorgautr, Úlfr seria de uma geração anterior ao rei Sveinn Úlfsson, pelo que a sua expedição ao ocidente europeu não deverá ter ocorrido para lá de 1050. O que nos deixa com uma janela temporal considerável que as fontes ibéricas são incapazes de estreitar.

Não obstante, já houve quem atribuísse a Úlfr a liderança de ataques vikingues à Galiza em 1028. Pela ria de Arousa, claro está, e sem fontes que o sustentem. Foi o que fez Almazán (1986, 115-6; 2004, 51), que cita a *Knýtlinga saga* e a *Gesta Danorum* para afirmar aquilo que os dois textos não dizem. E acrescenta ainda que foi Úlfr quem, após anos de pilhagem em território galego, auxiliou o conde Rodrigo Romaniz a tomar o Castro Lapio. A teoria é interessante, mas falta-lhe base documental que sustente a aparência de facto que Almazán lhe dá. Não conhecemos registo algum de um ataque vikingue em 1028, muito menos pela ria de Arousa, e o documento de 1032 não menciona qualquer Úlfr à frente dos mercenários nórdicos. O que não impediu Xosé Fernández Romero (2000, 470), Morales Romero (2004, 208-9) e Sánchez Pardo (2010, 74) de dizerem o mesmo que Almazán, com o mesmo tom de certeza e ausência

---

<sup>26</sup> Texto em islandês antigo disponível em: [http://www.heimskringla.no/wiki/Knytlinga\\_saga](http://www.heimskringla.no/wiki/Knytlinga_saga)

<sup>27</sup> Texto em latim disponível em: <http://www2.kb.dk/elib/lit/dan/saxo/lat/or.dsr/12/1/index.htm>



de suporte documental. E a aventura académica de Úlfr continua nas próximas páginas.

## **7. Galiza, c. 1055?**

Os decretos do Concílio de Coiança, que teve lugar em Leão em 1055, fornecem mais um indício de incursões nórdicas durante o século XI. Não nos dão uma data e local precisos, nem sequer a certeza de ataques em concreto naquela altura, mas as deliberações finais são, no mínimo, um sinal óbvio do quanto a actividade vikingue marcou a vida no ocidente peninsular.

A preservação manuscrita do documento é complexa. Conhecem-se cópias dos séculos XVI e XVII, a que se junta uma outra contida num códice, o *Liber Testamentorum*, copiado entre 1126 e 1129 por ordem de Pelágio, Bispo de Oviedo. E depois há ainda a versão contida no *Livro Preto da Sé de Coimbra* (Augusto Rodrigues 1999, 753-60, doc. 567), provavelmente datado do século XII ou XIII (García Gallo 1950, 278-80 e 303). Não há coincidência plena entre o conteúdo de cada uma delas, pelo que nenhuma oferece também garantias de fidelidade plena na transcrição. Aliás, mais do que discrepâncias, nota-se uma diferença considerável entre a redacção conservada no códice de Oviedo e a de Coimbra: a primeira tem elementos de um decreto real e alguns dos seus capítulos foram incorporados na legislação secular, enquanto a segunda parece ter uma natureza estritamente eclesiástica, o que talvez explique o porquê de a versão de Oviedo ter tido uma disseminação maior do que a de Coimbra (García Gallo 1950, 342-3). E à questão das diferenças junta-se ainda a da credibilidade do copista, nomeadamente a de Pelágio de Oviedo, que ficou conhecido pela falsificação ou adulteração de documentos, mas também a do responsável pela versão conimbricense, que tem em falta as clausulas finais. Ainda assim, Alfonso García Gallo considera o manuscrito de Coimbra como o mais fidedigno, baseado no estilo e terminologia da redacção, que julga serem típicos dos documentos solenes e legislação conciliar da época (1950, 319-20).

Um dos elementos discordantes entre as duas versões é a referência aos nórdicos, que surge apenas na do *Livro Preto* (Augusto Rodrigues 1999, 756, doc. 567). O capítulo 6 abre com o dever de todos os cristãos observarem o dia de descanso, não devendo realizar trabalhos servis ou viajar, mas a alínea segunda trata de listar as

excepções a essa proibição: as deslocações são permitidas para orar, realizar enterros, visitar doentes, juntar-se ao exército real e fugir dos nórdicos ou muçulmanos (*opus servile non exercent et non faciant iter, nisi orationis causa vel sepeliendi mortuos, aut visitandi infirmos, aut pro regis exercitu, aut propter sarracenorum inpetum et lordemanorum incursum*). A versão de Pelágio de Oviedo repete o essencial da de Coimbra, mas não indica os ataques vikingues como motivo justificável para viajar a um domingo.

Para Alfonso García Gallo, a diferença ficou a dever-se à distinção entre a realidade do território leonês e a da Galiza. Isto é, que as deliberações finais do concílio levaram em conta a ameaça vikingue no ocidente ibérico, motivo pelo qual a versão dos decretos que acabou em Coimbra contempla uma excepção ao descanso semanal por motivo dos ataques nórdicos, enquanto que a redacção que foi disseminada em Leão excluiu esse elemento por ele não ser relevante em território leonês (1950, 603-4). A teoria não nos parece descabida e, a ser verdade, permite-nos limitar geograficamente o fenómeno da pirataria nórdica no contexto ibérico: uma realidade significativa na Galiza, mas ignorável no território vizinho. Há dois motivos possíveis para essa distinção. Uma delas é a diferença de terreno, na medida em que as rias galegas e os grandes rios do ocidente surgiam como um alvo mais apetecível (ou mais exequível) do que a costa leonesa. A segunda razão pode ser a atractividade de Santiago de Compostela, já que, de desconhecido no século IX, até para as próprias crónicas asturianas, o santuário passou a ter fama internacional na centúria seguinte e estaria em ascensão no século XI. O que poderá ter levado à concentração de ataques vikingues na Galiza em detrimento de Leão. Mas atente-se num detalhe: a notícia da presença de nórdicos no Douro e mais a sul obriga a concluir que Compostela, por muito importante que pudesse ser, não era um alvo exclusivo ou, em alternativa, que a noção que os vikingues tinham de Santiago era bastante mais lata do que a nossa. Isto é, enquanto nós identificamos o topónimo com uma cidade em concreto e as zonas imediatamente em redor, os nórdicos podiam ter um entendimento muito mais vago do território e associar a Compostela uma região vasta o suficiente para ir da Corunha até ao Mondego ou mais além. Alguns estudiosos insistem na ria de Arousa como via dos ataques, por ser uma forma fácil de atingir Santiago por mar, enquanto o registo histórico do século XI inclui notícias de vikingues nos rios Minho, Douro e para sul

deste. Se, nessa centúria, o túmulo do apóstolo motivou ataques à Galiza, é caso para dizer nossas noções geográficas não são necessariamente as do passado.

Não podemos, no entanto, afirmar que os decretos do Concílio de Coiança são prova de que houve ataques ao território galego por volta do ano 1055. Se o fosse, poderíamos reduzir a janela cronológica dos ataques que tiveram lugar no período em que a Diocese de Iria-Compostela foi presidida por Cresconio, de que falaremos a seguir. Há apenas o reconhecimento de uma exceção ao descanso dominical no caso de uma investida nórdica e, dessa forma, de uma realidade específica do quotidiano galego. Não se trata do registo de um ataque em concreto.

## 8. Galiza, antes 1066

Na *Historia Compostelana* (Livro I, capítulo II:6; Emma Falque 1994, 76) surge notícia da presença de vikingues na Galiza nos dias em que Cresconio era Bispo de Iria-Compostela. A passagem é vaga e menciona uma fortificação que tem sido identificada com as Torres do Oeste, em Catoira, na ria de Arousa, de que falaremos adiante.

Após uma referência às virtudes do prelado (e do seu exército), o texto diz que ele pôs fim aos nórdicos que tinham invadido o território galego e que fortificou Santiago de Compostela (*quod suae militiae circumspecta strenuitate Normanos, qui hanc terram invaserant, funditus extinxit, et aedificia, murorum turriumque ad muniendam urbem Compostellae construxit*). Inclui ainda notícia da morte do bispo, que coloca na Era 1106 (ano 1068), quando Cresconio se encontrava a caminho do Castelo do Oeste, cuja construção é-lhe atribuída (*ejus vitae termino ad Castellum Honesti quod ad defensionem Christianitatis construxerat, perveniret, in Era I. CVI metuendae mortis incurso impulsus est*; Lazcano 2006b, 45).

A primeira questão a considerar é a data da morte do prelado, que já Flórez considerava estar errada por dois anos, baseando-se num privilégio régio datado de 1067 e onde surge já a assinatura de Gudesteo, sucessor de Cresconio (Lazcano 2006a, 198-9). No mesmo sentido parecem ir trabalhos recentes, que colocam o falecimento de Cresconio em 1066 (Portela Silva 2002b, 521), o que nos permite estabelecer um *terminus ante quem* para esta incursão. E mais não podemos dizer ao certo por ser difícil retirar dados precisos de informação tão vaga quanto a que a fonte nos dá. A janela temporal é de quase três décadas, de 1037 a 1066, correspondendo ao período

em que Cresconio presidiu à Diocese de Iria-Compostela. Conforme mencionámos, poderíamos tentar reduzi-la conjugando a *Historia Compostelana* com os decretos do Concílio de Coiança, mas para isso precisávamos de conhecer o contexto preciso em que estes últimos referem os nórdicos. Poderá ter ficado a dever-se à experiência do prelado com os vikingues, até porque ele esteve presente na assembleia eclesiástica, o que permitiria recuar o *terminus ante quem* para 1055, mas seria necessário supor que não houve mais ataques à Galiza depois desse ano. Algo que a referência vaga da *Historia Compostelana* não clarifica. Não sabemos se a narrativa esconde uma única investida ou várias, um único ataque ou uma incursão prolongada. Apenas é dito que o bispo expulsou os nórdicos, ficando-se sem saber os contornos precisos da actividade pirata.

Quanto ao âmbito geográfico, é possível supor que as acções dos vikingues e a resposta militar do prelado desenrolaram-se algures na região em torno de Santiago, hipótese reforçada pela identificação do Castelo do Oeste com a fortificação em Catoira. É, pelo menos, a opção mais óbvia, mas vale a pena considerar alternativas, nomeadamente a de uma incursão que se espalhou pelo território galego, caso em que a área afectada poderá ter ido além da região onde se encontra Compostela. Até porque, à época, já a Diocese de Iria seria responsável pela administração da de Tui, conforme estabelece o documento de 1024 que analisámos, pelo que não seria impossível que um ataque a sul levasse a uma resposta militar da parte de Cresconio. É certo que o texto fala do Castelo do Oeste, a que corresponderão as Torres do Oeste, mas isso tanto pode ser indício de ataques na ria de Arousa, como de um desejo de proteger o acesso fluvial a Santiago de Compostela. Devido a incursões anteriores pela ria ou contemporâneas noutros pontos da costa galega. A dispersão dos locais por onde os vikingues passaram no século XI (Tui, Douro, Santa Maria da Feira) obriga a que não se retire da (re)construção de uma fortificação em Catoira a conclusão precipitada de uma concentração de ataques nórdicos na ria de Arousa.

No entanto, as incertezas não impediram alguns estudiosos de darem como certa que a expedição nórdica enfrentada por Cresconio era liderada por Úlfr, o Galego. É, por exemplo, o caso de Almazán (1986, 116), Miguel González Garcés (1987, 105) e Xosé Fernández Romero (2000, 470). Alguns, como Izquierdo Díaz, chegaram mesmo a apresentar uma lista de locais e mosteiros atacados por Úlfr antes de ser

derrotado por Cresconio, mas, uma vez mais, sem suporte documental (2009, 104). Tanto quanto sabemos, nenhuma fonte, nórdica ou ibérica, indica quais os locais atacados pelo nobre dinamarquês. Não teríamos sequer conhecimento da sua expedição galega se a *Knýtlinga saga* não referisse a origem da alcunha, o que, conjugado com a escassez de dados descritivos ou cronológicos, quer dizer que não temos como provar que Úlfr participou ou liderou algum dos ataques de que há notícia. De entre as hipóteses conhecidas, a de Cresconio até pode parecer a mais provável para uma campanha do pai de Porgautr, mas apenas porque o relato da *Historia Compostelana* é tão vago que dá para encaixar quase tudo. Uma ilusão cognitiva, por assim dizer. Tal como no caso do Castro Lapio, cujo relato documental é tão breve no que diz respeito aos nórdicos que dá para qualquer teoria que se queira apresentar como facto. Fica a suspeita de que alguns estudiosos só não propuseram Úlfr como o líder da expedição que chegou a Vermoim ou atacou Tui porque, para esses episódios, já estão entretidos com o nome sonante de Óláfr Haraldsson, que apresentam com a mesma convicção e uma falta de suporte documental semelhante.

Sem dados concretos, não há como dizer ao certo quando e quais foram os ataques levados a cabo pelo *Galego*, assumindo que deles temos sequer notícia. Uma vez mais, convém recordar que estamos a trabalhar com base em fontes fragmentárias e parciais, não com um registo exaustivo e completo dos ataques vikingues no oeste ibérico. Quanto a Cresconio, temos apenas a indicação de que derrotou os nórdicos algures durante o período em que foi Bispo de Iria-Compostela, mas não sabemos exactamente quando, onde e na sequência de que ataque ou ataques vikingues.

## **9. Sada, antes de 1086**

Um documento oriundo do mosteiro galego de São Martinho de Jubia (Montero Díaz 1935, 62-3, doc. 9) contém a última notícia de que temos conhecimento para o século XI, numa altura em que a Idade Vikingue vivia já o seu crepúsculo.

Com a data de 9 de Novembro de 1086 (*odie v idus novembris Era i.c.xx.iiii*), o texto regista as doações feitas por Froila Peres Bermudes (*Froilani Petriz Vermudiz*) a São Martinho de Jubia para remissão dos seus pecados. Entrega uma propriedade localizada em Trasancos, actualmente perto do Ferrol, e ainda o Mosteiro de São Julião de Mondego, no território de Nemitos, (*et iterum do ad ipso patronis mei sancti*

*Martini, monasterio sancti Iuliani de Mondego in territorio de Nemitos*), que parece ter estado sob a protecção da sua família ou, pelo menos, esteve a ele ligado (*quos fuit de proienu nostra et testarunt illa ad ipso monasterio et tenuerunt illa in uoce ipsius loci*). Este estado de coisas foi interrompido pela chegada dos vikingues, que pilharam e, presume-se que ao regressarem ao mar, deixaram a terra entregue a homens que não eram da prole de Froila (*post hoc uenerunt gentes laudomanes in ipsius prouinciis et destructa est ueritas et exaltata est mendacitas et tenuerunt illa homines que non fuerunt ex proienu nostra ad usu fructuario*).

Dada a falta de referências a reis ou bispos contemporâneos do ataque, não é possível extrair dados cronológicos da narrativa exposta no documento. Temos apenas a informação de que os vikingues pilharam o Mosteiro de São Julião de Mondego, localizado no actual concelho de Sada, nas margens da ria de Betanzos. Mas a pergunta sobre quando fica sem resposta. Certamente que não depois de 1086, que é a data do documento, mas há pouco mais a fazer para além de estabelecer o *terminus ante quem*. Atente-se, no entanto, no detalhe de aquilo que era administrado pela prole de Froila Peres Bermudes ter passado a ser usufruído por pessoas alheias, o que nos deixa com duas hipóteses: um ataque vikingue prolongado, talvez com uma ocupação temporária do território, ou, em alternativa, uma incursão excepcionalmente violenta. Em qualquer dos casos, o suficiente para perturbar de forma significativa a ordem pré-existente.

O século XI foi a última centúria da Idade Vikingue, facto que não correspondeu a uma redução drástica do número de ataques no oeste ibérico. Pelo contrário, o fenómeno parece ter-se mantido o mais tardar até à década de 1080 e com episódios particularmente violentos. Mas a Escandinávia estava em mutação e, com ela, muitos dos territórios onde os nórdicos se tinham estabelecido. A realidade da fase seguinte dos ataques é já outra, política e religiosamente.

## Capítulo 10

### As incursões no século XII

Passada a Idade Vikingue, a pirataria nórdica que a tinha caracterizado tornou-se num fenómeno essencialmente regional, nomeadamente no norte da Escócia e Mar da Irlanda. Simultaneamente, a conversão ao cristianismo, longe de eliminar a violência e as pilhagens, redireccionou-as contra os não-crentes e integrou-as na realidade militar de reinos que faziam agora parte da Europa cristã. A carreira de mercenário não desapareceu e ao pirata pagão sucedeu o pirata cruzado, que também passou pela costa galego-portuguesa.

Conforme mencionado no capítulo 5, a conversão da Escandinávia ao cristianismo não se fez de forma rápida nem linear, mas foi antes um processo longo feito de avanços e recuos por entre interesses e identidades em conflito. O contacto dos Dinamarqueses com a nova religião antecede a Idade Vikingue, graças à proximidade geográfica com a Europa continental e, mais tarde, carolíngia. O aparecimento de postos comerciais como Hedeby e Ribe favoreceu o processo, dado que concentrava num espaço densamente povoado pessoas de diferentes origens e crenças ou práticas religiosas. E o mesmo dinamismo comercial terá permitido o contacto dos Noruegueses com o cristianismo, ainda que, dada a distância geográfica, talvez mais tarde do que a Dinamarca. Recordemos Kaupang e a descrição que Ohthere fez a Alfredo, o Grande, no final do século IX, da rota marítima que ia do norte ártico até Hedeby. Inevitavelmente, o contacto dos nórdicos com a cristandade foi aprofundado pelas incursões e movimentos migratórios que, partindo da Escandinávia, atingiram a Europa ocidental.

Segundo a tradição preservada nos compêndios nórdicos, nomeadamente o *Fagrskinna* e o *Heimskringla*, o primeiro monarca norueguês cristão foi Hákon inn góði (o Bom), que, aproximadamente entre 934 e 961, governou os territórios noruegueses unificados pelo seu pai, Haraldr hárfagri (Krag 2008, 647). A sua adopção do cristianismo é atribuída ao facto de ter sido criado em Inglaterra, na corte de Athelstan, onde foi baptizado e devidamente catequizado. Mas Hákon não foi de início um rei missionário, sendo, em vez disso, descrito como um cristão em segredo num

país onde era recém-chegado e onde prevalecia o politeísmo tradicional. Só quando se sentiu com força e apoio suficientes para tal é que assumiu a sua fé, mandando vir clérigos de Inglaterra, estabelecendo igrejas e tentando converter os seus súbditos. É isto, pelo menos, o que nos diz a *Hákonar saga Góða*, contida no *Heimskringla* de Snorri Sturluson, que refere ainda a oposição que Hákon encontrou entre os Noruegueses. O capítulo 15 chega mesmo a descrever uma assembleia na qual o monarca é ameaçado de deposição caso persista na sua política religiosa, levando os seus conselheiros e magnatas a procurarem soluções de compromisso.

Embora se possa duvidar da veracidade dos detalhes contidos no *Heimskringla*, a narrativa contém, não obstante, aquilo que terão sido elementos essenciais do processo de cristianização da Noruega: a influência inglesa, a conversão do topo para a base da pirâmide social, os conflitos com magnatas e populares e as situações intermédias entre poli e monoteísmo. E estas variáveis vão estar todas em jogo nos cem anos que se seguiram à morte de Hákon inn góði. Segundo o *Heimskringla* e o *Fagrskinna*, após a sua morte, são os filhos de Eiríkr blóðøx (Machado de Sangue), nomeadamente Haraldr gráfeldr (Manto Cinzento), quem assume o poder nos territórios unificados por Haraldr hárfagri. Eles e a sua mãe, Gunnhildr, todos eles também cristianizados em Inglaterra, entregaram-se, por isso, à destruição de santuários e à supressão de festividades politeístas, o que não abonou a favor da sua popularidade. E foram subordinados do monarca dinamarquês Haraldr blátönn (Dente Azul), que se gabou de ter sido Rei dos Noruegueses na já referida inscrição rúnica que mandou gravar em Jelling. O grande rival dos filhos de Eiríkr era Sigurðr de Hlaðir, da região de Trøndelag, sobre a qual o próprio Haraldr hárfagri e os seus descendentes não terão tido mais do que um domínio simbólico. A rivalidade degenerou no assassinato do magnata, cujo filho e sucessor, o *jarl* Hákon Sigurðarson, viria a governar a Noruega após a morte de Haraldr gráfeldr na Dinamarca, por volta de 970. Manter-se-ia também na esfera dinamarquesa, ainda que num estatuto quase nominal ou, pelo menos, independente o suficiente para permitir a Hákon o patrocínio régio do politeísmo tradicional face a um monarca dinamarquês declaradamente cristão. Essa independência ficou plasmada num episódio do *Heimskringla* que, mesmo a ser lendário, não deixará de reflectir aquela que terá sido a atitude do governante norueguês. Segundo o capítulo 27 da *Ólafs saga Tryggvasonar*, Hákon e Haraldr



blátönn foram batizados em conjunto e o último enviou o primeiro de regresso à Noruega na companhia de clérigos, para que convertessem os Noruegueses. O que não parece ter convencido o magnata de Hlaðir, que, reza a história, tratou de meter os missionários em terra assim que teve vento favorável para navegar. Foi o último governante politeísta da Noruega.

A queda de Hákon dá-se com a entrada em cena de Óláfr Tryggvason que, conforme vimos no capítulo 8, foi vikingue em Inglaterra na companhia de Sveinn tjúguskegg (Barba Forcada), sucessor de Haraldr blátönn da Dinamarca. Convertido ao cristianismo quando era ainda pirata e agraciado pelo rei inglês Æthelred, que lhe deu uma quantia considerável de dinheiro, Óláfr chega à Noruega por volta de 995. Após o assassinato de Hákon, faz valer a fama e fortuna conquistadas em Inglaterra e toma o trono norueguês. E fá-lo sem subordinação real ou nominal à Dinamarca, o que origina conflitos com Sveinn. Foi também um rei missionário e, ao que consta, sem problemas em usar a violência para converter os magnatas e habitantes do seu reino: a sua saga no *Heimskringla* contém diversos episódios de destruição de santuários e de imagens dos deuses, assim como de tortura e morte de adeptos do politeísmo tradicional. O zelo de Óláfr Tryggvason ultrapassou até as fronteiras da Noruega, com a tradição a atribuir-lhe a responsabilidade pela conversão oficial das Orkney, Shetland, Faroe e da Islândia (Brink 2008, 623). Mas o seu reinado foi curto, tendo terminado com uma derrota militar no ano 1000. Dos seus sucessores, filhos de Hákon Sigurðarson, não consta que tenham sido cristãos militantes e diz-se até que respeitaram as leis e costumes antigos da terra. Ou, pelo menos, é isso o que se pode ler no *Heimskringla*, nas linhas finais da *Óláfs saga Tryggvason*, onde também é clara a proximidade entre os novos senhores da Noruega e o rei Sveinn da Dinamarca, que tomou para si a região de Vestfold.

O próximo e derradeiro rei missionário foi Óláfr Haraldsson que, tal como o seu homónimo, acumulou fama e fortuna como vikingue. Reza a tradição que foi batizado em Rouen, sob os auspícios de Ricardo II da Normandia, antes de rumar para a Noruega, onde chega por volta de 1015. O momento era oportuno: Sveinn tjúguskegg tinha morrido no ano anterior, o que fragilizou por uns tempos o poder dinamarquês, enquanto Eiríkr, um dos filhos de Hákon Sigurðarson, estava ausente da Noruega para auxiliar Knútr na sua campanha de conquista de Inglaterra. Tal como o seu homónimo,

duas décadas antes, Óláfr Haraldson faz valer a sua fama e fortuna, recolhe apoios e ascende a rei de territórios noruegueses. A derrota e expulsão de Sveinn, o outro filho de Hákon Sigurðarson, significava uma ruptura com a Dinamarca, algo que as campanhas militares do novo soberano viriam a confirmar. A Noruega expandia-se, autonomizava-se, mas era também cristianizada, por vezes com o uso ou ameaça de violência, segundo os episódios preservados na tradição escrita. A nova religião ganhava força e adquiria um lugar na estrutura de poder, ligando-se indelevelmente à monarquia norueguesa com a canonização de Óláfr Haraldson, pouco depois da sua morte. E já antes referimos a sucessão de eventos que a ela levou: a ascensão de Knútr, a sua expedição à Noruega, a derrota de Óláfr em 1028, o seu exílio e a derradeira queda dois anos depois, quando tentou recuperar o trono. A Noruega voltava a entrar na esfera dinamarquesa, mas desta feita não por via de um dos magnatas de Hlaðir, cuja linhagem masculina tinha-se extinguido em 1029 (Krag 2008, 648). Knútr põe à frente do seu novo domínio um filho e concubina seus.

O resto também já foi por nós referido no capítulo anterior. Em 1035, Magnús inn góði ascende ao trono norueguês, que volta a libertar-se da suserania dinamarquesa. Como filho de Óláfr Haraldsson, tinha do seu lado não apenas o argumento da linhagem, como ainda o prestígio de ser descendente de um santo. Algo que também pôde ser reclamado por Haraldr harðráði, que já mencionámos, e pelos reis que lhe sucederam. A nova religião entrava na dinâmica política, tanto ao nível da justificação do poder régio, como da sua organização. Parafraseando Stefan Brink, a cristianização da Escandinávia foi parte de um processo maior de europeização dos reinos nórdicos, que adoptaram e adaptaram o modelo continental (2008, 622). É sintomático dessa nova realidade que o próprio Knútr tenha estado em Roma em 1027, para assistir à coroação do Sacro Imperador Romano (Lund 2008, 666). Pouco espanta, por isso, que quando do centro da cristandade ocidental ecoaram apelos à cruzada, tenha havido Noruegueses que navegaram rumo à Terra Santa.

Outro ponto de interesse para o presente capítulo são as Ilhas Orkney, localizadas no extremo norte da Escócia. A sua inclusão no mundo nórdico, mais do que uma questão de geografia, tem raízes culturais profundas, dado que foram colonizadas por escandinavos e converteram-se num centro de poder nórdico, submetidas a dada altura à Noruega e cedidas à Escócia apenas em 1468. Até ao

século XVIII, nelas falava-se um dialecto chamado *Norn* e, ainda hoje, a paisagem encontra-se marcada por traços do passado escandinavo das ilhas, da toponímia aos vestígios físicos. O problema é perceber quando é que a presença nórdica teve início e em que moldes se desenvolveu.

Uma teoria pouco provável pressupõe que houvesse um reino nórdico plenamente estabelecido no norte da Escócia na década de 840. O que é dúbio, porque depende de uma interpretação pouco consensual dos anais irlandeses. Existiu, isso sim, um Condado das Orkney, mas a notícia mais antiga que dele temos refere-se à morte do Conde ou *jarl* Sigurðr na Irlanda, em 1014 (Barret 2008, 420 e 422). O que quer dizer que conhecemos o resultado final, mas não o processo que a ele levou. A tradição escrita coloca a fundação do condado no reinado de Haraldr hárfagri, das últimas décadas do século IX às primeiras do seguinte: encontra-se na *Historia Norwegie*, mas também no capítulo 26 da *Haralds saga Hárfagra*, no *Heimskringla*, e ainda no capítulo 4 da *Okrneyinga saga*. Ambas referem o uso das ilhas como base de Inverno por grupos de vikingues e a guerra que lhes foi feita por Haraldr hárfagri, que depois deu as Orkney a Rögnvaldr. Eis o antepassado remoto dos condes de finais do século XII, devidamente fiel ao monarca norueguês de quem recebe com mérito o arquipélago. É história simplificada e glorificada, como convém a qualquer agenda política.

Apesar das dúvidas sobre o processo de colonização nórdica das Orkney e da sua formação enquanto entidade política, é certo que, em meados do século XII, seriam já um território subordinado à Noruega, ainda que nominalmente. Segundo a tradição, estavam cristianizadas desde o final do século X, quando Óláfr Tryggvason passou pelas ilhas em viagem para a Noruega. A ser verdade, terá sido, quando muito, uma conversão oficial. Mas, passados cerca de cento e cinquenta anos sobre esse momento, a situação seria já diferente e a cristianização uma realidade. Pelo menos ao nível das elites, que também terão participado no movimento de cruzada.

Na Península Ibérica, o sentido de luta contra o “infiel” tinha já uma longa história e continuaria no século XII. No capítulo anterior, terminámos com a reinstituição do Condado Portucalense por Alfonso VI de Leão, que o entrega a Henrique de Borgonha em detrimento de Raimundo. A decisão do monarca terá sido determinada pela situação militar, com o sul muçulmano liderado pelos Almorávidas a

ameaçar tomar Santarém e marchar para norte. É possível que Henrique já se tivesse distinguido em combate, o que terá ajudado Alfonso VI a confiar-lhe a defesa da linha de fronteira e, dessa forma, em 1096, a entregar-lhe os antigos condados de Portucale e Coimbra, que eram, assim, separados da Galiza, “com a qual tinham constituído um todo pelo menos desde 1065” (Mattoso 1993b, 32-3). A união dos dois territórios condais para a formação de uma única terra portugalense terá ficado a dever-se a motivos práticos, na medida em que permitia recrutar recursos do Entre Douro e Minho para a defesa da fronteira a sul do Mondego (Mattoso 1993b, 34). E Henrique iria precisar de todo o auxílio possível.

Santarém resistia ainda às ofensivas Almorávidas, que usavam Lisboa como base. Em 1109, a *Chronica Gothorum* dá notícia da tomada do castelo de Sintra, mas a referência tem sido alvo de dúvidas por alguns historiadores portugueses. José Mattoso considera mesmo que a passagem está mal datada ou mal transcrita e sugere que, em vez de ter sido tomada por Henrique, Sintra tenha-se revoltado contra o conde e regressado a mãos muçulmanas nessa altura (1993b, 34-5). E também não é certo se o castelo não terá caído em posse Almorávida ainda no século XI, quando o mesmo sucedeu a Lisboa. Mais à frente, veremos com maior atenção esta notícia em relação com a da conquista de Sintra pelo rei norueguês Sigurðr jórsalafari Magnússon. Sem dúvidas, no entanto, Henrique perdeu Santarém em Maio de 1111, pouco depois de se ter ocupado com as lutas da rainha leonesa D. Urraca. Não só a pressão exercida pelos Almorávidas era imensa, como o facto de ser chamado para cenários de guerra fora do Condado Portucalense obrigava-o a descuidar a defesa da sua linha de fronteira. E o ano de 1112 traria a morte de Henrique, quando este se encontrava em Astorga, deixando a sua viúva encarregue da administração do território dada a menoridade do seu filho, Afonso Henriques.

A norte, no Reino de Leão, a situação não era menos gravosa. A morte de Alfonso VI em 1109 agravava uma situação fronteiriça delicada acrescentando-lhe um problema de sucessão. O herdeiro do trono era o ainda menor Alfonso Raimundes, filho de Urraca e Raimundo. Devido à morte deste em 1107, o governo ficou nas mãos da sua mãe. Mas Urraca era já casada com o seu segundo marido, Alfonso I de Aragão, que viu assim uma oportunidade para reclamar o trono leonês. O resultado foi um período de instabilidade, marcado, por um lado, pelas sucessivas revoltas da nobreza

e, por outro, pelas investidas aragonesas contra Leão. Foi também nesta época que a Igreja de Compostela foi presidida por Diego Gelmírez, que viria a ser o seu primeiro arcebispo. É ele quem sagra o jovem Alfonso Raimundes como rei em 1111, numa jogada contra as pretensões do soberano aragonês que, no entanto, não pôs fim ao conflito. O jovem monarca só assumiu plenamente a coroa em 1123, um vez falecida Urraca, altura em que passou a ser, de facto, Alfonso VII de Leão (Pérez de Tudela y Velasco 1991, 45) e lançou-se numa guerra bem sucedida contra Alfonso I de Aragão.

No Condado Portucalense, a viúva D. Teresa via-se entre dois partidos opostos: de um lado, a nobreza galega que, apoiada em Alfonso Raimundes, pretendia ver reunificada a antiga Galiza; do outro, a aristocracia portucalense, que queria manter a autonomia recém-adquirida. A situação é desequilibrada por uma incursão do sul muçulmano, que avança até ao Mondego e cerca Coimbra em 1117. O que leva D. Teresa a aproximar-se do partido galego para obter o auxílio militar que lhe permitiria manter a fronteira. A movimentação política ganha contornos precisos em 1121, quando Fernão Peres de Trava, oriundo da Galiza, começa a exercer funções governativas no Condado Portucalense, naquilo que era, pelo menos em termos práticos, uma verdadeiro matrimónio com D. Teresa (Mattoso 1993b, 52). E logo a nobreza que tinha sido favorecida por Henrique começa a ser afastada da corte condal para, a seu tempo, apoiar-se em Afonso Henriques, que viria a entrar em conflito com a mãe. A revolta torna-se declarada em 1127 e culmina na Batalha de São Mamede no ano seguinte, onde vence o partido portucalense.

A partir desse momento, Afonso Henriques assume o governo do condado. Rompidos os laços com os Trava, a política era agora de autonomização, mas exigia também a continuação da guerra contra o sul muçulmano. Aliás, a dimensão bélica viria a ser essencial para as ambições de Afonso, não só porque permitia aumentar a sua base territorial, mas porque, na busca de maior autonomia e, a seu tempo, independência, a soma de vitórias contra os “infiéis” pesava positivamente nas negociações com a Santa Sé. E vai daí que aquele que viria a ser o primeiro rei português se tenha instalado em Coimbra, em 1131, e começado a avançar para sul ao mesmo tempo que mantém a pressão contra o norte galego. Em 1137, assina um tratado de paz com Alfonso VII e, por volta de 1139, dá-se a Batalha de Ourique, cuja localização e verdadeira natureza continua a ser incerta, mas que terá granjeado a

Afonso Henriques fama suficiente para passar a usar o título de rei (Mattoso 1993b, 62-3). Título esse que lhe é reconhecido por Leão no Tratado de Zamora, em 1143. Mas uma coisa é ser monarca e prestar vassalagem a Alfonso VII, que se fez coroar imperador em 1135, e outra é prestá-la directamente à Santa Sé. É o que distingue um reino integrado num império de um reino plenamente independente. Este último é o objectivo de Afonso Henriques, que agracia a Igreja com doações e lança-se em campanhas militares contra o sul muçulmano. Já tinha tentado tomar Lisboa em 1142, mas só viria a ter sucesso em 1147, depois de tomar Santarém e uma vez assegurado o auxílio de cruzados que se dirigiam para a Palestina.

Entre eles encontrava-se um grupo de Normandos. Não vikingues, como o nome poderia levar a pensar, mas antes homens oriundos da Normandia. Cristianizados, culturalmente assimilados e até já associados aos Ingleses, conforme indicámos numa comunicação por ocasião das celebrações do nascimento do primeiro rei português<sup>28</sup>. Indistintos, em muitos aspectos, dos restantes europeus que os acompanhavam. O que, no presente trabalho, é o ponto simbólico que encerra o nosso âmbito cronológico.

## **1. Galiza, c. 1108**

No início do século XII, a morte do rei norueguês Magnús berføttr (Pés Descalços) durante uma campanha militar na Irlanda leva os seus três filhos a sucederem-lhe. Em simultâneo, porque em regime de co-governança. Um deles, Sigurðr, partiria em cruzada rumo à Palestina poucos anos depois, passando pela faixa ocidental da Península Ibérica.

A situação política originada pela morte de Magnús não era nova. Já antes referimos um caso de partilha da coroa quando Haraldr harðráði regressou de Bizâncio e, durante um ano, de 1046 a 1047, governou a Noruega em conjunto com o seu sobrinho. Era uma forma de evitar disputas violentas pelo trono e terá servido esse propósito após a morte de Magnús berføttr, que foi, então, sucedido pelos filhos Eysteinn, Sigurðr e Óláfr. Este último seria ainda menor, motivo pelo qual ficou sob a regência dos seus irmãos, mas acabaria por morrer poucos anos depois. A Noruega

---

<sup>28</sup> Referimo-nos ao Congresso Internacional *900 anos do nascimento de Afonso Henriques*, que decorreu em Viseu em 2009 e cujas actas aguardam por publicação.

ficaria, assim, com dois reis: Eysteinn, o mais velho e a quem as fontes nórdicas atribuem virtudes de bom administrador, e Sigurðr, cujo desejo de rumar à Terra Santa valeu-lhe a fama de cruzado e a alcunha de jórsalafari (O que foi a Jerusalém). A data exacta da morte de Magnús não se encontra preservada nas principais fontes nórdicas, mas consta nos *Anais de Ulster*<sup>29</sup>, onde surge sob o ano de 1103. O que nos dá um *terminus post quem* a partir do qual podemos começar a analisar a questão da data da expedição de Sigurðr, que não é de resolução fácil.

Segundo o capítulo 52 do *Ágrip af Nóregskonungasögum*, o co-monarca norueguês partiu para Jerusalém quatro anos após a morte do seu pai (Driscoll 1995, 70-1), enquanto o capítulo 61 do *Morkinskinna* oferece um período mais curto e diz que diz Sigurðr estava pronto para partir três anos após o falecimento de Magnús (Andersson & Ellen Gade 2000, 313). No mesmo sentido vai o capítulo 86 do *Fagrskinna* (Finlay 2004, 253), mas a *Magnússona saga*, contida no *Heimskringla*, recupera a referência cronológica oferecida pelo *Ágrip* e o capítulo 3 fala na partida de Sigurðr quatros anos após a morte do pai. Um quarto texto, a *Historia* de Theodoricus Monachus, que referimos brevemente quando apresentámos as fontes nórdicas, dá como referência não o falecimento de Magnús berføettr, mas sim a conquista de Jerusalém, em 1099: diz o capítulo 33 que Sigurðr deixou a Noruega sete anos após a cidade ter sido tomada aos “Persas” (sic) (Foote & MacDougall 1998, 52). Assim sendo, segundo as fontes nórdicas, temos duas datas possíveis para a partida da expedição, 1106 ou 1107. Mas surge ainda uma terceira hipótese quando recorremos a uma outra fonte. De acordo com David e Ian MacDougall, editores da *Historia* de Theodoricus Monachus, os ingleses *Annales Radingenses* colocam em 1108 a chegada de Sigurðr a Inglaterra, pouco depois de zarpar da Noruega (Foote & MacDougall 1998, 113, n. 318), o que converte esse ano noutra possibilidade para a data da partida da expedição norueguesa. E, a ser verdade, a passagem pela Península Ibérica teria ocorrido entre 1109 e 1110. Um último elemento de complexidade é acrescentado pela *Historia Compostelana*, cujo capítulo 76 do Livro I contém notícia da presença, na Galiza, de cruzados vindos de Inglaterra em 1111 ou 1112 (Falque Rey 1994, 186).

Dada a diversidade de informação e a ausência de uma fonte ibérica que nos dê uma data exacta para os ataques de Sigurðr no ocidente peninsular, é-nos impossível

---

<sup>29</sup> Disponíveis no CELT: <http://www.ucc.ie/celt/published/T100001A/index.html>

indicar anos concretos para esses acontecimentos. Uma possível exceção refere-se ao Castelo de Sintra, mas não está livre de problemas e terá, por isso, de ser devidamente analisada num ponto próprio. As fontes permitem-nos apenas concluir que as investidas ibéricas do co-monarca norueguês terão tido lugar entre 1107 e 1110, que são as hipóteses mínima e máxima, uma vez tidas em conta as informações fornecidas pelos textos nórdicos e pelos *Annales Radingenses*. Optámos, por isso, por indicar no título dos subcapítulos um meio-termo que serve de aproximação. Quanto ao conteúdo da *Historia Compostelana*, não estamos seguros quanto à sua relação com a expedição de Sigurðr. A proximidade cronológica é elevada, mas não é exacta e não queremos cometer com o co-monarca norueguês a mesma falácia que outros cometeram com Óláfr Haraldsson e Úlfr, o Galego, ao assumirem terem sido eles os responsáveis pelo ataque a Tui e as incursões dos dias de Cresconio, respectivamente. Voltamos a insistir que não existe nenhum registo exaustivo de todas as investidas nórdicas, motivo pelo qual não podemos, pura e simplesmente, assumir que a uma notícia corresponde outra por mera proximidade cronológica. Ou, o que é pior, assumi-lo por estarem em causa nomes sonantes. Mais ainda quando o conteúdo da *Historia Compostelana* diverge do das fontes nórdicas.

Sigurðr partiu, então, da Noruega entre 1106 e 1108. O *Morkinskinna* refere que a viagem teve início no Outono e que a frota era composta por sessenta navios (Anderson & Ellen Gade 2000, 313-4). A informação é repetida no *Fagrskinna* (Finlay 2004, 253), mas apenas parcialmente no *Heimskringla*, onde o capítulo 3 da *Magnússona saga* só refere o número de embarcações (Hollander 1964, 689), tal como o *Ágrip*. A fonte original parece ter sido o islandês Þórarinn stutfeldr, que viveu no século XII e que nos deixou uma descrição poética do exército de Sigurðr<sup>30</sup>. A composição surge citada apenas no *Morkinskinna* e *Heimskringla*, mas a segunda estrofe de entre as conhecidas menciona o número de embarcações (*sex tigr*), pelo que poderá ter sido a fonte dos restantes textos. A primeira paragem foi em Inglaterra, onde a frota terá passado o Inverno com a autorização de Henrique I, seguindo depois para França na Primavera. E é nesta fase que a Península Ibérica entra no relato nórdico.

---

<sup>30</sup> Poema no *Skaldic Poetry Project*: <http://skaldic.arts.usyd.edu.au/db.php?table=poems&id=477>



A chegada à Galiza teve lugar no Outono ou, pelo menos, é isso o que dizem o *Morkinskinna* (capítulo 61; Andersson & Ellen Gade 2000, 314) e a *Magnússona saga* (capítulo 4; Hollander 1964, 689). O *Fagrskinna* refere o mesmo, embora no contexto dos confrontos com um nobre galego (capítulo 86; Finlay 2004, 253). De entre estas três fontes, a segunda é a única que cita uma referência poética, desta feita por Einarr Skúlason, também ele um islandês do século XII com um trabalho sobre Sigurðr<sup>31</sup>. É na segunda estrofe da composição em questão que encontramos, enfim, o topónimo que tanto anima alguns estudiosos quando se referem às investidas vikingues na Península Ibérica: *Jákóbs-land* ou a terra de Santiago. A prosa do *Morkinskinna* faz mesmo referência explícita a Compostela, onde diz que Sigurðr chegou e passou o Inverno. Para tal, o texto conta que o co-monarca norueguês enviou os seus chefes para falar com o nobre que governava a Galiza, assegurando-o de que vinha em paz e que necessitava de mantimentos, prometendo ser o mais amigável possível com a população local. As duas partes chegaram a um acordo que requeria do *jarl* galego o estabelecimento de um mercado onde os nórdicos podiam abastecer-se de comida durante o Inverno com o compromisso de, conforme prometido, serem ordeiros. Um acordo que parece ter vigorado até ao Natal, altura em que os alimentos começaram a escassear, diz o texto que assim que o *jarl* retirou o seu apoio devido à pobreza agrícola da Galiza. E Sigurðr decide reagir assaltando o castelo do nobre galego, que fugiu por ter poucos homens, deixando para trás uma grande quantidade de comida e saque que os nórdicos tomaram para si. De volta aos navios, preparam-se para partir e retomam a viagem para sul já na Primavera.

Esta narrativa, contida no capítulo 61 do *Morkinskinna* (Andersson & Ellen Gade 2000, 314-5), surge de forma mais ou menos resumida noutras fontes nórdicas. A *Magnússona saga*, no *Heimskringla*, mantém os elementos essenciais: o acordo, a ruptura por altura do Natal, a tomada do castelo, a fuga do nobre galego e o regresso dos nórdicos aos navios com o saque, antes de seguirem viagem para sul (Hollander 1964, 690). O *Fagrskinna* oferece uma versão mais resumida e diferente em alguns aspectos, colocando o fim do acordo no Outono e acrescentando o pagamento de resgates pela libertação de soldados galegos. E o próprio Einarr Skúlason parece aludir ao episódio quando fala da punição da quebra de palavra do eminente nobre

---

<sup>31</sup> Poema no *Skaldic Poetry Project*: <http://skaldic.arts.usyd.edu.au/db.php?table=poems&id=151>

(*lausmæli gjalda frömum jarli*). Ou, pelo menos, parece ter sido essa a interpretação que lhe foi dada pelos autores dos compêndios do século XIII.

O problema imediato deste relato é a falta de uma narrativa coincidente em fontes ibéricas. Se quiséssemos indicar uma figura que pudesse ser uma espécie de magnata máximo da Galiza, por volta de 1108, poderíamos referir alguém da família dos Trava ou Diego Gelmírez. Este último é talvez a hipótese mais provável dada a referência a Compostela no *Morkinskinna*, já que bispo da cidade seria o seu *jarl* ou conde evidente e uma das figuras galegas mais influentes. Mas a *Historia Compostelana* parece ignorar por completo a viagem de um rei norueguês a caminho da Terra Santa. É certo que há um episódio que envolve piratas vindos de Inglaterra rumo a Jerusalém e que analisaremos mais à frente, mas, enquanto as fontes nórdicas falam de uma vitória de Sigurðr, a *Historia Compostelana* descreve uma vitória de Gelmírez. São relatos contraditórios em que nem as datas parecem coincidir: a história contida no *Morkinskinna* refere-se a cerca do ano de 1108, enquanto o episódio da crónica galega terá tido lugar por volta de 1112. Poderíamos pensar que estamos perante mais um caso de falta de registo ibérico do ataque, que é uma hipótese que está sempre presente. Mas estamos a falar de acontecimentos nos dias de Gelmírez, que era Bispo de Iria-Compostela desde 1100 (Portela Silva 2002b, 521) e que foi o grande instigador da composição da *Historia Compostelana*, que é, na essência, uma glorificação da acção do prelado. Por esse motivo, é estranho que o mesmo texto não dê notícia da presença de um monarca estrangeiro na Galiza por volta de 1108. Ou talvez seja por isso mesmo que a *Historia Compostelana* não refere o episódio. Isto é, o objectivo de engrandecer a memória de Gelmírez é também um motivo perfeito para a ocultação daquilo que poderá ter sido uma derrota humilhante do prelado de Iria-Compostela. Motivo pelo qual encontraríamos notícia dos acontecimentos nas fontes nórdicas, mas completo silêncio da parte da principal crónica galega para o período. E isto não é impossível numa fonte onde, como vimos no episódio de Gunderedo, o registo histórico de Sisnando e Rosendo foi alterado e subordinado a uma agenda ideológica.

Claro que também podemos considerar a hipótese contrária, ou seja, a de o relato da vitória de Sigurðr ser um engrandecimento de um episódio menor e, por isso, passível de escapar à atenção dos autores da *Historia Compostelana*. Mas para isso

teríamos de olhar para a referência a Compostela de outra forma, ora como menção a parte do território galego por associação à povoação, ora como mero enfiabulamento do conteúdo original do poema de Einarr Skúlason. Uma vez mais, voltamos à questão dos *prosimetra* ou da preservação oral de estrofes skáldicas juntamente com porções de prosa. E a possibilidade de estas últimas poderem ter enriquecido o conteúdo das primeiras, de tal forma que, quando as sagas e compêndios começaram a ser redigidos com recurso a fontes poéticas, aquilo que originalmente não fazia parte do poema – a referência a Compostela – passou a integrar uma versão cristalizada da história da viagem de Sigurðr. E não é difícil imaginar o acrescento da cidade à narrativa poética de Einarr Skúlason, na medida em que, a querer-se adicionar um elemento urbano à história, a escolha mais óbvia seria Compostela, a mais conhecida das povoações galegas por acolher o túmulo de São Tiago.

Um outro elemento a considerar nesta questão surge nos capítulos 86 e 87 da *Orkneyinga saga* (Pálsson & Edwards 1981, 164-71). Neles, Rögnvaldr Kali Kolsson, *jarl* ou Conde das Orkney, também conhecido como São Ronaldo, empreende uma expedição marítima até à Terra Santa, por volta de 1155, com passagem natural pelo ocidente ibérico (Jesch 2005, 133). Terá chegado ao território galego já no Inverno, dado que o texto refere a proximidade do Natal, motivo pelo qual interrompe a viagem. Negocia com a população local o estabelecimento de um mercado onde os nórdicos possam comprar comida, mas a ideia teve pouco sucesso devido à escassez de alimentos. Para mais, Rögnvaldr descobre que um castelo próximo foi ocupado por um chefe estrangeiro, que rouba e oprime os habitantes da região. E eis que os Galegos dirigiram-se ao Conde das Orkney, propondo-lhe que ele tomasse a fortaleza, cujo saque seria para ele e para os seus homens, e que em troca seria estabelecido um mercado até à Quaresma. Aceite a proposta, Rögnvaldr e os seus homens atacam o castelo por altura do Natal, pilhando-o e pondo em fuga o chefe que o ocupava. Não volta a haver referência a um mercado e é dito que os nórdicos deixaram a Galiza pouco depois.

Há um conjunto de pontos em comum entre esta narrativa e a de Sigurðr conforme surge na prosa dos compêndios: a estadia na Galiza durante o Inverno, o estabelecimento de um mercado para alimentar o exército, a escassez de alimentos e o ataque a uma fortificação local, cujo líder é posto em fuga e o saque levado pelos

nórdicos. São semelhanças que levantam a suspeita de estarmos perante um motivo literário ou uma troca de elementos entre as fontes. Nomeadamente que o relato do episódio galego de Sigurðr possa ter integrado aspectos narrativos da *Orkneyinga saga*. É certo que a expedição do co-monarca norueguês é anterior à de Rögnvaldr, mas, no que diz respeito ao seu registo literário, a situação é inversa ou de contemporaneidade das fontes. Recordemos telegraficamente os dados: o *Morkinskinna* datará originalmente de cerca de 1220, década em que também terá sido escrito o *Fagrskinna*, enquanto o *Heimskringla* será posterior em cerca de dez anos. Tudo isto aproximada e teoricamente, claro está, dado que são datas apontadas para a redacção de manuscritos dos quais pouco ou nada resta. Quanto à *Orkneyinga saga*, a composição original poderá ter ocorrido pouco depois de 1192, data da canonização do próprio Rögnvaldr Kali Kolsson, ou por volta de 1200, mas o texto terá sido reescrito por alturas de 1230, sob a influência do *Heimskringla* (Chesnutt 1993, 456). O que quer dizer que o episódio galego do Conde das Orkney pode ter assumido a sua forma actual nessa altura, mas, dado conteúdo do *Morkinskinna* e *Fagrskinna*, anteriores à rescrição da saga, há a hipótese de estes compêndios terem recorrido às linhas gerais das aventuras de Rögnvaldr para descreverem as de Sigurðr. Claro que, para confirmar esta teoria, teríamos que recorrer à versão original da *Orkneyinga saga*, da qual pouco ou nada resta, e confessamos sentir-nos fora da nossa zona de conforto por não sermos especialistas na referida obra. Mas não podíamos deixar de contemplar a hipótese que apresentámos, mesmo correndo o risco de estarmos errados.

No final, o que é que pode ser dito da passagem de Sigurðr pela Galiza? Que, segundo o poema de Einarr Skúlason, ele entrou em confronto com um nobre local que o terá atraído. É esta a informação mais antiga que temos e assumindo a preservação fidedigna da estrofe em questão. Depois há o texto em prosa do *Morkinskinna*, *Fagrskinna* e *Heimskringla*, que elabora a narrativa poética e é semelhante ao relato que a *Orkneyinga saga* faz de uma expedição posterior. E a isto soma-se o silêncio das fontes ibéricas, nomeadamente da *Historia Compostelana* e não obstante os acontecimentos datarem do período em que Diego Gelmírez era Bispo de Iria-Compostela. O que deixa duas grandes hipóteses em cima da mesa: que o confronto de Sigurðr com um nobre galego foi um episódio menor, engrandecido pela

transmissão de poesia skáldica no formato de *prosimetra* e/ou pelos autores dos compêndios nórdicos, que terão utilizado elementos da *Orkneyinga saga*; ou que a *Historia Compostelana* ignorou o episódio, evitando, assim, preservar a memória de uma derrota humilhante de Diego Gelmírez.

## 2. Sintra, c. 1109

Na viagem para sul ao longo da costa galego-portuguesa, algures entre a Galiza e Sintra, a expedição de Sigurðr enfrenta um grupo de piratas. O episódio é descrito ainda no capítulo 61 do *Morkinskinna* e no 4 da *Magnússona saga*, que citam o trabalho de Halldórr skvaldri. Trata-se de outro poeta islandês de século XII, a quem é atribuída a autoria do *Útfarardrápa*<sup>32</sup> ou *Poema da Viagem ao Exterior*, que relata a expedição do rei cruzado e é a nossa terceira e última fonte poética. Os versos nada dizem sobre o local exacto onde o confronto naval teve lugar, mas referem que o exército de Sigurðr tomou e saqueou oito galés (*átta galeiðr*), que seria pelo menos parte da frota pirata, naquela que, nas palavras do *Morkinskinna*, foi a primeira vitória do rei cruzado contra os “pagãos”. Em contradição com as restantes fontes, o *Fagrskinna* coloca o episódio depois do ataque a Lisboa.

Após o confronto naval, a próxima batalha do co-monarca norueguês teve lugar em Sintra, que surge no poema de Halldórr skvaldri como *Sintré*. Os dados poéticos são escassos, limitando-se a identificar o alvo militar e a engrandecer os feitos de Sigurðr, mas há informação adicional na prosa dos compêndios. O *Morkinskinna* (Andersson & Ellen Gade 2000, 316) refere que Sintra estava ocupada por pagãos (leia-se, muçulmanos) e que era usada como base para atacar os cristãos, inserindo depois um discurso em que o co-monarca defende perante os seus homens a tomada do castelo, para o avanço e fortalecimento da cristandade. O confronto que se seguiu é descrito como duro e violento, com os muçulmanos a resistirem ao cerco nórdico até acabarem por capitular. Sigurðr oferece aos prisioneiros a possibilidade de se converterem ao cristianismo, mas, recusada a proposta, ordena a sua execução. A narrativa apresentada no *Heimskringla*, capítulo 4 da *Magnússona saga* (Hollander 1964, 690), resume o conteúdo do *Morkinskinna*, com referências à localização de Sintra na

---

<sup>32</sup> Poema no *Skaldic Poetry Project*: <http://skaldic.arts.usyd.edu.au/db.php?table=poems&id=273>

Hispania, a sua utilização como base para ataques a territórios cristãos e o massacre dos ocupantes. O *Fagrskinna* ignora este episódio.

É nesta fase que passamos a contar com aquela que poderá ser a única referência ibérica à expedição de Sigurðr. Segundo a *Chronica Gothorum* (Herculano 1856, 11), no mês de Julho da Era de 1147 (ano 1109), Sintra foi capturada por Henrique do Condado Portucalense (*Era MCXLVII. Mense Julio iterum capta fuit Sintria a Comite D. Henrico genero D. Alfonsi Regis maritio filie sue Regine D. Tarasie*) e a notícia termina com uma referência a uma revolta muçulmana por alturas da morte de Alfonso VI (*Audientes enim Sarraceni mortem Regis D. Alfonsi, ceperunt rebellare*). Mas a *Brevis Historia Gothorum*, na prática uma fonte gêmea da *Chronica* (Herculano 1856, 11), apresenta uma versão ligeiramente diferente destes acontecimentos, colocando a morte de Alfonso VI a 29 de Junho de 1109 (*Era MCVLVII III Kal Julii obit Rex Adefonsus Fernandi Regis filius*) e acrescentando que, pouco depois, no ano seguinte, com Sintra perdida e conhecida a morte do rei (*paulo post primo sequente circiter anno, cum Sintra defecisset, audita morte Regis Alfonsi*), o local foi reconquistado por Henrique (*recuperata est a Comite Henriquo*).

Parece haver uma discrepância cronológica entre as duas fontes, com a *Chronica Gothorum* a colocar a conquista de Sintra pelo conde portucalense em 1109 e a *Brevis Historia Gothorum* a dar a ideia de que o feito teve lugar no ano seguinte, depois da morte de Alfonso VI. Mas a contradição pode ser apenas aparente se levarmos à letra as fontes: a primeira diz que Sintra foi capturada (*capta fuit*), enquanto a segunda diz que foi recuperada (*recuperata*) e ambas têm em comum a referência a uma revolta muçulmana. Barrilaro Ruas aceitou que Sintra foi conquistada por Henrique em 1109 (1992a, 194) mas, conforme referimos anteriormente, José Mattoso tem dúvidas quanto a todo o episódio, colocando em causa a capacidade militar do conde para sitiá-lo e tomar o Castelo de Sintra (Mattoso 1993b, 35). Para este último historiador, a fonte incorre num erro de data ou de transcrição, propondo que, na realidade, o que sucedeu em 1109 foi a revolta dos muçulmanos locais que devolveu Sintra ao domínio islâmico. O que não é impossível, mas a teoria de Mattoso assenta na suposição de que Henrique não tinha meios para fazer face aos Almorávidas e tomar a fortificação, obrigando à busca de interpretações alternativas da notícia medieval. Ora, a questão ganha outros contornos se lhe juntarmos a

presença na região de Lisboa das tropas de Sigurðr, o que poderá ter facilitado a ocupação de Sintra pelo conde portugalense.

É certo que a *Chronica Gothorum* e a *Brevis Historia Gothorum* não fazem qualquer referência ao co-monarca norueguês ou sequer a um exército de cruzados. Tal como, aliás, as fontes nórdicas nada dizem sobre Henrique ou um suposto acordo entre ele e Sigurðr. Estamos, por isso, impossibilitados de apresentar mais do que meras hipóteses, as quais, no entanto, têm sido consideradas pelo menos desde meados do século XX. Já em 1951, o islandês Bjarni Aðalbjarnarson referiu na sua edição do *Heimskringla* que Sintra tinha caído em mãos muçulmanas em 1109, mas que Henrique reconquistou-a no ano seguinte, feito para o qual julgou ser possível assumir o auxílio de Sigurðr (1951, 242, nota à estrofe 189). Esta teoria teve um dos seus ecos mais recentes na edição de Theodore Andersson e Kari Ellen Gade do *Morkinskinna*, onde, no entanto, a tomada de Sintra por Henrique é datada de 1109 (2000, 452, n. 9). E um acordo entre Henrique e o co-monarca norueguês não é impossível, embora, conforme dissemos, não se possa ir além do hipotético. É de notar que as fontes nórdicas parecem estar informadas sobre a situação militar do ocidente peninsular, dado que identificam o Castelo de Sintra como uma base para operações militares contra o norte. E o mesmo pode ser dito a respeito de Lisboa, de que falaremos a seguir, que é descrita como estando na fronteira entre os territórios cristão e pagão. O que deixa a impressão de que os nórdicos tiveram mais do que um contacto ocasional com os habitantes e, por ventura, elites do ocidente peninsular. Mas, dado que tanto o *Morkinskinna* como o *Heimskringla* são fontes de século XIII, também é verdade que essa informação pode ter sido recolhida posteriormente, enquanto o poema de Halldórr skvaldri nada diz sobre a realidade militar da região.

Resta-nos, por isso, interpretar a *Chronica Gothorum* com o conhecimento de que, por volta de 1109, houve um rei norueguês que tomou o Castelo de Sintra. Assim, sabemos que a fortificação foi entregue a Alfonso VI pelo Rei da Taifa de Badajoz em 1093, juntamente com Santarém e Lisboa, sendo que esta última voltou a cair em mãos muçulmanas em 1095. Não se conhece o que aconteceu a Sintra nessa altura, se resistiu ou se sofreu o mesmo destino que Lisboa, mas a proximidade geográfica entre as duas leva a supor a última possibilidade. O certo é que, a julgar pelas fontes nórdicas, a fortificação estaria em mãos muçulmanas quando Sigurðr a tomou, por

volta de 1109. Ano no qual, diz a *Chronica Gothorum*, Sintra foi capturada por Henrique. Se o co-monarca norueguês não tinha um acordo com o conde portugalense, à semelhança do de Afonso Henriques com os cruzados de 1147, é pelo menos possível que o assalto levado a cabo por Sigurðr tenha deixado a fortificação exposta ou as suas defesas enfraquecidas o suficiente para Henrique poder tomá-la. Por outras palavras, poderá ter sido apenas uma agradável coincidência com óbvias vantagens militares para os Portucalenses. O que permite pôr de parte as dúvidas de José Mattoso sobre os recursos militares do marido de D. Teresa e concluir que a *Chronica Gothorum* pode, afinal, estar correcta. Quanto à revolta muçulmana, talvez possamos dar um valor cronológico ao facto de a referência vir depois e não antes da notícia da tomada de Sintra por Henrique. Isto é, que a sublevação teve lugar após a captura (*capta fuit*) pelos Portucalenses e que, em 1110, segundo a *Brevis Historia Gothorum*, o conde portugalense reconquistou novamente o castelo depois desse levantamento. Daí que, para citar o texto uma vez mais, *cum Sintra defecisset, audita morte Regis Alfonsi, recuperata est a Comite Henriquo*. Um esforço valoroso, mas que não terá feito mais do que adiar a queda da fortificação em mãos muçulmanas, talvez logo em 1111, aquando da tomada almorávida de Santarém.

É justo perguntar se o que expusemos não permite concretizar as datas da expedição de Sigurðr, dado que, dirão alguns, a notícia da conquista de Sintra por Henrique em 1109 fornece uma referência cronológica concreta para a expedição do co-monarca norueguês. O que seria verdade se a *Chronica Gothorum* ou a *Brevis Historia Gothorum* mencionassem o filho de Magnús berfœttr ou um exército de cruzados, mas não é esse o caso. Há apenas uma coincidência aproximada de datas e exacta quanto ao local, permitindo levantar a possibilidade de os sucessos de Henrique e Sigurðr estarem relacionados, acidentalmente ou não. Principalmente se se quiser assumir que o primeiro não dispunha de meios militares para fazer frente aos Almorávidas e reconquistar os territórios doados a Alfonso VI em 1093.

### **3. Lisboa, c. 1109**

Depois de Sintra, o alvo militar seguinte de Sigurðr foi Lisboa, que surge claramente identificada no poema de Halldórr skvaldri com o nome de *Lizibón*.



Uma vez mais, o grosso da informação vem da prosa dos compêndios, nomeadamente do *Morkinskinna*, ainda o capítulo 61, onde é dito que a povoação era meio pagã e meio cristã e que se encontrava na fronteira religiosa da Península Ibérica. Após um discurso em que Sigurðr motiva os seus homens a tomarem a cidade, os cruzados noruegueses põem cerco a Lisboa, que resiste até as muralhas serem derrubadas por catapultas. E depois seguiu-se o confronto urbano, com a inevitável perda abundante de vidas. Do rei diz-se que ele seguia à cabeça das suas tropas pelas ruas da cidade e que houve quem se rendesse e aceitasse a conversão ao cristianismo. Tomada e pilhada Lisboa, Sigurðr segue viagem para sul, não se sabendo o que aconteceu de seguida à cidade. É esta, pelo menos, a narrativa contida no *Morkinskinna*, que surge resumida no *Heimskringla*, capítulo 5 da *Magnússona saga* (Hollander 1964, 691), e mais ainda no *Fagrskinna* (Finlay 2004, 253). Há, no entanto, uma diferença importante: o primeiro dos três compêndios é o único que refere explicitamente a entrada dos nórdicos em Lisboa, enquanto o segundo fala apenas de pilhagem e o terceiro refere um cerco à cidade e saque. É possível que esta diferença, aparentemente inconsequente, se deva à natureza resumida das narrativas contidas no *Heimskringla* e no *Fagrskinna*, mais ainda se tivermos em conta que o *Morkinskinna*, conforme referimos na apresentação das fontes, foi enriquecido por diversas interpolações e incorporação de pequenas histórias. E podemos estar perante um desses acrescentos ou, em alternativa, mais um caso de desenvolvimento em prosa da narrativa poética original. Por outras palavras, estamos de volta à questão da transmissão oral da poesia skáldica e dos *prosimetra*. Note-se que o poema de Halldórr skvaldri usa a preposição *við* (junto, perto de) quando diz que Sigurðr conseguiu uma terceira vitória a sul, junto a uma cidade chamada Lisboa: *vannt sigr enn þriðja suðr við borg, þás kalla Lizibón*. A ideia de que o monarca entrou no espaço urbano poderá, por isso, ter sido um desenvolvimento popular do poema, glorificando (ou enfabulando) a memória de Sigurðr. Mas também podemos perguntar se não terá algo de verdade e se a diferença entre as fontes nórdicas não ficou a dever-se ao carácter mais resumido do *Fagrskinna* e do *Heimskringla*. E, assim, à semelhança da incursão vikingue de 844, voltamos ao tema das muralhas da cidade e se elas resistiram ou não ao ataque norueguês. Felizmente, no que diz respeito à linha defensiva de Lisboa, temos mais

certezas para 1109 do que para o século IX, porque dispomos de uma fonte cronologicamente próxima: o relato da conquista da cidade em 1147.

Graças ao *De Expugnatione Lyxbonensi*, conjugado com os vestígios ainda hoje visíveis, conhecemos o traçado que a muralha de Lisboa teria quando Sigurðr entrou no Tejo. Seria a chamada Cerca Moura, que descia ao longo da colina do castelo até ao rio e seguindo depois ao longo das suas margens, ao ponto de separar o espaço urbano do curso de água (capítulo 5; Nascimento 2007, 77). A cidade teria ainda bairros extramuros, os arrabaldes de que fala o relato do cruzado, que faz notar as suas ruas estreitas, transformando essas zonas habitacionais em pequenas fortalezas (capítulo 5; Nascimento 2007, 79). Tanto assim que foram palco de confrontos durante vários dias. E esses bairros, cuja existência supusemos para 844, existiam por certo em 1147 e podem, por isso, ser facilmente assumidos como parte da cidade em 1109 ou 1110. São eles Alfama e a Mouraria, que se prolongava pela actual Rua da Madalena. Zonas cuja ocupação humana seria antiga, mas que se encontravam fora das muralhas, entre elas e o rio ou, no caso do último dos dois bairros, entre a colina do castelo e o esteiro do Tejo (Figura 4). E é aqui que os relatos nórdicos ganham sentido sem que se tenha que assumir a queda de Lisboa. Isto é, que Sigurðr atacou e pilhou os espaços urbanos junto à cidade (*við borg*, nas palavras de Halldórr skvaldri), na prática pondo-lhe cerco e retirando da acção um saque considerável. O que pode dar algum fundo de verdade à descrição do *Morkinskinna*, com o co-monarca a seguir à frente das suas tropas pelas ruas, embora possam ter sido apenas as dos bairros fora das muralhas e



**Figura 4:** Representação artística da Lisboa medieval (C. Amaro, ap. Picard 2000, 334). Com a cerca moura destacada, vê-se Alfama à direita e a Madalena/Mouraria à esquerda.

não no seu interior. E note-se ainda a referência à natureza mista da cidade em termos religiosos, meio cristã e meio pagã, algo que os Noruegueses poderiam ter constatado junto à actual Rua da Madalena, onde poderia residir uma pequena comunidade moçárabe, conforme referimos na análise do ataque de 844.

À semelhança do que foi proposto para Sintra, também foi sugerido alguma forma de acordo ou coordenação entre Henrique e Sigurðr para a conquista de Lisboa, mas que o primeiro não chegou a concretizar. Foi o que fez, uma vez mais, Bjarni Aðalbjarnarson (1951, 243, nota à estrofe 190), assim como Theodore Andersson e Kari Ellen Gade (2000, 452, n. 9). Não é impossível que o conde portugalense estivesse interessado na tomada da cidade e é, aliás, altamente provável que o quisesse fazer, dado que não só estaria a recuperar território perdido por Raimundo, como estaria a assegurar a conquista da linha de fronteira do Tejo. Mas Henrique, se chegou a pensá-lo, nunca o fez, por falta de meios, oportunidade ou ambos. E, uma vez mais, não há qualquer registo escrito de contactos com Sigurðr. Se houve algum acordo entre os dois, foi infrutífero; se o ataque norueguês proporcionou a Henrique uma oportunidade para atacar Lisboa, ele não a aproveitou. Mas também não é seguro que o rei cruzado tenha tomado a cidade e, por isso, não é certo que ele tenha enfraquecido as suas defesas o suficiente para abrir caminho aos Portucalenses.

A análise dos ataques noruegueses a Sintra e Lisboa conduz à possibilidade de a expedição de Sigurðr ter cerceado o ímpeto almorávida no ocidente ibérico. Limitada e temporariamente, é certo, mas, ainda assim, trata-se de uma questão que vale a pena considerar e à qual daremos atenção no ponto seguinte.

#### **4. Alcácer do Sal, c. 1109**

Segundo o poema de Halldórr skvaldri e as narrativas em prosa que nele se basearam, a quarta vitória dos cruzados noruegueses teve lugar num local chamado *Alkasse*, que tem sido frequentemente identificado com Alcácer do Sal.

O capítulo 61 do *Morkinskinna* conta que, de Lisboa, Sigurðr seguiu para sul, para a parte pagã da Hispânia, até uma cidade chamada *Alkassa*. Após convencer os seus homens, atacou-a e tomou-a, pilhando por completo a povoação antes de a destruir. O capítulo 5 da *Magnússona saga*, no *Heimskringla*, resume o episódio com os Noruegueses a desembarcarem e a tomarem a cidade, matando muitos e

despovoando o local. Ambas as fontes citam o *Útfarardrápa* de Halldórr skvaldri, que primeiro fala da vontade do rei em lançar-se numa quarta batalha próxima do local chamado *Alkasse* (*þars heitir Alkasse*) e, nos versos seguintes, numa cidade destruída (*einni eyddri borg*), no desgosto da mulher pagã (*sorga heiðins vífs*) e uma fuga forçada (*drifa á flóttu*), presumivelmente dos habitantes. A fonte poética não é muito clara, mas os autores dos compêndios interpretaram a passagem como uma referência ao saque e despovoação de *Alkasse*. O *Fagrskinna* fala apenas da conquista de um grande saque (Finlay 2004, 253).

A primeira questão a colocar é a da identificação do topónimo, com a localização a sul de Lisboa e a semelhança do nome a sustentarem a possibilidade de se tratar de Alcácer do Sal. Theodore Andersson e Kari Ellen Gade aceitaram essa hipótese (2000, 452, n. 11), embora chamem a atenção para o trabalho de Paul Didier Riant, que listou diversas possibilidades: Algeciras, Alcazar de Fez, Aljezur e Alcácer do Sal (1865, 181, n. 1). Mas o estudioso francês considerou a última como a mais provável, enquanto Lee Hollander, em nota na sua edição do *Heimskringla*, deu o topónimo como incerto e referiu apenas que o árabe *al-kasr* quer dizer fortaleza (1964, 691, n. 2). O que é verdade, tanto que se conhece uma cidade cuja denominação árabe começava precisamente com o termo em questão: *Kassr Abu Danis*, de acordo com a grafia da fonte que usamos no ponto 2 do capítulo 8 no presente trabalho, ou *Qasr Abi Danis*, segundo Christophe Picard (2000, 194). Alcácer do Sal, por outras palavras, que era conhecida como a *Fortaleza de Abi Danis* por ter sido repovoada por Awasja b. Abu Danis, no início do século X (Picard 2000, 194). Identificá-la com o local que surge no poema de Halldórr skvaldri implica, nesse caso, o pressuposto de que os nórdicos usaram apenas o primeiro elemento do topónimo, convertendo o árabe *al-Kasr* em *Alkasse*. O que não é impossível, principalmente quando reparamos que até os próprios Portugueses mantiveram esse elemento no topónimo ao mesmo tempo que deixaram cair o *Abi Danis*. E isso quer dizer que podemos, de facto, estar perante uma referência a Alcácer do Sal.

Se os autores dos compêndios nórdicos estão correctos na sua interpretação do *Útfarardrápa*, lendo nele a despovoação da cidade, então estamos diante de um episódio que afectou uma povoação provida de importância militar e comercial. O que nos leva à questão do impacto da expedição de Sigurðr sobre a capacidade militar dos

Almorávidas no ocidente ibérico. Não terá sido profundo, uma vez que se tratam de operações de saque e não de ocupação do território atacado. E, pelo mesmo motivo, quaisquer consequências terão também sido limitadas no tempo. Basta pensar que os Almorávidas conseguiram conquistar Santarém em 1111, entre um a três anos depois da passagem do rei cruzado pela costa ocidental da Península Ibérica. Mas também é verdade que Sigurðr pode ter aberto caminho à conquista de Sintra por Henrique de Portucale e ainda que não se queira aceitar a possibilidade de ter havido contactos ou um acordo entre os dois. O mesmo Henrique que, suspeita José Mattoso, não tinha meios militares suficientes para fazer recuar os Almorávidas e, de facto, não consta que tenha conseguido conquistar Lisboa. Mas há notícia de que teve sucesso em Sintra, se não duas, pelo menos uma vez. Sucesso em submeter a mesma fortificação que Sigurðr tomou e fracasso em conquistar a cidade onde não é certo que o co-monarca norueguês tenha entrado: a sobreposição dos feitos dos dois homens sustenta a possibilidade de, no mínimo, a expedição do rei cruzado ter cerceado o ímpeto almorávida. Pelo menos o suficiente para Henrique tomar e manter Sintra por algum tempo e, dessa forma, manter a linha de fronteira perto do Tejo perante a ameaça de ela recuar até ao Mondego. E depois há ainda o saque e despovoamento de Alcácer do Sal, a fazer fé nas fontes nórdicas, que não deixará de ter afectado a estrutura territorial do oeste ibérico muçulmano. Porque, como notou Christophe Picard, era uma cidade à saída da rede viária que atravessava o interior do território, um centro de comércio marítimo e ainda um posto militar, terrestre e naval, principalmente depois de Almançor ter usado Alcácer como base a partir da qual lançou o seu ataque a Compostela em 997 (2000, 195-6).

Mas a natureza passageira da expedição Sigurðr, sem ser imediatamente seguida de um avanço portugalense, implica que os seus efeitos foram igualmente passageiros. O que tanto pode servir para argumentar que Henrique não tinha um acordo com o co-monarca norueguês, como para sustentar a tese da escassez de meios do conde português. Alcácer do Sal pode ter sido pilhada e despovoada, mas nada impedia que fosse repovoada logo após a partida dos Noruegueses. Da mesma forma, Lisboa terá recuperado rapidamente da acção de saque, mais ainda se nunca passou dos bairros extramuros. A única excepção neste cenário é Sintra que, isolada no extremo sudoeste da fronteira portugalense e sem apoio lisboeta, estava

condenada a cair quando, em 1111, Santarém regressou a mãos muçulmanas. Com ou sem acordo com Henrique, Sigurðr pode ter colocado uma pedra no caminho dos Almorávidas, mas não mais do que isso.

## 5. Galiza, c. 1112

Conforme referimos anteriormente, a *Historia Compostelana* contém notícia de cruzados oriundos de Inglaterra e recrutados como mercenários por dois nobres galegos (Livro I, capítulo LXXVI; Falque Rey 1994, 186-7). Mas a fonte não data os acontecimentos, motivo pelo qual é necessário procurar uma referência cronológica noutra parte do texto.

Dado que o episódio surge no contexto dos conflitos que se seguiram à morte de Alfonso VI, é certo que não teve lugar antes de 1109. O capítulo 73 indica ainda a Era de 1149 para acontecimentos que, na narrativa da *Historia Compostelana*, antecedem a chegada dos cruzados em causa (Falque Rey 1994, 181), o que nos permite avançar o *terminus post quem* para 1111. No entanto, a data não é aceite de forma consensual e já houve quem argumentasse que o texto está errado por um ano (Falque Rey 1994, 181, n. 471), o que quer dizer que teríamos que avançar o nosso limite cronológico para 1112. Em qualquer caso, a referência, no capítulo 74, à sagração de Alfonso VI por Gelmírez (Falque Rey 1994, 183) permite confirmar que não terá sido antes de 1111. A partir daqui, deixamos de dispor de elementos que nos permitam precisar no tempo o episódio que queremos analisar, restando-nos um *terminus post quem* e a data aproximada de 1112, se tivermos em conta a reserva de alguns estudiosos à indicação da Era 1149.

Voltando ao texto, a *Historia Compostelana* fala de dois nobres galegos, Pelágio Gudesteiz e Rabinado Nunes, que recrutaram cruzados oriundos de Inglaterra e a caminho de Jerusalém (*Eodem tempore P. Godesteides et R. Nunides piratas pretio conductos sibi in auxilium assumpserant, qui ab Angliæ partibus venientes causa aduendi Hierosolymam, Hesperiam attigerant*; Lazcano 2006b, 227). Os dois homens eram apoiantes de Alfonso I de Aragão e, por isso, adversários tanto de Diego Gelmírez, Bispo de Iria-Compostela, como de Urraca e do seu filho Alfonso Raimundes, que, por aquela altura, seria já rei na Galiza. Confrontados com as forças do prelado, os dois nobres terão aproveitado a presença dos cruzados na costa galega para lançá-los

contra Gelmírez e Urraca, engrossando, assim, o seu esforço de guerra. E o resultado foi, nas palavras da *Historia Compostelana*, a pilhagem sistemática de povoações e igrejas (*et remota et mari finitima persundarent, et atrocitatis suæ rabiem exercerent... Ecclesias violabant*; Lazcano 2006b, 227). A resposta militar coube ao exército do Bispo de Iria-Compostela, recrutado em Iria e Lanzada, à entrada da ria de Arousa, e provido de uma frota (*Interea dum Irienses Nautæ, virique qui de S. Maria de Lanchata venerant*; Lazcano 2006b, 227). Ao deparam-se com os cruzados em actos de pilhagem, os Galegos lançaram-se contra eles, derrotando-os e tomando-lhes as embarcações, duas das quais, diz o texto, tinham sido cedidas por Pelágio Gudesteiz e Rabinado Nunes (*et alias duas naves quas Pelagius Godesteides, et Rabinatus Nunides Anglicis in auxilium dederunt*; Lazcano 2006b, 228). Os Ingleses sobreviventes foram levados para Compostela, onde Diego Gelmírez, tendo piedade deles, libertou-os depois de os obrigar a jurarem que não voltariam a inquietar cristãos (*ipse Episcopus eos juramento astrinxit, ne amplius Christianorum inquietatores essent*; Lazcano 2006b, 228).

Recordamos o que dissemos ao analisarmos a passagem de Sigurðr jórsalafari pela Galiza: o episódio descrito na *Historia Compostelana* diverge do das fontes nórdicas, não só no ano, como também no conteúdo. E ele aí está para o demonstrar. Não há referência à traição de um conde galego, mas ao recrutamento dos cruzados por dois; e se Compostela surge na narrativa, como sede de poder de Diego Gelmírez, este emerge vitorioso do confronto. O que obriga a perguntar qual a origem dos cruzados recrutados por Pelágio e Rabinado. É certo que o texto diz que vieram de Inglaterra, mas a questão é se essa era, de facto, a sua origem ou se, tal como Sigurðr, passaram por ou fizeram escala em território inglês. Dozy supôs que procediam das Orkney, o que faria deles antecessores de Rögnvaldr Kali Kolsson (Falque Rey 1994, 186, n. 486). O capítulo 52 da *Orkneyinga saga* refere, de facto, um conde Hákon que foi em peregrinação até Roma e depois Jerusalém (Pálsson & Edwards 1981, 97), mas não descreve quaisquer episódios ao longo da viagem. Para além de que a expedição surge depois da morte de São Magnús, que teve lugar em 1116 (Livingstone 1997, 1020), o que dificulta a concordância cronológica com a *Historia Compostelana*.

Ainda assim, a hipótese das Orkney não é impossível se pensarmos que o norte da Escócia era, ao mesmo tempo, um dos últimos redutos de pirataria nórdica e

território cristianizado, independentemente do grau de cristianismo professado. E porque o próprio exemplo do co-monarca norueguês pode ter dado azo a projectos semelhantes, levando a que, poucos anos depois, partisse das Ilhas Britânicas uma pequena expedição, de liderança desconhecida, mas que acabou a fazer o trabalho de mercenários na Galiza. Também já foi proposto que se tratava de um grupo de cruzados que integrou a expedição de Sigurðr e que se encontrava de regresso à Noruega por volta de 1112. A ideia foi sugerida por Felipe Cordero Carrete, que também referiu a tese de Dozy (1961, 85-6), mas está em conflito com as fontes nórdicas, dado que tanto o *Morkinskinna* (capítulo 63; Andersson & Ellen Gade 2000, 325) como a *Magnússona saga* (capítulo 13; Hollander 1964, 698) referem que Sigurðr regressou à Noruega por terra, partindo de Constantinopla, onde ofereceu todos os seus navios ao imperador bizantino. E isto faz com a hipótese apresentada por Carrete não possa ser facilmente aceite, mais ainda se considerarmos que a *Historia Compostelana* indica Inglaterra como a origem dos cruzados. O que querer dizer que eles vinham de norte para sul, contrariando a possibilidade de terem feito o percurso inverso, de Jerusalém para a Escandinávia, de sul para norte.

Mesmo não se sabendo ao certo de onde vieram os mercenários, podemos tentar identificar pelo menos alguns locais que foram pilhados por eles. Por entre a narrativa vaga, que pouco diz de topónimos ou regiões, surge a indicação de que, ao serem recrutados por Pelágio Gudesteiz e Rabinado Nunes, os cruzados entregaram-se ao saque das terras em redor (*ipisi adjacentes partes deprædando et depopulando inquietarent*; Lazcano 2006b, 227). Pressupõe-se pelo texto que a *Historia Compostelana* esteja a referir-se ao território em torno de uma ou mais fortificações dos nobres rebeldes, por ventura até aquela junto à qual os Ingleses foram abordados. Ora, se recuarmos até ao capítulo 75, encontramos o conteúdo de uma carta de Urraca a Gelmírez onde ela lhe pede que ataque os castelos que eram refúgio dos apoiantes de Alfonso I de Aragão (Falque Rey 1994, 185). Segue-se, na narrativa, o recrutamento do exército do Bispo de Iria-Compostela e a sua viagem marítima rumo a uma dessas fortificações, localizada junto ao mar e que dá pelo nome de São Pelágio de Luto (*aptata classe ad eamdem obsidionem tenderent, ut Castellum S. Pelagii de Luto, quod in litore maris positum*; Lazcano 2006b, 226). Emma Falque Rey localiza-a na região de Pontevedra (1994, 185, n. 482) e é possível que seja o ponto a partir do qual os



cruzados iniciaram a sua actividade ao serviço de Pelágio Gudesteiz e Rabinado Nunes, na medida em que seria lá que estavam refugiados os dois nobres. Convém frisar: possível e não certo! Estamos a avançar com uma hipótese com base nos termos usados pelo texto, com o risco de podermos estar a levá-lo demasiado à letra.

A conclusão inevitável é que o grupo que foi recrutado pelos aristocratas rebeldes teve uma origem que não pode ser precisada por falta de fontes. Com base nas que conhecemos, apenas podemos dizer que partiu das Ilhas Britânicas, mas nada mais. Também se desconhece a extensão exacta da área pilhada pelos cruzados, mas incluiu a região de Pontevedra, onde as acções de saque poderão ter começado. Quanto ao destino dos sobreviventes após terem sido libertados por Gelmírez, a *Historia Compostelana* nada diz.

## **6. Lisboa, 1147**

O episódio final na nossa análise das incursões nórdicas no ocidente da Península Ibérica não é, por esta altura, um desconhecido. Já nos referimos ao relato da conquista de Lisboa por várias vezes e chegámos a mencionar algumas passagens neste mesmo capítulo. Mas o derradeiro olhar sobre a narrativa centra-se naquele aspecto que marca o fim do âmbito cronológico do presente trabalho: a transformação, no registo escrito, do termo *normando*.

A expedição de cruzados que sitiou Lisboa era composta por homens de diferentes origens, algumas das quais surgem referidas logo no primeiro capítulo do texto. Vinham do Sacro Império Romano, da Flandres, de Bolonha e ainda das regiões inglesas de Norfolk, Suffolk, Dover e Kent (Nascimento 2007, 54-5). Diríamos, destes últimos, que eram Ingleses, mas o capítulo 8 menciona oito navios dos Normandos de Southampton e Bristol (*nauibus octo Normannorum, Hamtonensium et Bristowensium*; Nascimento 2007, 84). O que pode parecer curioso, dado que ambas são povoações localizadas em Inglaterra. No mesmo sentido vai a expressão *Normanni et Angli* que, numa variante ou outra, surge nos capítulos 13, 14, 16, 17 e 22 (Nascimento 2007, 102, 106, 112, 114, 116, 138). E a uma outra ocorrência das mesmas palavras, no capítulo 21, acresce ainda o facto de se inserir numa frase em que Normandos e Ingleses recusam saque a troco da rendição da cidade (Nascimento 2007, 134-5).

É certo que, no decorrer do cerco a Lisboa, os cruzados dividiram-se em dois grandes grupos, com os Flamengos e homens do Sacro Império a ocuparem-se das acções de combate na parte oriental da cidade e o contingente anglo-normando a fazer o mesmo no lado ocidental. É o que transparece na descrição das tentativas de sobrepor ou derrubar as muralhas, de que é exemplo o capítulo 17 (Nascimento 2007, 112-7), mas também nas duas igrejas que, segundo o capítulo 14, foram erguidas a pensar nos sitiados mortos: a Este, a do primeiro grupo de cruzados, junto ao Mosteiro de São Vicente de Fora, que seria fundado pouco depois; a Oeste, a do segundo grupo, próxima do actual Largo das Belas Artes (Nascimento 2007, 106-7; também 168, n. 132). Poder-se-ia pensar, por isso, que a associação que o texto faz entre Normandos e Ingleses deriva da forma como o cerco acabou por ser organizado. Mas a já mencionada referência a Normandos de Southampton e Bristol indica que estamos perante uma ligação mais profunda e cuja compreensão passa por um acontecimento histórico em particular: a conquista de Inglaterra por Guilherme da Normandia em 1066.

Quando analisámos as incursões do século X, referimos o processo de assimilação cultural dos nórdicos que se estabeleceram entre a Bretanha e Rouen. Foi, se quisermos, a primeira mutação dos normandos: a passagem de colonos e piratas pagãos a habitantes cristãos do mundo político e cultural saído do Império Carolíngio. É certo que ainda com traços das suas origens no norte da Europa, mas eram já um grupo distinto dos seus antepassados vikingues que deram o nome à Normandia e o gentílico aos que dela originavam. Houve depois uma segunda mutação, provocada pela Batalha de Hastings e a consequente ascensão ao trono inglês de Guilherme, o Conquistador. Como seria de esperar, com ele seguiram nobres, soldados e clérigos normandos que se instalaram em Inglaterra, que recebia, assim, um substrato cultural francês. Os dois lados do Canal da Mancha já eram próximos antes de 1066, como se pode constatar nos laços familiares entre a família real anglo-saxónica e os duques da Normandia. Laços esses, aliás, que contribuíram para a pretensão de Guilherme ao trono de Inglaterra. Mas a conquista desta elevou essa proximidade a um novo nível, de tal forma que permitiu o aparecimento do dialecto anglo-normando, que fundia elementos dos idiomas dos dois lados do canal. Era o resultado do estabelecimento em território inglês de uma elite oriunda da Normandia, seguida de grupos mais humildes

do norte de França. E esta é, digamos, a segunda mutação dos Normandos, que se anglicizavam ao mesmo tempo que a Inglaterra recebia influências francesas. Chegados a 1147, esse processo estava em marcha há quase um século e daí que o autor do *De Expugnatione Lyxbonensi* possa falar de Normandos de Bristol e Southampton.

Esta passagem de piratas pagãos a membros do mundo franco e, mais tarde, inglês, é demonstrativo das mudanças culturais ocorridas em trezentos anos de História: a assimilação dos nórdicos pelas comunidades que atacaram, a cristianização e a integração da Escandinávia no universo político e cultural da Europa continental. Para a *Crónica Albeldense*, os normandos eram uma gente péssima e cruel, piratas e saqueadores que desembarcaram na região da Corunha em 844; no *De Expugnatione Lyxbonensi*, são guerreiros nobres e um modelo de virtude cristã. De tal forma que, diz o texto, preferem a honra de tomar a cidade em detrimento da oportunidade de aumentarem o saque. Algo que, provavelmente, teria confundido os seus antepassados vikingues e talvez até o próprio Sigurðr jórsalafari. É certo que o relato da conquista de Lisboa não foi escrito por um ibérico, que talvez tivesse outra opinião sobre os nórdicos. Mas foi redigido sob o patrocínio de autoridades peninsulares, as quais não parecem ter sentido a necessidade de colar o texto a uma qualquer visão dos Normandos como gente péssima e cruel. O mundo mudou entre 844 e 1147 e, com ele, mudou também o significado do gentílico. E se é verdade que estamos perante um relato panegírico, isso também serve como forma de contraste com o passado: o autor do *Expugnatione Lyxbonensi* pode ter sido parcial para com os seus, mas quis retratá-los como um modelo de *miles Christi*. Algo que seria estranho para os vikingues do século IX, que talvez tivessem preferido poemas sobre a generosidade dos seus líderes, quer por distribuírem o saque entre os seus homens, quer por alimentarem animais necrófagos com vítimas de guerra.

O *De Expugnatione Lyxbonensi* é um dos primeiros ou mesmo o primeiro texto sobre o ocidente ibérico onde os Normandos surgem como cristãos virtuosos, em claro contraste com o que sucede na *Crónica Albeldense* e em fontes posteriores. É sintomático, porque o termo é o mesmo, mas não o significado e, dessa forma, dá à conquista de Lisboa o valor simbólico que nos permite usar o ano de 1147 como o ponto que marca o fim do âmbito cronológico do presente trabalho.



III.

# VESTÍGIOS



# Capítulo 11

## Lendas e festas

Sem surpresa, trezentos anos de actividade nórdica deixaram marcas, tanto na memória como na paisagem. Por serem uma herança dos três séculos de incursões, a terceira e última parte do presente trabalho tem como objectivo registar e analisar os vestígios que conseguimos encontrar. Esta última secção lista lendas, festas, fortificações e aborda ainda as questões de possível colonização nórdica e influência sobre a construção naval ibérica. Por esta ordem e num total de dezasseis pontos.

É justo perguntar por que é que começamos pelas lendas e não pelas fortificações. Afinal, feita a análise do registo histórico, o óbvio seria passar para a dos castelos e fortalezas que foram erguidas contra os vikingues e que, nalguns casos, figuram nos textos que nos trazem notícias dos ataques. Pensemos nas Torres do Oeste ou na Lanzada, referidas nos capítulos 9 e 10, respectivamente. Mas o facto de alguns estudiosos confundirem o registo histórico com o lendário confere sentido a que, uma vez separados os dois, à análise de um se siga a do outro. Porque, por ingenuidade ou fraca pesquisa, há trabalhos recentes onde figuram como factuais episódios que não passam de lendas; com base em obras diversas, dos nossos dias ou outras mais antigas, mas todas com um elemento em comum: o recurso limitado ou mesmo nulo a fontes primárias. O que, inevitavelmente, se traduz numa falta de base documental que sustente como facto aquilo que se quer apresentar como tal. É certo – e não o negamos! - que uma lenda pode ocultar a memória de um ataque do qual não ficou registo escrito. Mas uma coisa é uma hipótese vaga e outra bem diferente é um acontecimento que pode qualificar-se de histórico porque há dados que o comprovam. É, se quisermos, a diferença entre um boato, que pode até gerar realidades bastante concretas, e um facto devidamente fundamentado. A distinção entre os dois nem sempre é óbvia, mas há casos em que a mera ausência de base documental devia, no mínimo, servir de aviso.

Assim, entre as lendas que listamos neste capítulo – e são todas as que conseguimos encontrar – há casos em que é possível um conteúdo histórico, outros em que ele é apenas provável e, por último, há exemplos de narrativas que devem

mais à imaginação do que à História. Todas elas se encontram publicadas, referidas em obras de qualidade diversa e, de uma forma ou outra, com um lugar na cultura popular, em boa parte graças à comercialização de obras sobre o tema. Tanto assim que algumas lendas originaram festas populares, uma delas tendo como palco uma fortificação historicamente associada aos ataques nórdicos.

## **1. Batalha em Chantada**

No coração da Galiza, perto do rio Minho, há uma povoação chamada Chantada, localizada a cerca de noventa quilómetros a norte de Portugal e à mesma distância de Santiago de Compostela. Diz a lenda que, durante o período vikingue, um grupo de piratas nórdicos atacou aquela localidade antes de ser derrotado por um exército nativo liderado por um rei Ramiro. Do início do século XX até aos nossos dias, foram vários os autores que incluíram o conto no registo das incursões.

Conforme veremos, é possível que a lenda tenha uma origem local já com vários séculos, mas o seu grande criador moderno e divulgador foi Manuel Formoso Lamas. Segundo ele, um grupo de piratas nórdicos ficou preso em terra depois de os seus navios terem sido queimados na Corunha, levando-os a fugirem para o interior, até Chantada, onde a nobreza local foi incapaz de lhes fazer frente, procurando refúgio numa antiga fortificação chamada Castro Candad. De lá, observaram a pilhagem e a chegada do rei Ramiro à frente de um exército com o qual empurrou os vikingues até às margens do rio Minho. E foi aí que eles foram derrotados, num sítio desde então chamado Camporramiro. No local, ergue-se uma igreja comemorativa e a vitória valeu a alguns nobres uma recompensa régia (1905, 59-69).

No seguimento do trabalho de Formoso Lamas, não faltou quem tomasse a lenda como plausível ou mesmo histórica e a incluísse entre as incursões nórdicas no ocidente da Península Ibérica. Foi o caso de Antonio Seijas Vázquez (1979, 108 e 120), Eduardo Morales Romero (1997, 100; 2004, 192), Francisco Singul Lorenzo (1999, 49) e Jorge Izquierdo Díaz (2009, 78). O primeiro colocou o episódio no contexto da expedição de Gunderedo, dado o alcance geográfico da mesma, mas a lenda incluiu um exército liderado pelo monarca, o que era difícil em 968-9, dado que Ramiro III era ainda uma criança. Talvez por isso, outros autores preferiram colocar o episódio no reinado de Ramiro I, até porque a referência à destruição de navios nórdicos na



Corunha faz lembrar os relatos do ataque de 844. Nesse sentido, mais recentemente, no número 101 da revista *Clio*, Janire Ramila tentou dar fundamento histórico à lenda através da *Crónica de Alfonso III*. Para isso, citou o texto medieval sobre a vitória de Ramiro I, mas dividindo-o a meio para, entre as linhas citadas, incluir uma referência a Chantada (2010, 23). O que dá ideia que episódio lendário surge na referida crónica, quando, na realidade, o que Janire Ramila faz é uma jogada criativa que roça a desonestidade. Porque nenhuma fonte medieval – a *Crónica de Alfonso III* ou outra – fala de incursões nórdicas em Chantada. A povoação ainda surge na *Historia Compostelana*, mas no contexto de uma doação a um mosteiro e não de um ataque vikingue (Livro I, XXVI; Falque Rey 1994, 121).

É possível argumentar que as crónicas registam apenas os principais acontecimentos e que dariam pouca ou nenhuma atenção ao sucedido numa pequena povoação do interior galego. Mas a generalidade dos autores do século XX em diante não apresentam uma única fonte medieval que sustente a lenda. A única excepção parece ser Antonio Seijas Vázquez, que ainda refere um testamento supostamente redigido no século X, mas do qual o próprio estudioso tem dúvidas quanto à sua autenticidade (1979, 120). E embora seja verdade que Formoso Lamas lista uma bibliografia de onde terá retirado a informação, as obras apresentadas são do século XVI em diante, o que não abona a favor do seu valor histórico. Ora, se as fontes documentais mais antigas nada dizem sobre o episódio, haverá, ao menos, valor em elementos como a toponímia?

Formoso Lamas afirmou que Chantada deriva do latim *plantata*, que explicou como uma referência a uma paliçada que defendia a povoação ou à reconstrução da localidade após o saque levado a cabo pelos nórdicos (1905, 50). A etimologia parece estar correcta, dado que a forma latina aparece em documentos datados de 1073 (Méndez Pérez 2007, 167-72), mas o mesmo não pode dizer-se da interpretação que lhe foi dada. A origem do topónimo pode ser antes a expressão *petra plantata*, em referência a uma rocha firmemente assente no chão ou um milenário romano, conforme já foi proposto (Ares Vázquez 2001, 77). E, mesmo que quiséssemos aceitar a hipótese da paliçada, isso, por si só, não é prova de um ataque vikingue: uma muralha de madeira diz apenas que se pretende proteger o que está no seu interior e não contra quem. Há ainda Camporramiro, o topónimo que, supostamente, marca o

local da derradeira batalha nas margens do rio Minho e cujo significado de campo de alguém chamado Ramiro é óbvio. Mas a sua origem pode ser muito menos heróica e derivar apenas de um proprietário do terreno, por ventura um suevo (Vázquez Rodríguez 1996, 284). E, em consequência disso, a igreja de Santa Maria de Camporramiro pode dever o seu nome ao simples facto de estar localizada naquele local e não à comemoração de uma hipotética batalha.

Assim, chegamos ao ponto em que um episódio que alguns quiseram ver como histórico está, afinal, desprovido de base que o sustente como tal. As fontes medievais nada dizem sobre nórdicos em Chantada e a toponímia é, no máximo, duvidosa. Tanto quanto podemos avaliar, estamos perante uma lenda que poderá ter tido a sua origem em tradições populares ou em trabalhos eruditos ligados a projectos nobiliárquicos. Uma pista que vai no sentido desta última possibilidade encontra-se na chamada *História de D. Servando*, uma obra apócrifa criada para parecer que foi feita no século XVI, mas que, na realidade, poderá ter sido escrita ente 1625 e 1635 (Souto Cabo 2007, 28). Ao conter uma pequena frase em que fala da chegada de nórdicos a Chantada, algures no final do século IX ou início do X (Souto Cabo 2007, 59), e dado que foi uma obra muito copiada na década de 1640, a *História de D. Servando* poderá ter disseminado a lenda. E não o terá feito de forma inocente, dado que se trata de um trabalho forjado com o objectivo de engrandecer famílias desprovidas de linhagem aristocrática (Souto Cano 2007, 26-7). O que nos leva de volta à lenda, à parte em que o rei Ramiro recompensou os nobres que se tinham distinguido na batalha contra os nórdicos.

A conclusão inevitável é que, dadas as fontes existentes (ou a falta delas), o ataque nórdico a Chantada não passa de uma lenda. De origem popular, erudita ou um misto das duas, por ventura elaborada e disseminada por uma obra apócrifa. E, no século XX, popularizada por trabalhos que se basearam uns nos outros ou em Formoso Lamas, mas com um recurso mínimo ou mesmo nulo a fontes primárias.

## **2. Ataque ao Cálogo**

No coração da ria de Arousa, numa ilha frente à povoação de Vila Nova de Arousa, erguem-se as ruínas do Mosteiro de São Cipriano de Cálogo. Pouco resta dele: parte de uma torre e uma lenda de um ataque vikingue.

Que saibamos, a referência escrita mais antiga a um ataque nórdico naquele local data do século XVIII. Surge no segundo volume dos *Anales del Reyno de Galicia* de Huerta y Vega (1736, 362), que refere a exposição do mosteiro a ataques piratas, a sua destruição e posterior reedificação segundo um documento da Era 884 (ano 846). E esta informação foi seguida por autores posteriores, que incluíram São Cipriano de Cálogo entre os locais atacados pelos vikingues: Manuel Murguía (1891, 335), Caamaño Bournacell (1964, 83), Chao Espina (1965, 37), Almazán (1986, 102), Francisco Singul Lorenzo (1999, 49), Xosé Fernández Romero (2000, 462), Araceli Otero Fernández (2002, 64), Morales Romero (2004, 192) e Jorge Izquierdo Díaz (2009, 78), entre outros. Curiosamente, Almazán coloca o ataque no século X, o que contraria a narrativa de Huerta y Vega.

À primeira vista, parece que estamos perante um episódio histórico. Para isso contribui a referência dos *Anales del Reyno de Galicia* a uma fonte documental e a abundância de estudiosos que falam do saque do local. Se tantos autores o referem, é porque deve ser verdade. E, no entanto, se assim pensássemos estaríamos a ser atraídos por má pesquisa. O problema recai sobre a fonte documental de Huerta y Vega, supostamente datada da Era 884 ou ano 846, mas que será, na realidade, de 946, porque entre os seus subscritores encontra-se Hermenegildo, Bispo de Iria-Compostela entre 924 e 951. Foi o que concluiu Manuel Garcia Álvarez, que chegou mesmo a colocar em dúvida a autenticidade do documento (1973, 263-6). Aliás, o mesmo autor arrasa com qualquer noção de que o mosteiro foi atacado por vikingues uma vez que não há fontes escritas que o refiram, recusando-se sequer a refutar a ideia, “tal es su notoria inconsistência” (1973, 257). E não conhecemos, de facto, nenhum documento coevo ou cronologicamente próximo que refira a suposta pilhagem de São Cipriano de Calogo. É verdade que o mosteiro se encontra em ruínas, mas isso, por si só, não é prova de um ataque nórdico. Principalmente quando nos deparamos com a notícia de que, em finais do século XVI, o edifício estava a deteriorar-se e obrigou à transferência da comunidade monacal para Vila Nova de Arousa (Moure Pena 2003, 73). Abandonado, o mosteiro ficou à mercê dos elementos e de ladrões até dele não restar mais do que as ruínas actuais.

Estamos, por isso, perante mais uma lenda. Poderá ter nascido de uma tentativa popular de explicar os vestígios arquitectónicos ou poderá ter algum fundo

de verdade. Afinal, Huerta y Veja estava correcto quanto à exposição do mosteiro a ataques piratas, dada a sua localização numa pequena ilha da ria de Arousa, e sabemos que os vikings percorreram a costa galega desde 844. Não é, por isso, impossível que São Cipriano de Calogo tenha, a dada altura, sido vítima de saque. Mas não há fontes documentais que nos permitam comprová-lo e concretizá-lo, indicar um ano em concreto e colocar uma hipótese devidamente fundamentada. Há apenas uma possibilidade vaga, tão vaga quanto o dizer que a costa galega foi atacada. E, assim sendo, sem mais dados, não podemos passar para lá do registo lendário.

### **3. A ponte e o general Arnelas**

A demonstrar que a ria de Arousa é rica em histórias de vikings, há outra lenda procedente daquela parte da Galiza. Não encontramos um conto propriamente dito, mas apenas uma tradição popular que explica o topónimo Ponte Arnelas pela defesa da travessia por um general chamado Arnelas ou Ernelas. Confrontado com os ataques dos piratas nórdicos, o Bispo de Iria-Compostela teria encarregue o general da protecção daquele local de forma a assegurar a comunicação entre a actual povoação de Padrón e o sul da ria de Arousa (Vila Fariña 1998, 19).

Não encontramos noticia histórica de um general Arnelas e Xosé Vila Fariña considera-o uma figura semi-lendária. O mesmo autor coloca ainda o líder militar no período de Cresconio e no contexto dos ataques de Úlfr, o Galego, o que vale o que vale a partir do momento em que estamos perante uma figura cujo carácter histórico não é claro. Ainda assim, mesmo tratando-se de uma lenda criada para explicar a toponímia local, não deixa de ser reflexo da memória dos ataques vikings na costa da Galiza.

### **4. A Torre de São Saturnino**

Ainda na ria de Arousa, as ruínas da Torre de São Saturnino, na povoação de Cambados, são também objecto de lendas de piratas nórdicos.

Para sermos precisos, os vestígios da fortificação encontram-se num ilhéu que recebe o nome de Santomé e que terá sido o núcleo urbano primitivo que mais tarde deu origem a Cambados. Em 1607, o Cardeal Jerónimo de Hoyo referia-se a uma pequena ilha chamada São Tomé do Mar, acedida apenas por uma calçada de pedra

grossa e onde se encontrava uma ermida e uma casa-forte que, segundo o prelado, fora fundada por Pedro Pardo (Rodríguez González & Varela Jácome 1950, 517). Numa recolha de tradições orais da região, feita por alunos do oitavo ano do Colégio Público de Castrelo, consta a breve história de como os habitantes de Santomé vigiavam a costa contra os vikingues. Não apenas as águas diante da Torre de São Saturnino, mas também a costa marítima, onde os sinais de fogo da Lanzada eram imitados pelos habitantes de Santomé que, dessa forma, avisavam as Torres do Oeste da entrada de piratas nórdicos na ria de Arousa. Até ao dia em que, vítima da violência dos ataques, a fortificação de São Saturnino foi destruída pelos vikingues, que a deixaram no estado arruinado em que actualmente se encontra (Leiro Lois 1986, 7).

Há lenda a mais e História a menos neste caso. Não encontramos qualquer fonte medieval que mencionasse a construção ou sequer a existência da torre em questão. Se se tratar da casa-forte de que fala Jerónimo de Hoyo e a fazer fé neste autor, então nem é certo que ela tenha sido fundada na Idade Média, dado que Pedro Pardo, também conhecido como “o Mariscal”, foi um nobre galego do século XV. O que quer dizer que a construção poderá ter sido destruída aquando da revolta deste contra os Reis Católicos ou nos levantamentos populares da época. Muito para lá da Idade Vikingue e, nesse caso, muito longe do papel histórico que a lenda projecta sobre as ruínas.

Não seria surpreendente que os vestígios da Torre de São Saturnino tivessem sido vítimas da sua própria localização. Afinal, encontram-se entre a Lanzada, que se sabe ter sido construída contra os ataques dos “pagãos”, e as Torres do Oeste, há muito popularizadas como fortificação que fazia frente aos vikingues. Com uma vizinhança destas, não é difícil que a tradição popular atribua às ruínas de uma torre costeira o mesmo papel defensivo e até que a coloque como intermediária num sistema de sinais de fogo.

## **5. A Pastorinha**

Há um conto oriundo do norte da Galiza que é demonstrativo de como, mesmo no registo lendário, existe, por vezes, uma dificuldade em distinguir atacantes muçulmanos dos piratas nórdicos.

Segundo a lenda, nas proximidades da Corunha existia uma ermida que tinha sido construída por um rei suevo e que foi destruída no século X ou XI, pelas tropas de Almançor ou pelos vikingues de Gunderedo. Mas, antes que o local fosse tomado pelas chamas, a imagem da Virgem que adornava o altar foi levada e escondida num nicho de pedra. A pessoa que o fizera acabou por morrer sem revelar o paradeiro da estátua e a imagem foi dada como perdida até ser descoberta por uma pastora (Pardo Bazán 1887, 24-7). A mesma que deu nome à lenda.

Este pequeno conto é demonstrativo de como a memória dos ataques nórdicos foi trabalhada pela tradição popular. Poderá ter alguma verdade histórica por trás, mas também poderá ser apenas a forma como uma imagem, ermida ou igreja adquiriu um estatuto de antiguidade ao protagonizar uma aventura longa feita de Suevos, “pagãos”, fugas e encontros.

## **6. A casa do normando**

Também da costa norte da Galiza chega-nos uma lenda breve, mas curiosa, que fala de fuga e refúgio ante a chegada dos vikingues.

Segundo Chao Espina, quando os piratas nórdicos se aproximaram de Viveiro, um nobre local fugiu para Sober e de lá para Vilaescusa, onde se conserva uma habitação conhecida como *Casa do Normando* (1983, 13). No Concelho de Sober preserva-se uma tradição semelhante, mas aqui é toda uma família e não apenas um nobre quem foge e o percurso é marcado por pedidos de abrigo a diferentes aristocratas: primeiro aos Condes de Lemos e depois aos Lopes de Lemos e Sober, até chegarem a Vilaescusa e terminarem os seus dias no Alto do Rodicio, Ourense (Fernández Llano 1977, 121)

Se aceitássemos esta lenda como histórica, teríamos que concluir que o nobre (ou a família) percorreram cerca de cento e oitenta quilómetros, de Viveiro a Ourense. O que quereria dizer que os vikingues pregaram-lhes um susto digno de um recorde mundial. Haverá qualquer coisa de histórico neste conto na medida em que, confrontadas com os ataques nórdicos, algumas populações terão procurado refúgio longe da costa, onde estavam mais expostas. Mas pouco mais do que isso. Uma fuga aventureira que quase atravessa a Galiza de norte a sul por causa de um ataque em Viveiro é pura fantasia, mesmo que com um fundo de verdade.

## 7. O milagre de São Gonçalo

Juntamente com os casos de Chantada e de São Cipriano de Cálogo, o milagre de São Gonçalo é uma das lendas cujo estatuto de historicidade persiste e não obstante os problemas que marcam o episódio.

O essencial da narrativa diz que, quando os vikingues atingiram a costa da região de Lugo, no norte da Galiza, a população local procurou refúgio ou auxílio junto de Gonçalo, Bispo de Mondonhedo. O prelado, já de idade e cego, dirigiu-se então até junto do mar em procissão religiosa com os seus fiéis e clero, até um monte de onde puderam avistar a frota nórdica. Confirmada a ameaça, Gonçalo entrega-se a orações, pedindo a Deus que livrasse a população dos piratas e, por cada Avé Maria ou por cada estádio da procissão, com o prelado a carregar uma cruz, um ou mais navios dos vikingues afundavam-se, vítimas de uma tormenta que se levantara. Chegados ao topo de um monte junto à povoação de Foz, onde hoje se ergue uma ermida dedicada ao prelado, foi dito a Gonçalo que já só restavam três embarcações nórdicas (ou uma, de acordo com outras versões), as quais escaparam por pedido do bispo a Deus. Ou, segundo outros, por vontade divina para que os vikingues soubessem do sucedido e não se atrevessem a atacar novamente.

Com uma ou outra variação, esta lenda tem sido contada por sucessivos autores há já vários séculos. Huerta y Vega mencionou-a (1736, 360) e, antes dele, Bartolomeu Villapol y Vega, em 1665, e ainda González Samaniego, em 1611, que referiu o conto e o culto de São Gonçalo a Filipe III de Espanha (Cal Pardo 2003, 62 e 65). Mas não há consenso quanto à data do episódio: Huerta y Vega coloca-o no contexto do primeiro ataque vikingue ao ocidente ibérico, em 844, e o mesmo fez Gandara (1678, 400-1), Vicetto (1871, 47-8), Francisco Mayán Fernández (1955, 25) e Chao Espina (1965, 31-4). Por seu turno, Almazán (1986, 103-6), Dozy (1987, 44), Miguel González Garcés (1987, 87), Francisco Singul Lorenzo (1999, 52), Xosé Fernández Romero (2000, 465-6), Araceli Otero Fernández (2002, 72) e Morales Romero (2004, 180) preferem os meados do século X. Já Jaime Ferreiro Alemparte apresentou a opção tradicional do século IX e a alternativa de final do século XI ou início do seguinte (1999, 40-1), enquanto Flórez dividiu-se entre esta última e os anos de 942 a 969 (Lazcano 2005, 278). Aliás, o autor da *España Sagrada* chamou a atenção

para o facto de o episódio ter chegado aos seus dias (e também aos nossos) mais por via da tradição popular do que por registo escrito medieval (Lazcano 2005, 277).

A falta de consenso quanto a uma data não é, portanto, o único problema enfrentado por quem quer atribuir à lenda um valor histórico, tendo ainda que lidar com o facto de não existir nenhum relato coevo ou cronologicamente próximo que fale claramente do episódio. A transmissão terá sido oral durante séculos, sujeita à mutabilidade própria dessa forma de preservação da memória, e é preciso esperar até ao século XVII até se começar a cristalizar a narrativa. E depois impõe-se a derradeira dificuldade de não se encontrar registo de um Gonçalo na sucessão de bispos de Mondonhedo. Pelo menos não antes de 1070, altura em que surge um prelado com esse nome, mas cujo comportamento parece ter sido pouco próprio da aura de santidade do Gonçalo da lenda (Cal Pardo 2003, 62). O que, à falta de novas fontes, empurra o episódio para o domínio do lendário.

Esta conclusão não é nova. Já tinha sido proposta no século XIX por José Villaamil y Castro (1866, 24), mas houve também quem tentasse perscrutar algum valor histórico por via de uma explicação racional dos acontecimentos. Foi o caso de Benito Vicetto, que propôs o desaire de uma frota nórdica na região, mas vítima das correntes ou turbilhões da costa local (1871, 48). Neste sentido, vale a pena recordar o relato dos *Anais de São Bertino*, onde os piratas que chegaram à Galiza em 844 foram vítimas de projecteis arremessados pelos habitantes nativos e de uma tempestade no mar (Nelson 1991, 60). Há aqui, portanto, um potencial para História escondida atrás da lenda, mas este é o único ponto em que, neste caso, as narrativas histórica e lendária podem coincidir. Naquilo que é essencial, um bispo de nome Gonçalo com fama de santo, não há fontes documentais coevas que o sustentem.

Assim sendo, teremos que concluir pelo carácter mitológico deste episódio. Poderá ter algo de verdade na sua origem, seja uma tormenta ou as correntes locais que afundaram parte de uma frota vikingue, antes do episódio ser elaborado pela transmissão oral ao longo de vários séculos. O suficiente para dar origem ao culto de um santo, a seu tempo provido de um túmulo e mural na igreja de São Martinho de Mondonhedo, e a uma ermida na colina onde, supostamente, concluiu o seu milagre, junto à povoação de Foz. Ermida essa, aliás, de que ficou notícia da sua construção em



1577, não sendo certo se se tratava de um primeiro edifício ou de uma reconstrução (Cal Pardo 2003, 65). É mais uma dúvida a juntar à lista.

A devoção popular, no entanto, sobreviveu até aos tempos modernos. Todos os anos, no sábado anterior à segunda-feira de Pentecostes, a povoação de Foz celebra a festa de São Gonçalo e recorda os milagres que lhe são atribuídos, entre eles o da destruição da frota vikingue (Fernández 1991, 58).

## **8. A Romaria Vikingue de Catoira**

Em Catoira, perto do ponto onde o rio Ulla entra na ria de Arousa, erguem-se as chamadas Torres do Oeste. No próximo capítulo falaremos delas com o devido detalhe, mas a memória da passagem de piratas nórdicos pelas rias galegas ajudou a dar forma à festa pela qual Catoira é conhecida e que a tornou numa referência moderna quando se fala de vikingues na Galiza. Não se trata de uma celebração de um acontecimento histórico em particular ou de uma recriação mais ou menos exacta de um episódio concreto. A festividade em causa teve um início bastante singelo e a sua associação aos piratas nórdicos nasceu de um misto de acaso com a História da localidade.

A primeira edição daquilo que viria a ser a Romaria Vikingue teve lugar em 1961, quando um grupo de sete amigos, fundadores do Ateneu do Ulla, juntou-se para uma refeição nas ruínas das Torres do Oeste, que já era um local popular para as tardes de Verão entre os habitantes locais. O momento contou com uma missa na capela da fortaleza, em memória de Diego Gelmírez, a actuação de um grupo de gaiteiros e caixas de bebidas que serviram de tribuna improvisada. O encontro repetiu-se no ano seguinte, altura em que surge um figurante vestido de vikingue enquanto um dos membros do grupo desempenhava o papel de Cresconio. A festa ganhava, assim, aquilo que seriam os seus traços essenciais: o cenário das Torres, a referência aos ataques nórdicos e uma dimensão cultural expressa em actuações musicais, teatrais e literárias. Quanto ao nome da festa, a ideia terá nascido de forma episódica, quando os membros do Ateneu observavam um incêndio do outro lado da ria e alguém terá dito, em tom de brincadeira, que eram os vikingues a caminho (Vilar Álvarez 2008, 306). É caso para dizer que a romaria teve, literalmente, um baptismo de

fogo. E a sua dinâmica essencialmente informal, como qualquer encontro de amigos, perduraria até 1964.

No ano seguinte, perante a possibilidade de não se realizar, a festa foi tomada por uma empresa de cerâmica local, a Cedonosa, que queria organizar uma tarde de convívio entre os seus trabalhadores e decidiu, por isso, reaproveitar a ideia do Ateneu. Ao contributo da fábrica somavam-se os apoios dos comerciantes e do município. E foi nessa fase que a romaria atingiu as proporções que a transformariam numa verdadeira festividade local: passou a contar com várias bandas, grandes quantidades de comida, concertos nocturnos nas ruas da povoação e, em 1966, a atribuição de prémios em certames vários. Em 1968, realizou-se o primeiro “desembarque” vikingue, com um *drakkar* improvisado a partir de um barco local (Vilar Álvarez 2008, 308).

As décadas seguintes limitaram-se a aperfeiçoar este modelo. Em 1990, nasce o Ateneu Vikingue, que mantém a responsabilidade pelo desembarque, enquanto a Câmara Municipal de Catoira assumiu a organização da romaria em 1991. Internacionalizou-se a festa, nomeadamente com a presença de representantes de países nórdicos e por via de contactos com a cidade dinamarquesa de Frederikssund, que enviou uma delegação a Catoira em 1993. As relações entre os dois municípios possibilitaram a ida de dois artesãos galegos à Dinamarca, onde aprenderam técnicas de construção naval tradicionais e, de regresso à Galiza, puderam usá-las para fabricarem uma réplica do Skuldelev 5 (Vilar Álvarez 2008, 309), um navio nórdico com cerca de mil anos. Actualmente, é uma peça emblemática do desembarque vikingue de Catoira que, entretanto, conta já com várias embarcações.

O elemento de arqueologia experimental é talvez o único de reconstrução histórica presente na festividade. Isto porque se trata de uma efeméride com um tom quase carnavalesco e marcada pela figura subversiva do pirata nórdico. Não há preocupação com o rigor histórico, pese embora as referências recorrentes a Gelmírez, Cresconio e ao papel das Torres do Oeste na defesa do acesso a Santiago de Compostela. É, acima de tudo, uma ocasião festiva que quebra o tempo mundano e uma oportunidade para as artes. Ou, se quisermos, uma espécie de cruzamento entre um congresso, um certame literário e um festival de Verão. Moldado, claro está, pela memória da passagem dos vikingues pela Galiza, associada às Torres.

## Capítulo 12

### Fortificações

Classificar um edifício como fortificação ligada aos vikingues não é tarefa fácil e é preciso explicar o que se entende por estruturas defensivas (re)erguidas contra os piratas nórdicos.

Em 844, o ocidente da Península Ibérica já era um cenário de guerra há mais de cem anos e continuou a sê-lo para lá do século XI. Isto quer dizer que a paisagem estava já marcada por fortificações cuja necessidade não foi criada pelos piratas nórdicos, mas apenas reforçada por eles. Três anos antes da chegada dos vikingues ao norte da Galiza, já a região teria sido alvo de expedições navais muçulmanas e, nos trezentos anos seguintes, o esforço de guerra das comunidades radicadas no oeste ibérico vai desenrolar-se em três cenários essenciais: os conflitos norte-sul; as lutas dos reinos cristãos, internas ou entre si; e os ataques dos piratas nórdicos. Por este motivo, uma estrutura defensiva podia ser usada contra múltiplos inimigos e, precisamente por isso, é difícil falar em fortificações contra vikingues no ocidente da Península Ibérica. Mas difícil não significa que seja impossível e, mesmo diante de um cenário bélico multifacetado, é-nos dada a hipótese de discernirmos algumas construções ou re-edificações que ficaram, em parte, a dever-se aos piratas nórdicos.

Há três critérios que presidem à sua identificação: a data, a localização e as fontes documentais. Isto é, o conhecimento de que um dado castelo, torre ou muralhas foram construídas ou alvo de obras num local passível de ser atacado por vikingues, num período em que eles estavam activos e em que haja referência documental ao objectivo da estrutura como sendo contra normandos, pagãos ou gentios. A mera utilização contra piratas nórdicos não deve bastar para a classificação de vestígio da Idade Vikingue. Por exemplo, a Torre de Hércules, na Corunha, terá sido usada como ponto de vigia contra ataque marítimos, mas a sua fundação é romana e não temos conhecimento de obras de relevo entre os séculos IX e XII. Desse modo, embora a estrutura possa ter sido usada contra piratas nórdicos, não se pode considerar o edifício actual como uma marca da sua passagem pelo ocidente ibérico. Caso mais ambíguo poderão ser as muralhas de Lisboa, dada a sua possível

reconstrução no século X e o facto de existir notícia de ataques vikingues à cidade ou aos seus arredores nesse período. A teoria dominante indica como catalisadores a expedição militar de Ordonho III de Leão e um maior papel político e militar de Lisboa a partir de 985. O primeiro terá tornado evidentes as fragilidades defensivas da cidade e o segundo terá resultado num reforço das estruturas militares, algo que parece coincidir com a datação de alguns dos vestígios actuais da Cerca Moura (Guardado Silva 2008, 94-5). A ser verdade tudo isto, torna-se difícil indicar os nórdicos como causa principal da (re)construção das muralhas de Lisboa, mas não podemos deixar de pensar se eles não terão, pelo menos, sido um factor secundário. Faltam-nos fontes escritas que o indiquem claramente, à semelhança de algumas que analisaremos neste capítulo, e o mesmo pode ser dito a respeito do Castelo de Sintra e das fortificações de Palmela e Sesimbra, as quais foram edificadas ou sofreram obras entre os séculos IX e X (Guardado da Silva 2008, 89).

Deste modo, acabámos, inevitavelmente, com um número reduzido de fortificações de interesse para o nosso tema. Conseguimos encontrar apenas quatro que, em medida considerável, devem a sua (re)construção aos vikingues, sendo que de um dos casos pouco ou nada resta actualmente. E, mesmo assim, nenhum terá tido um uso exclusivo contra os vikingues, dado que, conforme dissemos, a realidade bélica no ocidente ibérico era multifacetada e o que servia para defender contra um inimigo servia também para o mesmo fim contra outros. E porque as próprias fontes documentais nem sempre são explícitas e identificam os possíveis atacantes apenas como gentios ou pagãos, o que tanto pode ser aplicado a muçulmanos como a nórdicos.

Listámos ainda um último caso que será sintomático de outras tantas estruturas do género no noroeste ibérico e que corresponde um antigo castro que serviria, naturalmente, de ponto de refúgio das populações em caso de necessidade. Dado que é uma fortificação de origem pré-romana, não se pode atribuir a sua fundação aos ataques vikingues, mas terá tido um uso continuado, tal como a Torre de Hércules. E as notícias medievais do uso de alguns castros num contexto mais ou menos senhorial ou militar levantam a possibilidade de terem sido alvo de alguma forma de trabalhos de (re)construção. O problema é perceber a extensão, objectivo e data dessas obras dada a escassez de informação.

## 1. Torres do Oeste, Catoira

Embora hoje sejam associadas à Romaria Vikingue de Catoira e, por via dela, aos piratas nórdicos e bispos de Iria-Compostela, as Torres do Oeste têm, na realidade, uma origem muito mais antiga. E nem tudo o que delas diz a tradição escrita concorda necessariamente com o registo arqueológico.

A sua importância estratégica deriva do facto de se encontrarem junto à foz do rio Ulla, barrando, dessa forma, a passagem de qualquer embarcação que subisse a ria de Arousa em direcção ao interior galego. De resto, a estrutura ergue-se numa formação rochosa cujo acesso terrestre é feito por via de um juncal, o qual é inundado durante a maré alta e converte as Torres do Oeste numa ilha. Nesse sentido, poderá haver uma referência ao local no mesmo documento de 1024 que agregou a Diocese de Tui à de Iria-Compostela e onde Alfonso V doa uma ilha Oneste (*Adicimus eciam huic Loco Sancto insulam uocitatam Oneste*; Lucas Alvarez 1998, 154, doc. 64). E o texto parece mencionar ainda estruturas defensivas no local (ou a intenção de as erguer), para protecção das terras do apóstolo (*in qua insula nos postea ciuitatem edificauimus mire magnitudinis compositam ad defendendam ipsius apostoli patriam*). Esta doação foi feita quando Vistruario presidia à Diocese de Iria-Compostela e é ao seu sucessor, Cresconio, que a *Historia Compostelana* atribui a construção das Torres do Oeste.

Numa passagem que já referimos na análise dos ataques do século XI, no capítulo 2 do Livro I (Falque Rey 1994, 76), ao mesmo tempo que se dá notícia de ataques nórdicos, é dito que o prelado ergueu o Castelo Honesto (*Castellum Honesti*) para a “defesa da Cristandade”. Mais à frente, na mesma fonte (Livro I, capítulo 33; Falque Rey 1994, 132-3), é dito como Diego Gelmírez quis reconstruir a fortificação, que era destruída de forma recorrente e cuja demolição definitiva o rei tinha ordenado, por forma a evitar que as Torres caíssem em mãos muçulmanas. Ordem que, diz a *Historia Compostelana*, não era de acordo com o espírito do bispo, que logo cobrou um imposto para, em conjunto com os meios da sua própria diocese, pagar aquilo que seria um castelo superior às versões anteriores. E o resultado, de acordo com a mesma fonte, foi uma fortificação provida de muralhas, baluartes e diversas torres (*sed de propriis facultatibus sic Castrum Honesti murorum aedifitio, propugnaculis, et turrium altitudine munivit*; Lazcano 2006b, 127).

Estes dois momentos da *Historia Compostelana* resumem o que nela é dito sobre a origem das Torres do Oeste. Sem surpresas, o patrono dos autores da fonte assume um papel preponderante na valorização de uma estrutura atribuída a Cresconio e o texto serviu de base para muito do que depois se disse sobre aquela fortificação. Manuel Díaz y Díaz, por exemplo, dedicou diversas páginas ao sistema defensivo organizado por Gelmírez a partir do conteúdo da narrativa medieval (2002, 32-41). E, se contássemos apenas com a *Historia Compostelana*, teríamos que concluir que as Torres do Oeste foram erguidas no século XI, antes de serem alvo de grandes trabalhos de construção cerca cem anos depois. Algo que o registo arqueológico não corrobora, tecendo uma história um pouco diferente.

Muito antes da construção do castelo medieval, o local poderá ter sido um castro pré-romano. A possibilidade é indicada pela presença de vestígios de estruturas circulares e de cerâmica de tipologia castrense (Naveiro López 2002, 21). A conquista romana do território levou à ocupação do povoado antigo e, dada a sua localização estratégica, ao seu aproveitamento para o controlo da actividade comercial ao longo do Ulla. Data desse período um conjunto de aras votivas, uma delas dedicada aos Lares Viales, divindades dos caminhos, o que dá a entender que o local estaria inserido na rede viária de então (Naveiro López 2002, 22). Os vestígios de cerâmica, alguma dela importada da área mediterrânica, vão até ao final do século IV ou início do V, indicando que o povoado manteve-se activo até esse momento (Naveiro López 2004, 78). Também da época romana data a obra de Pomponio Mela, que refere uma Torre de Augusto, naquilo que tem sido interpretado por alguns como a primeira referência escrita às Torres do Oeste (Díaz y Díaz 2002, 25-6). A partir do século V, o local parece ter sido parcialmente abandonado e a pequena ilha usada como cemitério, dada a falta de continuidade entre a ocupação antiga e a medieval e a possível descoberta de diversos restos mortais (Naveiro López 2004, 90-1).

Sem certezas, a reutilização do espaço com fins defensivos contra ataques costeiros poderá ter ocorrido apenas no reinado de Alfonso III, entre meados do século IX e o início do X. Naveiro López aceita a hipótese de ter existido uma primeira fortificação medieval, da qual pouco resta, mas que poderia ter dado uso ao potencial estratégico daquele sítio e a quaisquer estruturas ainda existentes (2004, 95). No local, foi ainda encontrada uma cruz em pedra, actualmente em exposição no Museu

Provincial de Pontevedra, com a inscrição *Hoc signo vincitur inimicus hoc signo tuetur pius*, que Manuel Díaz y Díaz diz ser comum a várias peças do reinado do referido monarca (2002, 29). Mais certa parece ser a existência de uma fortificação na primeira metade do século XI, precisamente da época de Cresconio e embora, uma vez mais, dela pouco reste (Naveiro López 2002, 24). É nestas duas fases que podemos associar as Torres do Oeste aos vikingues, presentes na costa galega há já algumas décadas quando Alfonso III subiu ao trono em 866. É possível que a ameaça de ataques muçulmanos também estivesse presente, mas é seguro dizer que os piratas nórdicos terão contribuído para a necessidade de defesas costeiras. De tal forma que, segundo a *História Silense* (capítulo 40; Pérez de Urbel & González Ruiz-Zorrilla 1959, 151), o mesmo monarca ordenou a construção de uma fortaleza costeira nas Astúrias para proteger a igreja de São Salvador de Oviedo de ataques marítimos, embora não seja claro de quem: *ad defensionem sancti Saluatoris Ouetensis, opidum Gauzon miro et forti opere, in maritimis partibus Asturie, fabricauit*. No entanto, não só não é estranho, como até expectável que o período vikingue tenha acrescentado (ou agravado) uma ameaça naval a uma Península Ibérica onde a guerra terrestre era uma realidade há já mais de um século. E os reis do norte reagiram em conformidade, munindo os seus territórios de defesas costeiras, nas Astúrias, provavelmente também em Catoira e por muito rudimentares que pudessem ser. O mesmo poderá ter sucedido no século XI, nos dias de Cresconio ou do seu antecessor, sem que se saiba até que ponto houve uma reutilização de estruturas anteriores. Mas o período era já de crepúsculo para a actividade vikingue, que não parece ser uma preocupação na centúria seguinte.

Segundo a *Historia Compostelana*, quando Gelmírez ordenou os trabalhos de reconstrução das Torres do Oeste, fê-lo tendo em mente a possibilidades de ataques muçulmanos, referidos no texto como islamistas, moabitas e até Almorávidas. Não há qualquer uso de termos que possam ser associados aos piratas nórdicos, mas também pouco subsiste das supostas estruturas dessa época. Algo que poderá ficar a dever-se a obras posteriores e a conseqüente destruição de edifícios mais antigos ou à parcialidade da própria *Historia Compostelana*, interessada em glorificar a memória de Gelmírez e, dessa forma, distorcer a verdadeira dimensão de quaisquer trabalhos de construção do período.

O certo é que, de acordo com o registo arqueológico, é apenas no final do século XIII que é erguida a grande fortificação cujas ruínas são, actualmente, palco da Romaria Vikingue. Terá integrado duas torres de um conjunto anterior, mas o restante foi destruído para dar lugar ao novo castelo e a uma profunda reformulação do espaço (Naveiro López 2004, 96). E o uso da estrutura nesse período já não seria a defesa da costa, mas antes o controlo do tráfego comercial, num regresso à função dos tempos romanos. O último vestígio numismático são moedas do século XIV, entre elas uma de Fernando I de Portugal, tendo sido por essa altura que o espaço foi abandonado em definitivo (Naveiro López 2004, 114).

Assim, podemos dizer que as Torres do Oeste não começaram nem acabaram como fortaleza contra ataques de piratas nórdicos, mas que o início da sua reutilização no período medieval ficou a dever-se, pelo menos em parte, à actividade vikingue na costa galega. Nesse sentido, é um vestígio do período, associado aos invasores do norte pela tradição escrita e uma celebração moderna.

## **2. A Lanzada, Sanxenxo**

A sul da entrada da ria de Arousa, num promontório virado para ocidente, erguem-se actualmente as ruínas de uma fortificação e uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Areia. De acordo com um documento do início do século XI, existiu ali um ponto de defesa contra os ataques de “gentios”.

Escavações arqueológicas levadas a cabo na área revelaram vestígios de ocupação pré-romana do local, seguida de duas fases de estruturas habitacionais romanas. Nas proximidades, existiu ainda uma necrópole de onde, no século XVI, foram retiradas peças para a construção da ponte que, actualmente, liga a costa ao promontório, que na realidade é uma pequena ilha. O último vestígio romano, pelo menos nas ruínas da habitação descoberta, data, no máximo, da primeira metade do século IV (Filgueira Valverde 1974, 83-4).

Na Idade Média, a Lanzada surge num documento de 886 (Lucas Alvarez 1998, 65-6, doc. 13) em que Alfonso III e a sua família doam à igreja de Santiago umas salinas locais (*ipsas iam dictas salinas, que sunt in littore maris in supradicto loco de termino de Plataneto et usque in Lanzada*). Mas a notícia de uma fortificação medieval surge apenas no século XI, embora, a julgar pela fonte escrita, é possível que tenha sido



construída cem anos antes. Assim se depreende de um texto datado de 1019 (Lucas Alvarez 1998, 146-9, doc. 61), onde Alfonso V menciona direitos e propriedades da Diocese de Iria-Compostela e oferece uma lista de disposições testamentárias de reis que o antecederam. Nela surge *Adefonsi catholici principis* (Alfonso II?), *Hordonii regis* (Ordonho I?), *domni Adefonsi principis et Scemene regine* (Alfonso III e a rainha Jimena) e *Hordonii regis filii domni Adefonsi* (Ordonho II?). O que se segue parece ser uma referência à construção da fortaleza da Lanzada por um bispo Sisnando, cinquenta anos depois da redacção do testamento:

*Ex hinc fabricauerunt per iussionem domni Sisnandi episcopi maiorini  
Loci Sancti de Iria pro defensione ipsius plebis contra gentiles, transactis L<sup>a</sup>  
annis post ipsum testamentum factum, hereditatis Beati Iacobi casam Sancte  
Marie quam uocant Lancatam...*

Dado que Ordonho II morreu em 924, cinco décadas sobre o registo escrito da sua última vontade leva-nos para cerca do ano de 970 e conhecemos um prelado cujo nome corresponde ao do documento e que presidiu à Diocese de Iria-Compostela por essa altura: Sisnando II, o mesmo que caiu em batalha contra o exército de Gunderedo em 968. Terá sido ele, portanto, quem ordenou a fortificação da Lanzada contra os “gentios”, termo que, já o dissemos, tanto pode ser aplicado a muçulmanos como aos piratas nórdicos. Algo que não nos deve impedir de considerar o local como um vestígio de estruturas defensivas contra os vikingues: o que servia contra um inimigo, servia também contra outros e não se pode negar que, em meados do século X, a pirataria nórdica era uma realidade bem presente no oeste ibérico. E, dessa forma, era um factor a ter em conta na organização de defesas costeiras.

Não encontrámos informação arqueológica que nos permita precisar ou reforçar a informação escrita. As escavações realizadas em 1973 encontraram abundantes vestígios de ocupação humana, tais como as fundações de estruturas, pavimentos, restos de cerâmica, comida e até sinais de um incêndio (Filgueira Valverde 1974, 84-5). Mas não nos deparámos com informação sobre a datação dos vestígios. À semelhança do que se diz sobre a Torre de São Saturnino, em Cambados, também da Lanzada se conta que fazia parte de uma rede de faróis que avisavam as Torres do

Oeste da presença de frotas inimigas. A ideia surge, por exemplo, numa recolha de lendas e contos locais (Paz Framil 2006, 35-6) e multiplica-se por outras publicações. E não é impossível que assim tenha sido, mas faltam fontes documentais que o sustentem e, acima de tudo, digam ao certo onde eram acesas as fogueiras de aviso. Algo sobre o qual não há unanimidade, por ventura porque também não há suporte escrito e, dessa forma, a lista de fortificações “iluminadas” vai ganhando esta ou aquela forma ao sabor da imaginação dos diferentes estudiosos. O Castro de Lobeira, de que falaremos mais à frente, nem sempre é incluído e já houve até quem falasse do campanário do Mosteiro de São Cipriano do Cálago como mais um ponto onde era acesa uma fogueira de aviso (Izquierdo Díaz 2009, 90).

A Lanzada continuou a ter utilidade militar depois da Idade Vikingue, quando o perigo de ataques costeiros vinha quase exclusivamente de frotas muçulmanas. Recorde-se o episódio dos cruzados ingleses recrutados pelos condes rebeldes e de como parte do exército reunido por Gelmírez provinha precisamente da Lanzada. E não terá sido assim por acaso: de acordo com a própria *Historia Compostelana* (Livro I, capítulo 75; Falque Rey 1994, 185), os homens daquele local estavam preparados para o combate naval. O que deixa adivinhar que, dada a sua localização marítima, a Lanzada terá servido de base para a frota do prelado, num esforço suplementar de guarnecer a costa contra ataques piratas.

### **3. Muralhas de Santiago de Compostela**

A notícia da fortificação do local onde se encontrava o túmulo de São Tiago surge no *Cronicão Iriense*, mas os vestígios actuais são escassos (pelo menos os visíveis), pelo que pouco há a dizer sobre eles.

A passagem, que já mencionámos anteriormente, surge no capítulo 9 da referida fonte (García Alvarez 1963, 115-6) e conta que, no reinado de Sancho (*cum rege Sancio accepto consilio*), o Bispo Sisnando II tratou de proteger as relíquias do apóstolo contra os ataques de piratas nórdicos (*propter hostilitatis diram seuamque incursionem normannorum ad frandensium predarum dispendio Galleciam sepe afficientium*). Para isso dispendeu grandes somas de dinheiro e recrutou mão de obra para erguer uma muralha em torno do túmulo de São Tiago (*largita architectis munificentia ac plebibus laborum implicitis, circumquaque eundem Locum Sanctum*

*menium*). O resultado foi uma muralha provida de torres e um fosso (*turriumque munitione ac profundis uallorum fossis aqua circumfusa, ut Locus Sanctus tutus esset, summopere cingi precepit*). A fonte documental é, por isso, clara quanto ao momento de construção da estrutura defensiva e qual o seu principal objectivo.

Lamentavelmente, pouco ou nada da muralha de Sisnando chegou aos nossos dias. Mas têm-se uma ideia de qual seria o seu traçado, graças a escavações arqueológicas e vestígios que vão surgindo em edifícios actualmente existentes. Assim, o *locus sanctus* envolvido pela obra defensiva do prelado encerraria a área onde hoje se ergue a catedral, a Praça da Quintana, o Mosteiro de São Paio e Antealtares e algumas das ruas envolventes (Suárez Otero 2003, 65). Conforme referimos, desconhece-se se esta muralha conseguiu travar os vikingues liderados por Gunderedo e o mesmo pode ser dito a respeito de quaisquer incursões nórdicas posteriores. Certo é que não foi suficiente para impedir a pilhagem de Compostela por Almançor em 997, o que condenou aquela estrutura defensiva ao desaparecimento. Em 2009, terão sido encontrados vestígios seus no sótão da antiga sede do Banco de Espanha, durante obras de remodelação do edifício, o que foi uma descoberta excepcional dada a escassez de porções visíveis da muralha.

Posteriormente, provada que estava a necessidade de uma nova linha de defesa, Cresconio alargaria a área intramuros, construindo uma nova cerca cujo traçado seria o da muralha de Compostela que chegou ao século XIX. Um dos seus raros vestígios actuais é o Arco de Mazarelos, junto à Faculdade de Filosofia.

#### **4. Castelo de São Mamede, Guimarães**

O Castelo de Guimarães é um símbolo da nacionalidade portuguesa por nele terem residido Henrique de Borgonha e o seu filho, Afonso Henriques, que viria a ser o primeiro rei de Portugal. Mas, conforme referimos anteriormente, a fortificação tem uma origem anterior e, pelo menos em parte, ligada aos ataques vikingues.

No capítulo 8 do presente trabalho, dissemos que a primeira referência escrita à fortificação em causa encontra-se no testamento de Mumadona Dias. Dela sabemos que era uma senhora nobre aparentada com a família real leonesa e que casou com o Conde de Portucale. À morte deste, algures antes de 950 (Teixeira 2001, 13), Mumadona passou a gerir uma fortuna considerável e levou a cabo a partilha dos bens

do seu falecido marido. Terá sido por volta dessa altura que teve lugar a fundação de um mosteiro na *villa Vimarani*, uma pequena propriedade rural que viria a transformar-se no núcleo urbano de Guimarães. Mais tarde, não se sabe ao certo quando nem exactamente em que contexto, o medo de um ataque de gentios levou à construção de uma fortificação numa colina próxima do edifício religioso (*ante illorum metum laborauimus castellum quod uocitant sanctum mames in locum predictum alpe latito quo est super huius sancto cenobio constructum*). Já referimos isto na análise das incursões do século X, mas falta-nos considerar a questão da fortificação.

Para alguns, o primeiro elemento de curiosidade advém da menção da fortificação como Castelo de São Mamede, localizado no Monte Latito. Para a generalidade dos Portugueses, a estrutura é simplesmente o Castelo de Guimarães, cuja malha urbana oculta as denominações mais antigas. Mas, no século X, a paisagem seria marcada ainda pelo relevo natural e por propriedades rurais, uma das quais, a *villa Vimarani*, viria a tornar-se num pequeno burgo graças à presença de uma comunidade religiosa que atraía peregrinos, artesãos e a sua dose de residentes temporários de estatuto social mais elevado. E esse fenómeno adquiriu uma dimensão maior quando Henrique de Borgonha escolheu Guimarães para local de residência e dotou a colina fortificada de uma habitação condal. O que nos leva à questão de qual seria o aspecto do *castellum* erguido por ordem de Mumadona Dias. O termo invoca a imagem de grandes estruturas com muralhas de pedra e ameias, mas essa é muitas vezes uma visão romântica e, no século X, um *castellum* podia ser apenas uma torre, talvez provida de um fosso ou paliçada em redor. Isso mesmo já tinha sido notado por António da Sousa Machado, que analisou o significado da terminologia da época (1981, 113-8). Por isso, o Castelo de Guimarães começou por ser uma torre e pouco mais, erguida para protecção da comunidade residente num mosteiro que se encontraria onde hoje está a igreja de Nossa Senhora da Oliveira (Teixeira 2001, 14). E não restam vestígios dessa fortificação original, pelo menos de que tenhamos conhecimento, dado que foram destruídos ou ocultados pelas sucessivas obras que foram feitas desde os dias de Henrique de Borgonha.

Sobra a questão de quando foi construído o castelo que, de acordo com o documento, terá sido antes de 968, sem que tenhamos dados que nos permitam dizer ao certo quão antes. Fernando José Teixeira coloca a hipótese de ter sido entre 961 e

964, o que é possível, mas não há forma de confirmá-lo dada a escassez de fontes escritas. Até porque, conforme referimos no capítulo 8, não é certo se o medo dos gentios e a conseqüente construção da fortificação derivou de um ataque em particular ou da consciência de que a *villa Vimaranis* corria o risco de ser vítima de uma investida. No entanto, também já chamámos a atenção para o facto de o Castelo de São Mamede datar de uma época em que surgem notícias de outros trabalhos defensivos na Galiza, nomeadamente a Lanzada e as muralhas de Santiago, ambas das décadas de 950 ou 960, dado que o seu mentor, Sisnando II, foi Bispo de Iria-Compostela entre 952 e 968 (Portela Silva 2002b, 521). A estes casos talvez possamos juntar o de Hermenegildo, que presidiu à Diocese de Lugo entre 951 e 985 (Portela Silva 2002a, 201) e que, conforme vimos também no capítulo 8, procurou assegurar a segurança da sua comunidade levando-a a residir dentro das muralhas da cidade. O período de governo deste último prelado coincide apenas em parte com de Sisnando, pelo que não podemos afirmar com certeza se o acordo data de antes ou depois de 968. Mas, em qualquer caso, parece que em meados do século X as elites galego-portuguesas tinham consciência da necessidade de protegerem o seu território contra uma ameaça de pagãos ou nórdicos, do norte da Galiza à região portuguesa do Minho. O que permite a formular a hipótese de os vikingues terem sido os gentios que levaram à construção do Castelo de São Mamede.

Não se pretende, com isto, excluir por completo a ideia de que, ao erguer-se aquela estrutura defensiva, Mumadona Dias não tenha tido em mente a possibilidade de um ataque muçulmano. A localização de Guimarães mais a sul do que a Lanzada ou Compostela certamente tornava mais presente essa possibilidade.

## **5. Castelo de Citofacta, Pontevedra?**

Próximo da cidade de Pontevedra, junto a uma aldeia chamada Casaldarado e Sernadas, encontram-se os vestígios do castro ou Castelo de Cedofeita, que em tempos terá coroado um ponto elevado da paisagem. Embora haja referências textuais desde o século X e o local tenha sido alvo de obras nos dias de Sisnando II, não é possível dizer ao certo se a fortificação foi pensada como um ponto de defesa contra os vikingues.

A primeira referência escrita data de 916, num documento preservado no volume XIX da *España Sagrada* de Flórez (Lazcano 2006a, 336-40) e que regista uma doação e confirmação da fundação do Mosteiro de São Salvador de Lérez. O texto faz referência a um muro ou muralha de Citofacta (*quae est in muro de Citofacta*) e, mais à frente, a um castelo com o mesmo nome nas margens do rio Lérez (*Et est istud Monasterium fundatum in terra Saliniensi subtus Castellum quod ab antiquis temporibus Citofacta nuncupatur, discurrente fluvio Lerz*). Outro documento, o mesmo de 1019 que refere a Lanzada (Lucas Alvarez 1998, 146-9, doc. 61), diz que um bispo chamado Sisnando edificou o cume de uma penha (*Et illa penna per se Citofacta fuit edificata per iussionem pontificis domni Sisnandi in ipsius debitum desuper exaratum*).

As fontes permitem-nos estabelecer que já existia alguma forma de estrutura defensiva no local em 916, fosse uma torre, uma simples muralha ou um antigo castro. O que quer dizer que os trabalhos de construção de que foi alvo mais tarde poderão ter-se limitado a recuperar ou a reaproveitar uma fortificação previamente existente. Quanto ao prelado que ordenou a obra, poderá ter sido Sisnando II, embora o texto não seja completamente claro nos elementos cronológicos e pode estar a referir-se ao seu homónimo e antecessor Sisnando I, que presidiu à Diocese de Iria-Compostela até 920 (Portela Silva 2002b, 521). Mas, mais importante do que isso, é o facto de o documento não relacionar Citofacta com gentios ou pagãos e não obstante a sua localização a poucos quilómetros da costa. Fica-se na dúvida se a possibilidade de ataques nórdicos pesou na decisão de (re)construir a fortificação ou se foi apenas um projecto com vista ao domínio temporal do território por parte da diocese. É possível que o castelo tenha sido usado contra os vikingues, mas dificilmente se pode considerá-lo como um vestígio da sua passagem se eles não foram o motivo ou um dos motivos para as obras de que foi alvo. É, por isso, um caso dúbio, mas não é único.

Próximo de Vilagarcia de Arousa, também no topo de um monte, erguem-se os vestígios do Castelo de Lobeira, que poderá ter sido de origem um castro pré-romano. A fortificação surge diversas vezes na *Historia Compostelana*, como nos capítulos 59, 72, 74 e 107 do Livro I (Falque Rey 1994, 165, 180, 184 e 251), onde é cenário das lutas de Gelmírez e Urraca contra os apoiantes de Alfonso I de Aragão. E um documento de 987, preservado no Tombo A da Catedral de Santiago (Lucas Alvarez 1998, 135-6, doc. 55), refere um condado de Lobeira (*comitatus Luparie*), mas sem que se consiga

discernir a existência e estado de conservação de um castelo. Segundo Xosé Vila Fariña (1996, 55), há referências escritas à fortificação em documentos de 964 a 1108, mas não encontramos nenhuma que indicasse uma relação com gentios ou piratas nórdicos.

Na principal fonte diplomática de Compostela, para além do já referido texto de 987, surge outro de 1171 (González Balasch 2004, 141-3, doc. 41), onde o Castelo da Lobeira é referido em conjunto com a Lanzada, as Torres do Oeste e ainda Citofacta (*castellum de Luparia, cum toto suo honore, videlicet quomodo dividit cum Citofacta et cum Sancta Maria de Lançada et ex alia parte cum honore castelli de Honesto et inde quomodo dividit cum Caldas de Cunctis*). Alguns talvez vejam nisso uma prova de como a Lobeira estava integrada num sistema defensivo erguido contra os vikingues, mas essa conclusão pode ser errónea. Em primeiro lugar, porque o documento é do século XII, fazendo referência à realidade coeva e não a acontecimentos ou trabalhos de construção levados a cabo duzentos ou mais anos antes. Em segundo, porque o documento refere-se a uma doação à Igreja de Santiago, que recebe o castelo da Lobeira com todas as suas rendas ou direitos (*cum toto suo honore*). E note-se a inclusão das Caldas de Cuntis, vários quilómetros para o interior desde Vilagarcia de Arousa, sem que se conheça o seu uso defensivo contra os vikingues. Conhece-se, isso sim, a existência de termas indicadas pela palavra *caldas*.

O problema que se coloca perante a classificação de fortificações como a de Citofacta ou a de Lobeira é um de falta de fontes documentais ou, quando elas existem, a ausência de referências a gentios, pagãos ou nórdicos como móbil para a (re)construção dos castelos. É importante que isso seja estabelecido de forma segura dado que, conforme dissemos, à existência de estruturas defensivas pré-medievais junta-se o cenário militar multifacetado do ocidente peninsular, pelo que o aparecimento de um castelo no período vikingue não é, por si só, prova de que ele foi erguido como defesa contra piratas nórdicos. Mesmo que, e é esse o caso da Lobeira, o local se encontre entre duas fortificações cujo uso contra atacantes do norte pode ser estabelecido. *Luparie* pode muito bem ter sido um ponto de vigia ou de refúgio contra vikingues, como, de resto, terão sido muitos outros locais elevados na paisagem. Até colinas rochosas sem intervenção humana podem ter tido esse uso. Poderá até ter feito parte de uma rede de sinais luminosos, da Lanzada às Torres do Oeste, conforme

insistem alguns autores modernos, e a memória desse elemento ter-se preservado na tradição oral ao mesmo tempo que ficou ausente da escrita. Mas não se pode afirmá-lo com a certeza com que alguns o fazem sem dados concretos que sustentem a ideia. É preciso mais do que ouvir dizer ou porque está junto à costa. E, nesse sentido, não nos é possível afirmar ao certo se a Lobeira, tal como Citofacta, alguma vez foram concebidos ou (re)construídos como defesa contra vikingues.

Há mais casos idênticos na Galiza. Já se sugeriu os castros de Jiurgium e Canetum, a sudoeste de Compostela, como locais usados na luta contra os piratas nórdicos (Barreiro Barral 1987, 34-5). Uma vez mais, há referências documentais às fortificações e, novamente, falta de referências explícitas ao seu objectivo defensivo. Não vale a pena, por isso, estarmos a repetir o que já dissemos neste capítulo. Sobra uma última questão, que será abordada de seguida: houve fixação de nórdicos no ocidente peninsular?



## Capítulo 13

### Colonos?

A Idade Vikingue também gerou fenómenos de colonização nórdica: em França, em Inglaterra, na Escócia e na Irlanda, conforme referimos em capítulos anteriores, mas também no leste europeu, onde a expansão escandinava se fez em paralelo com a exploração das rotas comerciais e o estabelecimento de elites nórdicas. Ora, tal conduz-nos a uma questão imediata sobre a existência ou não de fenómenos do mesmo género no actual território galego-português. Ou, posto de outra forma, será que houve grupos de vikingues que passaram de piratas a colonos no ocidente ibérico?

Afirmar que a informação disponível é reduzida será, talvez, dizer pouco. As fontes não falam de doações como a de Carlos, o Simples, a Rollo ou da distribuição de terras entre os invasores, como a *Crónica Anglo-Saxónica* sobre os guerreiros do grande exército. Não se conhecem vestígios arqueológicos como sepulturas, uma concentração considerável de artefactos ou restos de estruturas de um posto nórdico como Dublin. E também não há toponímia ou práticas legais cuja origem possa, razoavelmente, ser traçada até à Escandinávia. Dito assim, seríamos levados a concluir que não houve qualquer tipo de assentamento nórdico no ocidente ibérico, mas, como em tantos outros casos na História, ausência de indícios não implica, necessariamente, falta de ocorrência ou existência. Pode apenas querer dizer que o fenómeno foi demasiado reduzido para dele subsistirem provas físicas, que dele não se fez registo escrito explícito ou que quaisquer vestígios que possam ter existido não chegaram aos nossos dias. Possibilidades que abrem as portas a hipóteses que, devido à mesma falta de provas, nunca poderão passar a certezas.

Sabemos que houve ataques vikingues na costa galego-portuguesa durante mais de duzentos anos, em alguns casos de forma prolongada. Pensemos na expedição de Gunderedo ou nos nove meses de saque entre os rios Douro e Ave. Referimos, anteriormente, que o contacto prolongado, mesmo que violento, permite a formação de laços entre as partes em conflito, principalmente quando há interesses em comum. Falámos disso a respeito do resgate das três filhas de Amarelo Mestaliz e o mesmo pode ser dito sobre o caso de Santa Maria da Feira, onde a presença de três figuras do

poder local transmite a ideia de contactos feitos de uma forma mais ou menos institucionalizada. E também temos notícias de derrotas nórdicas nos actuais territórios galego e português, onde grupos de vikingues podem ter sido feitos prisioneiros. Estes três cenários colocam a possibilidade da entrada de nórdicos na população peninsular: como cativos e depois servos, mas também como piratas que, por motivos individuais e graças ao contacto prolongado com os habitantes locais, podem ter largado as armas para agarrarem uma oportunidade de vida mais sedentária. Se na Normandia houve nórdicos que o fizeram ao perceberem as vantagens a médio ou longo prazo de se estabelecerem em propriedades agrícolas na Neustria, por que não o mesmo fenómeno no ocidente ibérico? Numa escala muito menor, é certo, e, por isso, um fenómeno passível de ser ignorado pelas principais fontes escritas ou de deixar poucos ou mesmo nenhum vestígio material. Mas nem por isso impossível a partir do momento em que existe contacto prolongado.

Os três pontos que analisamos neste capítulo partem dos pressupostos que acabámos de enunciar. Não os queremos apresentar como facto porque julgamos haver falta de provas suficientes para tal e, para mais, temos dúvidas sobre a historicidade de alguns elementos. Mas não podíamos deixar de nos debruçar sobre a questão e quisemos apresentar os dados que recolhemos para, bem ou mal, abrir caminho a estudos mais aprofundados ou, se necessário, permitir a correcção do que expomos neste capítulo.

## **1. Os Gunderedos**

Uma conversa com Galegos ou Portugueses de hoje e, ao referir-se ataques vikingues, alguns falarão dos cabelos loiros e olhos claros dos habitantes de algumas zonas costeiras a norte. Querem com isso apontar um indício da passagem dos piratas nórdicos pela região, mas do período das incursões até aos nossos dias vão mil anos. O que é tempo mais do que suficiente para sucessivas vagas de imigração responsáveis por determinados traços físicos. As investidas nórdicas ocorreram na Idade Média e não há umas décadas, pelo que, se queremos indícios históricos, teremos que recorrer a fontes medievais.

Em 1706, o clérigo António Carvalho da Costa, ao referir-se à povoação de São Pedro de Gundarem, perto de Vila Nova de Cerveira, mencionou a possibilidade de o

topónimo ter origem no nome Gunderedo, “Rey dos Normandos, quando veyo conquistar Galliza & parte desta Província” (1706, 218). Teófilo Braga fez referência a essa ideia, assim como à possibilidade de uma relação idêntica para a família Gundarães ou Candarey (1868, 75). Aliás, são vários os exemplos medievais do uso deste último nome, como o trovador Nuno Rodrigues de Candarei ou a referência a um Dom Mendo de Candarei numa cantiga de Alfonso X<sup>33</sup>. A hipótese assenta no pressuposto de que tanto o topónimo como o antropónimo têm origem no chefe vikingue de 968, dada a semelhança entre os nomes, o que constituiria um indício de colonização nórdica no ocidente ibérico. Mas a teoria sofre de dois problemas: a natureza do nome e a sua ocorrência considerável na documentação medieval.

Os vikingues não foram os primeiros falantes de uma língua germânica a passarem pela Península Ibérica. É bem sabido que, no século V, o território foi invadido e ocupado por povos germânicos, nomeadamente Suevos e Visigodos, que fundaram reinos próprios. E a sua chegada e fixação na Hispânia permitiu a inclusão na vida peninsular de novos antropónimos, mesmo que latinizados: nomes como Ramiro, Gonçalo, Rodrigo e Ildefonso têm raízes germânicas. Sabe-se que Gunderedo partilha a mesma matriz linguística, derivando do godo *gunþi* (luta) e *reþos* (conselho) (Boullón Agrelo 1993, 325). Mas a sua ocorrência ou a de formas semelhantes no oeste ibérico não é, por si só, prova de alguma forma de colonização nórdica, dada a possibilidade de ter origem no substrato germânico que antecedeu em vários séculos a Idade Vikingue. Podemos constatá-lo no facto de, em 835, nove anos antes do primeiro ataque vikingue de que há notícia na Península Ibérica, já existir uma *villa Gonderedi* num documento preservado no tombo do Mosteiro de Sobrado dos Monges (García de Valdeavellano 1976, 51, doc. 18).

O mesmo topónimo ou a forma semelhante *Gunderedi* surge também nos documentos 1, 3, 10, 73 e 91 a 103 do mesmo cartulário (García de Valdeavellano 1976, 21-8, 43, 104, 116-24), todos datados dos anos 883 a 971. E uma consulta de outros cartulários medievais permite também constatar a existência do antropónimo antes e depois de 968: há um Gunderedo entre as testemunhas num documento de 966 e um Gunderedo Fredenandiz noutro de 985 (Sáez & González de la Peña 2004, 152-3, 174-6, docs. 73 e 95). É certo que há muitos mais exemplos para o século X do

---

<sup>33</sup> <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=477&tr=4&pv=sim>

que para o IX, o que poderá levar alguns a concluir que isso é um indício da entrada de vikingues na demografia peninsular. Mas a variação do número de casos é enganadora, dado que pode ser simplesmente o resultado da maior ou menor disponibilidade de fontes medievais que sobreviveram até aos nossos dias.

O que estes dados documentais demonstram é aquilo que já se sabia: que Gunderedo é um nome de origem germânica e que esse substrato linguístico está presente da Península Ibérica desde o século V. Pelo que a ocorrência do topónimo ou antropónimo não é, por si só, um indício de colonização nórdica. Para isso seriam necessários mais dados como a localização das propriedades e origem das pessoas para se tentar perceber se – imaginemos – existem mais casos de Gunderedos no interior até ao século VIII e um aumento no litoral a partir dessa época. Algo difícil de se fazer dada a escassez de informação ou de dados suplementares em documentos onde surge o antropónimo.

## **2. A aldeia de Lordemão**

Junto a Coimbra, existe uma pequena povoação chamada Lordemão. Almazán (1986, 120) e, através dele, Price (2008b, 465) referem-se a ela como um caso possível de fixação de nórdicos em território peninsular.

A ideia radica, essencialmente, na semelhança entre o topónimo e termos como lordemanos ou leordemanos, que, já sabemos, eram usados para identificar os vikingues. A derivação é possível e o local pode ser antigo, uma vez que surge num documento terá sido redigido na década de 1120 (Pinto de Azevedo 1958, 73-4, doc. 59) e onde Teresa, mãe de Afonso Henriques (*Ego regine Tharasia*), doa a um Gonçalo Aluane e à sua mulher a propriedade de Lordomam (*mea hereditate quam habai in termino Colimbrie in loco qui dicitur Lordomam*). No entanto, o texto contém a referência cronológica de Era de 1116, a que corresponde o ano de 1078 (*Facta carta mense Iunij apud Colimbriam. Era M<sup>a</sup> C<sup>a</sup> X<sup>a</sup> VI<sup>a</sup>*). A data é demasiado anterior para se tratar de um documento outorgado por D. Teresa, que não teria ainda nascido, pelo que estamos perante um erro de transcrição ou um caso de autenticidade dúbia. Rui Pinto de Azevedo dá o documento como credível e refere que foi transcrito e confirmado no reinado de Afonso II de Portugal, em 1221. Data o original dos anos de 1122 a 1125, com base na identidade dos confirmantes (1962, 587-8).

O exemplo de Lordemão obriga a recordar outra povoação com um nome semelhante e a que nos referimos no capítulo 8: Lordemanos, em Leão. Ao analisarmos a expedição de Gunderedo, mencionámos a possibilidade de também esse topónimo ter origem no termo usado para identificar os piratas nórdicos, pelo que Lordemão pode não ser um caso único. E depois há a ideia a que Almazán alude, de que as duas povoações estavam na linha de fronteira entre o sul muçulmano e o norte cristão, e que isso coloca a possibilidade de grupos de vikingues, cativos ou não, terem sido usados para povoar uma zona de conflito (1986, 120). A teoria é interessante e tem alguma lógica, mas é difícil concretizá-la devido à escassez de informação. Se a quisermos aceitar, teríamos que assumir a fixação de nórdicos junto a Coimbra algures antes de 987, data em que Almançor tomou a cidade, ou depois de 1064, quando Fernando I a reconquistou. E não sabemos em que moldes, se cativos posteriormente convertidos e libertos, se servos deslocados para o local para trabalharem a terra. Há também a hipótese de ter sido o sítio de uma base vikingue que reteve o nome que lhes era dado depois de terem partido. Mas esta possibilidade tem menos força por não haver notícia de investidas nórdicas contra Coimbra e embora a ausência de referências escritas a um ataque não seja, por si só, prova de que nunca ocorreu.

No final, o indício mais concreto é o próprio nome da povoação. Mas o porquê dessa designação e em que data é que ela surgiu ao certo, se apenas na década de 1120 ou antes, é algo a que não podemos responder com certeza.

### **3. Influência naval**

Os vikingues estão, obviamente, associados a embarcações, tanto na iconografia popular como na própria cultura nórdica medieval. Falámos disso no capítulo 5 e é evidente que piratas marítimos precisam de navios. Não surpreende, por isso, que a questão de vestígios da passagem dos vikingues pelo ocidente peninsular origine ideias de influências nórdicas sobre a construção naval ibérica.

Jaime Ferreira Alemparte disse que a expansão marítima portuguesa e espanhola não pode ser completamente explicada sem a presença dos homens do norte séculos antes (1999, 14). O que é uma afirmação arrojada e, na nossa opinião, com pouco fundamento, dado que entre o final da Idade Vikingue e o início das grandes viagens marítimas no século XV passaram cerca de quatrocentos anos. Tempo

suficiente para a construção naval receber influências de outras partes da Europa – França, Inglaterra, Itália – que até podiam incluir elementos nórdicos, mas não por via da passagem dos vikingues pela Península Ibérica. E o mesmo pode ser dito a respeito de qualquer comparação de embarcações tradicionais dos nossos dias com modelos escandinavos. Ainda assim, a ideia persiste e tem sido sugerida por diferentes autores. Foi o caso de Ernesto Iglesias Almeida, que propôs a hipótese para um barco típico do rio Minho conhecido como carocho e fez notar o casco trincado (2006, 43). E Octávio Lixa Filgueiras (1963) debruçou-se sobre a questão a respeito das embarcações típicas do rio Douro, embora as suas conclusões apontem para origens não-vikingues.

As dúvidas que pairam sobre o tema de influências nórdicas na construção naval ibérica são, em parte, as mesmas que assombram a antroponímia e possível colonização. Isto é, que a Península já tinha um substrato germânico desde o século V, o que quer dizer que eventuais semelhanças entre embarcações tradicionais podem ficar a dever-se a uma raiz cultural comum e não a influências dos piratas nórdicos. E depois sobra ainda a possibilidade de essas influências terem sido recolhidas posteriormente, por via de imigrantes da Normandia ou das Ilhas Britânicas ou de contactos com essas regiões a partir do século XII. A Idade Vikingue não terminou há poucas décadas ou há cem anos, motivo pelo qual a tentativa de encontrar elementos nórdicos olhando para as embarcações actuais corre o risco de ser um exercício falacioso. É estar a olhar para um produto final de séculos e não para exemplares do início do século IX e outros tantos de trezentos anos depois, algo que, aí sim, podia revelar os contornos precisos de qualquer processo de evolução na construção naval.

Octávio Lixa Filgueiras confrontou-se com estas dúvidas na sua análise do barco rabelo. É esguio e tem um casco trincado, a fazer lembrar as embarcações nórdicas, e as técnicas de construção naval são, ao parece, próximas ou mesmo idênticas ao que seria tradicional no mundo germânico. Mas o mesmo autor faz questão de notar que essa coincidência não implica, necessariamente, uma adopção de modelos por via dos vikingues (1963, 12). Octávio Lixa Filgueiras ainda aludiu aos barcos de Nydam, referência que não desenvolveu, por falta de fontes, mas que teria ido ao encontro da sua conclusão de uma possível influência sueva, logo pré-vikingue (1963, 44). Isto porque os vestígios achados no século XIX em Nydam, no sul da Dinamarca, são de embarcações de casco trincado, das quais pelo menos uma está datada do início do

século IV e anunciava já os modelos de construção mais tarde usados pelos piratas nórdicos (Bill 1997, 183-4; também 2008, 171). Existe, por isso, a hipótese de eventuais semelhanças entre barcos galego-portugueses e nórdicos deverem-se a uma origem comum e que, quando os vikingues passaram pela Península Ibérica, os elementos germânicos já estariam, por assim dizer, nativizados no ocidente peninsular.

Mesmo que não se queira admitir uma influência sueva e se prefira colocar num período posterior os contactos que moldaram os rabelos e outros barcos, não há motivo para nos ficarmos pela Idade Vikingue. Afinal, entre os traços de uma origem escandinava que terão sido preservados na Normandia encontram-se técnicas de construção naval, a julgar, pelo menos, pelo que surge na Tapeçaria de Bayeux. Feita por volta de 1080 (van Houts 2000, 6), os seus setenta metros de comprimento relatam a conquista de Inglaterra por Guilherme, o Conquistador, em 1066, dos antecedentes à vitória e passando pelos preparativos para a campanha. E é nesse ponto que surge uma representação de como terão sido fabricados os navios usados para atravessar o Canal da Mancha: as ferramentas utilizadas, as técnicas de construção e um resultado final onde nem faltam as proas com cabeças de animais. Tudo remanescente do período vikingue, conforme notou James Graham-Campbell (1980, 50-3, 59-63), o que quer dizer que os mesmos Normandos que preservaram elementos nórdicos podem tê-los trazido para a Península Ibérica a partir do século XII. Principalmente quando se sabe que parte dos cruzados que ajudaram os reis portugueses na guerra contra o sul muçulmano acabaram por se radicar em Portugal. E depois há as trocas comerciais e as relações políticas que podem ter fomentado a importação de modelos navais ao longo dos vários séculos que separam os nossos dias do final da Idade Vikingue. As hipóteses são várias e a janela temporal é considerável.

Deste modo, é difícil dizer ao certo se os piratas nórdicos exerceram ou não alguma influência sobre as embarcações tradicionais do ocidente ibérico. Até porque fazê-lo exige um contacto prolongado com a população nativa que permita uma troca de saberes, o que liga esta questão com a da colonização. E essa, já o dissemos, não foi nem de grande dimensão nem, pelo que sabemos, intensa na generalidade do território galego-português. Mais facilmente se admite uma influência naval por via dos Suevos ou de contactos do século XII em diante, que é o mesmo que dizer em momentos pré e pós-vikingue.





## Conclusão

Chegados ao final, importa recordar os pontos essenciais do tema e regressar a algumas das coisas que diferentes autores têm dito sobre a natureza, motivações e efeitos dos ataques nórdicos no ocidente ibérico. Para que as possamos analisar e, se necessário, propor interpretações alternativas.

A Idade Vikingue não teve um único motivo, mas terá nascido de uma conjugação de elementos de relevância variável em diferentes partes da Escandinávia. A escassez de terra arável poderá ter sido uma condicionante no que é hoje a Noruega, mas os traços orográficos eram outros nos actuais territórios dinamarquês e sueco. O que não quer dizer que deles não tenham também partido colonos que, podendo ter terra disponível, viam em locais como Inglaterra a possibilidade de tomarem para si propriedades trabalhadas há gerações e maiores do que aquelas que podiam alguma vez ter nos países de origem. Por outras palavras, houve sentido de oportunidade, o mesmo que poderá ter engrossado o número e dimensão das expedições vikingues após os primeiros sucessos ainda no século VIII. Em simultâneo, os conflitos políticos na Escandinávia terão também alimentado as vagas de nórdicos que se fizeram ao mar e, a ser verdade que a actividade pirata já se desenrolava no Báltico, ela terá, a dada altura, resvalado para o Mar do Norte, cujas rotas e postos comerciais não eram inteiramente desconhecidos dos nórdicos.

Dada a distância entre a Península Ibérica e a Escandinávia, seria de esperar que a primeira fosse um cenário secundário da pirataria nórdica. Mais ainda se tivermos em conta que, entre os dois territórios, encontram-se as Ilhas Britânicas e a França, ambos pontos de grande actividade vikingue. E, de facto, durante o século IX, esses foram os cenários centrais para os nórdicos que viajaram para ocidente. É disso prova a dimensão do saque nas margens do Sena, Loire e Garonne, assim como o número de ataques à costa inglesa, irlandesa, às ilhas escocesas e depois a conquista do que viria a ser a Danelaw. Nessa época, podemos dizer que a Península Ibérica foi um alvo secundário, na periferia do mundo vikingue, o que não significa que tenha ficado imune ao fenómeno. Sofreu ataques nórdicos, conforme vimos, e foi vítima de algumas expedições extraordinárias, como a que entrou no Mediterrâneo e chegou ao norte de Itália. Mas, não obstante o ter sido incrível, esse episódio foi uma excepção

num cenário que sofreu um número comparativamente menor de investidas. A situação transforma-se no século X, com o estabelecimento de nórdicos no Condado de Rouen, o decréscimo de incursões em França, o contra-ataque inglês liderado por Wessex e o aumento da quantidade de prata árabe na Europa oriental. Entre o início e as décadas finais de 900, a julgar pelo número de ataques, a Península Ibérica surge como um dos cenários de maior actividade vikingue na Europa ocidental, logo atrás da Irlanda e talvez do Reino de York. A Bretanha talvez seja um caso revelador, na medida em que o grosso dos raides do século X na Galiza e Portugal parecem datar de c. 950 em diante, isto é, depois do fim da ocupação viquingue de território bretão. E o ocidente ibérico continua a ser relevante no século XI, não obstante a atractividade do *danegeld* em Inglaterra.

Este padrão permite-nos refutar a ideia de que nativos ibéricos resistiram de tal forma aos ataques nórdicos, que os vikingues preferiam concentrar-se noutros cenários europeus. Foi o que propôs, por exemplo, Chao Espina (1965, 68), numa teoria nacionalista que visa a elevação guerreira dos povos peninsulares, mas que é eminentemente falaciosa, porque assenta em generalizações e no realce selectivo de alguns episódios. É um facto que há notícias de derrotas nórdicas (na Corunha, frente ao conde Pedro e contra Guilherme Sanches), mas também é verdade que não faltam casos de vitórias ou de saques que as forças galegas e portuguesas foram incapazes de impedir: Tui, Santa Eulália de Curtis, Fornelos, o Entre-Douro-e-Ave ou Sada. E há um aumento claro do número de ataques nos séculos X e XI em comparação com o século IX, algo que admitimos pode ser apenas uma ilusão criada pela quantidade de notícias existentes, mas que também pode reflectir uma tendência dada a alteração das condições que presidiram às incursões das décadas de 800. Isto é, a maior ou menor vulnerabilidade de França e das Ilhas Britânicas, assim como a quantidade de prata disponível a oriente. No século IX, a distância e as derrotas sofridas em território peninsular podem ter levado os vikingues a concentrarem-se noutros cenários de actividade, mas a situação muda de figura na centúria seguinte, quando, a julgar pelo número de ataques de que há registo, a Península Ibérica parece ter surgido como um alvo mais apetecível, mesmo que apenas que por maior dificuldade em atacar de forma lucrativa outros locais. O que quer dizer que a intensidade dos ataques vikingues no ocidente peninsular terá tido mais a ver com as condições noutras partes da Europa

e menos com a resistência oferecida pelos Galegos ou Portugueses. Da mesma forma, o fim da Idade Vikingue no século XI devolveu, em parte, a Península Ibérica à sua posição de periferia em relação à Escandinávia. E dizemos em parte porque a cristianização do norte da Europa deu nova relevância ao território ibérico como ponto de passagem em viagens rumo à Palestina.

Outra ideia que também deve ser posta de parte é a organização das incursões em vagas tal como fez Almazán, que nos oferece um esquema cronologicamente arrumado em quatro grupos: 844, 858 a 861, 966 a 971 e 1008 a 1038 (1986, 84; 2002, 110-11; 2004, 42). O que sabemos ser errado, porque não leva em conta os ataques a Tui antes de 934, os dos dias de Cresconio e assume que todas as notícias de saques a mosteiros no século X datam de 966 a 971. Para além de que este agrupar de investidas é altamente falacioso, uma vez que pressupõe um conhecimento pleno das movimentações dos vikingues. O que, já o dissemos várias vezes, não é verdade devido à natureza fragmentária das fontes medievais existentes. E isso impede-nos de dizer com certeza que não houve ataques entre os anos Y e Z, logo de organizar as notícias em vagas cronologicamente bem delimitadas.

Por último, antes de abordarmos as consequências da actividade vikingue no oeste ibérico, não podemos deixar de repetir uma vez mais o que já dissemos em relação à questão de *Jakobsland* e da suposta atractividade do santuário compostelano, dada a popularidade da ideia. Popularidade essa que é fácil de entender pela dimensão e fama actuais da catedral de Santiago de Compostela, mas que não podem ser pura e simplesmente projectadas sobre o passado. É preciso analisar os primórdios do santuário, o seu crescimento, assim como as lendas e revisionismos que se foram formando em torno dele. E a primeira coisa que sobressai é o desconhecimento que as próprias crónicas asturianas têm da “descoberta” do túmulo do apóstolo Tiago, ignorando o momento na sua narrativa histórica dos feitos e principais acontecimentos dos diferentes reinados até Alfonso III. Algo que hoje pode parecer impossível, porque Compostela impõe-se, nos nossos dias, como uma referência na cristandade católica, mas que, para a época, parecia ser perfeitamente negligenciável. O que diz muito do caminho que o santuário jacobeu tinha ainda por fazer até se tornar significativo, o que, por sua vez, obriga a concluir pela impossibilidade de os vikingues do século IX terem atacado a Galiza com os tesouros

de Santiago em mente. Afirmá-lo é incorrer em anacronismo, como fez Almazán (1986, 92-3), e mais ainda se se recorrer ao poema de Einarr Skúlason, que é certo que refere *Jákóbs-land*, mas que é uma composição do século XII e, por isso, dificilmente demonstra como olhavam os nórdicos para a Galiza trezentos anos antes. Compostela só começa a atingir uma dimensão internacional no século X, o que torna plausível que Gunderedo possa ter sido atraído por ela, mas não podemos afirmá-lo com certeza. Não só porque não dispomos de um relato nórdico da expedição, como uma maior fama do santuário não é sinónimo de que fosse conhecido em todo o lado e por todos e, dessa forma, que pudesse ser conhecido por qualquer grupo de vikingues. Mais certo já será o caso do século XI, quando Compostela contava já com cerca de um século de ascensão internacional e o seu conhecimento pelos nórdicos torna-se mais plausível. Indício disso poderá ser a inclusão de uma referência aos vikingues na versão das actas do Concílio de Coiança que acabou em Coimbra e a ausência desse elemento nas cópias que foram disseminadas em Leão. O facto pode revelar que, à época, os piratas estariam a concentrar os seus ataques na Galiza, onde a fama de Compostela surge como um motivo plausível. Mas com uma ressalva: se, de facto, assim foi, então teremos que admitir que a noção que os nórdicos tinham da terra de Santiago era algo vago, dado que, também no século XI, estiveram activos entre os rios Douro e Ave e ainda Santa Maria da Feira.

Que consequências tiveram, então, os ataques nórdicos na faixa ocidental da Península Ibérica? Certamente que não chegaram ao ponto de moldar radicalmente o panorama político como em Inglaterra, onde a conquista do que viria a ser a Danelaw e a sua posterior tomada por Wessex possibilitou o aparecimento de um reino inglês unificado. Nem terão colonizado ou ocupado o território ao ponto de formarem novas entidades políticas como a Normandia, Kiev ou Dublin. O impacto dos vikingues no oeste ibérico parece ter sido limitado, porque nunca passou de alvo de ataques piratas a objecto de projectos maiores ou, em alternativa, porque o próprio ambiente belicista da Península, em guerra desde o início do século VIII, diluiu qualquer impacto que os piratas nórdicos possam ter protagonizado. Dito de outra forma e à semelhança do referido no capítulo 11 a respeito das fortificações, os vikingues foram um de vários intervenientes num cenário de guerra em parte feito ao longo de linhas religiosas, pelo

que terão apenas acrescentado ou agravado uma situação que lhes antecedeu e sucedeu, sem que tenham sido um elemento determinante.

Ainda assim, já foram propostos alguns exemplos de consequências da acção dos piratas nórdicos. Uma delas é a transferência da sede episcopal de Iria para Compostela, que alguns estudiosos atribuem a um movimento de fuga das zonas costeiras, por causa da ameaça vikingue, e o conseqüente refúgio no interior. Foram proponentes desta teoria Chao Espina (1965, 41), Singul Lorenzo (1999, 49) e Almazán (1986, 94), mas enquanto este último parece colocar o momento determinante nos ataques do reinado de Ordonho I, os outros dois autores responsabilizam a incursão de Gunderedo pela transferência da residência oficial do bispo. Na verdade, nenhuma das hipóteses tem grande substância, porque a ascensão de Compostela em detrimento de Iria foi um processo longo que culminou numa bula papal em 1095. Como notou Manuel Cecílio Díaz, a transferência acabou por ser uma consequência natural da “descoberta” do túmulo de São Tiago, que se converteu no ponto central da diocese e, a seu tempo, passou a deter a sede episcopal (2002, 21-3). É de notar, por exemplo, que Teodemiro, o prelado que terá encontrado os restos mortais do apóstolo e que morreu em 847, tenha sido sepultado em Compostela e não em Iria, onde era bispo. E a este dado junta-se ainda o estatuto de residência episcopal do local, atribuído por Alfonso II (López Alsina 1999, 123-4), cujo reinado antecede o ataque vikingue de 844. Tratam-se de elementos sintomáticos de um processo que se começou a desenhar antes desse ano e que originou, primeiro, uma denominação partilhada na forma de Bispo de Iria-Compostela, até à sua extinção em 1095, com a bula de Urbano II, que legitimou o título de Bispo de Compostela. Se se tratasse apenas de um caso de fuga da zona costeira, seria de esperar que a diocese fosse apenas administrada a partir de outro local e sem que se alterasse a denominação. Como, de resto, sucedeu com a de Tui no século X, quando Nausto foi obrigado a refugiar-se no actual concelho de Ponte de Lima. Se os vikingues deram algum contributo para a ascensão de Compostela, terá sido, quando muito, o de reforçarem um processo que não originaram.

Outra ideia que também não está isenta de dúvidas é a da interiorização da população e o conseqüente despovoamento das zonas costeiras. O exemplo por vezes dado é o do Burgo, à época uma povoação próxima da Corunha e hoje um bairro à saída da mesma cidade, em Culleredo. Vedia y Goossens (1845, 9-10), Chao Espina

(1965, 44) e Izquierdo Díaz (2009, 78) foram proponentes da teoria de que aquele espaço urbano surgiu quando os habitantes de Brigantia fugiram da costa por medo dos ataques dos piratas nórdicos. Mas, tal como no caso da transferência da sede episcopal de Iria para Compostela, podemos estar perante um processo que antecedeu os vikingues e para o qual eles, quando muito, contribuíram, mas não criaram. Quando nos referimos à investida de 844, falámos de como *Farum Brigantium* se referia, à época, mais a uma região e menos a uma povoação, facto que não era estranho ao despovoamento que teve início no período final do Império Romano e que os conflitos que se seguiram não ajudaram a inverter. Assim sendo, é possível que parte da população de Brigantia, nomeadamente a comunidade piscatória, tenha recuado para uma posição menos exposta a ataques navais, mas perto o suficiente para manter alguma actividade marítima, fazendo uso do rio de Burgo. E esses ataques não têm que ser necessária ou exclusivamente nórdicos: basta recordarmos que a costa galega foi alvo de investidas marítimas muçulmanas ainda em 841 (Mattoso 1992b, 479).

A contribuir para as dúvidas sobre a História do Burgo está também o facto de o registo textual da sua fundação datar apenas de meados do século XII, segundo um documento outorgado por em 1161 por Fernando II e que faz referência ao momento fundacional no reinado do seu pai, Alfonso VII (Lucas Alvarez 1998, 236, doc. 113). Carlos Pereira Martínez nota, no entanto, que o texto fala de um Burgo novo, o que, segundo o estudioso, dá a entender que já existia um núcleo urbano anterior cuja antiguidade não pode ser estabelecida (2000, 30), mas cuja origem pode estar, pelo menos em parte, relacionada com os ataques nórdicos e muçulmanos (2000, 9). O problema, uma vez mais, é delimitar com precisão o papel dos vikingues num processo de alterações demográficas que já vinha detrás e num cenário de guerra multifacetado.

No sul muçulmano, a situação parece ter seguido o caminho inverso, com a litoralização dos espaços urbanos e estruturas militares. Foi essa a opinião de Christophe Picard, que notou a (re)construção de estruturas defensivas costeiras a partir do século IX, coincidindo com os primeiros ataques nórdicos. O académico francês refere o aparecimento de *ribbats* ou fortificações na actual costa portuguesa a partir desse período e indica ainda Sintra, Almada, Palmela, Sesimbra ou Alcácer do Sal

como pontos que beneficiaram de um reforço da presença humana e militar (2000, 209). Por outras palavras, enquanto para o norte cristão assume-se uma fuga para o interior, no sul muçulmano defende-se uma litoralização que reforça a capacidade administrativa e defensiva da costa. O que poderá até ter levado a um grau de centralização política (Picard 2000, 141), mas que esteve, acima de tudo, relacionado com o desenvolvimento de uma verdadeira força naval do Andalus, a qual requeria, como é óbvio, bases militares costeiras (Picard 1997, 74-5). Uma delas terá sido Alcácer do Sal, cuja reconstrução Picard julga não poder ser desligada de uma reacção às incursões nórdicas. E, de facto, a povoação ascenderia em importância militar, ao ponto de ter servido de base para a expedição que Almançor liderou até Compostela, em 997 (Picard 2000, 194-5).

Este processo é perceptível na análise que fizemos das incursões dos séculos IX e X no Andalus, nos capítulos 7 e 8. Se, em 844, o sul muçulmano parece ter sido apanhado de surpresa pelos vikingues, permitindo um saque da região de Lisboa e de Sevilha, a situação parece ter mudado passados pouco mais de dez anos, quando a costa estaria já protegida por navios de guerra e ocorre o episódio das embarcações nórdicas capturadas ao largo da costa da região de Beja, em 859. Segue-se o caso da década de 970, quando o califa tem ao seu dispor redes de informação sobre os movimentos de bandos de vikingues, tanto por via de espiões como, depreende-se, de pontos de vigia ao longo da costa, a que se junta ainda o contacto com nobres cristãos. O mesmo califa, aliás, que não perde tempo e envia forças terrestres e marítimas para fazer frente aos piratas nórdicos, num claro contraste com a falta de resposta militar no século anterior. Note-se ainda o caso de Alcácer do Sal, que está ausente dos relatos dos ataques de 844, mas que surge pouco mais de cem anos depois, avisando as autoridades em Córdova da presença de uma frota vikingue ao largo da cidade. Podemos estar apenas perante uma ilusão causada pelas fontes, na medida em que podem não ter mencionado a passagem dos nórdicos pelo local em 844 ou, se o fizeram, os documentos podem ter sido perdidos. Mas podemos também estar perante um reflexo da litoralização que se seguiu à primeira investida nórdica. Isto é, que de povoação praticamente abandonada na primeira metade do século IX, Alcácer do Sal estaria a ressurgir poucos anos depois até se converter na cidade costeira que era já em 966. Nesse sentido, o episódio que teve lugar na costa de Beja em 859

poderá ser já um sinal desse processo, denunciando a presença dos primórdios de uma base naval no local e que permitiu a captura de embarcações nórdicas.

O desenvolvimento de uma frota no norte cristão parece ter vindo muito mais tarde, nos dias de Diego Gelmírez, que, conforme vimos, enviou uma força naval contra os cruzados que pilhavam a Galiza por volta de 1112. A resposta aos ataques vikingues entre Galegos e Portugueses terá sido essencialmente terrestre, com a (re)construção de estruturas defensivas como o Castelo de Guimarães (à época de São Mamede), a Lanzada e as Torres do Oeste. E, mesmo assim, seriam estruturas básicas, sem grande aparato construtivo e, possivelmente, com recurso mais à madeira do que à pedra. O que talvez possa ficar a dever-se à escassez de meios, em contraste com o sul muçulmano, e que terá também contribuído para a construção comparativamente tardia de uma força naval.

A falta de recursos, a que se juntava a fragmentação política e os conflitos entre reis e nobres cristãos, poderá ter deixado o norte ibérico mais exposto aos ataques nórdicos, na medida em que as autoridades encarregues da defesa militar não focavam os meios disponíveis na luta contra bandos de vikingues. O que levou Joaquim Veríssimo Serrão a propor que as investidas piratas reforçaram o sentido de autonomia das comunidades portucalenses, que estavam entregues a si mesmas por incapacidade do poder régio (1977, 65-6). Algo que não é impossível, mas convém olhar com atenção para os detalhes da questão. Os dados históricos são ambíguos quanto à resposta da aristocracia portucalense, pois se, por um lado, temos a notícia de que, durante nove meses, o coração do Condado Portucalense esteve sujeito a acções de saque de um grupo de nórdicos, um caso destacado por Veríssimo Serrão, por outro dispomos do exemplo de Mumadona Dias, que dotou a pequena comunidade de *Vimaranis* de uma torre de defesa e local de refúgio. E desconhecemos o sucedido em Vermoim, quando o castelo foi atacado por vikingues, assim como os contornos exactos do episódio de Santa Maria da Feira, se parte de um padrão maior de participação das autoridades na libertação de cativos ou se um caso único. Estes dados tornam difícil perceber quais seriam os sentimentos políticos dos Portucalenses face às investidas nórdicas, se mais próximos ou mais distantes do poder central, se mais focados na realidade regional ou apenas local. E a questão adensa-se quando regressamos ao facto de que não se pode olhar para a situação político-militar do



nordeste ibérico de então de uma forma unidireccional. Qualquer reforço do sentido de autonomia poderá ter ocorrido como consequência de outra ameaça que não os vikingues ou por uma combinação de conflitos: recordemos a morte do Conde Mendo Gonçalves em 1008, que não terá estado desligada do ressentimento de estratos inferiores da aristocracia, da situação de instabilidade social que se seguiu às campanhas de Almançor ou até da extinção do Condado Portucalense em 1071 e o seu restabelecimento no final do século XI. Tudo isso terá moldado qualquer sentimento de identidade portucalense e, nesse cenário, os vikingues terão sido apenas uma variável entre muitas.

É dessa forma que devemos considerar qualquer consequência dos ataques nórdicos no oeste ibérico: um elemento entre vários. Não perturbaram uma região que vivia em paz e prosperidade nem introduziram um conflito desenhado ao longo de linhas religiosas. Não iniciaram um processo de abandono de espaços urbanos, que já era uma realidade desde o final do Império Romano, e também não foram responsáveis por qualquer unificação ou fragmentação política. Terão, quando muito, alimentado ou agravado realidades que não criaram, mas em que é difícil precisar o contributo dos nórdicos. A única consequência mais visível que conseguimos encontrar foi a ascensão naval do Andalus, que terá reagido aos ataques vikingues reforçando a presença militar na costa, em terra e no mar. É certo que esse reforço bélico também podia ser facilmente usado contra o norte cristão, como de facto foi por Almançor. Mas o incremento desse processo coincide cronologicamente com a chegada dos piratas nórdicos e há, nas notícias que nos chegaram, um claro crescendo na resposta do Emirado e, mais tarde, Califado de Córdoba. Uma força naval andaluza e a revitalização de locais como Alcácer do Sal podem ter sido as consequências maiores da passagem dos vikingues pelo ocidente ibérico.



# Bibliografia

## FONTES PRIMÁRIAS

### Por publicar:

Pergaminos monacales C120, Arquivo da Catedral de Ourense.

### Formato digital:

*Anais de Ulster*: <http://www.ucc.ie/celt/published/T100001A/index.html>

*Dom Mendo*: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=477&tr=4&pv=sim>

*Gesta Danorum*: <http://www2.kb.dk/elib/lit/dan/saxo/lat/or.dsr/12/1/index.htm>

*Knýtlinga saga*: [http://www.heimskringla.no/wiki/Knytlinga\\_saga](http://www.heimskringla.no/wiki/Knytlinga_saga)

*Samnordisk runtextdatabas*: <http://www.nordiska.uu.se/forskn/samnord.htm>

*Sigurðardrápa*: <http://skaldic.arts.usyd.edu.au/db.php?table=poems&id=151>

*Stutfeldardrápa*: <http://skaldic.arts.usyd.edu.au/db.php?table=poems&id=477>

*Útfarardrápa*: <http://skaldic.arts.usyd.edu.au/db.php?table=poems&id=273>

*Víkingarvísur*: <http://skaldic.arts.usyd.edu.au/db.php?table=poems&id=360>

### Publicadas:

ALI MAKKI, Mahmud (trad.); CORRIENTE, Federico (trad.) 2001. *Crónica de los emires Alhakam I y Abdarrahan II entre los años 796 y 847 [Almuqtabis II-1]*, Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, Centro Mixto entre las Cortes de Aragón, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Universidad de Zaragoza.

ANDERSSON, Theodore M. (ed.); ELLEN GADE, Kari (ed.) 2000. *Morkinskinna. The earliest Icelandic chronicle of the Norwegian Kings (1030-1157)*, Islandica LI, Ithaca e Nova Iorque: Cornell University Press.

AUGUSTO RODRIGUES, Manuel (ed.) 1999. *Livro Preto: cartulário da Sé de Coimbra*, Coimbra: Arquivo da Universidade.

ADALBJARNARSON, Bjarni (ed.) 1951. *Heimskringla*, volume III, *Íslenzk Fornrit 28*, Reykjavík: Hið íslenzka fornritafélag.

BORGES COELHO, António (ed.) 1972. *Portugal na Espanha árabe*, volume 1, Paralelos, Lisboa: Seara Nova.

- CATALAN, Diego; SOLEDAD DE ANDRES, Maria (eds.) 1975. *Cronica del moro Rasis: versión del Ajbar muluk al-Andalus de Ahmad ibn Muhammad ibn Musà Al-Razi, 889-955 romanzada para el rey don Dionís de Portugal hacia 1300 por Mohamad, Alarife, y Gil Pérez, clérigo de don péríanes porçel*, Fuentes cronísticas de la historia de España 3, Madrid: Gredos.
- CHRISTIANSEN, Eric (ed.) 1998. *Dudo of St. Quentin. History of the Normans*, Woodbridge: Boydell Press.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C.; PARDO GOMÉZ, María Virtudes; VILARIÑO PINTOS, Daría (eds.) 1990. *Ordoño de Celanova. Vida y milagros de San Rosendo*, Galicia histórica, La Coruña: Fundación Barrié de la Maza.
- DRISCOLL, M. J. (ed.) 1995. *Ágrip af Nóregskonungasögum. A Twelfth-Century Synoptic History of the Kings of Norway*, 2ª edição [2008], Viking Society for Northern Research Text Series X, Londres: Viking Society for Northern Research, University College London.
- EKREM, Inger (ed.); BOJE MORTENSEN, Lars (ed.) 2003. *Historia Norwegie*, Copenhaga: Museum Tusculum Press, University of Copenhagen.
- FALQUE REY, Emma (ed.) 1994. *Historia Compostelana*, Clásicos latinos medievales volume 3, Madrid: AKAL.
- FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Francisco (trad.) 1999. *Ibn Idari Al Marrakusi. Historia de Al-Andalus*, Málaga: Ediciones Aljaima.
- FINLAY, Alison (ed.) 2004. *Fagrskinna. A catalogue of the Kings of Norway*, The Northern World volume 7, Leiden e Boston: Brill.
- FLÓREZ, Enrique 1767. *España Sagrada: teatro-geographico de da Iglesia de España*, Tomo XXIII, Madrid: Oficina de Antonio Marin.
- \_\_\_\_\_ 1798. *España Sagrada: teatro-geographico de da Iglesia de España*, Tomo XXII, 2ª edição, Madrid: Oficina de la viuda é hijo de Marin.
- FOOTE, Peter (intro.); MCDOUGALL, David e Ian (trads.) 1998. *Theodoricus Monachus. Historia de Antiquitate Regum Norwagiensium. An account of the Ancient History of Norwegian Kings*, Viking Society for Northern Research Text Series XI, Londres: Viking Society for Northern Research, University College London.
- GARCÍA ÁLVAREZ, Manuel Rúben (ed.) 1963. *El Cronicón Iriense*, Memorial histórico español: documentos, opúsculos y antigüedades que publica la Real Academia de la Historia volume L, Madrid: Maestre.

- GARCÍA DE VALDEAVELLANO, Pilar Loscertales de (ed.) 1976. *Tumbo del Monasterio de Sobrado de los Monjes*, volume 1: *Tumbo Primero*, Madrid: Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural, Archivo Histórico Nacional.
- GARCÍA GÓMEZ, Emilio (trad.) 1967, *Anales Palatinos del califa de Córdoba Al-Hakam II, por Isa Ibn Ahmad Al-Razi: (360-364 H.=971-975 J.C.)*, Madrid: Sociedad de Estudios y Publicaciones.
- GARMONSWAY, G. N. (trad.) 1953. *The Anglo-Saxon Chronicle*, 6ª edição [1984], Everyman's Library, Dent: Londres e Melbourne.
- GIL FERNANDEZ, Juan; RUÍZ DE LA PEÑA, Juan Ignacio (eds.); MORALEJO, José L. (trad.) 1985. *Cronicas asturianas*, Publicaciones del Departamento de Historia Medieval / Universidad de Oviedo volume 11, Oviedo: Universidad de Oviedo, Departamento de Historia Medieval, Departamento de Filología Clásica.
- GONZÁLEZ BALASCH, Maria Teresa (ed.) 2004. *Tumbo B de la Catedral de Santiago*, Santiago de Compostela: Seminario de Estudios Galegos, Cabildo de la S.A.M.I. Catedral.
- HERCULANO, Alexandre (ed.) 1856. "Chronica Gothorum" e "Brevis Historia Gothorum" in *Portugaliae Monumenta Historica : a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum, Scriptores I*, Olisipone : Typis Academicis, 5-17.
- \_\_\_\_\_ 1868. *Portugaliae Monumenta Historica : a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum, Diplomata et Chartae*, volume I, Olisipone: Typis Academicis.
- HOLANDER, Lee M. (ed.) 1964. *Snorri Sturluson, Heimskringla: History of the Kings of Norway*, 7ª edição [1999], Austin: University of Texas Press.
- IGRAM, James (trad.) 2009. *The Anglo-Saxon Chronicle. A History of England from Roman times to the Norman conquest*, St. Petersburg, Florida: Red and Black Publishers.
- JAMES, David (trad.) 2009. *Ibn Al-Qutiya. Early Islamic Spain: the History of Ibn Al-Qutiya*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- LAZCANO, Rafael (ed.) 2006a. *Enrique Flórez. España Sagrada*, Tomo XIX: *Iglesia Iriense y Compostelana hasta su primer arzobispo*, Madrid: Revista Editorial Augustiniana, Guadarrama.
- \_\_\_\_\_ (ed.) 2006b. *Enrique Flórez. España Sagrada*, Tomo XX: *Historia Compostelana*, Madrid: Revista Editorial Augustiniana, Guadarrama.

- \_\_\_\_\_ (ed.) 2010. *Manuel Risco. España Sagrada, Tomo XL: Iglesia de Lugo (I)*, Madrid: Revista Editorial Augustiniana, Guadarrama.
- LUCAS ALVAREZ, Manuel (ed.) 1998. *Tumbo A de la Catedral de Santiago*, Santiago: Seminario de Estudos Galegos, Cabildo de la S.A.M.I. Catedral.
- MONTERO DÍAZ, Santiago (ed.) 1935. "La Colección Diplomática de San Martín de Jubia" in *Boletín de la Universidad de Santiago de Compostela*, Ano VII, número 25, Santiago de Compostela: El Eco Franciscano, 3-156.
- NASCIMENTO, Aires Augusto de (ed.) 2007. *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, Obras clássicas da literatura portuguesa: Literatura medieval, volume 96, Lisboa: Veja.
- NELSON, Janet L. (ed.) 1991. *The Annals of St-Bertin*, Ninth-century Histories, volume I, 2ª edição [2008], Manchester: Manchester University Press.
- O' DONOVAN, John (ed.) 1860. *Annals of Ireland. Three Fragments*, Dublin: Dublin University Press. Edição facsímile por Nabu Public Domain Reprints (sem ano).
- PÁLSSON, Hermann (trad.); EDWARDS, Paul (trad.) 1981. *Orkneyinga Saga. The History of the Earls of Orkney*, Londres: Penguin Books.
- PÉREZ DE URBEL, Frei Justo (ed.) 1952. *Sampiro, su crónica y la monarquía leonesa en el siglo X*, Estudios 26, Madrid: Escuela de Estudios Medievales.
- \_\_\_\_\_ (ed.) 1959a. *Antonio Yepes. Cronica de la orden de San Benito*, volume 2, Biblioteca de Autores Españoles: desde la formación del lenguaje hasta nuestros días 124, Madrid: Atlas.
- \_\_\_\_\_ & GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA, Atilano (ed.) 1959. *Historia Silense*, Textos 30, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- PINTO DE AZEVEDO, Rui 1958 (ed.). *Documentos Medievais Portugueses, Volume I, Tomo I: Documentos régios. Documentos dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques A. D. 1095-1185*, Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- \_\_\_\_\_ 1962 (ed.). *Documentos Medievais Portugueses, Volume I, Tomo II: Documentos régios. Documentos dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques A. D. 1095-1185: aditamentos, fontes e índices*, Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- \_\_\_\_\_ 1973. "A expedição de Almançor a Santiado de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16" in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XIV, Coimbra: Atlântida Editora, 73-93.

- ROBINSON, C. H. (trad.) 2010. "The Life of Anskar" in *The Viking Age: a reader*, eds. Angus A. Sommerville e R. Andrew McDonald, Readings in Medieval Civilizations and Cultures, volume XIV, Toronto: University of Toronto Press, 42-74.
- RODRIGUEZ ALONSO, Cristóbal (ed.) 1975. *Isidoro de Sevilha. Las Historias de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla*, Fuentes y Estudios de Historia Leonesa volume 13, León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro", Archivo Histórico Diocesano, Caja de Ahorros y Monte de Piedad de León.
- SAÉZ, Carlos; GONZÁLEZ DE LA PEÑA, María del Val 2004. *La Coruña: fondo antiguo (788-1065)*, volume 2, Galicia 4, Madrid: Universidade de Alcalá, Servicio de Publicaciones.
- SOMERVILLE, Angus A. (trad.) 2010. "The Voyage of Ohthere" in *The Viking Age: a reader*, eds. Angus A. Somerville e R. Andrew McDonald, Readings in Medieval Civilizations and Cultures, volume XIV, Toronto: University of Toronto Press, 2-4.
- SOUTO CABO, José (ed.) 2007. *A Historia de Don Servando*, Colección histórico-documental de la Iglesia Compostelana (Cabildo de la S.A.M.I. Catedral de Santiago-Seminario de Estudos Galegos) 4, Santiago de Compostela: Edición do Castro.
- SUAREZ, Manuel; CAMPELO, José 1950. *Historia Compostelana, o sea hechos de D. Diego Gelmírez, primer arzobispo de Santiago*, Santiago de Compostela: Editorial Porto.
- SWANTON, Michael (ed.) 1997. *Beowulf*, Manchester: Manchester University Press.
- TSCHAN, Francis J. (trad.) 2002. *Adam of Bremen. History of the Archbishops of Hamburg-Bremen*, Nova Iorque: Columbia University Press.
- VAN HOUTS, Elisabeth M. C. (ed.) 1992. *The Gesta Normannorum Ducum of William of Jumièges, Orderic Vitalis, and Robert of Torigni*, Volume I: Introduction and Book I-IV, Oxford Medieval Texts, 2ª edição [2003], Oxford: Oxford University Press.
- WALTER SCHOLZ, Bernhard (ed.) 1970. "Royal Frankish Annals" in *Carolingian Chronicles*, [2006], Michigan: University of Michigan Press.
- WHITELOCK, D. (ed.) 2010. "Alcuin's Letter to King Athelred, 793" in *The Viking Age: a reader*, eds. Angus A. Somerville e R. Andrew McDonald, Readings in Medieval Civilizations and Cultures, volume XIV, Toronto: University of Toronto Press, 232-243.

## FONTES SECUNDÁRIAS

*Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea*, 2001, ed. Fundação Calouste Gulbenkian; Academia de Ciências de Lisboa, volume 2, Lisboa: Verbo.

ABILLEIRA SANMARTÍN, Xosé 1999. "O Castellum de Citofacta en Lérez: uns comentários sobre a sua documentación" in *Cedofeita: revista da asociación sócio-cultural Cedofeita*, número 3, Lérez: Asociación Socio-Cultural Cedofeita, 3-10.

AGUIAR CARDOSO, António Augusto 1929. *Terra de Santa Maria*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

ALMAZÁN, Vicente 1986. *Gallaecia Scandinavia: introducción ó estudio das relacións galaico-escandinavas durante a Idade Media*, trad. A. Cidrás Escáneo, Ensaio e Investigación 5, Vigo: Galaxia.

\_\_\_\_\_ 2002. "Los Vikingos en Europa y Galicia" in *Catoira da Historia*, Pontevedra: Deputación Provincial de Pontevedra, 91-112.

\_\_\_\_\_ 2004. "Los Vikingos en Galicia" in *Los Vikingos en la Península Ibérica*, Madrid: Fundación Reina Isabel de Dinamarca, 41-52.

ALMEIDA, Fortunato de 1922. *História de Portugal*, volume 1, Coimbra: Fortunato de Almeida.

ALMEIDA FERNANDES, Paulo 2007. "Os moçárabes de Lisboa e a sua importância para a evolução das comunidades cristãs sob domínio islâmico" in *Lisboa Medieval: os rostos da cidade*, coord. Luís Kruz, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Lisboa: Livros Horizonte; Instituto de Estudos Medievais, 71-83.

AMBROSIANI, Björn 2008. "Birka" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edição [2010] Londres e Nova Iorque: Routledge, 94-100.

ANDERSON, Theodore M. 2005. "Kings' Sagas (*Konungasögur*)" in *Old Norse-Icelandic Literature: a critical guide*, eds. Carol J. Clover e John Lindow, Medieval Academy Reprints for Teaching 42, Toronto: University of Toronto Press, Medieval Academy of America, 197-238.

ANTUÑA, Melchor M. 1946. *Ibn Hayyan de Córdoba e su historia de la España musulmana*, Buenos Aires: Instituto de Historia de la Cultura Española Medieval.

ARES VÁZQUEZ, Nicandro. 2001. "Toponimia do Concello de Chantada", in *Lucensia: miscelânea de cultura e investigación*, volume XI, 22, Lugo: Biblioteca del Seminario Diocesano de Lugo, 71-96.



- ARMISTEAD, Samuel G. 2003a. "Ibn Hayyan" in *Medieval Iberia: an encyclopedia*, ed. E. Michael Gerli, Londres e Nova Iorque: Routledge, 413.
- \_\_\_\_\_ 2003b. "Ibn al-Qutiyya" in *Medieval Iberia: an encyclopedia*, ed. E. Michael Gerli, Londres e Nova Iorque: Routledge, 418.
- ASOREY, Rodrigo 2009. *Cambados: la patria de los sueños (Entre la mitología y a realidad)*, Vigo: Ediciones Cardeñoso.
- BANGO TORVISO, Isidro Gonzalo 1979. *Arquitectura románica en Pontevedra*, La Coruña: Funcadición Pedro Barrié de la Maza.
- BARREIRO BARRAL, José 1987. *Los Montes del Pindo: el Olimpo celta y desierto de pedra*, A Coruña: Diputación Provincial.
- BARREIRO FERNÁNDEZ, Xosé Ramón 1996. *Historia de la ciudad de La Coruña*, 2ª edición, La Coruña: La Voz de la Galicia.
- BARRET, James H. 2008. "The Norse in Scotland" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edición [2010], Londres e Nova Iorque: Routledge, 411-427.
- BARRILARO RUAS, Henrique 1992a. "Henrique, Conde D." in *Dicionário de História de Portugal*, ed. Joel Serrão, volume III, Porto: Livraria Figueirinhas, 192-195.
- \_\_\_\_\_ 1992b "Normandos, Ataques dos" in *Dicionário de História de Portugal*, ed. Joel Serrão, volume IV, Porto: Livraria Figueirinhas, 398-399.
- BILL, Jan 1997. "Ships and Seamanship" in *The Oxford Illustrated History of the Vikings*, ed. Peter Sawyer, 3ª edición [2001], Oxford: Oxford University Press, 182-201.
- \_\_\_\_\_ 2008. "Viking Ships and the sea" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edición [2010], Londres e Nova Iorque: Routledge, 170-180.
- BOSCH-VILÁ, J. 1971. "Ibn Idhari" in *The Encyclopaedia of Islam*, eds. B. Lewis, V. L. Ménage, Ch. Pellat, J. Schacht, volume 3, Leiden: E. J. Brill, 805-806.
- BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel 1993. *Contribución ó estudo da antroponímia medieval galega (séculos VIII-XIII)*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- BRAGA, Teófilo 1868. *História do Direito Portuguez: os Foraes*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BRINK, Stefan 2008. "Christianisation and the emergence of the early Church in Scandinavia" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edición [2010], Londres e Nova Iorque: Routledge, 621-628.

- CAAMAÑO BORNACELL, José 1964. "El Grove. Su historia" in *Museo de Pontevedra*, Tomo 18, 7-192.
- CAL PARDO, Enrique 2003. "San Gonzalo, el obispo santo" in *Testigos de la Fe en la Diócesis de Mondoñedo-Ferrol*, coord. Segundo L. Pérez López, Colectánea Pastoral 4, Mondoñedo-Ferrol: Instituto Teológico Compostelano, 61-74.
- CAPPELLI, A. 1930. *Cronologia, cronografía e calendario perpétuo dal principio dell' Era Cristiana ai giorni nostri*, 2ª edición, Milão: Ulrico Hoepli.
- CARVALHO DA COSTA, António 1706. *Corografía portuguesa e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as notícias das fundações da cidades, villas & lugares que contem*, volume I, Lisboa: oficina de Valentim da Costa Deslandes.
- CECÍLIO DÍAZ, Manuel 2002. "La Diócesis de Iria-Compostela hasta 1100" in *Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy-Vigo*, coord. José García Oro, Historia de las diócesis españolas 14, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 9-40.
- \_\_\_\_\_ ; VILARIÑO PINTOS, Daría 2002. "La Diócesis de Tuy hasta 1100" in *Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy-Vigo*, coord. José García Oro, Historia de las diócesis españolas 14, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 537-548.
- CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta 1994. "Las etapas constructivas de la Catedral Medieval de Tuy" in *Tui: Museo y Archivo Histórico Diocesano*, número 7, Tui: Museo Diocesano de Tui, Archivo Histórico Diocesano de Tui, 197-212.
- CHAO ESPINA, Enrique 1965. "Los Normandos en Galicia" in *Los Normandos en Galicia y otros tema medievales* (Separatas), ed. Enrique Chao Espina, 2ª edición [1977], La Coruña: Grafinsa, 1-75.
- \_\_\_\_\_ 1983. "Vivero en la Edad Media" in *Galicia en Madrid: revista de Letras, Ciencias y Artes*, Año 2, número 7, Madrid: Centro Gallego de Madrid, 11-21.
- CHESNUTT, Michael 1993. "Orkneyinga saga" in *Medieval Scandinavia: an encyclopedia*, ed. Philip Pulsiano, Nova Iorque e Londres: Garland Publishing, 456-457.
- CHRISTIANSEN, Eric 2006. *The Norsemen in the Viking Age*, Peoples of Europe, Oxford: Blackwell.
- CHOKSY, Jamsheed K. 2006. "Zoroastrism" in *Medieval Islamic Civilization: an Encyclopedia*, volume 2, ed. Josef W. Meri, Londres e Nova Iorque: Routledge, 876-878.

- CLOVER, Carol J. 2005. "Icelandic Family Sagas (*Islendingasögur*)" in *Old Norse-Icelandic Literature: a critical guide*, eds. Carol J. Clover e John Lindow, Medieval Academy Reprints for Teaching 42, Toronto: University of Toronto Press, Medieval Academy of America, 239-315.
- CORDERO CARRETE, Felipe Ramón 1961. "Datos para da Historia Compostelana en una saga del siglo XII" in *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Tomo XVI, Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Padre Sarmiento, 80-86.
- DAVID, Pierre 1947. *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Portugaise volume 7, Lisboa: Portugalia.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. 2002. "Catoira en la Historia" in *Catoira na Historia*, Pontevedra: Diputación Provincial de Pontevedra, Servicio de Publicaciones, 25-41.
- DIDIER RIAANT, Paul Édouard 1865. *Expéditions et pèlerinages des scandinaves en Terre Sainte au temps des croisades*, Paris: Imprimerie de Ad. Lainé et J. Harvard.
- DOWNHAM, Clare 2008. "Vikings in England" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edição [2010], Londres e Nova Iorque: Routledge, 341-349.
- DOZY, Reinhart Pieter Anne 1987. *Los Vikingos en España*, El Espejo navegante 5, Madrid: Polifemo.
- EINARSSON, Bjarni 1993a. "Ágrip af Nóregs konunga sögum" in *Medieval Scandinavia: an encyclopedia*, ed. Philip Pulsiano, Nova Iorque e Londres: Garland Publishing, 5-6.
- \_\_\_\_\_ 1993b. "Fagrskinna" in *Medieval Scandinavia: an encyclopedia*, ed. Philip Pulsiano, Nova Iorque e Londres: Garland Publishing, 177.
- ELLEN GADE, Kari 2000. "Poetry and its changing importance in medieval Icelandic culture" in *Old Icelandic literature and society*, ed. Margaret Clunies Ross, Cambridge Studies in Medieval Literature 42, 2ª edição [2009], Cambridge: Cambridge University Press, 61-95.
- FARIÑA BUSTO, Francisco 1974. "A Lanzada. Introducción histórica" in *Museo de Pontevedra*, volume XXVIII, Pontevedra: Museo de Pontevedra, 73-82.
- FAULKES, Anthony 2008. "Snorri Sturluson: his life and work" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, Londres e Nova Iorque: Routledge, 311-314.
- FERNÁNDEZ LLANO, Enrique 1977. *Descripción del término municipal de Sober*, Monforte de Lemos: Imprenta Fenix.

- FERNÁNDEZ ROMERO, Xosé Antón 2000. "Los vikingos en Galicia" in *Historias de las Rías*, volume 1, Vigo: Faro de Vigo, 461-488.
- FERNÁNDEZ, Suso 1991. *Foz: un lugar de ensueño*, Madrid: Everest.
- FERREIRO ALEMPARTE, Jaime 1999. *Arribadas de normandos y cruzados a las costas de la Península Ibérica*, Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales.
- FEVEILE, Claus 2008. "Ribe" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edición [2010] Londres e Nova Iorque: Routledge, 126-130.
- FILGUEIRA VALVERDE, José 1974. "Plan Nacional de Excavaciones 1973. A Lanzada (Sangenjo, Pontevedra)" in *Museo de Pontevedra*, volume XXVIII, Pontevedra: Museo de Pontevedra, 83-86.
- FIÚZA, Mário (ed.) 1966. "Módio" in *Joaquim de Santa Rosa de Viterbo. Elucidário das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, Porto: Civilização, 409-10.
- FORMOSO LAMAS, Manuel. 1905. *Apuntos para la Historia de Chantada*, Madrid: Marcelino Tabarés.
- FRANK, Roberta 2005. "Skaldic Poetry" in *Old Norse-Icelandic Literature: a critical guide*, eds. Carol J. Clover e John Lindow, Medieval Academy Reprints for Teaching 42, Toronto: University of Toronto Press, Medieval Academy of America, 157-196.
- FULGOSIO, Fernando 1867. *Crónica de la provincia de Pontevedra*, Madrid: Editores Rubío y Compañía. Edición facsímile [2002], Valladolid: Maxtor.
- GANDARA, Felipe de la 1678. *El cisne occidental canta las palmas y triunfos eclesiásticos de Galicia*, Madrid: Julian de Paredes. Edición facsímile [2007], A Coruña: Orbigo.
- GARCÍA ALVAREZ, Manuel Rubén 1973. "¿De Calogo a San Martín pasando por la Corticela?" in *Compostellanum*, volume 18, números 1-4, Santiago de Compostela: Archidiócesis de Santiago de Compostela, Sección de Estudios Jacobeos, 251-284.
- GARCÍA GALLO, Alfonso (ed.) 1950. "El Concilio de Coyanza. Contribución al estudio del derecho canónico español en la Alta Edad Media" in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo 20, Madrid: Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, 275-633.
- GARCÍA MORENO, Luis A. 1998. *Historia de España Visigótica*, Madrid: Ediciones Catedra.

- GIRÁLDEZ RIVERO, Jesús 1995. "Las Navas de Tolosa, Batalha de (1212)" in *Enciclopedia de Historia de España*, volume 5: *Diccionario temático*, dir. Miguel Artola, Madrid: Alianza Editorial, 722-3.
- GLEAVE, Robert 2008. "Majus (Zoroastrianism)" in *Encyclopedia of Islamic civilization and religion*, ed. Ian Richard Netton, Londres e Nova Iorque: Routledge, 381-385.
- GONZAGA DE AZEVEDO, Luís 1939. *História de Portugal*, volume II, Lisboa: Béliion.
- GONZÁLEZ GARCÉS, Miguel 1987. *Historia de La Coruña: Edad Media*, La Coruña: Caixa Galicia.
- GRAHAM-CAMPBELL, James 1980. *The Viking World*, 3ª edição [2001], Londres: Francis Lincoln.
- GUARDADO DA SILVA, Carlos 2008. *Lisboa Medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa: Edições Colibri.
- GULLBEKK, Svein H. 2008. "Coinage and monetary economies" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edição [2010] Londres e Nova Iorque: Routledge, 159-169.
- HALL, Richard 1990. *Viking Age Archaeology*, 3ª edição [2010], Shire Archaeology 60, Oxford: Shire Publications.
- HAYWOOD, John 1995. *The Penguin Historical Atlas of the Vikings*, Londres: Penguin Books.
- HERNÁNDEZ FIGUEIREDO, José Ramón 2007. *San Rosendo. Obispo de Mondoñedo, fundador de Celanova y pacificador de la Gallaecia*, Biografías 27, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.
- HILLBERG, Volker 2008. "Hedeby: an outline of its research history" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edição [2010] Londres e Nova Iorque: Routledge, 101-111.
- HOUAISS, António; VILLAR, Mauro de Salles 2003 (eds.). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, volume VI, Lisboa: Círculo de Leitores.
- HUERTA Y VEGA, Francisco Javier Manuel de la 1736. *Anales del Reyno de Galicia*, volume II, Santiago de Compostela: Imprenta de Ignacio Guerra. Edição facsímile [2006], A Coruña: Orbigo.
- IBÁÑEZ SALAS, Ricardo 1991. "Léon, Reis de" in *Enciclopedia de Historia de España*, volume 4: *Diccionario biográfico*, dir. Miguel Artola, Madrid: Alianza Editorial, 478-479.

- IGLESIAS ALMEIDA, Ernesto 2006. *Tráfico marítimo e fluvial nos portos do surd a provincial de Pontevedra (séculos XIII-XVII)*, trans. Ramón Blanco Fernández, Anais 2, Noia (A Coruña): Toxosoutos.
- IZQUIERDO DÍAZ, Jorge Simón 2009. *Os viquingos en Galicia*, Santiago de Compostela: Lóstrego.
- JAKOBSEN, Alfred 1993. "Eiríksmál" in *Medieval Scandinavia: an encyclopedia*, ed. Philip Pulsiano, Nova Iorque e Londres: Garland Publishing, 161-162.
- JANSON, Sven B. F. 1987. *Runes in Sweden*, trad. Peter Foote, Estocolmo: Gidlunds, Royal Academy of Letters, History and Antiquities, Central Board of National Antiquities.
- JAVIER CAMPOS, Francisco; SEVILLA, Fernández de 2000. "El P. Enrique Flórez y la España Sagrada" in *Enrique Flórez. España Sagrada*, Tomo I: *Clave Geográfica*, ed. Rafael Lazcano, Madrid: Revista Editorial Augustiniana, IX-CLXXXI.
- JESCH, Judith 2001. *Ships and Men in the Late Viking Age. The Vocabulary of Runic Inscriptions and Skaldic Verses*, 2ª edição [2008], Woodbridge: Boydell Press.
- \_\_\_\_\_ 2005. "Geography and Travel" in *A companion to Old Norse-Icelandic Literature and Culture*, ed. Rory McTurk, 2ª edição [2007], Oxford: Blackwell Publishing, 119-135.
- \_\_\_\_\_ 2008. "Poetry in the Viking Age" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edição [2010], Londres e Nova Iorque: Routledge, 291-298.
- JØRGENSEN, Lars 2008. "Manor, cult and market at Lake Tissø" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edição [2010] Londres e Nova Iorque: Routledge, 77-82.
- KALINKE, Marianne E. 1984. "*Sigurðar Saga Jónsalafara*: the fictionalization of fact in *Morkinskinna*" in *Scandinavia Studies* 56, 152-167.
- \_\_\_\_\_ 2005. "Norse romance (*Riddarasögur*)" in *Old Norse-Icelandic Literature: a critical guide*, eds. Carol J. Clover e John Lindow, Medieval Academy Reprints for Teaching 42, Toronto: University of Toronto Press, Medieval Academy of America, 316-363.
- KEYNES, Simon 1997. "The Vikings in England, c. 790-1016" in *The Oxford Illustrated History of the Vikings*, ed. Peter Sawyer, 3ª edição [2001], Oxford: Oxford University Press, 48-82.
- KRAG, Claus 2008. "The creation of Norway" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edição [2010], Londres e Nova Iorque: Routledge, 645-651.

- KRISTOFFER FABRICIUS, Adam 1892. *La connaissance de la Péninsule Espagnole par les hommes du Nord*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- LAZCANO, Rafael 2005. *Enrique Flórez. España Sagrada*, Tomo XVIII: *Iglesias Britoniense y Dumiense, incluidas en la actual de Mondoñedo*, Madrid: Revista Editorial Augustiniana, Guadarrama.
- LEDO CABIDO, Bieito (ed.) 2005. *Ría de Arousa*, Vigo: Ir Indo Edicións.
- LEITE DE VASCONCELOS, José 1982. *Etnografía Portuguesa*, volume 4, edição facsímile [2000], Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- LEIRÓS FERNÁNDEZ, Eládio 1951. *Catálogo de los Pergaminos Monacales del Archivo de la S. I. Catedral de Orense*, Santiago: El Eco Franciscano.
- LEIRO LOIS, Adela (dir.) 1986. *Cambados: a tradición oral*, Cambados: Gráfica Salnés.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. 1950a. "La conquista y el emirato Hispano-Omeya (710-912)" in *Historia de España Menéndez Pidal*, volume IV: *hasta la caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J.C.)*, dir. José María Jover Zamora, 7ª edición [1990], Madrid: Espasa-Calpe, S.A., 3-258.
- \_\_\_\_\_ 1950b. "El Califato Omeya de Córdoba (912-1031)" in *Historia de España Menéndez Pidal*, volume IV: *hasta la caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J.C.)*, dir. José María Jover Zamora, 7ª edición [1990], Madrid: Espasa-Calpe, S.A., 261-487.
- LINDKVIST, Thomas 2008. "The emergence of Sweden" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edición [2010], Londres e Nova Iorque: Routledge, 668-674.
- LIVINGSTONE, E. A. (ed.) 1997. *The Oxford Dictionary of the Christian Church*, 3ª edición, Nova Iorque: Oxford University Press.
- LIXA FILGUEIRAS, Octávio 1963. "Entre Normandos e Árabes nas margens do Douro" in *Studium Generale*, volume X, Porto: Maranus, 5-49.
- LÓPEZ ALSINA, Fernando 1988. *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, Santiago de Compostela: Ayuntamiento.
- \_\_\_\_\_ 1999. "Urbano II y el traslado de la sede episcopal de Iria a Compostela" in *El Papado, la Iglesia Leonesa y la Basílica de Santiago a finales del siglo XI: el traslado de la Sede Episcopal de Iria a Compostela en 1095*, ed. Fernando López Alsina, Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago, 107-128.
- \_\_\_\_\_ 2004. "La cristalización de Tui como espacio de poder señorial entre 1095 y 1157" in *Tui, presente, pasado y futuro: I Coloquio de Historia de Tui*,

coord. Silvia Gonzales Soutelo e Marta Cendón Fernández, Pontevedra: Diputación de Pontevedra, 57-95.

LÓPEZ FERREIRO, António 1899. *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, Tomo II, Santiago de Compostela: Seminario Conciliar Central. Edição facsímile [2004], Santiago de Compostela: Tórculo.

\_\_\_\_\_ 1903. “Galicia en los primeros siglos de la Reconquista” in *Galicia Histórica*, volume 2, números 11 e 12, Santiago: Tipografía Galáica, 633-696 e 721-774.

LÓPEZ SANGIL, José Luis 2009. “Algunas precisiones sobre la Antigua demarcación de Faro, el castillo de Faro, El Burgo y la fundación de Crunia” in *Nalgures*, Tomo V, A Coruña: Asociación Cultural de Estudios Históricos de Galicia, 175-208.

LUÍS DE MATOS, José 1994. “As escavações no interior dos claustros da Sé e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa” in *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita, Lisboa: Livros Horizonte, 32-4.

LUND, Niels 1997. “The Danish Empire and the end of the Viking Age” in *The Oxford Illustrated History of the Vikings*, ed. Peter Sawyer, 3ª edição [2001], Oxford: Oxford University Press, 156-181.

\_\_\_\_\_ 2008. “Cnut the Great and his empire” in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edição [2010] Londres e Nova Iorque: Routledge, 665-667.

MACHADO, José Pedro (coord.) 1981. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, tomo XII, Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, Amigos do Livro Editores.

MACHADO, Rodrigo 2003. “Vikings” in *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura – Edição século XXI*, volume 29, dir. João Bigotte Chorão, Lisboa: Verbo, 516.

MALMROS, Rikke 1993. “Knýtling saga” in *Medieval Scandinavia: an encyclopedia*, ed. Philip Pulsiano, Nova Iorque e Londres: Garland Publishing, 359-360.

MARTINS SOARES, Maria Fernanda (dir.); WLADIMIRO FERREIRA, Vitor (dir.) 2002. *Grande Dicionário Enciclopédico*, volume XV, Lisboa: Clube Internacional do Livro.

MARTÍNEZ LEMA, Paulo 2008. *Inventario toponímico do Tombo de Toxos Outos*, Trivium 28, Noia: Toxosoutos.

\_\_\_\_\_ 2010. *A toponímia das comarcas de Bergantiños, Fisterra, Soneira e Xallas na documentación do Tombo de Toxos Outos (séculos XII-XIV)*, Tese de Doutoramento dirigida por Antón Santamarina Fernández e Francisco Xavier



Varela Barreiro, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Facultade de Filoloxía.

MATTOSO, José 1992a. “A Época Sueva e Visigótica” in *História de Portugal*, volume I: *antes de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa: Círculo de Leitores, 302-359.

\_\_\_\_\_ 1992b. “Portugal no Reino Asturiano-Leonês” in *História de Portugal*, volume I: *antes de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa: Círculo de Leitores, 440-562.

\_\_\_\_\_ 1993a. “Anais” in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, coord. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, 2ª edição [2000], Lisboa: Caminho, 50-52.

\_\_\_\_\_ 1993b. “Dois séculos de vicissitudes políticas” in *História de Portugal*, volume II: *a monarquia feudal (1096-1480)*, dir. José Mattoso, Lisboa: Círculo de Leitores, 23-164.

MAYÁN FERNÁNDEZ, Francisco 1955. *Gonzalo, el obispo santo*, Mondoñedo: Imp. Suc. de Mancebo.

MELVINGER, Arne 1955. *Les premières incursions des Vikings en Occident d'après les sources arabes*, Uppsala: Almqvist & Wiksells Boktryckeri AB.

MÉNDEZ PÉREZ, José 2007. “La familia de San Rosendo en la fundación del Monasterio de Chantada”, in *Estudios Mindonienses: anuario de estudios histórico-teológicos de la Diócesis de Mondoñedo-El Ferrol* 23, Ferrol: Centro de Estudios de la Diócesis de Mondoñedo-Ferrol, 125-182.

MENDO CARMONA, Concepción 1995. “Almohades” in *Enciclopedia de Historia de España*, volume 5: *Diccionario temático*, dir. Miguel Artola, Madrid: Alianza Editorial, 40-41.

MEULENGRACHT SØRENSEN, Preben 1997. “Religions, old and new” in *The Oxford Illustrated History of the Vikings*, ed. Peter Sawyer, 3ª edição [2001], Oxford: Oxford University Press, 202-224.

MICHAEL SINDBÆK, Søren 2008. “Local and long-distance exchange” in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edição [2010] Londres e Nova Iorque: Routledge, 150-158.

MIKKELSEN, Egil 2008. “The Vikings and Islam” in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edição [2010] Londres e Nova Iorque: Routledge, 543-549.

MITCHELL, Stephen A. 2000. “Scandinavian Tradition” in *Medieval Folklore. An Encyclopedia of Myths, Legends, Tales, Beliefs, and Customs*, Volume 2: L-Z,

eds. Carl Lindahl, John McNamara & John Lindow, Santa Barbara: ABC-Clio, 876-883.

MORALES ROMERO, Eduardo 1997. *Os viquingos en Galicia*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

\_\_\_\_\_ 2004. *Historia de los vikingos en España: ataques e incursiones contra los reinos cristianos y musulmanes de la Península Ibérica en los siglos IX-XI*, 2ª edición [2006], Madrid: Miraguano Ediciones.

MOURE PENA, Teresa C. 2003. "O Mosteiro beneditino de San Cibrán de Calogo na Idade Media" in *Anúos*, número 7, O Grove: Asociación Cultural Gastronómica "PineirÓns", 71-76.

MURGUÍA, Manuel 1891. *Historia de Galicia*, volume 4, A Coruña: Eugénio Carré.

NAVEIRO LÓPEZ, Juan L. 2002. "Los orígenes y el carácter del asentamiento de Torres de Oeste, a luz del testimonio arqueológico", in *Catoira na Historia*, Pontevedra: Diputación Provincial de Pontevedra, Servicio de Publicaciones, 17-24.

\_\_\_\_\_ 2004. *Torres de Oeste: monumento histórico e xacemento arqueolóxico*, Pontevedra: Deputación Provincial, Servizo de Publicacións.

NAZAVA BLANCO, Gonzalo 1998. *Contribución ó estudo da toponimia da Galicia meridional*, tese elaborada na Facultade de Filología da Universidade de Santiago de Compostela.

NELSON, Janet L. 1997. "The Frankish Empire" in *The Oxford Illustrated History of the Vikings*, ed. Peter Sawyer, 3ª edición [2001], Oxford: Oxford University Press, 19-47.

NEWLON RADNER, Joan 1978. "Introduction" in *Fragmentary Annals of Ireland*, ed. Joan Newlon Radner, Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, vii-xxxv.

NOONAN, Thomas S. 1997. "Scandinavians in European Russia" in *The Oxford Illustrated History of the Vikings*, ed. Peter Sawyer, 3ª edición [2001], Oxford: Oxford University Press, 134-155.

Ó CORRÁIN, Donnchadh 2008. "The Vikings and Ireland" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edición [2010] Londres e Nova Iorque: Routledge, 428-433.

\_\_\_\_\_ 1997. "Ireland, Wales, Man, and the Hebrides" in *The Oxford Illustrated History of the Vikings*, ed. Peter Sawyer, 3ª edición [2001], Oxford: Oxford University Press, 83-109.

- OLIVERA, Cesar 1995. "Cronologia (Edad Media)" in *Enciclopedia de Historia de España*, volume 6: *Cronología. Mapas. Estadísticas.*, dir. Miguel Artola, Madrid: Alianza Editorial, 72-279.
- OLIVEIRA MARQUES, António H. 1959. *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa: Tipografia Albano Tomás dos Anjos.
- \_\_\_\_\_ 1992. "Era" in *Dicionário de História de Portugal*, ed. Joel Serrão, volume II, Porto: Livraria Figueirinhas, 411.
- ORLANDIS, José. 1988. *Historia del Reino Visigodo Español*, Madrid: Ediciones RIALP.
- OTERO FERNÁNDEZ, Araceli 2002. *Os viquingos en Galicia: mito e realidade*, A Coruña: Hércules de Ediciones.
- PARDO BAZÁN, Emilia 1887. *La Leyenda de la Pastoriza*, La Coruña: José Míguez Peinó y Hermano.
- PAZ FRAMIL, Alba Nélica 2006. *Cuentos y Leyendas de La Lanzada*, Poio (Pontevedra): Litoral das Rías.
- PEREIRA, Gabriel (ed.) 1876. *Invasões dos Normandos na Península Ibérica*, autoria original de Ernest Friedrich Mooyer, Évora: Tipografia de F. C. Bravo.
- PEREIRA MARTÍNEZ, Carlos 2000. *Os Templarios: artigos e ensaios*, Noia: Toxosoutos.
- PERES, Damião (dir.) 1928. *História de Portugal*, volume 1, Barcelos: Portucalense Editora.
- PÉREZ DE TUDELA Y VELASCO, María Isabel 1991. "Alfonso VII" in *Enciclopedia de Historia de España*, volume IV: *Diccionario biográfico*, dir. Miguel Artola, 2ª edición [1995], Madrid: Alianza Editorial, 45-46.
- PÉREZ DE URBEL, Frei Justo 1956. "Los Primeiros siglos de la Reconquista (Años 711-1038)" in *Historia de España Menéndez Pidal*, volume VI: *España Cristiana – comienzo de la Reconquista (711-1038)*, dir. José María Jover Zamora, 6ª edición [1992], Madrid: Escalpe-Calpe, S.A., 3-348.
- \_\_\_\_\_ (ed.) 1959b. *Antonio Yepes. Cronica de la orden de San Benito*, volume 1, Biblioteca de Autores Españoles: desde la formación del lenguaje hasta nuestros días 123, Madrid: Atlas.
- PÉREZ LÓPEZ, Segundo Leonardo 2006. "San Rosendo: o bispo de Mondoñedo e Iría, reformador del monacato y pacificador de Galicial in *Nalgures*, Tomo III, A Coruña: Asociación Cultural de Estudios Históricos de Galicia, 297-328.
- PICARD, Christophe 1997. *L'océan Atlantique musulman, de la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur dès côtes d'al-Andalus et du*

*Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Paris: Maisonneuve & Larose, Éditions UNESCO.

- \_\_\_\_\_ 2000. *Le Portugal musulman (VIII<sup>e</sup> – XIII<sup>e</sup> siècle): L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris: Maisonneuve & Larose.
- PIRES, Hélio 2011. "Money for Freedom: Ransom Paying to Vikings in Western Iberia" in *Viking and Medieval Scandinavia Journal* 7, Turnhout: Brepols Publishers, 125-130.
- POOLE, Russel 2005. "Metre and Metrics" in *A companion to Old Norse-Icelandic Literature and Culture*, ed. Rory McTurk, 2<sup>a</sup> edição [2007], Oxford: Blackwell Publishing, 265-284.
- PORTELA SILVA, Maria José 2002a. "1. Episcopologio Lucense" in *Iglesias de Lugo, Mondoñedo-Ferrol y Orense*, coord. José García Oro, Historia de las Diócesis Españolas 15, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 201-203.
- \_\_\_\_\_ 2002b. "1. Episcopologio" in *Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy-Vigo*, coord. coord. José García Oro, Historia de las Diócesis Españolas 14, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 521.
- PRICE, Neil 2008a. "Dying and the dead: Viking Age mortuary behaviour" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3<sup>a</sup> edição [2010] Londres e Nova Iorque: Routledge, 257-273.
- \_\_\_\_\_ 2008b. "The Vikings in Spain, North Africa and the Mediterranean" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3<sup>a</sup> edição [2010] Londres e Nova Iorque: Routledge, 462-469.
- QUINN, Judy 2000. "From orality to literacy in medieval Iceland" in *Old Icelandic literature and society*, ed. Margaret Clunies Ross, Cambridge Studies in Medieval Literature 42, 2<sup>a</sup> edição [2009], Cambridge: Cambridge University Press, 30-60.
- RAMILA, Janire 2010. "¡Vikingos! Los "drakkars" desembarcam en Hispania", in *Clio* numero 101, 20-31.
- REI, António 2005. "Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico" in *A Nova Lisboa Medieval: actas do I Congresso A Nova Lisboa Medieval*, 2<sup>a</sup> edição [2007], coord. Núcleo Científico de Estudos Medievais, Instituto de Estudos Medievais, Gárgula 1, Lisboa: Edições Colibri, 25-42.
- RENAUD, Jean 2008. "The Duchy of Normandy" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3<sup>a</sup> edição [2010] Londres e Nova Iorque: Routledge, 453-457.

- REQUEJO BUENAGA, Alejandro 1933. “¿Normandos? ¿escandinavos? ¿vikings?” in *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, Tomo X, número 212, 107-111.
- ROCHA, Manoel da, 1730. *Portugal Resnacido. Tratado Historico-Critico-Chronologico*, Lisboa: Oficina de Joseph António da Sylva.
- ROCHA, Manuel (dir.); GODINHO, Vitorino Magalhães (dir.); CUNHA, Celso (dir.) 1964. *FOCUS – Enciclopédia Internacional*, volume IV, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Angel (ed.); VARELA JÁCOME, Benito (ed.) 1950. *Jerónimo del Hoyo. Memorias del Arzobispado de Santiago*, Santiago de Compostela: Porto y Cía Editores.
- ROMEY, Carlos 1839. *Historia de España desde el tiempo primitivo hasta el present*, volume II, trad. A. Bergnes de las Casas, Barcelona: A. Bergnes y C<sup>a</sup>.
- RUBIERA MATA, Maria Jesús, 1992. *Literatura hispanoárabe*, Colección al-Andalus, Madrid: Mapfre.
- RÚIZ DE LA PEÑA, Juan Ignacio 1995. “Ordoño I” in *Enciclopedia de Historia de España*, volume 4: *Diccionario biográfico*, dir. Miguel Artola, Madrid: Alianza Editorial, 635.
- SAAVEDRA MACHADO, Luís 1931. *Expedições Normandas no Ocidente da Hispânia*, Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, Coimbra: Coimbra Editora.
- SÁ BRAVO, Hipólito de 1983. *Monasterios de Galicia*, Madrid: Everest.
- SAMPAIO, Alberto 1979. *Estudos Históricos e Económicos*, volume 2, Lisboa: Editorial Vega.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio 1957. “¿Normandos en España durante el siglo VIII?” in *Cuadernos de Historia de España*, volume XXV-XXVI, Buenos Aires: Instituto de Historia de España, 304-316.
- \_\_\_\_\_ 1967. *Investigaciones sobre historiografía hispana medieval: siglos VIII al XII*, Buenos Aires: Instituto de Historia de España.
- \_\_\_\_\_ 1980. “La España Cristiana de los siglos VII al XI. El Reino Astur-Leonês: sociedad, economía, gobierno, cultura y vida” in *Historia de España Menéndez Pidal*, volume VII, dir. José María Jover Zamora, 3<sup>a</sup> edição [1991], Madrid: Escalpe-Calpe, S.A. 1-813.

- SÁNCHEZ PARDO, José Carlos 2010. “Los ataques vikingos y su influencia en la Galicia de los siglos IX-XI” in *Anuario Brigantino*, número 33, 57-86.
- SANTINI, Carlo 1993. “Historia Norwegiae” in *Medieval Scandinavia: an encyclopedia*, ed. Philip Pulsiano, Nova Iorque e Londres: Garland Publishing, 284-285.
- SAWYER, Birgit e Peter 1993. *Medieval Scandinavia: from conversion to Reformation, circa 800-1500*, 7ª edição [2006], Minneapolis: University of Minnesota Press.
- \_\_\_\_\_, Peter 1997. “The Age of the Vikings and before” in *The Oxford Illustrated History of the Vikings*, ed. Peter Sawyer, 3ª edição [2001], Oxford: Oxford University Press, 1-18.
- SEIJAS VÁZQUEZ, Avelino. 1979. *Historia de Chantada y su comarca: (ensayo)*, Lugo: Diputación Provincial de Lugo, D.L.
- SHEPARD, Jonathan 2008. “The Viking Rus and Byzantium” in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edição [2010] Londres e Nova Iorque: Routledge, 496-516.
- SINGUL LORENZO, Francisco Luis 1999. *Catoira, chave e selo de Galicia*, Catoira: Concello de Catoira.
- SKRE, Dagfinn 2008. “Kaupang – ‘Skíringssalr’ in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edição [2010] Londres e Nova Iorque: Routledge, 112-120.
- SOUSA MACHADO, António da 1981. “Importância de castelo de Mumadona na arquitectura portuguesa, em especial militar”, in *Actas do Congresso histórico de Guimarães e sua colegiada*, Braga: Tipografia Barbosa & Xavier, 111-119.
- STORK GADEA, Magdalena 1985. *La tierra de Sant-Iago o Jakobsland*, Sada: Edición do Castro.
- SUÁREZ OTERO, José 2003. “Del ‘Locus Sancti Iacobi’ al burgo de Compostela” in *Historia de la ciudad de Santiago de Compostela*, dir. Ermelindo Portela Silva, Santiago de Compostela: Concello de Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, Consorcio de Santiago de Compostela, 49-77.
- TEIXEIRA, Fernando José 2001. *O castelo e as muralhas de Guimarães. Apontamentos para a sua História*, Guimarães: Editora Cidade Berço.
- TORRES, Cláudio 1992. “O Garb-Al-Andaluz” in *História de Portugal*, volume I: *antes de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa: Círculo de Leitores, 363-437.
- URIA RIU, Juan 1955. “Los normandos en las costas del reino de Asturias en el reinado de Ramiro I (844)” in *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, número 26, Oviedo: Instituto de Estudios Asturianos, 356-381.

VALK, Heiki 2008, "The Vikings and the eastern Baltic" in *The Viking World*, eds. Stefan Brink e Neil Price, 3ª edición [2010] Londres e Nova Iorque: Routledge, 485-495.

VAN HOUTS, Elisabeth 2000. *The Normans in Europe*, Manchester e Nova Iorque: Manchester University Press.

\_\_\_\_\_ 1993. "William of Jumièges: Gesta Normannorum ducum" in *Medieval Scandinavia: an encyclopedia*, ed. Philip Pulsiano, Nova Iorque e Londres: Garland Publishing, 720-721.

VÁZQUEZ RODRÍGUEZ, Xosé Manuel. 1996. "Historia e toponimia de Chantada: aportación inédita de Avelino Gómez Ledo", in *Lucensia: miscelânea de cultura e investigación* volume VI, 13, Lugo: Biblioteca del Seminario Diocesano de Lugo, 77-84.

VEDIA Y GOOSSENS, Enrique de 1845. *Historia y descripción de la ciudad de La Coruña*, reedición de 1975, Coruña: Imprenta y librería de D. Domingo Puga.

VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim 1977. *História de Portugal*, volume I: *Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, 4ª edición [1990], Lisboa: Editorial Verbo.

VICETTO, Benito 1871. *Historia de Galicia*, volume IV, Ferrol: Nicasio Taxonera.

VIGUERA MOLÍNS, María Jesús 1994. "Historia Política" in *Historia de España Menéndez Pidal*, volume VIII: *Los Reinos de Taifas: Al-Andalus en el siglo XI*, dir. José María Jover Zamora, Madrid: Escalpe-Calpe, S.A. 31-129.

VILA-BOTANES, Suso 2001. *Tui e Valença nos séculos XI a XV: os acontecimentos históricos, sociais, artísticos e económicos*, Tui: Asociación Amigos da Catedral de Tui.

\_\_\_\_\_ 2009. *A cidade de Tui durante a Baixa Idade Média*, Trivium 35, Noia: Toxosoutos.

VILA FARIÑA, Xosé Lois 1996. *Guía histórico del Monte Lobeira*. Pontevedra: Diputación de Pontevedra.

\_\_\_\_\_ 1998. *Notas para a Historia de Ponte Arnelas*, Vilanova de Arousa: Concello de Vilanova de Arousa; Ribadumia: Concello de Ribadumia.

VILAR ÁLVAREZ, Manuel 2008. "A Romaría Vikinga de Catoira" in *Tempos de festa en Galicia*, coord. Benxamín Vázquez González, Tomo II: *Entre o Corpus e o mês de Agosto*, Galiza: Fundación Caixa Galicia, 303-313.

VILLAAMIL Y CASTRO, José 1866. *Crónica de la Provincia de Lugo*, Madrid: Aquiles Rochi. Edición facsímil [2002], Valladolid: Maxtor

- WAGGONER, Ben 2009. "Introduction" in *The Sagas of Ragnar Lodbrok*, trad. Ben Waggoner, New Haven: Troth Publications, viii-xxvii.
- WHALEY, Diana 1993. "Heimskringla" in *Medieval Scandinavia: an encyclopedia*, ed. Philip Pulsiano, Nova Iorque e Londres: Garland Publishing, 276-279.
- \_\_\_\_\_ 2000. "A useful past: historical writing in medieval Iceland" in *Old Icelandic literature and society*, ed. Margaret Clunies Ross, Cambridge Studies in Medieval Literature 42, 2ª edição [2009], Cambridge: Cambridge University Press, 161-202.
- \_\_\_\_\_ 2005. "Skadic Poetry" in *A companion to Old Norse-Icelandic Literature and Culture*, ed. Rory McTurk, 2ª edição [2007], Oxford: Blackwell Publishing, 479-502.
- WÜRTH, Stefanie 2005. "Historiography and Pseudo-History" in *A companion to Old Norse-Icelandic Literature and Culture*, ed. Rory McTurk, 2ª edição [2007], Oxford: Blackwell Publishing, 155-172.



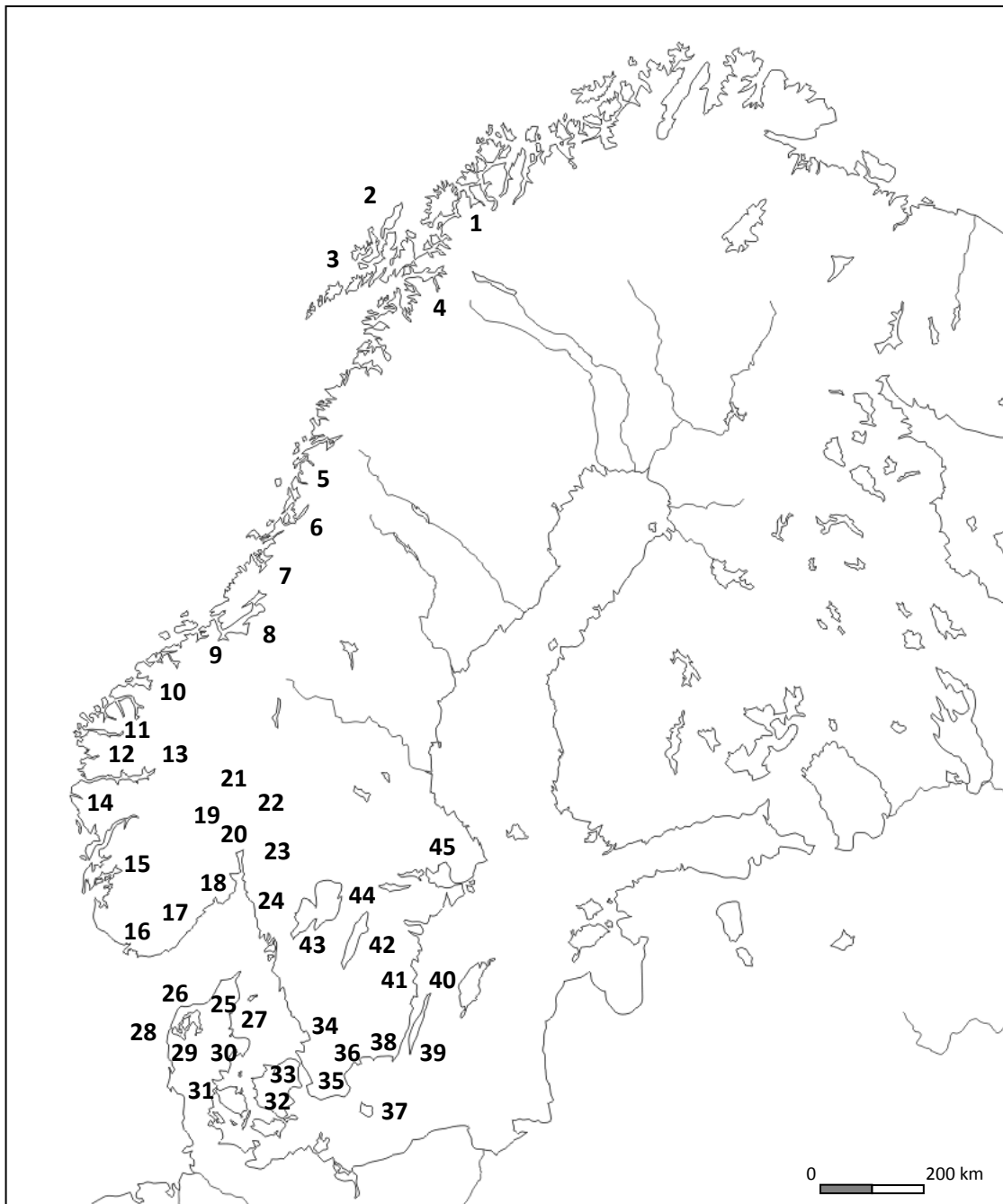
# Anexos

## Anexo 1: Regiões escandinavas



## Anexo 2: Reinos e chefias c. 800

(Christiansen 2006, 161)



- |                |                      |                            |  |
|----------------|----------------------|----------------------------|--|
| 1. Bjarkøy     | 14. Hordaland        | 26. Thy                    | 38. Bleking  |
| 2. Åse         | 15. Avaldsnes        | 27. Limfjord Oriental      | 39. Öland Sul  |
| 3. Borg        | 16. Agder Ocidental  | 28. Limfjord Ocidental     | 40. Öland Norte  |
| 4. Steigen     | 17. Agder Oriental   | 29. Viborg                 | 41. Tjust  |
| 5. Tjøtta      | 18. Borre (Vestfold) | 30. Djursland              | 42. Östgötland   |
| 6. Namdalen    | 19. Møsvatn          | 31. Jutelândia Sul e Funen | 43. Västergötland  |
| 7. Steinker    | 20. Ringerike        | 32. Zelândia Ocidental     | 44. Vadsbo   |
| 8. Levanger    | 21. Dokkfløy         | 33. Lejre                  | 45. Svaland (chefes em redor do Mälars com reis em Uppsala e Fornsigstuna) |
| 9. Lade        | 22. Aker             | 34. Slöinge                |  |
| 10. Möre Norte | 23. Romerike         | 35. Uppakra                |  |
| 11. Möre Sul   | 24. Ostfold          | 36. Ravlunda               |  |
| 12/13: Nyset   | 25. Vendel           | 37. Bornholm (?)           |  |

### Anexo 3: Postos de comércio e centros de poder



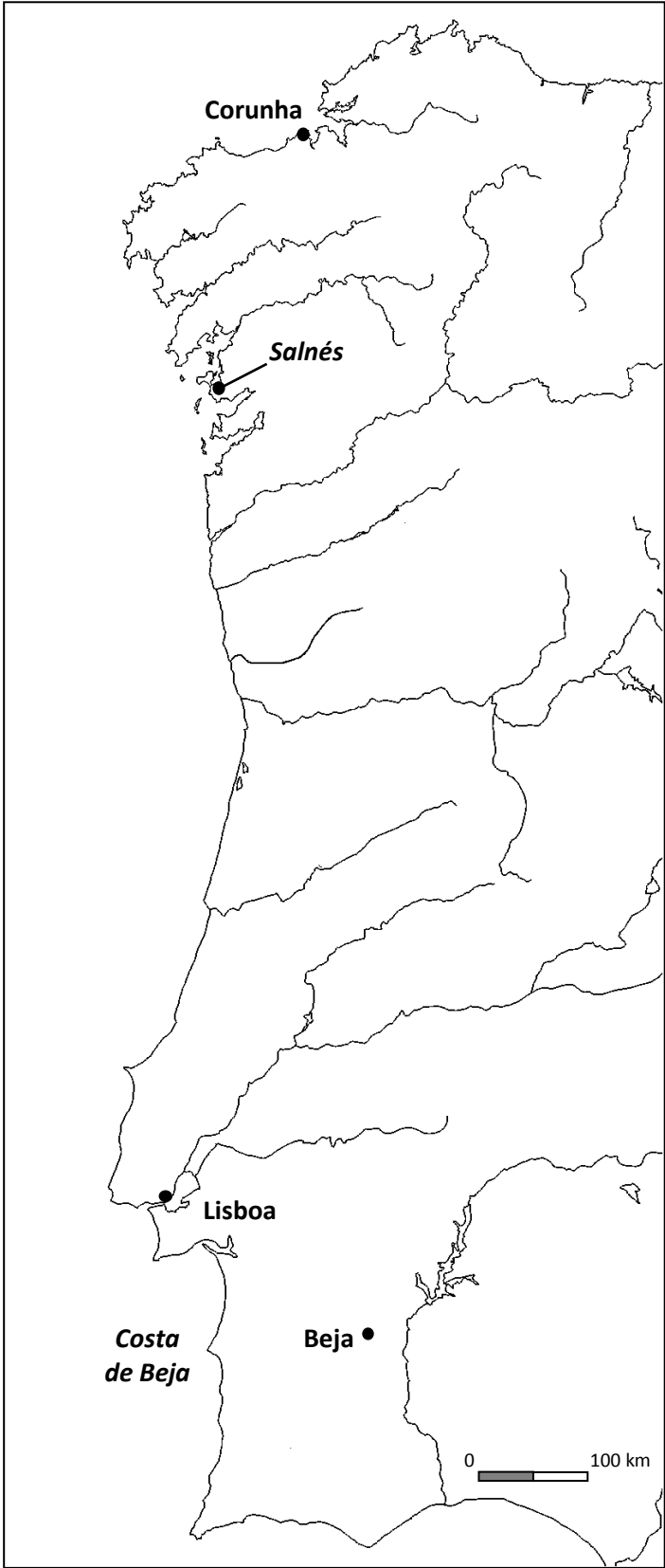
## Anexo 4: Europa vikingue



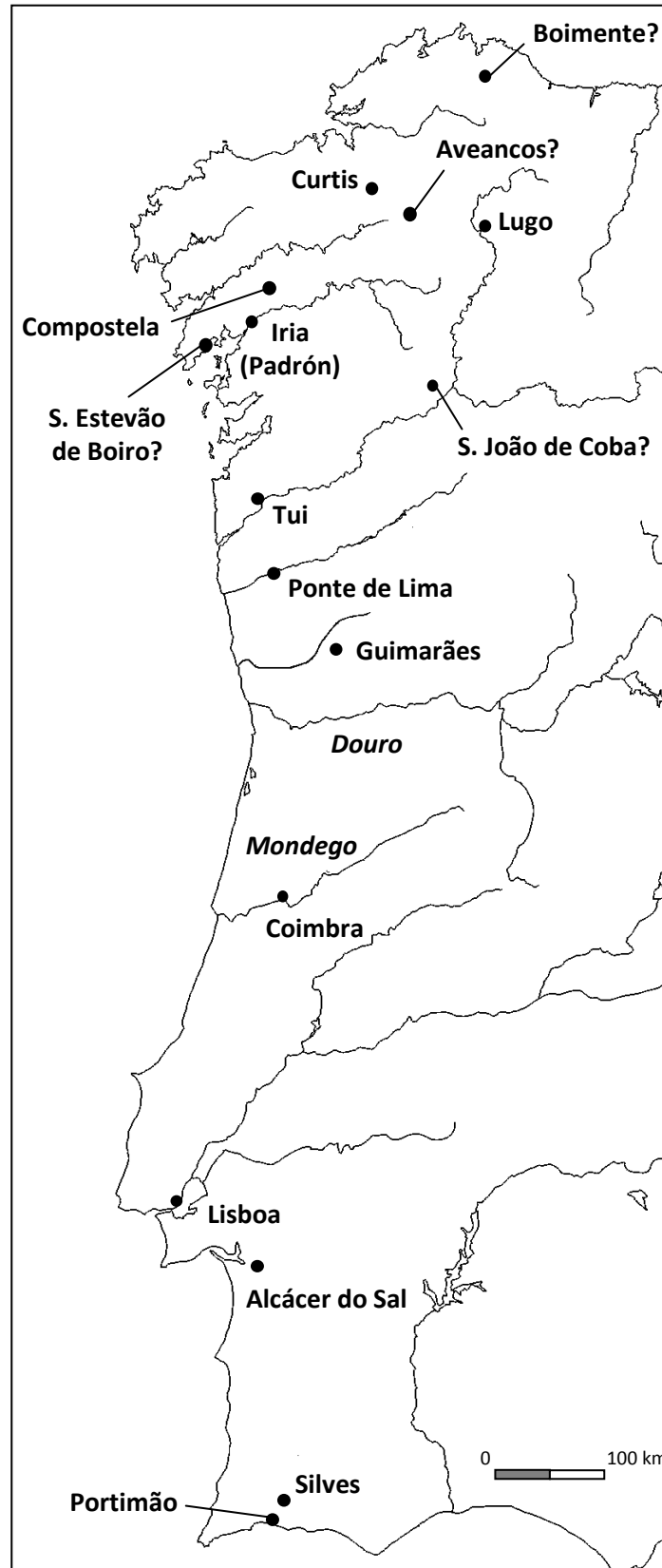
Locais de alguns dos acontecimentos da Idade Vikingue, entre c. 790 e c. 1100.

1. Anglia Oriental
2. Northumbria
3. Mercia
4. Wessex

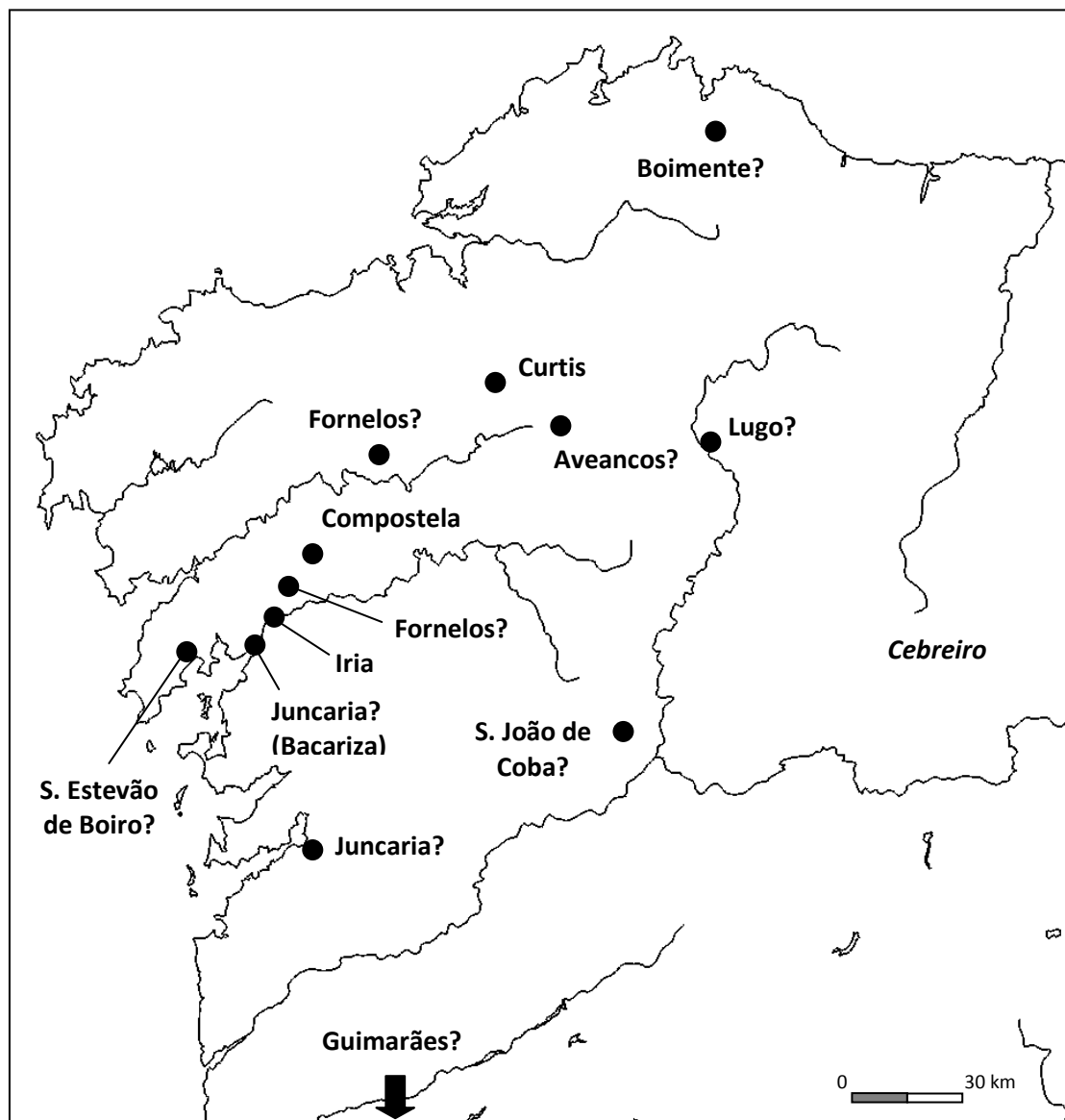
Anexo 5: Incursões do século IX



## Anexo 6: As incursões do século X

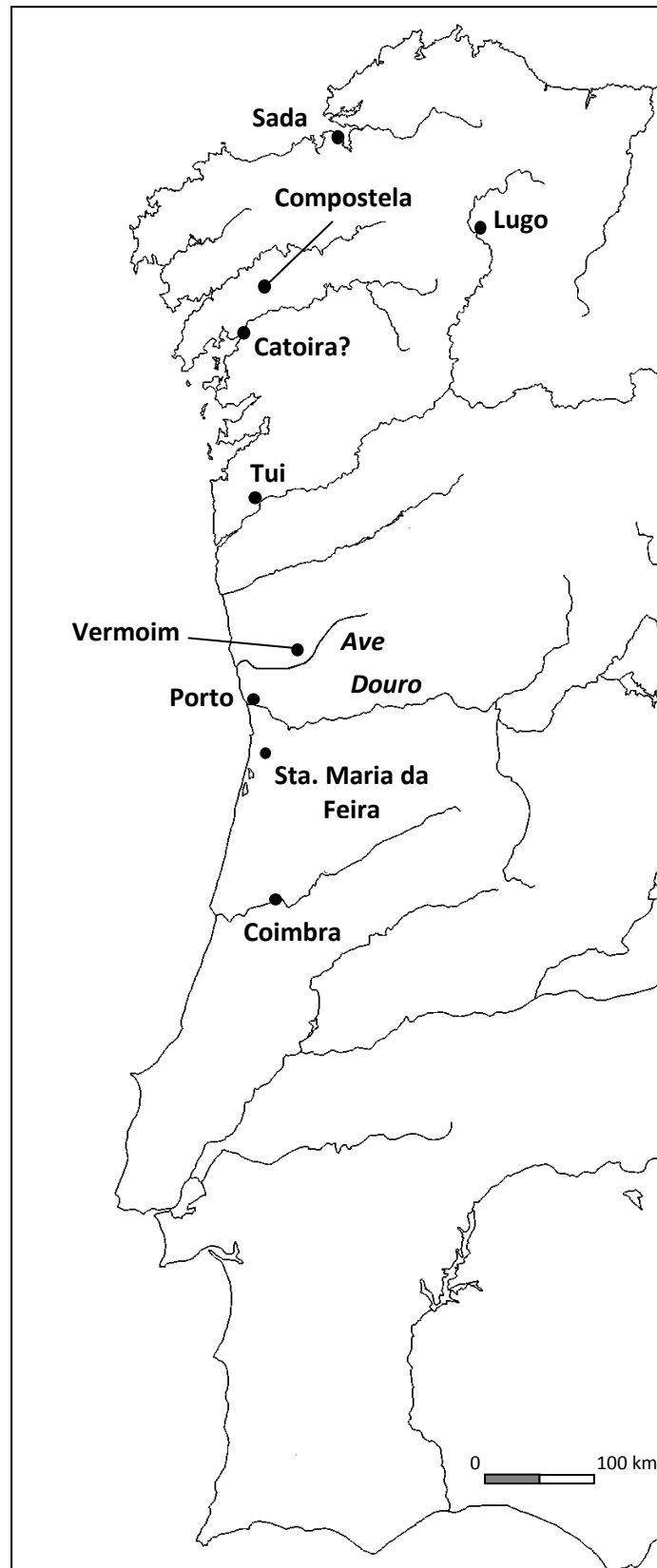


## Anexo 7: A expedição de Gunderedo

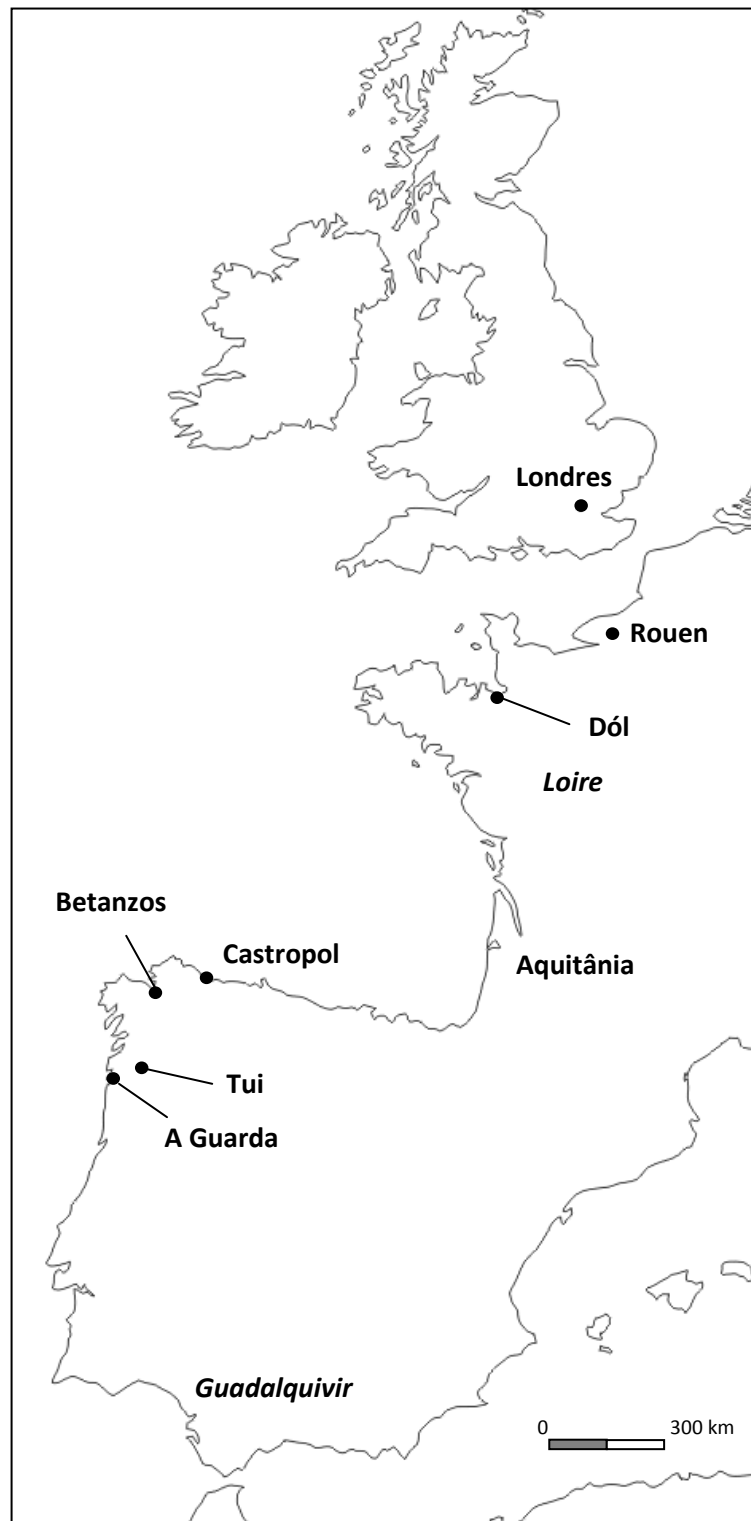




## Anexo 8: As incursões do século XI



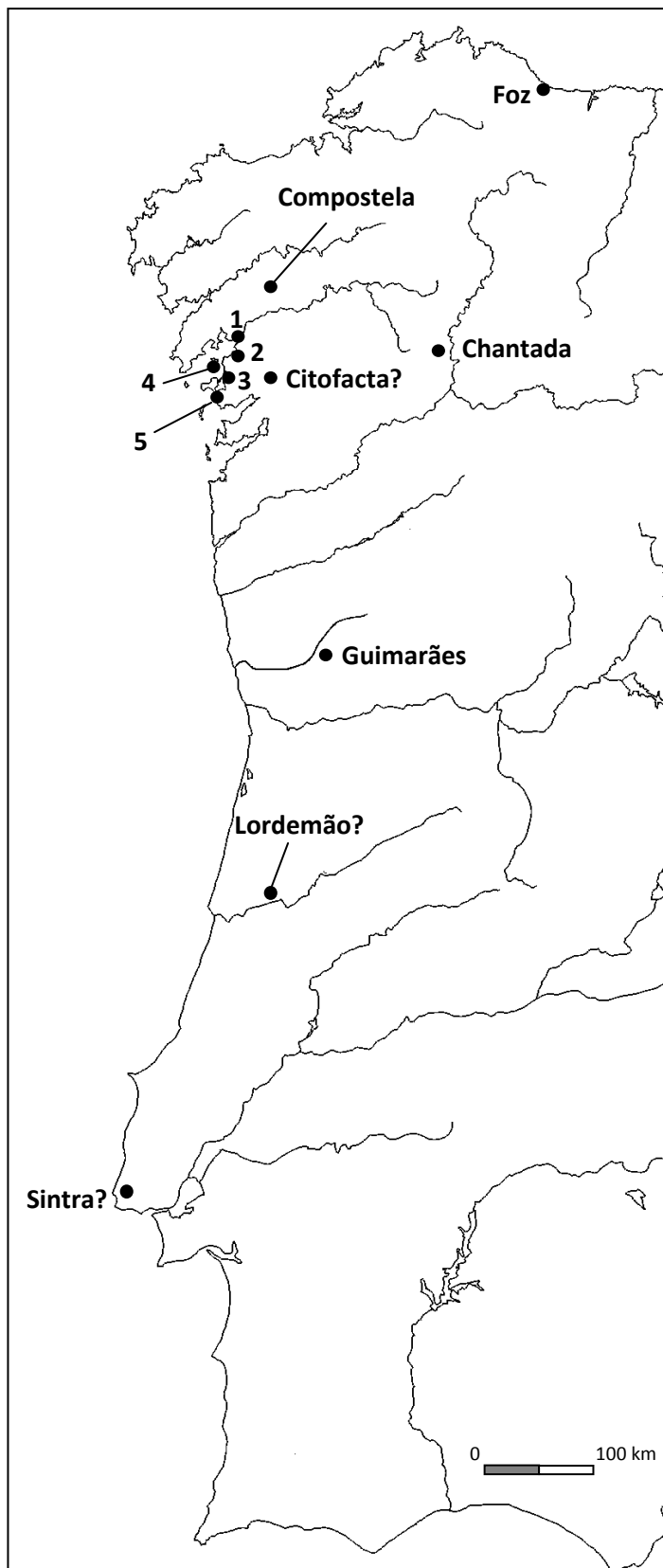
## Anexo 9: A viagem de Óláfr Haraldsson



## Anexo 10: As incursões do século XII



## Anexo 11: Vestígios



1. Torres do Oeste (Catoira)
2. Lobeira?
3. Torre de São Saturnino
4. São Cipriano do Cálago
5. A Lanzada

## Anexo 12: Listas régias

### Reis das Astúrias

Pelágio	(c. 718-737)
Fávila	(737-739)
Alfonso I	(739-757)
Froila I	(757-768)
Aurélio	(768-774)
Silo	(774-783)
Mauregato	(783-788)
Bermudo I	(788-791)
Alfonso II	(791-842)
Ramiro I	(842-850)
Ordonho I	(850-866)
Alfonso III	(866-910)

Divisão do Reino das Astúrias pelos filhos de Alfonso III: Garcia em Leão, Ordonho na Galiza e Froila em Oviedo. Posterior reunificação por este último após as mortes de Garcia e Ordonho, mas com nova centralidade em Leão.

### Reis de Leão

Garcia I	(910-914)	
Ordonho II	(914-924)	<i>Reunifica a Galiza e Leão</i>
Froila II	(924-925)	<i>Reunifica os domínios de Alfonso III</i>
Alfonso IV	(925-931)	
Ramiro II	(931-951)	
Ordonho III	(951-956)	
Sancho I	(956-958)	<i>Primeira vez</i>
Ordonho IV	(958-960)	
Sancho I	(960-966)	
Ramiro III	(966-984)	
Bermudo II	(984-999)	

Alfonso V	(999-1028)	
Bermudo III	(1028-1037)	
Fernando I	(1037-1065)	<i>Também Rei de Castela</i>
Alfonso VI	(1065-1072)	<i>Primeira vez. Garcia rei na Galiza de 1065 a 1071</i>
Sancho II	(1072)	<i>Também Rei de Castela</i>
Alfonso VI	(1072-1109)	<i>Pai de Teresa e sogro de Henrique de Borgonha</i>
Urraca	(1109-1126)	<i>Alfonso Raimundes rei na Galiza de 1111 a 1126</i>
Alfonso VII	(1126-1157)	<i>Filho de Urraca e Raimundo de Borgonha</i>

### Reis da Noruega

Haraldr hárfagri	(c. 872-930)	
Eiríkr blóðøx	(c. 931-c. 933)	
Hákon inn góði	(c. 934-961)	
Haraldr gráfeldr	(961-c. 970)	<i>Sob autoridade dinamarquesa</i>
Hákon Sigurðarson	(c. 970-995)	<i>Sob autoridade dinamarquesa</i>
Óláfr Tryggvason	(995-1000)	
Eiríkr Hákonason	} (1000-1015)	<i>Sob autoridade dinamarquesa</i>
Sveinn Hakonason		
Hákon Eiríksson		
Óláfr Haraldsson	(1015-1028)	
Hákon Eiríkson	(1028-c. 1030)	<i>Sob autoridade dinamarquesa</i>
Sveinn Knutsson	(c. 1030-1035)	<i>Em representação de Knútr</i>
Magnús inn góði	(1035-1047)	<i>Com Haraldr harðráði de 1046 a 1047</i>
Haraldr harðráði	(1047-1066)	
Magnús Haraldsson	(1066-1069)	<i>Com Óláfr inn kyrri</i>
Óláfr inn kyrri	(1067-1093)	
Hákon Magnússon	(1093-1094)	<i>Com Magnús berfættr</i>
Magnús berfættr	(1093-1103)	
Óláfr Magnússon	(1103-1115)	<i>Com os irmãos Eysteinn e Sigurðr</i>
Eysteinn Magnússon	(1103-1123)	
Sigurðr jórsalafari	(1103-1130)	